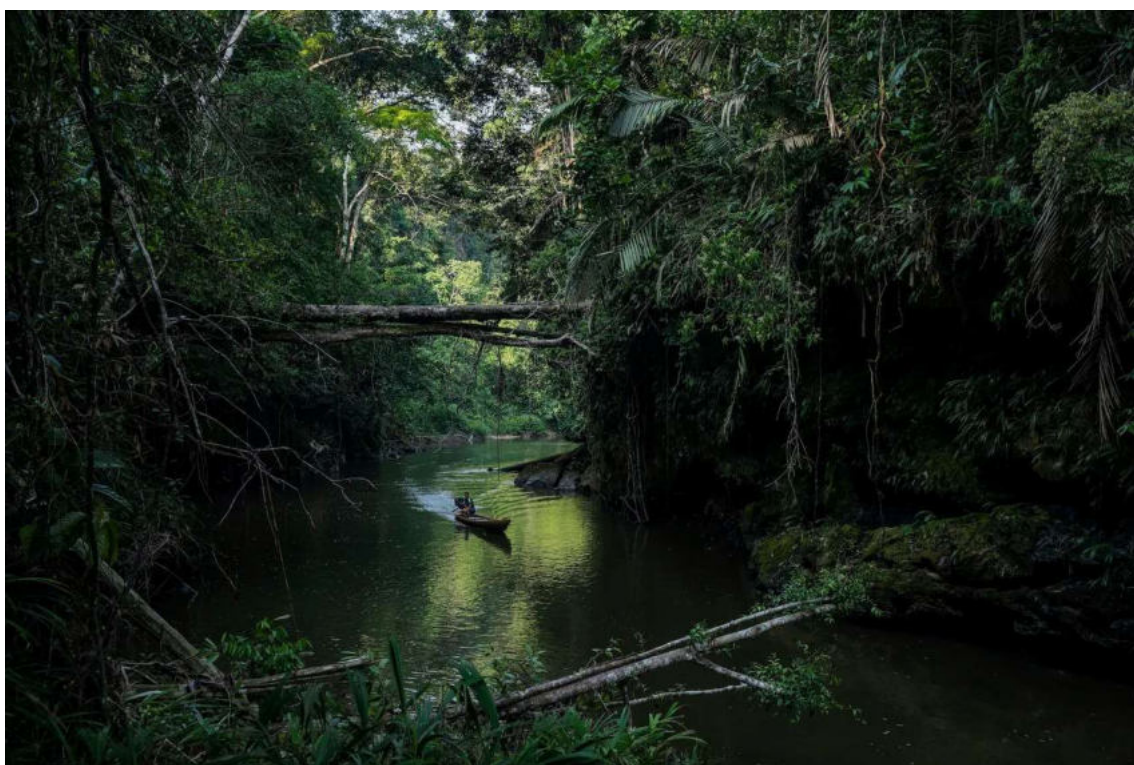




RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO TERRA INDÍGENA NAWA

Mâncio Lima – Acre



Rio Moa – Foto de Lalo de Almeida

Portaria n.º 650/Funai, de 19/04/2023

Brasília, 2026

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
Índice de Fotos	5
Índice de Tabelas	8
Índice de Quadros	9
Índice de Croquis	10
Índice de Mapas	12
Índice de Imagens	13
Índice de Gráficos	14
INTRODUÇÃO.....	14
A Terra Indígena Nawa.....	17
Histórico do processo administrativo de identificação e delimitação.....	24
Métodos e técnicas deste RCID	41
I - PRIMEIRA PARTE: DADOS GERAIS	45
a) Informações gerais sobre o grupo étnico envolvido, tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes dessa distribuição.....	45
b) pesquisa sobre o histórico de ocupação de terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;	60
c) identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais	61
II - SEGUNDA PARTE: Habitação permanente	81
a) descrição da distribuição das aldeias, com respectiva população e localização;	81
b) explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência das aldeias, a área por elas ocupadas e o tempo em que se encontram as atuais localizações;	81
Aldeia Novo Recreio: 24 casas	94
A aldeia Pijuca: 5 casas.....	106

A aldeia Boca Tapada: 23 casas.....	113
A aldeia Sete de Setembro: 14 casas.....	122
A aldeia Zumira: 14 casas.....	127
Possível presença de indígenas isolados	136
Aldeia Inu Awa - Pão de Açúcar	142
Autodemarcação.....	142
 III - TERCEIRA PARTE: ATIVIDADES PRODUTIVAS	 146
a) descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;.....	147
b) descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processaram tais alterações;	191
c) descrição das relações socioeconômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente.	195
 IV - QUARTA PARTE: MEIO AMBIENTE	 198
a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural do grupo indígena;	199
Aspectos ambientais do Acre	199
Aspectos ambientais da Terra Indígena Nawa	213
b) explicitação das razões pelas quais as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural dos Nawa são imprescindíveis e necessárias.....	226
 V - QUINTA PARTE: REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL	 231
a) Dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;	231
O perfil epidemiológico dos povos indígenas no Acre.	232
b) Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc. explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;.....	240

Organização social e política.....	242
Prescrições e Interdições	248
Rituais e transformações cosmológicas.....	250
Locais de importância simbólica.....	254
c) Identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Nawa, explicitando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim .	258
VI - SEXTA PARTE: levantamento fundiário.....	261
a) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;.....	261
b) descrição da(s) área(s) por ele(s) ocupada(s), com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);.....	261
c) informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;	261
d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.....	261
Metodologia para Caracterização da ocupação não indígena na TI.....	262
Breve contextualização histórica do processo de colonização da região ..	264
Contexto fundiário atual	269
A malha fundiária sobre a TI Nawa	272
Pesquisa Cartorial e Análise de Cadeia Dominial.....	280
Notificações/Citações Ocupantes Não Indígenas.....	288
VII - SÉTIMA PARTE: Conclusão e delimitação	295
A proposta de limites da área demarcada	298
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	305

Índice de Fotos

Foto 1 - Porto Japiim, foto à esquerda do GT 2023; Rio Juruá e Moa: foto à direita extraída de Araújo 2016;	19
Foto 2 - Fotos da Reunião com os Nawa na CR Juruá em 2010 – Acervo CGid.....	37
Foto 3 - Foto da Reunião de PGTA na aldeia Novo Recreio em 2019 – Acervo CGID	39
Foto 4 - Fotos da reunião de apresentação do GT - Aldeia Novo Recreio 2023 – Fotos Ykaruní Nawa.....	42
Foto 5 - Atividades do GT em campo	43
Foto 6 - Francisca Borges de Paiva - Fonte Álbum de CZS.....	54
Foto 7 - Nawa Francisca Borges de Paiva e Nawa Mariana (Mariruni) - Fonte: Álbum de Cruzeiro do Sul.....	55
Foto 8 - Mariruni – Mariana chamada de a última Nawa – Fonte Álbum de CZS, pág. 40	76
Foto 9 - Tapiris de acampamento – Aldeia Inu Awa 2023 Foto: Ykaruní Nawa.....	87
Foto 10 - Exemplo de casa na TI Nawa em 2003. Foto: Cloude Correia.....	88
Foto 11 - Dificuldades de acesso nos altos cursos dos igarapés.....	90
Foto 12 - Imagens da aldeia Novo Recreio	98
Foto 13 - Casas da aldeia Novo Recreio.....	100
Foto 14 - Imagens da aldeia Pijuca.....	109
Foto 15 - Exemplo de casas da aldeia Pijuca.....	109
Foto 16 - Imagens da Aldeia Boca Tapada - Foto Ykaruní Nawa	117
Foto 17 - Exemplo de casas da Aldeia Boca Tapada - Fotos Ykaruní Nawa.....	118
Foto 18 - Escola indígena - Aldeia Boca Tapada 2023 - Fotos Ykaruní Nawa	118
Foto 19 - Igreja Batista Nawas - 7°32'04.1"S 73°28'35.5"W - Foto Ykaruní Nawa....	119
Foto 20 - Imagens da aldeia Sete de Setembro - Fotos: Ykaruní Nawa.....	126
Foto 21 - Imagens da aldeia Zumira – Fotos: Ykaruní Nawa	131
Foto 22 - Casas da aldeia Zumira – Fotos: Ykaruní Nawa.....	133
Foto 23 - Dificuldade de acesso no alto curso do ig. Novo Recreio	136
Foto 24 - Aldeia Inu Awa vista de cima Foto Raiene Almada, CPI –ACRE.....	142
Foto 25 - Abertura de picada da autodemarcação. Foto: Alexandre Cruz Noronha/Amazônia Real	143
Foto 26 - Deslocamento até a aldeia Inu Awá - Fotos GT e Ykaruní Nawa 2023	144
Foto 27 - Imagens da aldeia Inu Awa.....	145
Foto 28 - Cipó titica. à esquerda e cipó timbó, à direita.....	150
Foto 29 - Confeção de cesto de cipó titica - Imagem Ykaruní Nawa.....	150
Foto 30 - Francisca Nawa mostra barro preparado para a confecção de peças de cerâmica - Imagem: Ykaruní Nawa	152
Foto 31 - Francisca Nawa mostra a fruta do cipó, olho de boto - Imagem: Ykaruní Nawa	153
Foto 32 - Brincos e colares produzidos pelas mulheres Nawa - Foto Cloude Correia 2003	154
Foto 33 - Saias de fibra e chapéus de pena. À esquerda, foto Amazonia Real; à direita Museu da Pessoa.....	154
Foto 34 - Olho de buriti a ser batido para tirar a fibra para confecção de saias - Foto Museu da Pessoa	155
Foto 35 - Presença comum de palmeiras na TI Nawa	157
Foto 36 - Exemplos de espécies comuns de palheira na TI: chila, jarina e buriti	160

Foto 37 - exemplo de madeira comuns na TI: Cumaru, Aguano, Maçaranduba e copaíba - Fonte Infoteca da Embrapa	161
Foto 38 - Instrumentos de caça, pesca e coleta, à esquerda, roçado de roça à direita – Fotos: Cloude Correia 2003.....	162
Foto 39 - Produtos dos roçados nawa: milho, arroz, macaxeira e banana. Fotos: Cloude Correia 2003	164
Foto 40 - Algumas plantas com finalidade medicinais apontadas pelos Nawa: A) chicória; B) tangerina; C) marcela; D) cajiru; E) agrião; F) jambu branco. Fonte: Machado Nawa at al. 2023: 2.	166
Foto 41 - Cultivos nos arredores das casas na aldeia Novo Recreio, 2023	168
Foto 42 - Fabricação de farinha, TI Nawa 2003. Fotos: Cloude Correia.	172
Foto 43 - Casa de farinha, aldeia Novo Recreio. Foto: GT 2023.....	173
Foto 44 - Caçador voltando da mata Foto de Vicente de Paula	174
Foto 45 - Porcos abatidos no curso do ig. Novo Recreio e preparação de carne de caça. Fotos: Ykaruní Nawa.....	176
Foto 46 - Criação: porcos, galinhas, gado	186
Foto 47 - Animais silvestres domesticados na TI Nawa	190
Foto 48 - Transporte de banana e galinha para venda. Foto GT 2023	196
Foto 49 - exemplos de Argissolos: à esquerda, argissolo amarelo, à direita, argissolo vermelho amarelado Mâncio Lima, 2015 – Fonte: Serviço Geológico do Brasil	211
Foto 50 - Aves endêmicas no oeste do Acre: Choca-do-Acre Fêmea - Foto Ricardo Plácido/ICMBio e Sururina-da-serra - Foto: Luís Morais/ICMBio	213
Foto 51 - Exemplo de furo e formação de lago no Rio Juruá Foto Bruno Kelly, em O Globo	215
Foto 52 - à esquerda, lago em mata de várzea no Rio Moa; à direita, trilha em mata de várzea no Rio Moa (Bernarde, P.S. et al. 2013).	217
Foto 53 - Trilha em terra firme na floresta do Rio Moa. Fonte: Herpetofauna da floresta do baixo rio Moa em Cruzeiro do Sul, Acre – Bernarde, P.S. et al. 2013.....	218
Foto 54 – Dificuldades de navegação no ig. Novo Recreio quando não está na cheia. Foto: Alexandre Cruz Noronha/Amazônia Real.....	219
Foto 55 - Samaúma Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos Acre Rio Branco 2012.	224
Foto 56 - Exemplo de Campinarana sobre área branca	225
Foto 57 - Sepulturas por onde passaram os indigenistas do CIMI para chegar na casa de Dona Chica do Celso, na colocação Sete de Setembro. Outubro de 2003. Foto: Cloude Correia.	245
Foto 58 - Dona Chica do Celso em julho de 2021, durante visita de jornalistas. Fonte: Alexandre Noronha, Amazônia Real.....	245
Foto 59 - Dona Chica. 08 de julho de 2021. Fonte: Alexandre Noronha - Amazônia Real	246
Foto 60 - À esquerda pote de barro feito por Dona Chica. A técnica foi repassada por sua sogra e o pote era usado para armazenar água. Outubro de 2003. Fonte: Cloude Correia. À direita, Dona Chica produz tigela de barro, no Igarapé Novo Recreio. Foto: Ykaruní Nawa.....	246
Foto 61 - Lucila 08 de julho de 2021. Fonte: Alexandre Noronha – Amazônia Real. .	247
Foto 62 - Altares nas casas de Chico Peba e de sua filha Solange. À esquerda, imagens de Jesus Cristo e Nossa Senhora, à direita imagens de Jesus e do Irmão José. Fotos Ykaruní Nawa.....	251
Foto 63 - Shãñãdãã. Foto GT 2023	251

Foto 64 - Shãñdãĩã. Foto Cloude Correia 2003.	252
Foto 65 - Seu Langa, pajé Nawa. Foto Cloude Correia 2003.....	253
Foto 66 - Vasilhame Cerâmico fragmentado - Fonte Relatório n.º 002/2015/Iphan....	257
Foto 67 - Mâncio Augustinho Rodrigues Lima.....	269
Foto 68 - Estrada para a antiga colônia de Japiim 1974 - Fonte: IBGE	270
Foto 69 - Casas da Colônia Japiim - 1974 - Fonte IBGE.....	270
Foto 70 - Ocupações não indígenas em Zumira - Fotos GT 2024.....	277
Foto 71 - Ocupações não indígenas em Novo Recreio - Fotos GT 2024	278
Foto 72 - Ocupações não indígenas Aquidabam - Fotos GT 2024.....	279

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Censo demográfico – Dados de campo do GT 2023.....	90
Tabela 2 - Comparação de dados censitários de 2003 e 2023 – Dados de campo dos GTs	92
Tabela 3 - Censo demográfico Novo Recreio – Dados do GT de 2023	95
Tabela 4 - Censo demográfico Pijuca.....	107
Tabela 5 - Censo demográfico da Boca Tapada.....	115
Tabela 6 - Censo demográfico da aldeia Sete de Setembro – Dados de campo GT 2023	124
Tabela 7 - Exemplos de coletas vegetais e usos	157
Tabela 8 - Espécies vegetais comuns na TI Nawa.....	159
Tabela 9 - plantas medicinais cultivadas	165
Tabela 10 - plantas cultivadas	167
Tabela 11 - Variedades dos roçados por igarapé e aldeia.....	171
Tabela 12 - Espécies animais recorrentes na TI Nawa.....	177
Tabela 13 - Animais de caça e suas ocorrências	181
Tabela 14 - Espécies de pescado em lagos e igapós.....	182
Tabela 15 - Espécies de pescado em igarapés e rios	182
Tabela 16 - Espécies de peixe da dieta Nawa e técnicas de captura	185
Tabela 17 - Animais de criação na TI Nawa	187
Tabela 18 - Animais domésticos	191
Tabela 19 - Unidades de Conservação no Estado do Acre - Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade/SEMA, 2011.	207
Tabela 20 - Tipologias florestais e a porcentagem do território do estado Acre Fonte: Secretaria do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi) - Governo do Acre.212	212
Tabela 21 - Casos de Doença Diarreica Aguda (DDA) por Polo Base – DSEI Alto Rio Juruá, 2021 a 2023 – plano distrital.....	234
Tabela 22 - Taxa de mortalidade geral por ano, de 2020 a 2022, entre povos indígenas atendidos pelo DSEI-ARJ. Fonte Plano Distrital Alto Rio Juruá, 2023.....	234
Tabela 23 - Taxa de mortalidade infantil por ano, de 2020 a 2022 Fonte Plano distrital Alto rio Juruá 2023	235
Tabela 24 - Taxa de natalidade do DSEI, de 2020 a 2022. Plano Distrital Alto Rio Juruá, 2023	236
Tabela 25 - Bases de dados oficiais consultadas (quadro extraído do RCLF elaborado pelo GT Portaria n.º 1.250 de 3 de dezembro de 2024.....	263
Tabela 26 - Notificações em campo, na TI e na cidade de não indígenas identificados como posseiros na área da TI. Fotos GT 2024	264

Índice de Quadros

Quadro 1 - Informações Cadastro Ambiental Rural (CAR) incidente na proposta de delimitação da TI Nawa, levantado pelo GT Portaria n.º 1.250 de 3 de dezembro de 2024.	273
Quadro 2 - Informações dos Formulários de Levantamento Fundiário (LF) de campo da proposta da TI Nawa.....	275
Quadro 3 - Matrículas de imóveis incidentes na TI.....	281
Quadro 4 - Relação das citações realizadas no levantamento fundiário em campo, 2024.	288

Índice de Croquis

Croqui 1 - Localização: Parque Nacional da Serra do Divisor, Bacia do rio Moa em destaque com contorno azul e sede do município de Mâncio Lima/AC.	16
Croqui 2 - Principais igarapés onde se localizam as aldeias Nawa	17
Croqui 3 - Localização aproximada das aldeias, a sede de Mâncio Lima e o Parna Serra do Divisor.	18
Croqui 4 - Mapa Topográfico da região transfronteiriça da Serra do Divisor – Fonte: Mapa interativo disponível em < https://pt-br.topographic-map.com/ >.....	20
Croqui 5 - Localização aproximada de registro de presença de isolados, zonas de perambulação de narcotraficantes e reservas indígenas no Peru.	21
Croqui 6 - Croqui da Audiência Pública realizada em outubro de 2003	30
Croqui 7 - Localização aproximada dos grupos de língua Pano, mapa elaborado a partir de mapas de Erikson, 1992 e Aguiar, 2018.	46
Croqui 8 - Migrações Nawa	60
Croqui 9 - Em azul a bacia do rio Moa, em verde hachurado terras indígenas já reconhecidas	70
Croqui 10 - Localização das malocas antigas dos Nawa.....	83
Croqui 11 – Distribuição atual de casas por aldeia na TI Nawa.....	86
Croqui 12 - Localização das casas Nawa na Terra Indígena	89
Croqui 13 - Localização das casas da aldeia Novo Recreio	99
Croqui 14 - Áreas de relevante interesse na aldeia Novo Recreio	101
Croqui 15 - Localização das casas da aldeia Pijuca	110
Croqui 16 - Trilhas de invasão pelo Rio Azul em vermelho	111
Croqui 17 – Em destaque a Bacia do Rio Azul	112
Croqui 18 - Áreas de relevante interesse Aldeia Pijuca	112
Croqui 19 - Localização das casas da Aldeia Boca Tapada	114
Croqui 20 - Áreas de relevante interesse Aldeia Boca Tapada	120
Croqui 21 - Localização das casas da Aldeia Sete de Setembro	123
Croqui 22 - Localização das casas da aldeia Zumira.....	130
Croqui 23 - Áreas relevantes da aldeia Zumira	134
Croqui 24 - Vestígios de isolados. Dados da Universidad Autónoma del Perú	141
Croqui 25 - Principais áreas de extrativismo (traços laranja representam piques de caça).	158
Croqui 26 - Piques de caça	175
Croqui 27 - Em laranja, principais cursos d'água da área de pesca da TI Nawa	183
Croqui 28 - localização de sítios arqueológicos na região da TI registrados no Cadastro do Iphan.	203
Croqui 29 - Autos de infração. Fonte ICMBio	220
Croqui 30 - Croqui da TI Nawa produzido durante os estudos de identificação em 2003.	229
Croqui 31 - Distribuição das unidades de atendimento do DSEI, município de Mâncio Lima. In: Relatório Situacional do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá 2023	236
Croqui 32 - Localização dos sítios arqueológicos na TI Nawa. Fonte: Relatório n.º 002/2015/Iphan: 3.....	256
Croqui 33 - Localização das ocupações não indígenas com incidência na TI Nawa ...	276

Croqui 34 – Localização das Ocupações não indígenas sobre seringais identificados no mapa do MMA	280
--	-----

Índice de Mapas

Mapa 1 - Localização da proposta da rodovia Pucallpa – Cruzeiro do Sul Fonte: Koga DM. et. al., 2022: 49:74–82.....	22
Mapa 2 - Área de influência e hidrografia impactada pela rodovia proposta.....	23
Mapa 3 - Área de influência e hidrografia impactada pela rodovia proposta.....	24
Mapa 4 - Mapa do RCID elaborado pelo GT Portaria n.º 1.071/PRES/03.	32
Mapa 5 - Corte ao sul, do P-09 ao P-15, decidido pelo juiz. Fonte: Documento SEI n.º 0036207, pág. 45	34
Mapa 6 - Ocupação dos povos pano - ERIKSSON, 1992, p. 242	47
Mapa 7 - Localização da Bacia do rio Juruá - Mapa de Victoria Varela/WWF-Brasil..	48
Mapa 8 - Recorte do Mapa Curt Nimuendajú, destaque para ocupação Pano em cor rosa.	50
Mapa 9 - Recorte sobre mapa do MMA 2008 “Mapa Fundiário PNSD”: 30 – Seringal Porto Rico; 31 – Seringal Valparaíso e Fortaleza; 32 – Seringal Aquidabam; 34 – Seringal Novo Recreio; 35 – Seringal República, 36 – Seringal Gibraltar e 37 – Seringal Monte Alegre	72
Mapa 10 - Recorte sobre Mapa de vestígios de Isolados - Universidad Autónoma del Perú	140
Mapa 11 - Estado do Acre - Fonte IBGE	199
Mapa 12 - Mapa Geodiversidade do Estado do Acre – Fonte: Serviço Geológico do Brasil - Ministério de Minas e Energia (https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/13676)	200
Mapa 13 - Domínio geomorfológico serra do Divisor - Serviço Geológico do Brasil, 2015	201
Mapa 14 - Localização dos principais sítios fossilíferos investigados pelo LPP/UFAC. Nota: 1 – Patos, 2 – Cavalcante, 3 – Cachoeira do Bandeira, 4 – Niterói, 5 – Lula, 6 – Talismã, 7 – Morro do Careca; 8 – Rio Moa. Fonte: Souza-Filho, 2015.	202
Mapa 15 - Formações geológicas do estado do Acre. Fonte: IBGE, 2010.....	203
Mapa 16 - Bacias Hidrográficas do Estado do Acre - Fonte SEMA/AC	204
Mapa 17 - Mapa das sub-bacias hidrográficas do estado do Acre. Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos de Acre, 2012	205
Mapa 18 - Divisão de Áreas Protegidas e Biodiversidade/SEMAPI.....	206
Mapa 19 - Terras Indígenas no Estado do Acre	208
Mapa 20 - Solos do Estado do Acre - SEMA/AC 2011	211
Mapa 21 - Vegetação do Estado do Acre - SEMA/AC 2011	212
Mapa 22 - Área de pastagem. Fonte: Koga, 2019	221
Mapa 23 - Mapa da Delimitação	302

Índice de Imagens

Imagem 1 – Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Novo Recreio Rio Môa e Ig. da Velha.....	102
Imagem 2 - Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Novo Recreio Igarapé Pijuca	102
Imagem 3 – Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Novo Recreio Rio Moa	103
Imagem 4 - Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Novo Recreio Rio Môa – Foz do Ig. Novo Recreio	104
Imagem 5 - Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Novo Recreio Ig. Novo Recreio.....	105
Imagem 6 - Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Pijuca	113
Imagem 7 - Imagem de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Boca Tapada.....	121
Imagem 8 - Imagem de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Sete de Setembro.	127
Imagem 9 - Imagem de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Zumira	135
Imagem 10 - Decreto Presidencial de 17/09/2002, DOU n.º 181, página 3.....	287

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - População total Nawa em terra indígena.....	91
Gráfico 2 - Levantamento do GT em 2003	91
Gráfico 3 - Comparação entre dados censitários de campo de 2003 e 2023 por curso d'água	92
Gráfico 4 - Pirâmide etária em 2003 – Dados do GT 2003	93
Gráfico 5 - Pirâmide etária em 2023 – Dados de campo do GT 2023	93
Gráfico 6 - População total Novo Recreio – Dados coletados em campo pelo GT em 2023	95
Gráfico 7 - População Novo Recreio por sexo	96
Gráfico 8 - Pirâmide Etária da população de Novo Recreio	96
Gráfico 9 - Número total de pessoas por grupo etário em Novo Recreio	96
Gráfico 10 - População total Pijuca.....	106
Gráfico 11 - População Pijuca por sexo	107
Gráfico 12 - Pirâmide Etária da população de Pijuca.....	108
Gráfico 13 - Número total de pessoas por grupo etário em Pijuca.....	108
Gráfico 14 - População total Boca Tapada.....	115
Gráfico 15 - População Boca Tapada por sexo	115
Gráfico 16 - Pirâmide Etária da população de Boca Tapada.....	116
Gráfico 17 - Número total de pessoas por grupo etário em Boca Tapada.....	116
Gráfico 18 - População Total Aldeia Sete de Setembro por grupo etário	123
Gráfico 19 - População da aldeia Sete de Setembro por sexo	124
Gráfico 20 - Pirâmide etária da aldeia Sete de Setembro	125
Gráfico 21 - Número total de pessoas por grupo etário em Sete de Setembro.....	125
Gráfico 22 - População Total Aldeia Zumira por grupo etário	128
Gráfico 23 - Censo demográfico aldeia Zumira – Dados de campo do GT em 2023 ..	128
Gráfico 24 - População da Aldeia Zumira por sexo	129
Gráfico 25 - Pirâmide Etária Aldeia Zumira	129
Gráfico 26 - Número total de pessoas por grupo etário em Zumira	130
Gráfico 27 - Gráfico conjunto da pluviosidade média mensal de estações pluviométricas na Bacia do Rio Juruá. Fonte Plano Hídrico Estadual do Acre 2012.....	210
Gráfico 28 - Regimes de vazões na Bacia do rio Juruá – Plano Estadual de Recursos Hídricos, 2012.	219
Gráfico 29 - Casos de Infecção Respiratória Aguda Polo Base Mâncio Lima in: Plano de Contingência do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas 2020	233
Gráfico 30 - Casos de Síndrome Gripal 2018 a 2022 - DSei ARJ	233
Gráfico 31 - Distribuição dos óbitos por faixa etária nos últimos 5 anos. Relatório Situacional do DSEI Alto Rio	235
Gráfico 32 - Comparação de dados de taxa de natalidade de 2003 e 2023. Dados dos GTs.	237
Gráfico 33 - Taxa de natalidade: comparação 2003/2023 e projeção até 2033.....	238
Gráfico 34 - População Nawa na TI - projeção até 2033	238

INTRODUÇÃO

O artigo 231 da Constituição Federal da República, promulgada em 1988, reconheceu aos povos indígenas no Brasil o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam, estabelecendo o dever da União de demarcá-las. Assim, por força da Constituição Federal, o Poder Público está obrigado a promover o reconhecimento das terras indígenas, para isso o texto constitucional foi além, e definiu as terras tradicionalmente ocupadas.

Art.231. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A lei n.º 6.001 de 1973, por vezes denominada “estatuto do índio”, ainda vigente, já propunha antes da constituição de 1988, no artigo 19, que as terras indígenas deveriam ser administrativamente demarcadas, e para isso o poder executivo deveria emitir decreto específico estabelecendo processo e procedimentos.

Atualmente, o processo administrativo de demarcação de terras indígenas é regulado pelo decreto n.º 1.775, de 08 de janeiro de 1996 e pela Lei n.º 14.701/2023.

Conforme o conceito constitucional do art. 231 e as disposições do decreto n.º 1.775/96, as terras indígenas são identificadas e delimitadas por meio de estudos antropológicos, etnohistóricos, ambientais, cartográficos e de natureza fundiária. Aos grupos técnicos (GT), designados pela presidência da Funai, é atribuído a tarefa de executar estes estudos multidisciplinares que deverão ser consolidados em um relatório circunstanciado de identificação e delimitação (RCID), um documento cujas regras de elaboração estão definidas pela Portaria n.º 14 do Ministério da Justiça, de 09 de janeiro de 1996.

Posto isso, o presente relatório circunstanciado de identificação e delimitação (RCID) segue, na sua composição, as regras estabelecidas na referida Portaria ministerial, tendo o levantamento dos dados aqui apresentados se orientado pelas disposições constitucionais e pelo decreto n.º 1.775/1996, bem como pela regulamentação prevista na lei n.º 14.701, de 28 de dezembro de 2023.

Promulgada no final de 2023, a lei n.º 14.701/2023, atualmente em vigor, estabeleceu o marco temporal da ocupação e trouxe novos quesitos para a demarcação de

terras indígenas, sobretudo quanto a notificação e participação de interessados, vedação ao redimensionamento das terras indígenas já demarcadas e indenização pelo valor da terra nua. Considerando que o presente relatório se apoia em estudos iniciados no começo dos anos 2000, o procedimento administrativo, pelo qual tramita os estudos aqui consolidados, foi adequado às novas disposições impostas pela lei n.º 14.701/2023.

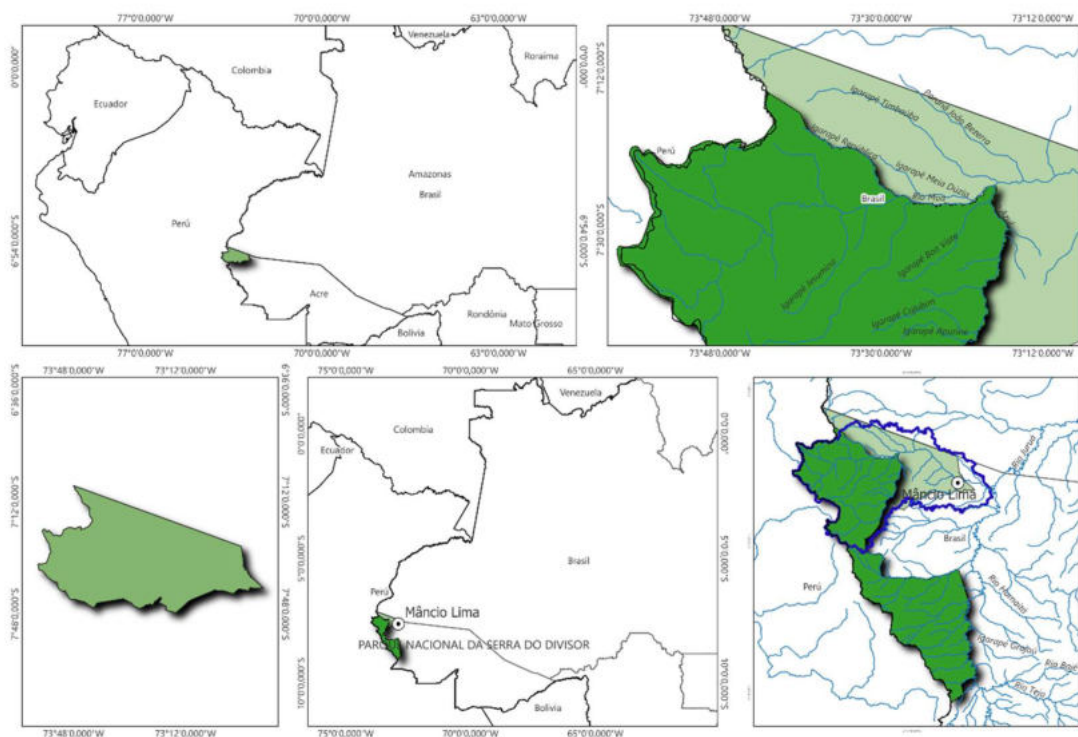
Destaca-se que no momento da elaboração desse relatório, esse dispositivo foi objeto das ações de controle de constitucionalidade concentrado no Supremo Tribunal Federal, onde também ocorreu um processo de conciliação para as controvérsias suscitadas pelo conflito entre suas inovações e a decisão do STF no Tema 1031. O que significa que outras inovações procedimentais podem surgir antes da aprovação deste RCID pela Presidência da Funai.

O presente RCID compila e articula entre si os estudos multidisciplinares de natureza histórica, antropológica, ambiental e fundiária necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Nawa, ocupada tradicionalmente pelo povo indígena Nawa, no rio Môa, no município de Mâncio Lima, no Acre. Esses estudos se iniciaram a partir da realização de um levantamento prévio da reivindicação fundiária nawa realizado em 2003 por profissionais designados pela Instrução Executiva Funai n.º 85/DAF, de 17 de junho de 2003. Em decorrência desse levantamento, foi publicada a Portaria n.º 1.071/PRES, de 14 de novembro de 2003, que designou grupo técnico, nos termos do Decreto n.º 1.775/96, sob a coordenação do antropólogo doutor Cloude de Souza Correia, na época consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Desde o levantamento prévio até a consolidação desta versão final foram mais de 20 anos. A Portaria Funai n.º 1.071/PRES/2003 foi alterada pela Portaria Funai n.º 885/PRES, de 01 de julho de 2004 e por último pela Portaria n.º 650/Funai, de 19 de abril de 2023, que alterou todos os componentes do GT, designando como antropóloga-coordenadora a especialista em indigenismo e doutora em antropologia, Ruth Danielle Beirigo Lopes, servidora lotada na Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação, da então Diretoria de Proteção Territorial da Funai, hoje Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas – Didem. Foram incluídos nesta portaria:

- i. Terri Valle de Aquino, mestre em antropologia, indigenista e ex-servidor da Funai, atuando como colaborador eventual, na função de antropólogo-assistente do GT;

- ii. Bernardo Natividade Vargas da Silva, geógrafo de formação, doutorando em antropologia, na época auxiliar em indigenismo lotado na Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, com experiência de atuação na Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação, da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, na função de profissional da área ambiental e
- iii. Ruama Alves Santos de Almeida, chefe da Coordenação Técnica Local em Mâncio Lima, vinculada à Coordenação Regional do Juruá, como assistente do GT.

A terra indígena Nawa, de ocupação tradicional do povo Nawa, está localizada no extremo oeste do estado do Acre, no rio Môa, no município de Mâncio Lima, região do alto rio Juruá, área em que a porção norte do Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD) se sobrepõe.



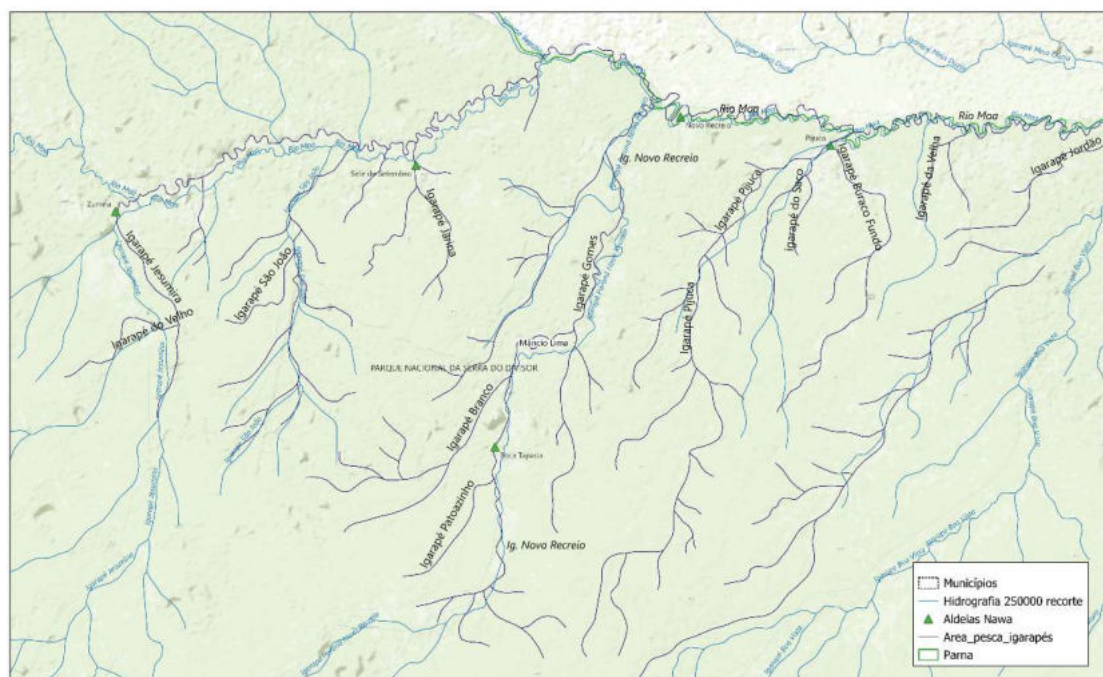
Croqui 1 - Localização: Parque Nacional da Serra do Divisor, Bacia do rio Moa em destaque com contorno azul e sede do município de Mâncio Lima/AC.

Os parâmetros metodológicos empregados para levantamento das informações dispostas neste relatório se sustentam no método etnográfico e no trabalho de campo

precedido de pesquisa em fontes secundárias como documentos administrativos, jurídicos e da literatura acadêmica. As práticas etnográficas típicas da antropologia social foram adaptadas à natureza administrativa do procedimento, que não favorece períodos de longa permanência em campo, nem a prática da observação participante, concentrando-se sobretudo em levantamentos participativos inspirados no método de diagnóstico participativo, como entrevistas semiestruturadas, diálogos, mapeamentos participativos e caminhadas guiadas. Mais detalhes sobre os métodos empregados serão pormenorizados à frente.

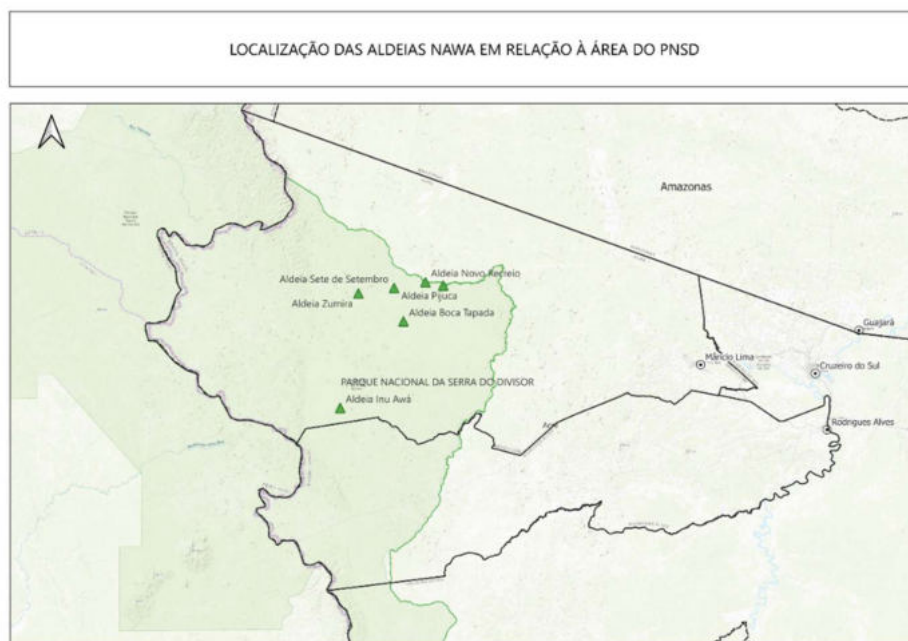
A Terra Indígena Nawa

Na margem direita do rio Moa e ao longo dos igarapés Buraco Fundo, Pijuca, Novo Recreio, da Velha, Jarina, Venâncio e Jesumira estão seis aldeias habitadas pelo povo Nawa: Novo Recreio, Pijuca, Zumira, Sete de Setembro, Boca Tapada e Inu Awá.



Croqui 2 - Principais igarapés onde se localizam as aldeias Nawa

Na área administrada pelo município de Mâncio Lima, a terra indígena Nawa tem integralmente sobreposta a sua área o Parque Nacional da Serra do Divisor – PNSD.



Croqui 3 - Localização aproximada das aldeias, a sede de Mâncio Lima e o Parna Serra do Divisor.

Criado pelo Decreto n.º 97.839, de 16 de junho de 1989, com 843.012,28 ha¹, o Parque Nacional da Serra do Divisor incidiu sobre o território de diversos grupos sociais, entre eles do povo indígena Nawa, englobando antigos seringais, fazendas, posses e outras formas de organização fundiária. Quarto maior parque nacional do Brasil, o PNSD engloba terras pertencentes a cinco municípios acreanos: Marechal Thaumaturgo, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima e Porto Valter.

Conforme o plano de manejo do PNSD, há uma considerável população humana utilizando diretamente seus recursos, estimada no final dos anos 1990 em cerca de 3.115 pessoas no interior do Parna (Plano de Manejo, 1998: 5-169-170). Dados do IBGE do Censo de 2022 apontam para uma população residente de 1.944 pessoas, sendo 439 delas autodeclaradas indígenas². A grande parte dos ocupantes são posseiros, filhos de ex-seringueiros que atualmente se dedicam à agricultura de subsistência, à extração de

¹ Segundo os limites do Decreto de Criação, a área do PNSD é de 843.012,28 ha, diferente da área indicada no Memorial Descritivo de 605 mil ha, consta no plano de manejo que isso se deu em razão de um equívoco na denominação de um igarapé na porção sul. Não obstante, em consulta ao site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, em outubro de 2024, a área do parque é de 837.555,19 hectares.

² No Censo Demográfico 2022, definiu-se como indígena a pessoa residente em localidades indígenas que se declarou indígena pelo quesito de cor ou raça ou pelo quesito se considera indígena; ou a pessoa residente fora das localidades indígenas que se declarou indígena no quesito de cor ou raça.

borracha e fibras, além da caça e da pesca e criação de gado e pequenos animais. Desses, de acordo com levantamentos feitos pelo GT em 2023, 318 pessoas se identificam como Nawa.

Partindo do município de Cruzeiro do Sul, alcança-se a cidade limítrofe de Mâncio Lima em 40 minutos pelas estradas AC-405 e BR-364. De Mâncio Lima, a partir do porto Japiim chega-se por via fluvial a terra indígena Nawa pelo rio Moa.

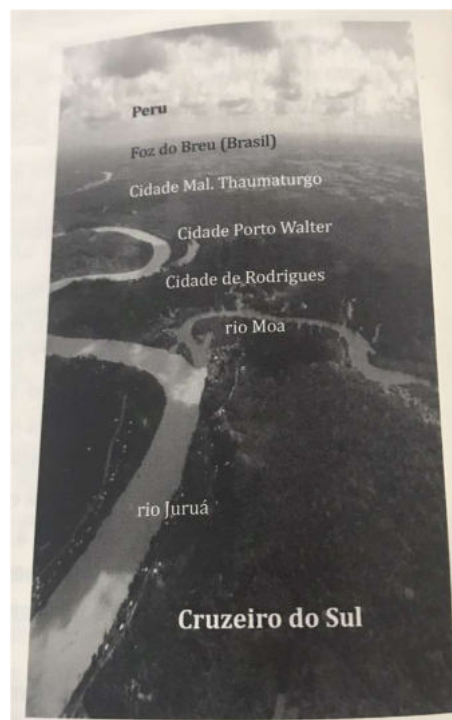


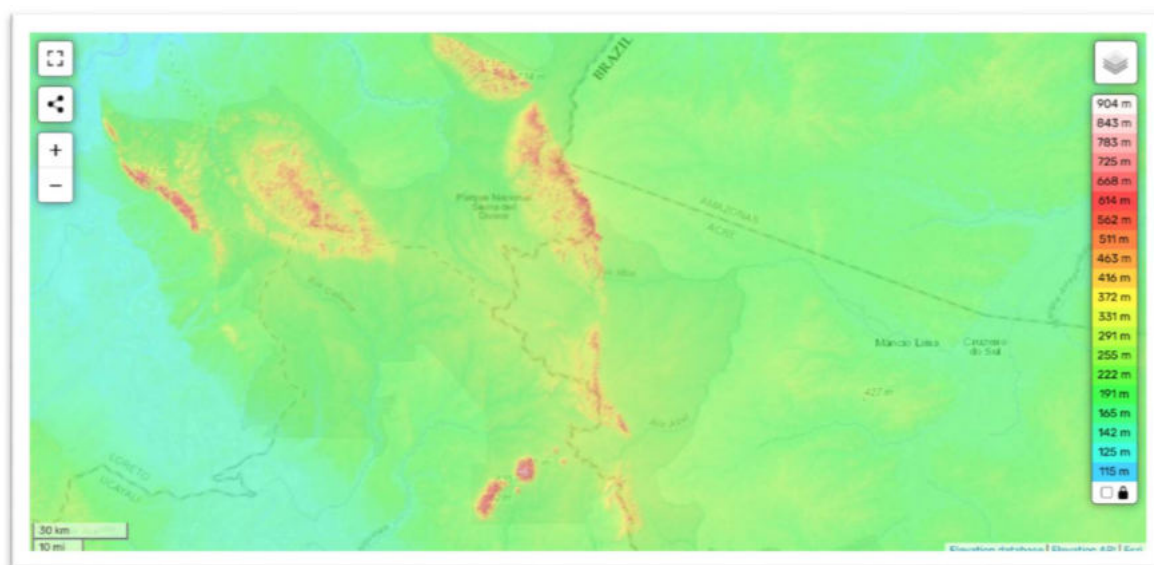
Foto 1 - Porto Japiim, foto à esquerda do GT 2023; Rio Juruá e Moa: foto à direita extraída de Araújo 2016;

Na época do inverno amazônico é possível navegar por canoa, baleeira ou batelão, com motor de popa ou de rabeta³. Com essas embarcações é possível chegar em 10 horas a confluência entre o rio Moa e o igarapé Novo Recreio, de voadeira com motor 40 há, em 6 horas. No verão, período mais seco em que o nível das águas é mais baixo e há formação de muitos balseiros, o acesso é possível apenas por canoas ou botes de alumínio com motor rabeta. Em um motor rabeta de 13 hp, chegar à confluência do Moa com o igarapé Novo Recreio pode levar mais que o dobro do tempo que no inverno.

³ As baleeiras e batelões são embarcações de madeira de médio porte. As baleeiras são usadas no rio Moa para transporte sobretudo de gado. Os batelões transportam pessoas e algumas cargas como bananas e farinha.

A TI Nawa encontra-se na margem direita do rio Moa, um dos principais afluentes do rio Juruá, está situada na zona de Floresta Tropical Úmida, nela ocorrendo dois principais Sistemas Ecológicos Regionais: Floresta Tropical Densa Aluvial de Terraços que ocorre nas partes mais altas, Floresta Tropical Aberta nas partes mais baixas, onde coexistem uma grande diversidade de formações vegetais, com formações florestais de distribuição restrita, como buritizais, tabocais, cipoais, jarinais e caranaízais. Além do rio Moa e do Igarapé Novo Recreio, a área é composta por furos, nascentes e outros cursos d'água importantes que perfazem os limites da terra, como o igarapé Jesumira, o igarapé do Velho, o igarapé Paxiubal e o igarapé Jordão. Ao longo desses e outros igarapés menores ocorrem vegetações tolerantes a inundação periódica onde são formados igapós.

Aos pés da Serra do Divisor, uma das regiões mais biodiversas da Amazônia, com a presença de várias espécies endêmicas vegetais e animais, a TI Nawa é vizinha ao ecossistema andino, numa região de transição entre as terras baixas da Amazônia e as montanhas dos Andes.

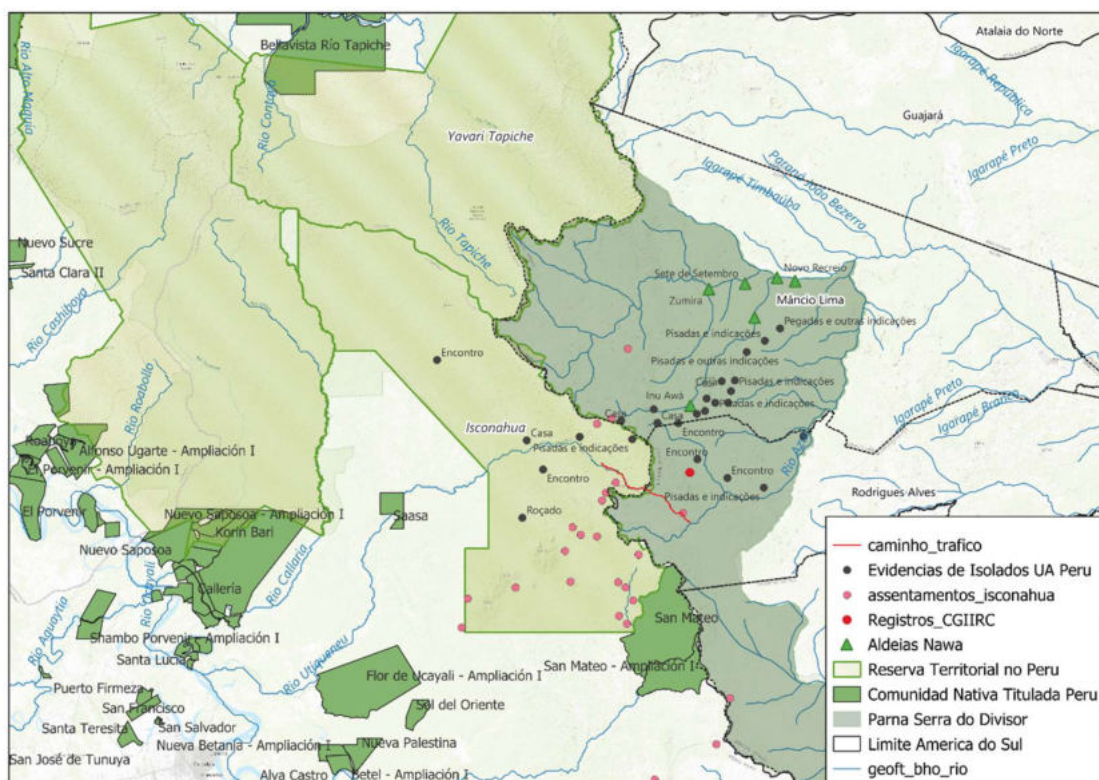


Croqui 4 - Mapa Topográfico da região transfronteiriça da Serra do Divisor – Fonte: Mapa interativo disponível em <<https://pt-br.topographic-map.com/>>

Praticamente toda a extensão territorial do estado do Acre está inserida em faixa de fronteira, isto é 150 km ao longo das fronteiras terrestres e a TI Nawa está situada nesta faixa de fronteira com o Peru. Terras indígenas localizadas em faixa de fronteira sempre suscitaram preocupações relativas a soberania nacional e defesa do ordenamento

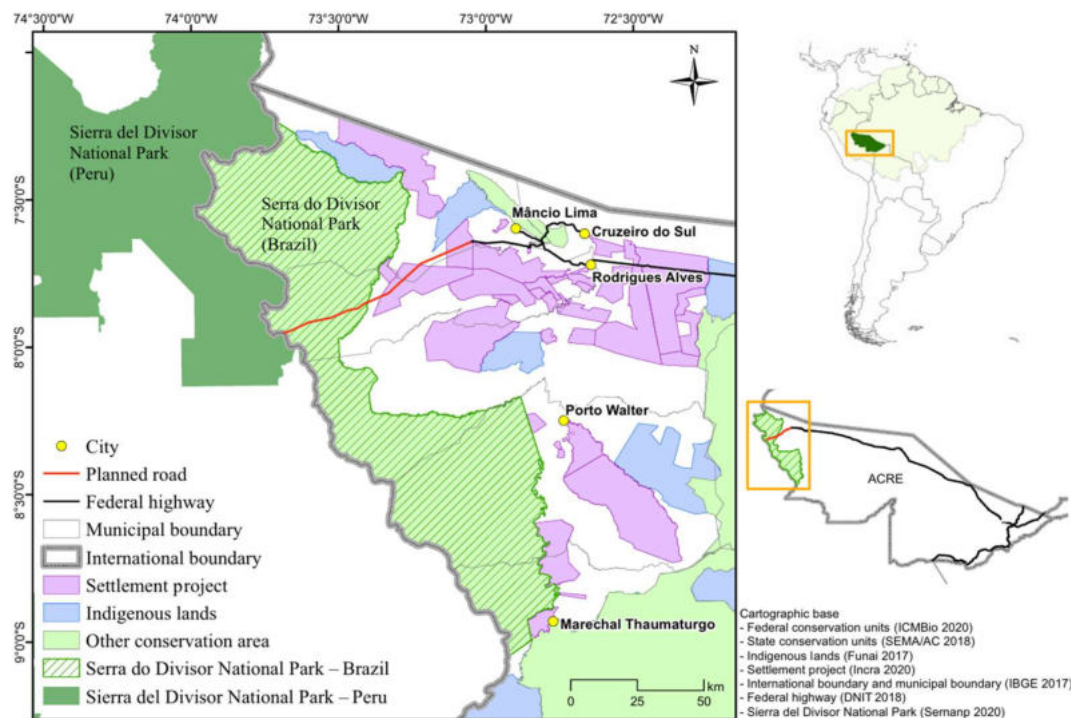
territorial. Os limites da TI Nawa, como veremos, como muitas terras indígenas no Acre, foram objeto de questionamentos nesse sentido.

A TI Nawa se localiza em uma paisagem de floresta exuberante, tendo como vizinhos fronteiriços no Peru parques nacionais, reservas indígenas e zonas de perambulação de narcotraficantes e grupos de indígenas isolados.



Croqui 5 - Localização aproximada de registro de presença de isolados, zonas de perambulação de narcotraficantes e reservas indígenas no Peru.

O Parque é objeto de um projeto de lei que propõe a recategorização do Parna como área de proteção ambiental - APA. O que em certo sentido seria uma alternativa para compatibilizar a proteção da biodiversidade com a presença de comunidades tradicionais na área. No entanto, há uma perspectiva de intenso impacto socioambiental na mudança, já que uma das motivações é tornar viável a construção de uma estrada entre Cruzeiro do Sul (AC) e Pucallpa, no Peru. Com 220 km de extensão, a rodovia conectaria comercialmente o estado do Acre à região do Ucayali, no Peru, atravessando no Brasil a área do Parque e de assentamentos, e no Peru, o Parque Sierra Nacional Sierra del Divisor (homônimo do parque brasileiro) e a Reserva Indígena Isconahua, cruzando os territórios de comunidades indígenas.



Mapa 1 - Localização da proposta da rodovia Pucallpa – Cruzeiro do Sul Fonte: Koga DM. et. al., 2022: 49:74–82.

Apesar de não se sobrepor a área Nawa, o desenho da proposta é bem próximo (cerca de 20 km) do limite sul da TI e do registro brasileiro de presença de indígenas isolados, e menos de 5 km da TI Poyanawa. Como se observa nos mapas abaixo, tanto a bacia do rio Moa quanto a TI Nawa estão na área de influência de proposta da rodovia. Recentemente, a Justiça Federal suspendeu a construção da rodovia pela ausência de estudos de viabilidade técnica e de consulta aos povos indígenas afetados.

Um estudo do Centro Tropical de Ciência Ambiental e de Sustentabilidade da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade James Cook, na Austrália, apresenta dados alarmantes sobre os impactos ambientais de empreendimentos rodoviários.

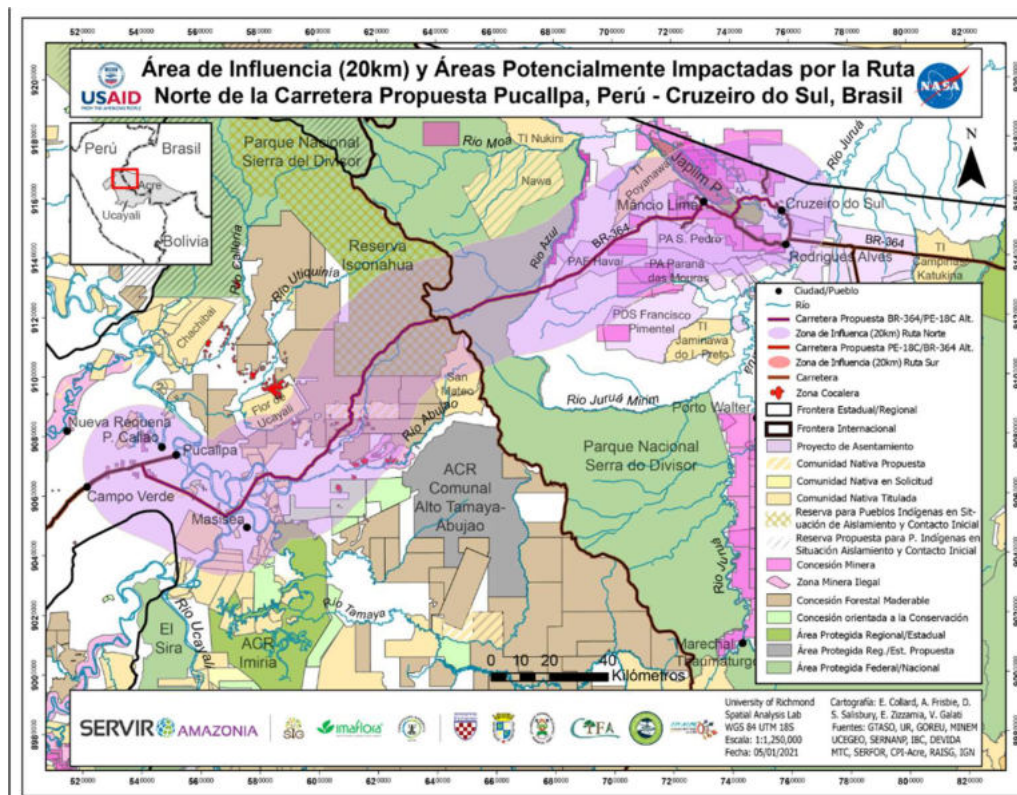
Na Amazônia brasileira, 95% de todo o desmatamento ocorre dentro de 5,5 km de uma estrada pavimentada ou não pavimentada. Em regiões florestadas, novas estradas aumentam drasticamente a acessibilidade humana, transformando fundamentalmente a dinâmica econômica e social e aumentando a migração para as fronteiras florestais. Os impactos ambientais da colonização florestal podem ser diversos, incluindo aumento de incêndios, especulação de terras, mineração ilegal, caça furtiva, roubo de madeira e desmatamento para produção de drogas ilícitas. [...]

Em regiões tropicais úmidas, a erosão rápida de estradas e os pulsos pesados resultantes de sedimentos em riachos e rios elevam a turbidez e a temperatura da água, reduzem o conteúdo de oxigênio dissolvido e alteram os regimes

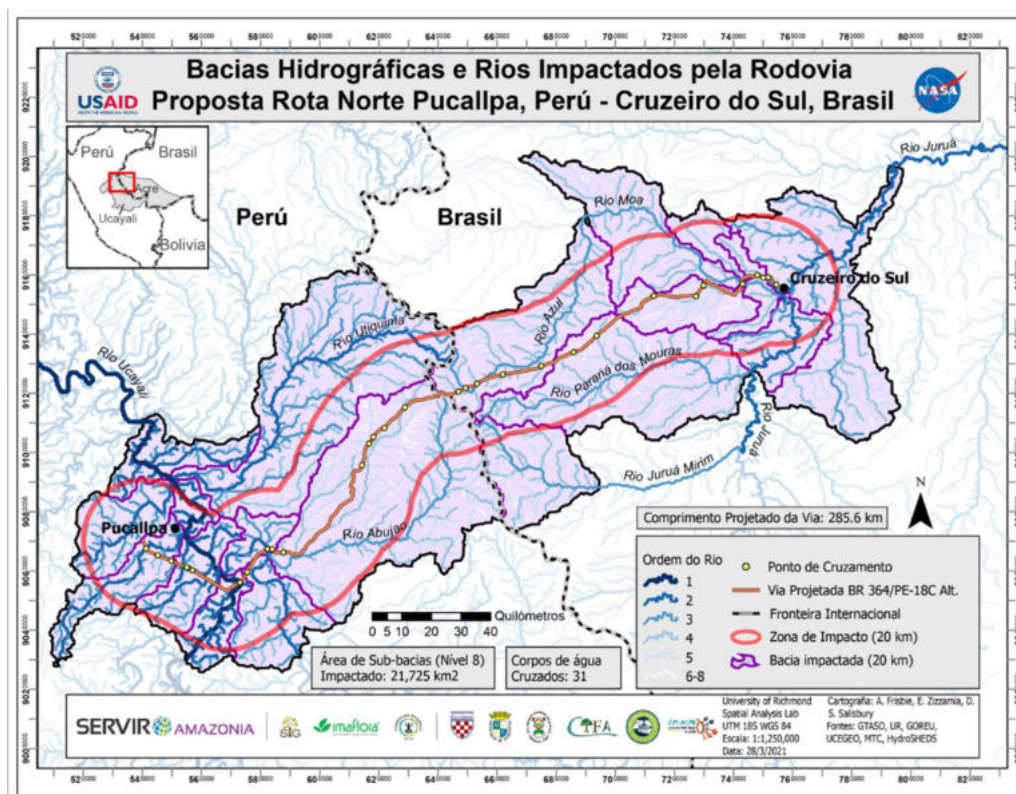
naturais de fluxo. As entradas de lodo e nutrientes nos ecossistemas de água doce também podem promover a eutrofização, que pode matar peixes sensíveis e invertebrados de água doce. [...]

O desenvolvimento de estradas em áreas remotas, por exemplo, pode levar a aumentos na extração ilegal de madeira, mineração, caça furtiva, contrabando e produção e drogas [...] Projetos de estradas em áreas de fronteira geralmente levam a um influxo de trabalhadores migrantes ou colonos, com impactos potencialmente adversos sobre os habitantes locais.

Para grupos indígenas em áreas remotas, novas estradas podem ter efeitos irrevogáveis. As estradas dizimaram algumas populações indígenas por meio de doenças introduzidas e migração forçada ou voluntária. Na década de 1970, a construção da Rodovia Transamazônica resultou na morte de 45% de um grupo indígena em um único ano. As estradas que penetram em territórios tribais podem levar a um influxo de posseiros não indígenas e especuladores de terras que buscam títulos de propriedade apropriados. Impactos adicionais, como abuso de álcool, prostituição, mineração ilegal e dominação social por colonos podem surgir. (Mohammed Alamgir et al. 2017, tradução livre).



Mapa 2 - Área de influência e hidrografia impactada pela rodovia proposta



Mapa 3 - Área de influência e hidrografia impactada pela rodovia proposta

Histórico do processo administrativo de identificação e delimitação

O procedimento dedicado ao reconhecimento dos direitos fundiários dos indígenas Nawa no Rio Moa é composto pelos seguintes trâmites administrativos:

- Processo n.º 08620.002058/2000-19, classificado sob a tipologia de Identificação e Delimitação, onde estão reunidos todos os documentos públicos, cartas, ofícios, subsídios técnicos, trâmites para composição de grupos técnicos, informações técnicas, que contam o histórico da reivindicação fundiária dos Nawa, as peças técnicas e relatórios produzidos no âmbito dos trabalhos do GT de 2003, e outros expedientes administrativos diversos, necessários e subsidiários às ações de identificação e delimitação, além das decisões judiciais e documentos relacionados às tratativas administrativas para a possibilidade de superação do impasse jurídico sobre os limites da terra indígena.

- Processo n.º 08620.000928/2004-31, também de tipologia Identificação e Delimitação; onde consta o Diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, elaborado no início dos anos 2000;
- Processo n.º 08620.001550/2004-92, outro também classificado como Identificação e Delimitação, é o processo em que foi acostado o Relatório do levantamento prévio das TIs Nawa e Nukini;
- Processo n.º 08620.001650/2004-19 de estudos de natureza fundiária;
- Processo n.º 08620.005584/2023-19, de tipologia de Estudos Multidisciplinares, dedicado quase exclusivamente a documentos rascunho relacionados a atividades de campo, orientação, acompanhamento e elaboração e apreciação de peças técnicas relacionadas ao procedimento de identificação e delimitação da TI;
- Processo n.º 08620.012027/2022-73, de tipo Demanda Externa, composto por diversos documentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para ciência Funai, que tratam da sobreposição entre a Terra Indígena Nawa e a Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Nacional da Serra do Divisor e de autos de infração em face de indígenas Nawa;
- Processo n.º 08620.005807/2023-48, de logística, onde constam as tratativas, planejamento e impulsos administrativos para a realização das atividades de campo do GT da Portaria Funai n.º 650/2023 e n.º 1250/2024, e
- Processo n.º 08620.000897/2024-61, onde consta levantamento das informações cartográficas produzidas pelo GT da Portaria Funai n.º 650/2023.

É a partir desses processos administrativos que a seguir vamos recuperar alguns fatos relevantes ocorridos nos últimos 30 anos, com o objetivo de apresentar o contexto e a natureza dos entraves que se interpuseram ao andamento do procedimento de identificação e delimitação da TI Nawa, desde a sua reivindicação até hoje.

A reivindicação fundiária da TI Nawa inicia-se no contexto da consolidação do Parque Nacional da Serra do Divisor - PNSD e, nesse sentido, a elaboração do panorama antes da reivindicação é fundamental para contextualizar a demanda.

Como já relatado diversas vezes nos autos do processo de identificação (08620.002058/2000-19), e em breve síntese, o PNSD foi criado em 1989, como uma

unidade de conservação de proteção integral sobre uma área de antigos seringais e ocupada por centenas de famílias. Antes da elaboração do plano de manejo do parque, mais precisamente em 1993, devido ao impacto dessa unidade de conservação de proteção integral sobre o território de muitos grupos sociais, o Ministério Público Federal determinou a realização de uma perícia antropológica. Como resultado dessa perícia na região norte do parque, nos rios Azul e Moa, a antropóloga designada para a perícia, Edilene Coffaci de Lima, recomendou a conversão do parque em Reserva Extrativista, a fim de garantir a permanência das várias famílias nos seus territórios (Lima, 1993).

A sugestão de conversão do parque em reserva extrativista não foi levada adiante e ao longo dos anos pelos quais se estendeu a regularização do PNSD nenhuma ação de gestão territorial foi desenvolvida nessas áreas ocupadas.

Em razão da mora em instalar a unidade de conservação, em 1998, o MPF propôs a Ação Civil Pública n.º 1998.30.00.002586-0 [atual n.º 0002588-07.1998.4.01.3000] em face do Ibama e da União. Em decorrência dessa ACP, foram feitos levantamentos para elaboração do plano de manejo do Parque, ocasião em que os moradores do parque foram informados de seu futuro reassentamento. Com a conscientização dos diversos grupos sociais sobre sua nova condição de “povos residentes” em parques nacionais (Brechin e West, 1991), uma série de descontentamentos surgiu, gerando animosidade nas relações entre moradores, servidores do Ibama e ambientalistas da organização da sociedade civil SOS Amazônia, que passaram a intensificar as ações de fiscalização pelo órgão ambiental, dificultando as atividades produtivas tradicionais dos moradores.

Nesse momento de descontentamentos e resistência à proposta de desalojar as famílias residentes na área do parque, apenas um ano após a conclusão do plano de manejo, diversas famílias indígenas, autodenominadas Nawa, passaram a reivindicar o território por elas ocupado de forma tradicional. Confirmando, assim, informações históricas sobre a presença indígena na região do rio Moa, onde veio a ser a área norte do parque.

Essas informações constam na historiografia e nos relatórios de identificação e delimitação da Terra Indígena Nukini, datados de 1977 e 1984. Nestes relatórios anteriores à criação do parque, existem várias referências a famílias indígenas residindo na região do igarapé Novo Recreio, ainda que não os reconheçam especificamente como Nawa. Naquela época, um levantamento antropológico feito na região identificou os

Nukini e os Poyanawa. Sobre essa identificação, os Nawa contam que foram confundidos com os Nukini, habitantes da outra margem do rio Moa (Ykaruní Nawa, 2023).

A Funai foi informada pela primeira vez da existência de um povo denominado Nawa por integrantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de Cruzeiro do Sul, Acre, quando estes estiveram no rio Moa em 1999.

Ainda ao final do exercício de 1999 recebemos documentação de equipe do CIMI de Cruzeiro do Sul-AC, nos informando da possibilidade da existência de duas populações indígenas integradas, no vale do Juruá acreano, populações essas que não estavam sendo assistidas pela FUNAI e que estariam requerendo seus reconhecimentos étnicos enquanto povos indígenas: uma população situada no alto Juruá, próxima da sede do município de Marechal Thaumaturgo (Apolima) e outra população que habitava os igarapés Novo Recreio, Jesumina e rio Moa, dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor, no município de Mâncio Lima AC (Naua). Como a população que se considerava Naua estava dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor, de alçada administrativa do IBAMA, e sua existência traria implicações à implementação daquele PNSD, fomos procurados em início de maio/2000 pela Superintendente do IBAMA-AC, Idelcleide Rodrigues Lima, para que, conjuntamente, procedêssemos a uma vistoria junto àquela população que se dizia Naua e que nós elaborássemos um laudo antropológico, comprovando ou não a sua identidade indígena (Memo n.º 865/GAB/AER RBR, de 11 de novembro de 2000, SEI n.º 0036207, fls. 558).

A partir do convite da unidade regional do Ibama no Acre para que a Funai elaborasse um laudo antropológico acerca da identidade indígena, o então administrador regional da Funai afirmou em um relatório preliminar que parte da população residente nos igarapés Novo Recreio, Jesumira e no rio Moa era composta por indígenas Nawa. No mesmo relatório também foi destacada a necessidade de identificar e delimitar a terra de ocupação tradicional desses indígenas (Pereira Neto, 2000). No ano seguinte, em 2001, a TI Nawa passou a fazer parte do planejamento previsto no Edital do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL para ser identificadas ainda naquele ano de 2001. Porém, a etnicidade dos Nawa veio a ser questionada pelo Ibama no âmbito da já mencionada Ação Civil Pública, que na época já impedia qualquer atividade da Funai com vistas à identificação daquela terra.

Apesar da Constituição Federal de 1988 ter rompido com a ideia de tutela e com perspectiva integracionista dos povos, reconhecendo-os a partir de suas características e identidades próprias, bem como a legitimidade de suas organizações, somente com a ratificação da Convenção 169 da OIT em 2002, o Estado brasileiro reorientou sua relação com a identidade dos povos indígenas, passando a reconhecer a autodenominação. Antes disso, foi bastante comum a realização de laudos antropológicos para garantir a legitimidade de identidades autorreclamadas. Foi uma tendência diretamente relacionada

ao projeto de invasão e consolidação da ocupação da Amazônia. Nesse sentido, os laudos serviriam como instrumento jurídico para dizer quem era indígena com estigmas necessários para a categoria e quem já tinha se emancipado da responsabilidade tutelar do Estado. Um fenômeno que surge inesperadamente desse contexto foi a insurgência de etnias, justamente o contrário do que o uso de laudos para definição étnica objetivava, que era por fim a reivindicação de identidades que supostamente estariam se afastando de sua origem.

É nesse panorama que durante décadas o povo Nawa foi equivocadamente considerado extinto pela historiografia da região e pela sociedade nacional e também por isso a sua etnicidade veio a ser questionada (cf. Ykaruní Nawa, 2023). O citado relatório de 2000, que afirmava que parte da população residente nos igarapés Novo Recreio, Jesumira e no rio Moa era composta por indígenas não foi acolhida na ACP. Um memorando da ERA-Funai nos autos afirma que o Ibama considerou o relatório da Funai tendencioso e insuficiente como prova da identidade étnica indígena da população no PNSD, não servindo como laudo antropológico.

Assim, em 2001, pela Instrução Executiva n.º 67/DAF, de 14 de junho de 2001, a Funai determinou a realização de um levantamento preliminar sobre a situação de diversas comunidades e terras indígenas localizadas no Estado do Acre e no sul do Amazonas. No relatório desse levantamento, foi novamente sugerida a necessidade de realizar a identificação e delimitação da Terra Indígena Nawa (Coutinho, 2001).

Contudo, esses relatórios não foram considerados suficientes pela Justiça Federal do Estado do Acre para o reconhecimento da etnicidade dos Nawa e, em 2002, para compor peça judicial, foi contratada como perita pelo Ibama a antropóloga Delvair Montagner, para elaborar outro relatório, respondendo a diversos quesitos, entre eles alguns relacionados a etnicidade daquele povo. Nesse último relatório a etnicidade Nawa é entendida como um caso de “etnogênese”, de uma população que havia sido massacrada no passado, assumido outras identidades e, agora, voltava a se assumir como indígena (Montagner, 2002).

Depois de comprovada a identidade étnica do grupo por meio de uma perícia antropológica, a Funai foi chamada a ingressar na lide. Cerca de um ano depois, pela Instrução Executiva n.º 85/DAF/FUNAI, de 17 de junho de 2003, a Funai designou uma equipe, composta pelo antropólogo Cloude de Souza Correia, por um profissional da área ambiental do Ibama e por um sertanista da Funai, para realizar um levantamento prévio

das reivindicações territoriais dos indígenas Nawa e Nukini. Esse levantamento confirmou incidir parte dos limites do parque nacional na totalidade do território de ocupação tradicional dos Nawa, tendo sido estimada pela Funai, com base em croqui elaborado pelo povo Nawa, uma superfície aproximada de 85.500 hectares para a terra indígena reivindicada e com uma população em cerca de 300 pessoas autoidentificadas como Nawa.

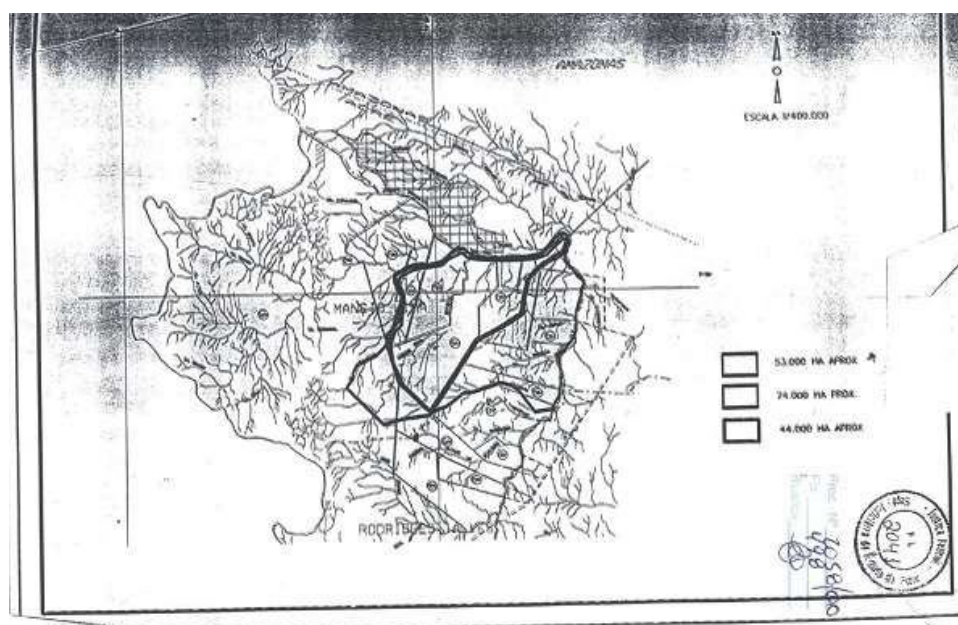
Enquanto era realizado o levantamento prévio, pela decisão de 07 de agosto de 2003, o Juiz Federal da 1ª Vara do Estado do Acre marcou uma Audiência Pública para a antropóloga perita prestar esclarecimentos conclusivos sobre o quesito: “os moradores do igarapé Novo Recreio são Nawa”. Na decisão mencionada, havia ainda a proposta de estabelecer um acordo, entre Funai e liderança Nawa, de um lado, e Ibama e SOS Amazônia, do outro, para tornar o território ocupado pelos Nawa uma área indígena do parque nacional, uma “zona de superposição entre área indígena e unidade de conservação”, onde “tal zona resguardaria, simultaneamente, o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito fundamental do indigenato, coordenando os princípios constitucionais respectivos” (processo administrativo Funai n.º 08620.000928/2004-31; documento SEI Funai n.º 0036189, fls. 82-91).

Depois dos trabalhos de levantamento prévio, foi determinado pela Instrução Executiva n.º 140/DAF, de 08 de outubro de 2003, o deslocamento do antropólogo Cloude Correia para a cidade de Rio Branco/AC, com o propósito de participar da Audiência Pública sobre a etnicidade dos Nawa e manter entendimentos com as partes envolvidas na Ação Civil Pública n.º 1998.30.00.002586-0. Como consta na Ata da Audiência Pública, realizada dia 15 de outubro de 2003:

as partes, em acordo unânime, com manifestações do MPF, União, IBAMA e FUNAI, reconheceram a etnia “Nawa”, bem como concordaram que os limites da terra indígena “Nawa” que (sic) serão: O divisor de águas ao Sul, o Rio Moa ao Norte, o Rio Jordão a Leste e o Jesumira a Oeste, ficando assinalado o prazo de 03 (três) meses para a identificação e delimitação da terra indígena “Nawa” pela FUNAI, respeitados esses limites como indicativos. Após esse prazo, a identificação e delimitação serão submetidas à homologação do Juízo.

Os limites da terra indígena, acordados em juízo, foram estabelecidos em grande medida com base em croqui elaborado pelo povo Nawa, o mesmo que havia sido apresentado por representantes Nawa para a equipe responsável pelo levantamento prévio. Este croqui, que contempla a reivindicação territorial dos Nawa, foi objeto de discussão durante a Audiência Pública e, dada a sua grande importância, foi anexado aos

autos do processo referente à Ação Civil Pública. Portanto, o levantamento prévio, bem como o acordo estabelecido durante a Audiência Pública, constataram ser os limites da terra indígena os mesmos desde o início das reivindicações dos Nawa. Contudo, é preciso salientar que este croqui foi inicialmente elaborado pelos Nawa com o intuito de fazer um levantamento de suas residências para uma melhor atuação daqueles que lidam com a saúde indígena. Por isso, diversas informações sobre o território de ocupação tradicional não foram incluídas nele.



Croqui 6 - Croqui da Audiência Pública realizada em outubro de 2003

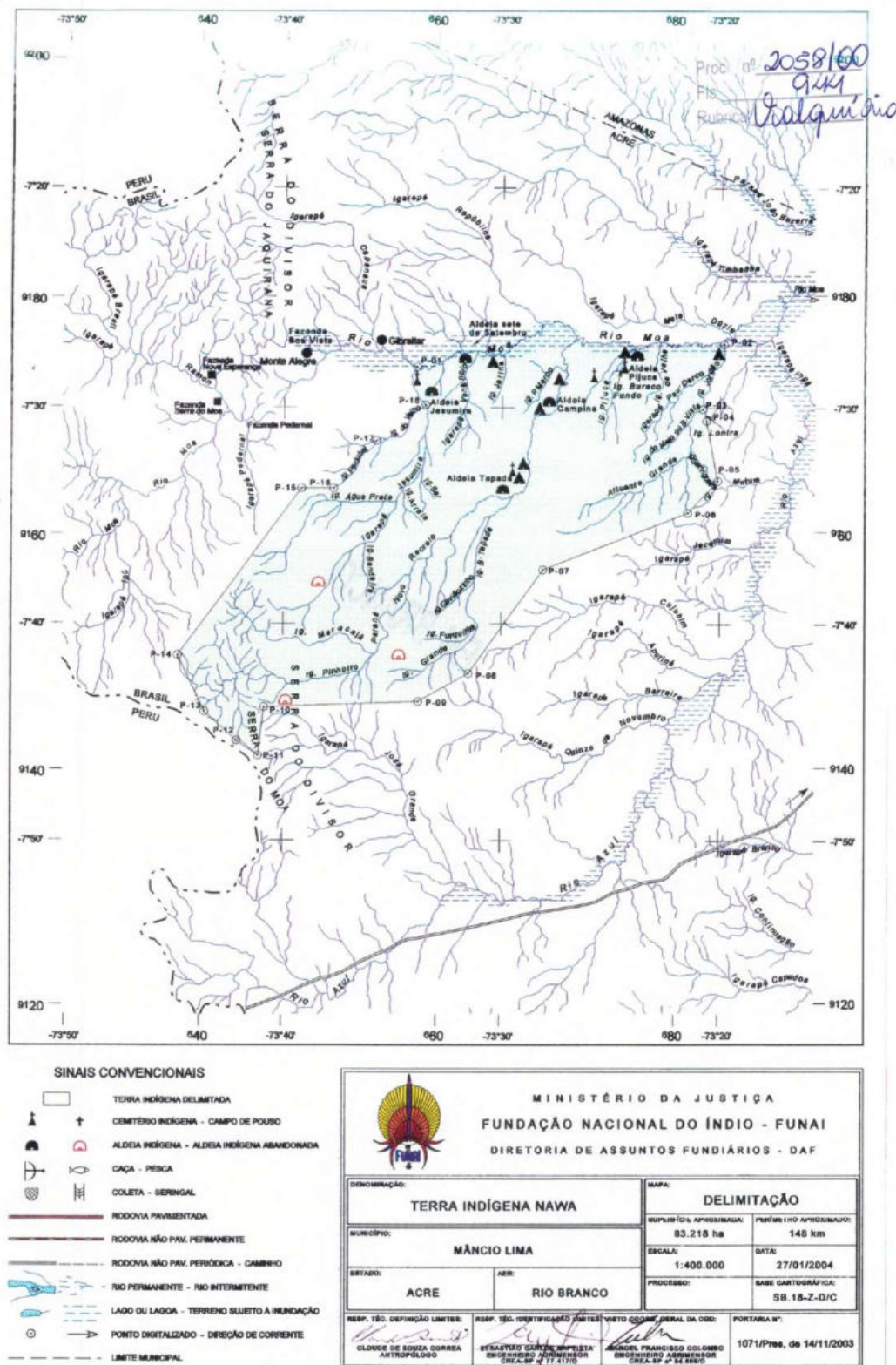
Um croqui mais detalhado, com várias informações sobre a terra indígena reivindicada pelos Nawa, foi posteriormente elaborado no Âmbito dos estudos de identificação e delimitação conduzidos pelo GT instituído pela Portaria n.º 1.071/PRES/2003.

Na sequência dessa audiência, foram instituídos dois Grupos Técnicos (GTs), um para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Nawa (Portaria n.º 1.071/PRES/2003) e outro para realização dos levantamentos necessários para o Plano de Manejo determinado pelo Juiz Federal (Instrução Executiva n.º 158/DAF/2003 — 0036215, fls. 683). Este último resultou no Diagnóstico Etnoambiental da Terra Indígena Nawa (Processo n.º 08620.000928/2004-31, fls. 73-123).

O grupo técnico designado pela Portaria n.º 1.071/PRES/03, de 14 de novembro de 2003, foi composto por:

- i. Cloude de Souza Correia, como antropólogo-coordenador;
- ii. Vicente de Paula Simões Melo, engenheiro florestal do Ibama, como profissional da área ambiental;
- iii. Sebastião Carlos Batista, engenheiro agrimensor, servidor da Funai, lotado na AER em Manaus,
- iv. Cleuver Nunes Passos, técnico em agropecuária, consultor da Funai/Unesco;
- v. Aparecido Serafim de Freitas, técnico agrícola, servidor do Incra e
- vi. Luiz Valdenir Silva de Souza, representante da OPIRJ.

Os esforços desse grupo técnico resultaram em uma primeira versão do RCID. Atendendo ao prazo estabelecido durante a Audiência Pública, a Funai encaminhou em tempo hábil para homologação judicial mapa, memorial descritivo e justificativa antropológica fundamentada na legislação indigenista referente aos limites da Terra Indígena Nawa. Com os estudos de identificação e delimitação, que contaram com a participação de engenheiro agrimensor, foi possível precisar os limites da terra indígena e calcular a área de ocupação tradicional dos Nawa, cuja superfície e perímetro identificados foram de aproximados 83 mil ha e 140 km, respectivamente.

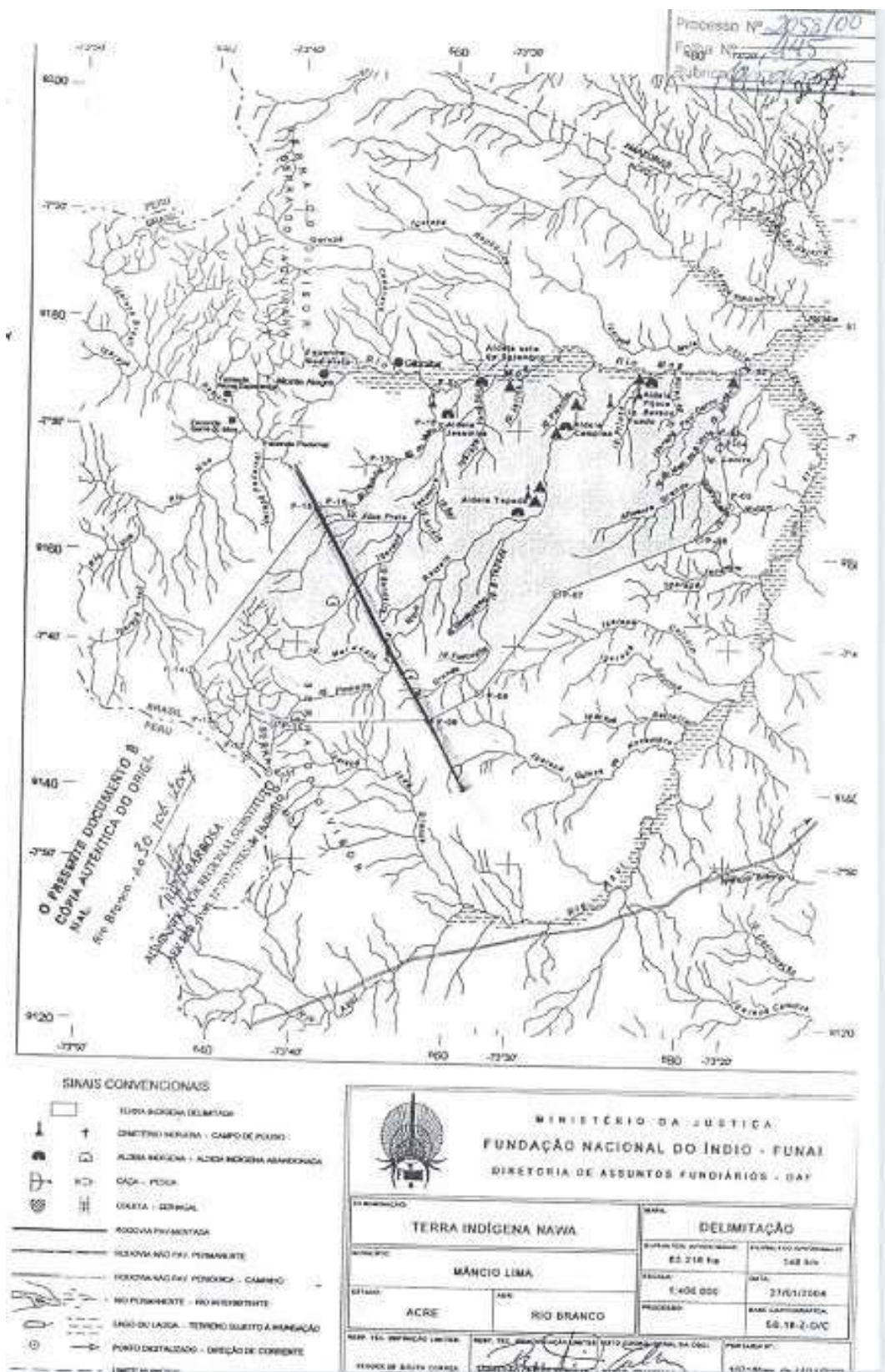


Mapa 4 - Mapa do RCID elaborado pelo GT Portaria n.º 1.071/PRES/03.

O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID – Documento SEI Funai n.º 0036201, fls. 244-398) e o Relatório Ambiental (Documento SEI Funai n.º 0036215, fls. 696), resultantes do GT Port. 1.071/2003, foram entregues em 2005 (Processo n.º 08620.000928/2004-31, 4.º Vol., fls. 696 e 729).

O RCID confirmou os limites indicados em Juízo: o divisor de águas ao Sul, o rio Moa ao Norte, o rio Jordão a Leste e o Jesumira a Oeste, resultando em uma área de 83 mil hectares. As conclusões do Relatório Ambiental, elaborado por servidor do Ibama, corroboraram as conclusões do antropólogo-coordenador dos estudos de identificação e delimitação (Processo n.º 08620.002058/2000-19, fl. 715-717, 4.º Vol. 0036215, fl. 715-17). O RCID foi aprovado em 2005 pela área técnica da Funai e remetido ao Juízo (Parecer n.º 37/CGID/05 - Documento SEI Funai n.º 0036215, fl. 735).

Todavia, em 20 de outubro de 2004, o Procurador-Chefe da União no Acre e o Procurador Federal junto ao Ibama tinham consignado que “o limite sul seria tirado em uma linha reta do ponto P-09 ao ponto P-15” conforme demonstrado em croqui (Documento SEI Funai n.º 0036207 - fls. 498) apresentado em juízo e com área presumível de aproximadamente 53 mil hectares (Documento SEI Funai n.º 0036215, fls. 691-694). A linha seca do P-09 ao P-15 pode ser observada no mapa juntado aos autos do processo de identificação na folha 445 (Documento SEI Funai n.º 0036207) e reproduzido abaixo.



Mapa 5 - Corte ao sul, do P-09 ao P-15, decidido pelo juiz. Fonte: Documento SEI n.º 0036207, pág. 45

No mesmo ano de 2005 sobreveio decisão judicial determinando à Funai “refazer o mapa e o memorial descritivo de fls. 2319/2324, de modo a se encaixarem nos limites acertados na audiência de conciliação” (Processo n.º 08620.002058/2000-19, fl. 730-731, 4.º Vol.).

Sublinhe-se, contudo, que administrativamente a superfície das terras indígenas, consubstanciada nas propostas de limites, é resultado dos estudos multidisciplinares realizados pelos GTs, e não seu ponto de partida; ademais, a proposta apresentada pelo GT da Portaria n.º 1.071/2003 seguiu efetivamente as referências geográficas indicadas na audiência, quais sejam: o divisor de águas ao Sul, o Rio Moa ao Norte, o Rio Jordão a Leste e o Jesumira a Oeste. De todo modo, o Memorial Descritivo e o Mapa de Delimitação do RCID foram questionados pelo Ibama. A discordância em torno dos limites apresentados se baseava nos argumentos de que a área apontada pelo relatório (83.218 ha) não obedecia aos limites do acordo firmado em audiência e, além disso, dividia o PNSD em duas partes. O MPF endossou os argumentos aduzindo:

Da comparação entre mapa juntado fl. 2041 [dos autos da ACP] que foi aprovado na referida audiência de conciliação com mapa apresentado pela FUNAI junto com memorial descritivo, fl. 2358, que se verifica que realmente assiste razão ao IBAMA, pois a linha delimitatória apresentada no mapa da FUNAI chega praticamente até fronteira com Peru, enquanto que proposta aprovada na audiência previa que o limite da Terra Indígena deixasse uma faixa livre, tal como está apresentado no multicitado mapa de fl. 2041.

Intimada a se manifestar, a Funai alegou que no acordo firmado em juízo ficou estabelecido apenas “indicativos” para os limites serem estabelecidos pelos estudos, ao que o RCID atendia. Além disso, a definição de 53 mil hectares não se balizava em medição técnica e a informação cartográfica apontava, a partir da plotagem dos pontos apresentados na proposta alternativa, para uma superfície aproximada de 61 mil hectares. Para solucionar a controvérsia foi designada nova audiência, em 6 de março de 2006, em que o Juiz deu razão às alegações do Ibama.

Ainda em 2006, os Nawa enviaram carta à Funai formalizando a recusa à redução da TI Nawa como determinada pelo juízo e reafirmando sua anuência à proposta apresentada pelo GT constituído pela Portaria n.º 1.071/2003 (documento SEI Funai n.º 0036207, fls. 453-457).

Na sequência, em fevereiro de 2007, foi enviado à CGID o Ofício n.º 02/PGF/PFE/FUNAI/2007 (0036207, fls. 470), no qual se lê o seguinte:

Informamos que o chefe dos Nawas, há poucos dias, encaminhou para a Administração da Funai de Rio Branco, via fax, uma carta informando que os mesmos concordam que seja demarcada área com 53.000 ha”. Todavia a citada carta não foi anexada aos autos sob a alegação de ser "apenas uma cópia passada por fax e as assinaturas dos integrantes do povo nawa, também [ser] cópia e est[ar] em papel separado e anexado à carta.

Também em fevereiro de 2007, a Funai foi intimada a prestar informações ao Juízo sobre o procedimento de acordo com o determinado na audiência de março de 2006. Não tendo a Funai se manifestado, o MPF peticionou execução de sentença determinando a Funai a cumprir o estabelecido (documento SEI Funai n.º 0036207, fls. 514-16).

Assim, sobreveio nova decisão judicial determinando à Funai refazer o mapa e o memorial descritivo readequando aos limites acertados na audiência de conciliação. O Juiz determinou, em outubro de 2007, à Funai a obrigação de fazer em 60 dias sob pena de multa diária de R\$200,00 (documento SEI Funai n.º 0036207, fls. 483). Ao que a Funai interpôs agravo de instrumento n.º 2008.01.00.007599-0 contra a decisão, questionando o prazo exíguo e a imposição de multa.

A Procuradoria Federal Especializada junto à Funai – PFE, em 2008, exarou o Parecer n.º 36/CAF/PGF/PFE-FUNAI/2008 chancelando a decisão judicial (documento SEI Funai n.º 0036207, fls. 490).

Em 2007, o coordenador do GT havia encaminhado à CGID um e-mail (documento SEI Funai n.º 0036207, fls. 529) por meio do qual informava que, à época da manifestação de discordância do Ibama (2004) quanto ao mapa e o memorial descrito do RCID, ele entendia que os limites não deveriam ser alterados porque estavam embasados no acordo estabelecido em audiência e na legislação, mas que tinha mudado seu entendimento, e por isso sugeria que se buscasse saber "se eles [os indígenas] ainda defendem os limites como identificados ou se preferem estabelecer acordo com o Ibama e realizar as alterações na superfície da terra".

Objetivando a desconstituição do acordo judicial firmado entre a Funai, MPF, União e Ibama, nas audiências realizadas nos dias 15/10/2003 e 06/03/2006, que determinaram os limites para a demarcação da Terra Indígena Nawa, a Funai interpôs a Ação Anulatória n.º 2008.30.00.001188-9, alegando que não é possível que o procedimento demarcatório seja feito por meio de acordo, em especial se o acordo acarreta a supressão de direitos indisponíveis, previstos na Constituição, com a redução em mais de 30.000 hectares da área identificada. O Juízo Federal nos autos dessa ação anulatória decidiu em Sentença de 21/08/2009 rejeitar o pedido formulado pela Funai e

declarar extinto o processo com exame do mérito (documento SEI Funai n.º 0036215, fls. 742-3). Em face desta sentença a Funai interpôs, em 22/11/2010, o recurso de Apelação n.º 2008.30.00.001188-9 (0001178-59.2008.4.01.3000) ao TRF da 1ª Região.

No mesmo ano, em uma reunião na Coordenação Regional de Rio Branco com a presença de representantes da Funai e de 10 lideranças Nawa, os indígenas reafirmaram a pretensão em manter os limites identificados pelo GT (Ata da Reunião Documento SEI Funai n.º 0036215, fls. 747-749).



Foto 2 - Fotos da Reunião com os Nawa na CR Juruá em 2010 – Acervo CGId

Em 2012, após reanálise e considerando a instituição da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em terras indígenas (PNGATI), a PFE propôs novo diálogo com o ICMBio, órgão ambiental fundado em 2007 que veio substituir o Ibama na ação (Nota n.º 023/2012/PFE/FUNAI/PGF/AGU).

Em 2013 foi elaborada a Informação Técnica n.º 57/CGID/2013 com subsídios técnicos para balizar os encaminhamentos administrativos e apresentando um mapa em que é possível identificar os cursos d'água tomados como indicativos da proposta de limites (documento SEI Funai n.º 0036215, fls. 771-75). Neste mesmo ano, o ICMBio elaborou a Nota Técnica n.º 10/2013-COGCOT/CGSAM (documento SEI Funai n.º 0036221, fls. 789-92) que também aponta para a divergência de superfície entre a área indicada pela linha seca e a sugerida pela decisão (fl. 791).

Em 2016, por meio do Memorando n.º 232/2016/CRJ-CZS/FUNAI/AC (documento SEI Funai n.º 0036351), a DPT foi informada de que “os índios afirmaram identificar o ‘pé-da-serra’ (parte onde inicia a cadeia montanhosa da Serra do Divisor) como um limite aceitável, pelo fato de preservar a região das cabeceiras dos igarapés

Jesumira, Novo Recreio, Grande, dentre outros". Novamente, em 2017, a CR-JUR encaminhou a Presidência da Funai o Memorando n.º 100/2017 (documento SEI Funai n.º 0305309), informando de reunião com a comunidade Nawa ocorrida em agosto de 2016, ocasião em que a comunidade se mostrou favorável ao diálogo para reanálise dos limites contestados. Segundo Ata de reunião (documento SEI Funai n.º 0305317)], os indígenas reafirmaram identificar o “pé-da-serra” como um limite aceitável. Este novo limite, apesar de reduzir a área proposta para demarcação em cerca de vinte mil hectares, garantiria a unidade territorial do Parque e, possivelmente, colocaria fim à contestação do Ibama (documento SEI Funai n.º 0305309).

Na sequência, em abril de 2019, a Coordenação Regional da Funai no Juruá, por meio do Memorando n.º 33/2019 (documento SEI Funai n.º 1232590), informou à DPT do andamento da construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Nawa. Em maio desse mesmo ano, a PFE (Informação n.º 00317/2019/COAF/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU — documento SEI Funai n.º 1281187) informou que a ação anulatória movida pela Funai ainda aguardava o julgamento da apelação e que a decisão de 2007 continuava vigente, determinando assim o cumprimento do acordo.

Desde a discordância em juízo em 2006, a Funai vem realizando reuniões com os Nawa, representantes do ICMBio, da AGU e do MPF, com o objetivo de construir um consenso em torno dos limites da TI, no entanto, o fato das determinações judiciais partirem de entendimentos diversos daqueles favorecidos pelos documentos técnicos presentes nos autos, levou a um impasse entre um RCID aprovado pela CGID com identificação de 83 mil ha e uma determinação judicial de adequação dos limites a 53 mil ha. Soma-se a isso a controvérsia acerca da anuência dos indígenas em ajustar os limites e o desajuste entre a área determinada pela linha seca e o tamanho da superfície expressa na decisão. Por tudo isso, a situação permaneceu sem resolução.

Em novembro de 2019, no entanto, no contexto de articulações interinstitucionais entre Funai, ICMBio e Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Acre para realização da oficina de elaboração do PGTA, vislumbrou-se a colaboração da Funai Sede para a qualificação da situação do processo de demarcação junto aos indígenas, já que a demarcação é apontada como o principal tema mobilizador do PGTA e, portanto, seria um momento oportuno para o diálogo e a consulta acerca dos limites e futuros andamentos do procedimento demarcatório.

Assim, ocorreram, em 10 e 11 de novembro de 2019 duas reuniões na Terra Indígena Nawa, com a participação de lideranças indígenas das diferentes aldeias, representantes da Funai (CR Juruá, CGID, CGGAM), do ICMBio (Coordenação de Conflitos e Interfaces Territoriais, chefia do PNSD) e da SEMA/Acre (Núcleo de Etnozoneamento), para tratar da decisão judicial, da possibilidade de ajuste da proposta de limites e de eventuais estudos complementares.



Foto 3 - Foto da Reunião de PGTA na aldeia Novo Recreio em 2019 – Acervo CGID

No dia 11/11/2019, as lideranças solicitaram que a Funai e o ICMBio apresentassem mais detalhes sobre a decisão judicial. O representante da Funai de Coordenação Regional - CR-Juruá apresentou a descrição aproximada da área constante

do mapa da decisão judicial, referenciando os igarapés e desembocaduras próximos a linha seca que liga os pontos P-09 ao P-15 e de conhecimento das comunidades (inclusive mapeados no PGTA). Exposto assim os limites da decisão judicial, como consta na Ata de Reunião (Documento SEI Funai n.º 1756818):

a comunidade indígena Nawa decidiu aceitar os limites impostos pela decisão, desde que sejam garantidos os usos de áreas de cabeceiras onde se situam recursos extrativistas e áreas de refúgio de caça, as quais constam da proposta de identificação e delimitação do GT/Funai/2003, mediante regulação por instrumentos de gestão integrada e/ou termo de compromisso.

Assim, tendo em vista o consenso da comunidade em aceitar os limites impostos pela decisão judicial e, portanto, o fim do impasse acerca dos limites da TI, fez-se necessário realizar estudos complementares para a adequação e consolidação do RCID, especialmente porque a linha seca corta uma área acidentada de cursos de água, que precisam ser referenciados e descritos.

Após as tratativas e diálogos promovidos pela Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação - CGId com o coordenador do GT formado em 2003, foi verificada a impossibilidade do profissional efetuar os estudos complementares necessários para a atualização do Relatório Circunstanciado submetido à Funai em 2005. Assim, em 19 de abril de 2023, a presidenta da Funai Joênia Wapichana anunciou a publicação da Portaria n.º 650/Funai, de 19/04/2023 recompondo a equipe do Grupo Técnico do procedimento de identificação e delimitação da TI Nawa.

A recomposição do GT Nawa foi um passo fundamental para a definitiva conclusão dos estudos de identificação e delimitação e do imbróglie administrativo e judicial que já dura mais de 20 anos. A reconstituição do GT buscou atualização e adequação de informações do RCID de 2005, tendo em vista as inerentes transformações sociais e territoriais dos Nawa nas últimas duas décadas e a possibilidade de superar a divergência sobre o limite, atendendo à decisão judicial de 23/10/2007 no âmbito da Ação Civil Pública n.º 0002588-07.1998.4.01.3000, em conformidade com o acordo homologado e complementado em audiência em 06/03/2006.

O recurso de apelação interposto pela Funai em 2010 foi pautado para julgamento em dezembro de 2024. Ocorre que o Ibama apresentou manifestação em 29/11/2024, solicitando a retirada do processo da pauta de julgamento e a sua suspensão, a fim de viabilizar a submissão do caso à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal – CCAF, visando à solução consensual do litígio. Com isso, foi

determinada a intimação das partes para se manifestarem sobre o pedido do Ibama e a Funai manifestou-se favorável à suspensão do feito e à submissão do caso à CCAF. A despeito disso, o GT recomposto em 2023 apostou na conclusão do presente RCID com os limites aprovados em carta de anuência em dezembro de 2024.

Métodos e técnicas deste RCID

A construção deste relatório se baseia fundamentalmente na versão anterior do RCID, que já era bastante robusta em termos de informações sobre os Nawa e sua territorialidade, aportando a totalidade das informações cobradas pela Portaria MJ n.º 14/96. As questões mais evidentemente passíveis de atualização, adequação e/ou ajuste foram aquelas relacionadas ao limite, aos dados populacionais e de ocupação, bem como às exigências da legislação recente. De todo modo, o GT se debruçou sobre o arcabouço documental e literário da região em bibliotecas e acervos públicos. Mapas, teses, livros, publicações, relatórios e artigos considerados relevantes no primeiro estudo foram revisitados e outros se somaram para agregar novas informações.

Além da revisão bibliográfica e documental, para minimizar a repetição de esforços e desgaste com a comunidade que já depôs sobre sua história e modo de ocupação várias vezes com a expectativa de conclusão do procedimento sempre frustrada, investiu-se em um planejamento prévio entre os profissionais do GT, que além de prever ações obrigatórias a qualquer campo – logística de chegada e deslocamento, elaboração de cronograma das atividades de campo, roteiro de apresentação dos trabalhos a comunidade – dedicou-se a reunir informações cartográficas, planejar atividades coletivas com mapas, elaborar roteiros de entrevista e formulários para coleta de dados baseados nos estudos anteriores e nos dados do RCID aprovado em 2005, tendo como norte os requisitos da Portaria MJ n.º 14/96.

Em campo, a metodologia aplicada se norteou por reuniões, entrevistas semiestruturadas, mapeamento participativo e conversas informais.

Uma reunião inicial com a presença de todas as localidades e a equipe do GT abriu os trabalhos. Nessa reunião foi apresentada a equipe, o rito do processo demarcatório e debatido o cronograma das atividades para os próximos dias em cada lugar.



Foto 4 - Fotos da reunião de apresentação do GT - Aldeia Novo Recreio 2023 – Fotos Ykaruní Nawa

O GT utilizou um questionário elaborado em gabinete para ser aplicado em cada unidade doméstica/casa durante o trabalho de campo. A opção pelo emprego desta metodologia, baseada na aplicação dos questionários, foi motivada pela necessidade de um aproveitamento mais eficaz do período das atividades, levando em consideração o número de locais habitados e a ampla distribuição geográfica das habitações pelo território identificado. O questionário foi estruturado em 5 partes contendo os seguintes tópicos a serem preenchidos durante a aplicação:

1. Dados gerais (aldeia, rio/igrapé de localização, n.º da casa no croqui da aldeia, coordenada geográfica);
2. Unidade familiar (quem mora na casa, sexo, parentesco entre si, idade, etnia, onde nasceu e há quanto tempo ocupa);
3. Breve histórico familiar para preenchimento livre;
4. Atividades produtivas (roçado: tamanho, coordenada geográfica

e espécies/variedades; eventuais benefícios sociais, comercialização de quê, para quem e onde); 5. Invasões e conflitos e relações com o entorno.



Foto 5 - Atividades do GT em campo

Ainda no planejamento técnico, o GT elaborou uma estratégia de trabalho para as discussões sobre a representação da territorialidade dos Nawa, a distribuição das suas atividades produtivas e de suas habitações. O plano previu também um debate sobre os limites da terra indígena a partir de um diálogo contínuo com as lideranças e com os agentes florestais, que possuem um domínio sobre ferramentas e técnicas de mapeamento e rastreamento por aplicativos de acesso a mapas digitais e localização/navegação por GPS offline. Para isso foi iniciada a construção de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) a partir da utilização do software QGIS 3.34.0 e da seleção de bases cartográficas digitais com a finalidade de sobreposição e representação do território nawa e dos limites da terra indígena. Relacionaram-se as informações em formato vetorial – shapefile – armazenadas no banco de dados da Funai (geoserver institucional da Funai), que integra diversos repositórios de dados geográficos, inclusive informações geoespaciais do acervo de outras instituições, como IBGE, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, Incra, entre outros.

Para as discussões sobre atividades produtivas e de subsistência, o trabalho com material cartográfico apoiou-se nos dados do PGTA, cedidos pela SEMA-AC, em dados georreferenciados e bases cartográficas utilizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-AC e em imagens de satélite. Em cada comunidade, alguns representantes foram destacados para ajudar a localizar e/ou confirmar pontos e áreas relevantes em mapas e imagens de satélite que foram marcados sobre papel vegetal.

Foram realizadas análises e pesquisas nos mosaicos de imagens Planet multitemporais, oferecidas pelo Programa Brasil Mais, projeto estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a partir dos quais foram impressos mapas elaborados com a utilização dos recortes dessas imagens relacionadas às calhas de rios onde estão distribuídas as habitações dos Nawa. Durante o campo, a visualização das imagens que correspondem ao local que os indígenas habitam e manejam os recursos naturais puderam propiciar ricos debates e apoio para o exercício de caracterização daquelas paisagens.

Para o debate acerca do limite foram impressos mapas elaborados com a sobreposição do mosaico de cartas 1:50.000 e todos os limites propostos para a TI Nawa desde a formação do primeiro GT em 2003.

Considerando todo esse preâmbulo de construção deste relatório, seguimos às partes e subitens do RCID, conforme as exigências da Portaria MJ n.º 14/1996.

I - PRIMEIRA PARTE: DADOS GERAIS

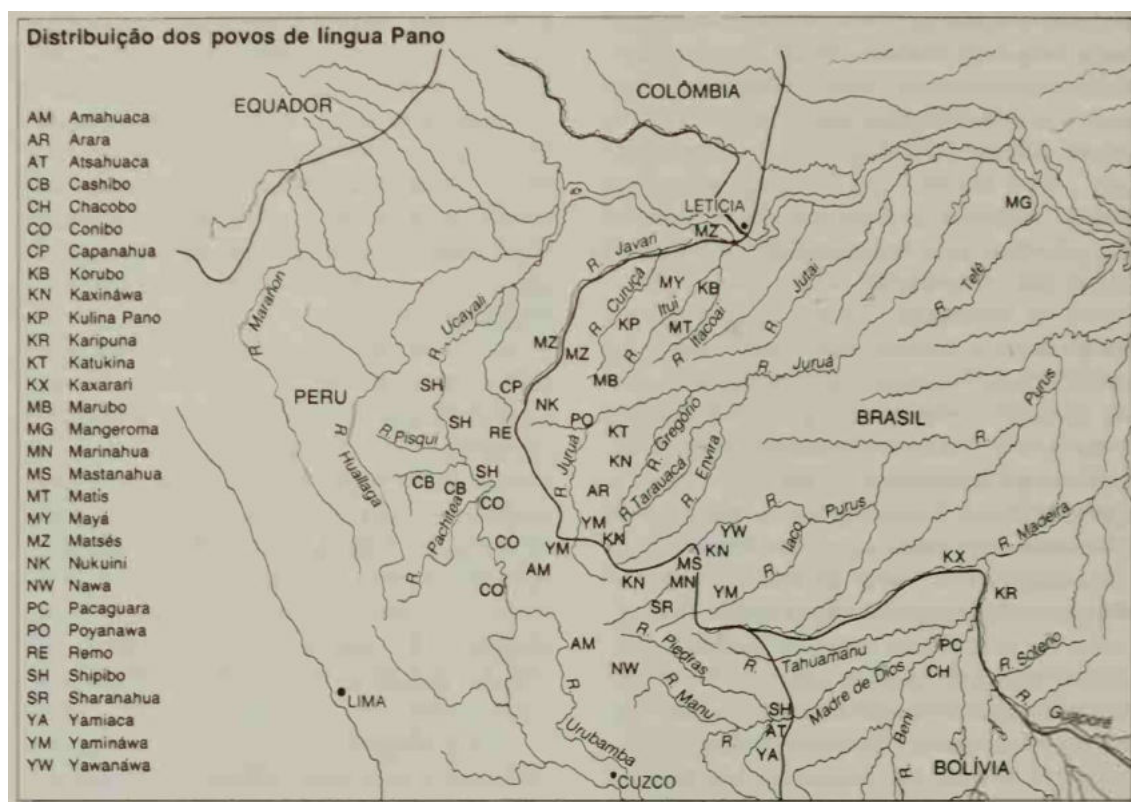
a) Informações gerais sobre o grupo étnico envolvido, tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes dessa distribuição

Os Nawa são atualmente uma população de aproximadamente 550 pessoas, majoritariamente no município de Mâncio Lima, mas também em outros municípios do Estado do Acre, como Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Rio Branco. Também existem famílias Nawa residindo em outros estados, nas áreas urbanas de Porto Velho/RO e Manaus/AM, e no Peru.

No município de Mâncio Lima, os Nawa residem hoje em sua maioria na margem direita do rio Moa e nos igarapés dessa mesma margem, denominados Buraco Fundo, Pijuca, Novo Recreio, igarapé da Velha, Jarina, Venâncio e Jesumira. Há Nawa também residindo no perímetro urbano de Mâncio Lima. Segundo levantamentos do GT em 2023, são cerca de 233 pessoas, predominantemente nos bairros Iracema e São Domingos.

Os Nawa compõem o conjunto etnolinguístico Pano, muitas vezes caracterizado na literatura etnológica por forte homogeneidade territorial, cultural e linguística (Erikson, 1992).

Em termos de ocupação territorial, os grupos Pano mantêm uma coesão peculiar. Ocupam uma área que se estende, de leste a oeste, do curso médio do rio Ucayali até os cursos superiores do rio Juruá e do rio Purus e, de norte a sul, do alto rio Solimões até o alto rio Purus. Fora dessa área, há apenas dois redutos mais distantes, um em Rondônia, na região do Madeira-Purus e outro entre os rios Beni e Guaporé, na Bolívia.



Mapa 6 - Ocupação dos povos pano - ERIKSSON, 1992, p. 242

De acordo com o antropólogo Melatti, há diferenças entre os Pano no que tange à organização social daqueles instalados no médio rio Ucayali para os localizados nos altos cursos dos rios, como o Juruá e o Javari, e nos seus afluentes. Talvez também seja possível distinguir os Pano quanto ao contato com os não indígenas, tendo os do Ucayali mantido contato inclusive com as missões desde o período colonial, enquanto os dos altos rios Juruá e Javari foram afetados pelo auge da empresa da borracha a partir da segunda metade do século XIX, sendo que alguns pouco grupos do Juruá e Javari só tiveram, ou retomaram, contato com os agentes colonizadores a partir da década de 1940 (Melatti, 1997: 147). Os Nawa compõem esse segundo grupo, do alto curso do Juruá e de contato relativamente recente em termos históricos.



Mapa 7 - Localização da Bacia do rio Juruá - Mapa de Victoria Varela/WWF-Brasil

Os Pano são historicamente formados por diversos subgrupos cujos nomes de heterodesignação entre eles utilizam *-nawa* como sufixo, com um sentido complexo, mas que pode ser traduzido a princípio como *povo, gente e outro*. Em geral, o etnônimo sufixado com *-nawa*⁴ é sempre um nome dado por um outro que não é parte do grupo, afinal, os grupos não “se chamam a si mesmos”, e quando o fazem é para outros e, em geral, por um nome dado por outros.

Hoje muitos grupos Pano têm o sufixo *-nawa* em seus etnônimos atuais, compondo também nomes de seções e de segmentos internos ao grupo (como kamanawa, satanawa, por exemplo) (ver Calavia Sáez 2002 e Keinfeinheim, 1990). No entanto, além da autorreferência, o termo *nawa* revela entre os grupos do conjunto Pano uma noção complexa e indissociável de uma conotação relacional referida a alteridade. Mais que um sufixo, trata-se de uma supercategoria usada para diversas alteridades (alteridades

⁴ Esse termo também é grafado em diversas fontes escritas como Naua, Náua ou Nahua.

extremas – inimigos, não-indígenas, seres mitológicos – e grupos vizinhos) (Calavia Sáez 2002).

Além disso, há uma tendência forte entre os Pano de criar descontinuidade internas. No interior de um mesmo grupo pode-se encontrar vários etnônimos. Melatti (1977) aponta que entre os Marubo, por exemplo, não há uma autodesignação étnica, mas se classificam sob várias denominações, que não são étnicas, mas de segmentos organizados por princípios de descendência, eles têm muitas seções matrimoniais, com origens míticas distintas.

Na maioria dos casos o termo *nawa* é usado para distinguir as fronteiras étnicas entre os povos indígenas, sendo muito utilizado como sufixo de denominações atribuídas pejorativamente a outros grupos como os Kaxinawa (povo, ou outros do morcego), Yaminawa (povo, ou outros do machado), Shawânawa (povo, ou outros da Arara) e vários outros. *Nawa* prefigura, portanto, um conceito relacional que vai da alteridade máxima a identidade inclusiva, denomina os outros e nomeia subgrupos internos.

Apesar da forte carga semântica de fronteira de identidade incluída nesse sufixo, os etnônimos hoje sufixados com *-nawa* não são originariamente autodenominações, mas resultado de equívocos do contato e denominações jurídicas dadas em relações com o Estado.

Muitos dos textos que hoje compõem a historiografia da região deixam entrever o emprego do termo *nawa* pelos primeiros exploradores do Alto Juruá a diversos povos indígenas, como pode ser constatado na citação abaixo:

Os Nauas a que se referiram Cunha Corrêa, Chandless e outros exploradores que se lhes seguiram, não passavam de silvícolas da língua pano espalhados nesse tempo, como ainda hoje pela ribeira do Juruá, restando dêles poucos grupos como os Capanauas e Poianauas, nas margens do Moa e no divisor deste com os rios Javari e Tapiche, sendo que êste desagua no Ucaiale (Castello Branco, 1950: 28-29).

Nesta referência do historiador Castello Branco aos Nawa fica evidente que o termo era empregado de forma genérica para designar vários povos indígenas. Outra referência bibliográfica dos povos indígenas da região do rio Juruá, o padre Tastevin, que percorreu o rio no início do século XX, não veio a considerar o termo *nawa* de forma genérica, pois para ele os Nawa eram indígenas “Capanauas”. Segundo Tastevin, padre francês que explorou o Juruá entre os anos de 1908 e 1914, tendo posteriormente elaborado diversos escritos, os exploradores da região do rio Moa “*só encontraram os índios Naua, ou melhor, os Capanaua*” (Tastevin, 1928: 207). A conclusão de Tastevin

Assim, com base nos textos historiográficos, é possível confirmar que o termo *nawa* foi utilizado em alguns momentos para se referir a diversos povos da família linguística pano e, em outros, aos povos Capanawa e Poyanawa. Independente da dificuldade de resgatar nas informações históricas qual era exatamente o povo que os exploradores e povoadores do alto Juruá denominavam Nawa, o certo é que o termo é utilizado para se referir a indígenas localizados na margem esquerda do rio Juruá, mais precisamente em um dos seus afluentes, o rio Moa. Em diversos relatos históricos há menção a indígenas Nawa residindo no rio Moa, como será evidenciado mais adiante nesse relatório.

Nesse debate sobre a qual subgrupo Pano pertencem os Nawa dos primeiros contatos, Ykaruní Nawa aponta em sua dissertação que:

Assim, se em um primeiro momento éramos um grande povo chamado Kapanawa, conforme conta a memória mais antiga do tempo das malocas descrita por Mariruni, a invasão, perseguição, mortes, amansamento e cooptação indígena nos transformará em Nawa (2023:58).

Desse debate do etnônimo emerge uma característica do conjunto Pano importantíssima para uma visão ampliada desse conjunto. Trata-se da notável facilidade em se reorganizar em conjuntos de escalas muito diferentes ao longo da história, o que ecoa na mutabilidade do sistema Pano de etnônimos. A literatura aponta que ao longo da história, os subgrupos Pano estiveram expostos a sucessivas divisões e mudanças, que resultaram na consolidação de diferentes grupos. Essas divisões e agrupamentos apontam para outra característica distintiva dos Pano: os processos contínuos de fissão e fusão dos grupos.

Muitas etnias do conjunto Pano de hoje são consequência de relações travadas no contato que unificaram grupos que se reconheciam por etnônimos distintos. Essa unificação de diferentes denominações é comum a história do contato de vários grupos (ver Calavia Sáez 2006 e Cesarino 2011). No momento do contato, se os Nawa tinham um nome, era outro, mas talvez eles não fossem nem mesmo um grupo estável, como é o caso de muitos outros povos Pano. Afinal, “o etnônimo é que cria a etnia” (Calavia Sáez 2006).

Uma versão dos fatos afirma que os Nawa receberam esse nome por razões históricas dos equívocos do contato. Ykaruní Nawa (2023) relata em sua dissertação de mestrado que de tanto os não indígenas ouvirem os Nawa falar *nawa* passaram a se referir a eles como Nawa. Eram Kapanawa, e *nawa* era tudo o que não era Kapanawa, com

acepção de ‘outro’ [alteridade]. O branco que era Nawa (e é ainda hoje chamado de nawá). Essa anedota traz à tona mais que um equívoco do contato com os não indígenas, ela conta o início de uma história de violência, opressão e apagamento.

A introdução dos Nawa nas atividades produtivas da empresa seringalista, dedicando a maior parte do tempo a produção da borracha, teve como consequência a redução das atividades produtivas tradicionais, passando a economia dos Nawa a ter uma grande dependência do sistema de “barracão”, o que alterou radicalmente os traços mais distintivos à primeira vista entre eles e os demais seringueiros.

A partir d[a] migração e posteriormente da dispersão entre os Nawa, percebe-se que passaram a conviver com os patrões, passando assim a adquirir os mesmos costumes e trabalhar como seringueiros, omitindo a própria identidade durante muito tempo. (Machado et al, 2012).

O sinal étnico se reduziu à identificação como caboclo que remete a uma ascendência indígena, num contexto de relações complexas entre grupos etnicamente distintos com forte conotação pejorativa (aludindo a preguiça e sujeira, por exemplo) e, portanto, nunca reivindicada. Num contexto de dominação e apagamento, a identidade étnica e a interação entre as diferentes ascendências étnicas por conflito e por afinidade foram marcadas pela mistura. Como pontuou Mariana Pantoja, sobre os Kuntanawa:

As inúmeras combinações e interações entre brancos e índios na sociedade de seringal não podem ser reduzidas a oposições étnicas bem demarcadas nas quais o sentimento de pertencimento era inequívoco ou permanente.

O reflexo da história dos Nawa na autoidentificação demonstra algo que não é tão evidente em outros contextos de identificação, ele aponta para a instabilidade dos posicionamentos étnicos em articular com a mutabilidade da cultura, isto é, se a cultura é dinâmica, os processos de subjetivação também sofrem transformações no tempo.

A expectativa da pureza étnica, apoiada na argumentação de que a identidade está na origem, nos traços genéticos, em uma língua, ou modo de vida exótico se frustra com esses grupos indígenas que apresentam sinais diacríticos não evidentes por esses critérios. Essa expectativa se contradiz a si mesma, já que o final da linha evolutiva que a subjaz, o não indígena não aporta essa pureza e já se transformou inúmeras vezes.

Por muitos anos, os Nawa foram considerados extintos, a sua *emergência*, que veremos adiante demonstra a definição do papel dos etnônimos, que é marcar fronteiras e criar etnias. É a partir da criação do Parque, que os Nawa “se (re)tornam” Nawa, antes

de precisarem de uma etnia, eles eram um povo de ascendência Pano, do interflúvio dos rios da bacia do Juruá, que viviam de caça, roçado e extrativismo.

Nós vivíamos assim numa região tranquila, trabalhando, tinha nossa sobrevivência. E aí foi quando começou a aparecer as visitas, as autoridades passando. E começaram a mexer com a gente. Falaram olha, isso aqui não é mais o que vocês pensam que era. Isso aqui é outra atividade diferente. Isso aqui é o Parque Nacional da Serra do Divisor. Aí a gente já foi ficando mais... Assim, eu pensando, agora a gente já vai começar a andar com as próprias pernas da gente, porque já que nós não estamos mais sendo dirigido pela nossa própria pessoa a gente vai procurar um rumo. Aí a gente conversa, nossos parentes Nukini aqui também sempre faz parte de reuniões em Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, e conversa vai eles soltaram que aqui dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor tinha um povo diferenciado do deles. Então, a dona Rose veio aqui, mais o seu Lindomar, veio só mesmo nos ver, ver o que nós éramos. Ela veio diretamente na casa da dona Francisca do Celso, porque nem lá em casa ela passou. Chegou: - dona Francisca nós temos notícias que vocês são povos indígenas, que nós somos missionários do CIMI que trabalham com povos indígenas, então é obrigação nosso saber se vocês são índios ou não. Falou: - nós somos índios e nós somos índios Nawa. Aí ela ficou toda surpresa disso. Ela andou no cemitério, bateu foto da dona Francisca e voltou novamente. Nesse intervalo ela já passou e a gente já mandou uma carta diretamente pedindo o apoio do CIMI, para que ele mandasse essa carta até a FUNAI, ou entregasse para o próprio IBAMA mesmo para ter o reconhecimento (Railson, 2003, Novo Recreio).

Após uma lacuna de várias décadas sobre a existência de Nawa na região do rio Juruá, em 1999, depois de uma viagem de representantes do CIMI ao rio Moa, a Funai foi informada da existência de um povo autodenominado Nawa morando na região dos igarapés Jordão, Pijuca, Novo Recreio, Jarina, Venâncio e Jesumira e também na margem direita do rio Moa. De acordo com o documento intitulado “Naua: mais um povo indígena no Acre”, datado de 2000, e de autoria do então administrador da FUNAI-AC, coordenador da UNI-AC e coordenador regional do CIMI, a última informação sobre os Nawa teria aparecido no álbum, de 1994, intitulado “A Cidade de Cruzeiro do Sul – Revisitando o Juruá”, editado e publicado pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul. Como consta no documento de 2000:

a **última sobrevivente** do povo Naua seria uma senhora de nome Francisca Borges de Paiva. Segundo o mesmo álbum, onde aparece inclusive uma foto da Dona Francisca, o casal deixou alguns filhos, netos e bisnetos. O casamento teria ocorrido em 1906, logo após a inauguração da cidade de Cruzeiro do Sul (Processo/FUNAI/BSB nº 2058/2000 fl. 08 - ênfase minha).



Foto 6 - Francisca Borges de Paiva - Fonte Álbum de CZS

Esse documento, produzido em 2000, veio a ser divulgado nos principais jornais do Estado do Acre, afirmando que, ao contrário das informações presentes no “álbum” sobre a existência de uma “última sobrevivente”, os Nawa ainda habitavam a região do rio Moa, e estavam reivindicando sua etnicidade. Contudo, os Nawa que habitam o rio Moa não descendem de Francisca Borges de Paiva e, sim, de Mariana. Como destacado nesse relatório, o historiador Castelo Branco já havia mencionado Mariana como sendo a “última sobrevivente” Nawa, mas não fez nenhuma referência a Francisca Borges de Paiva. No “álbum”, de 1994, aparecem duas fotos (foto abaixo), uma da Nawa Francisca Borges de Paiva e outra da Nawa Mariana (Mariruni). O texto abaixo da foto de Mariana afirma ser ela “a última sobrevivente” e aquele abaixo da foto de Francisca Borges de Paiva diz ser ela a “última descendente dos Náuas”.



Foto 7 - Nawa Francisca Borges de Paiva e Nawa Mariana (Mariruni) - Fonte: Álbum de Cruzeiro do Sul

Durante os estudos do grupo técnico de identificação e delimitação da Terra Indígena Nawa os descendentes de Mariana e de Francisca Borges de Paiva foram entrevistados. Constatou-se que os descendentes de Mariana residem principalmente na terra indígena reivindicada, enquanto os de Francisca Borges de Paiva residem em sua maioria na cidade de Cruzeiro do Sul. Estes últimos não reivindicam um reconhecimento étnico ou território, mas carregam na memória muitas informações sobre Francisca Borges de Paiva e os Nawa. Como não havia nenhum tipo de reivindicação por parte dos descendentes de Francisca Borges de Paiva, esse relatório se concentrou nos descendentes de Mariana.

Como se trata de duas Nawa, capturadas quando eram crianças e viviam nas malocas, pode-se supor que elas poderiam ter algum parentesco. Entretanto, os descendentes de ambas as indígenas não vislumbram nenhum grau de parentesco entre eles. No mencionado "álbum", mesmo constando a foto das duas Nawa, uma do lado da outra, também não há informações sobre parentesco entre elas. As poucas referências relevantes sobre os Nawa no "álbum", além dos textos abaixo das fotos, são:

Ao longo das margens do Juruá vivia a tribo dos Náuas multiplicando-se em tabas, dominando o rio e a selva no trecho onde está localizada a cidade de Cruzeiro do Sul, até o extremo do extenso “estirão” (trecho do rio que corre em linha reta) que ainda hoje leva o seu nome – Estirão dos Náuas; soberanos na selva e no rio os bravos guerreiros Náuas em 1987 detiveram a expedição do inglês Willian Chandless.

Eram os Náuas livres como os pássaros que cruzavam o horizonte e pousavam na copa imensa da Samaúma altaneira; bravios e valentes como a onça senhora e absoluta da selva; e indomáveis como o vento que ora encrespava suavemente, ora fustigava as águas do rio, farfalhava a copa das esbeltas palmeiras e devastava a floresta. Ao canto maravilhoso dos pássaros e aos rumores dos animais selvagens, juntava-se a cadência de seus tambores e cantos de guerra ou de festa (Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul & UFAC, 1994: 39).

Essa visão idílica sobre os Nawa, além de referências a sua antiga localização na região de Cruzeiro do Sul, ainda permanece de forma intensa na memória dos moradores daquela cidade. Talvez em função dessa memória o nome dos Nawa proliferou-se pela cidade nominando lugares e produtos: Teatro Naua, Academia Naua, Rádio Voz dos Nauas, Naua Net, Nawa Cola, Guaraná Nauense, Guaraná Naua, Café Naua, etc. Esta apropriação do nome dos Nawa reforça a importância que esse povo tem no imaginário da população do Juruá, principalmente dos moradores de Cruzeiro Sul.

Os Nawa de hoje são remanescentes de grupos de áreas relativamente altas de floresta interfluvial, que ocupam as cabeceiras de igarapés. Isso os distingue de outros grupos Pano que ocupam grande rios. Apesar de estarem à beira do rio Moa, muitos ocupam os pequenos tributários desse rio. Enquanto um povo interfluvial, eles têm mais aspectos em comum com os outros grupos de interflúvio do que com grupos pano de grandes rios. A presença na beira do rio é um reflexo histórico do modo de ocupação dos seringais que se dividia em centro e margem, sendo a vida no centro (nas colocações e estradas de seringa) bastante árdua e isolada. A margem é a estrada para os bens industrializados, as trocas, contatos e comercializações em geral, que com o fim da empresa seringalista atraiu as pessoas que viviam nos centros.

Nessa região, onde hoje se encontra a terra indígena reivindicada, muitas pessoas se autodenominam Nawa, englobando este termo indivíduos Nawa, Poyanawa, Shawanawa (Arara), Nukini, Amoaca e até alguns não indígenas, com os quais mantêm relações de parentesco. Entre os atualmente autodenominados Nawa, vários indivíduos dominam um considerável vocabulário Pano, mas ninguém fala a língua materna com fluência. Mais recentemente, crianças, adultos e idosos estão retomando sua língua indígena ao transmitirem entre eles o vocabulário conhecido e ao incorporarem outros termos Pano emprestados de outros grupos.

A emergência dos Nawa remete tanto a já citada facilidade dos Pano, em geral, em se reorganizarem em conjuntos de escalas muito diferentes ao longo da história, quanto aos processos contínuos de fissão e fusão comum a esses conjuntos. No entanto, é importante registrar que, considerando o caráter violento do contato com as sociedades nacionais, esses aspectos de resiliência do conjunto Pano, não apaga os efeitos implacáveis das práticas coloniais, tampouco, significa uma reação adaptativa. Não se trata de uma continuidade histórica de um modo tradicional ou de estratégia de sobrevivência, apenas. O que essa característica aponta é para como os Nawa têm conseguido incorporar o resultado do contato, violento e de apagamento, não por meio de novas estratégias, mas pelo modo próprio de reproduzirem o mundo nawa e a si mesmos.

Apesar da forte homogeneidade entre os grupos Pano, como já foi dito, arranjos históricos subdividiram diversas vezes esse grande conjunto e também oportunizaram empréstimos linguísticos e na cultura material e ritual. Há muitos anos divididos, hoje os Pano no médio rio Ucayali e os Pano nos altos cursos dos rios Juruá e Javari e seus afluentes apresentam diferenças significativas em razão desses processos de fissão. Como mencionado por Melatti, os grupos Pano são caracterizados pelas antigas fragmentações e fusões, que ocorriam conforme as alianças e os conflitos, até que a sua dizimação, a intrusão de colonos entre suas áreas e a delimitação delas levou-os a permanecerem cristalizados nos grupos étnicos conhecidos atualmente. Com base em dados arqueológicos sobre a região do alto Amazonas, Erikson afirma que os antigos Pano, aparentemente provenientes do norte da atual Bolívia (região do Beni e do Guaporé), migraram em massa em direção ao Ucayali por volta de 100-300 a.c., onde se mantiveram hegemônicos, até por volta de 700 a 800 d.c., quando ocorreu a intrusão dos Aruak, que dividiu o conjunto Pano. Sucessivas ocasiões históricas de confronto com outros grupos determinaram alternadamente o controle e a dispersão no Ucayali e em seus afluentes. Os primeiros encontros entre os Pano e os europeus ocorreram possivelmente na região do Ucayali, na segunda metade do século XVI, quando uma expedição espanhola subiu o rio (Erikson, 1992: 244-248). Os Nawa não eram mais parte desse grupo do Ucayali e o contato para eles passou a ocorrer com a chegada dos agentes da frente de expansão da borracha, principalmente em fins do século XIX, quando muitas migrações e alterações linguísticas e culturais aconteceram.

Ainda que se possa argumentar que havia uma previsão no arcabouço cosmológico dos Pano para deslocamentos territoriais em razão de contato, com outros

indígenas ou com não indígenas, os conhecidos processos de fissão e fusão, o contato com os não indígenas foi determinante para fragmentações e cristalizações dos grupos. Segundo Melatti:

o sudoeste da Amazônia começou a ser ocupado pelos civilizados com a extração do látex do caucho e da seringueira a partir de aproximadamente 1870. Muitos grupos indígenas foram liquidados, outros dizimados, outros transferidos, de modo que, num setor dessa região como a bacia do Javari [e mesmo do Juruá], com a queda dos preços da borracha a partir de 1912 e a decorrente retirada dos civilizados, vários desses grupos vieram a se reorganizar (Melatti, 1997: 155).

As fissões e fusões pano são descritas como processos relacionados ao padrão de assentamento comum dos grupos, com forte determinação sobre sua distribuição espacial. A existência de vários assentamentos sazonais sempre favoreceu a dispersão por estações, e rearranjos no próprio grupo, uma vez que alguns iam e se rearranjavam com outras famílias e outros ficavam. A composição e a recomposição dos grupos locais favorecem a reprodução física e cultural em situações de conflito, de doenças endêmicas e desacordos internos. Em alguns grupos, a manipulação do parentesco, ora enfatizando a unidade do grupo, ora a aliança, impulsiona-os ora à fissão, ora à fusão e isso se apresenta em padrões de mobilidade e de definição da parentela.

A distribuição espacial da população Pano se deu por diferentes razões, migrações decorrentes de conflitos interétnicos, fissão e fusão dos subgrupos, o contato com os não indígenas e as circunstâncias do histórico de ocupação do Alto Juruá pela sociedade envolvente, as migrações do grupo e as práticas de secessão decorrentes do contato. Ao longo deste relatório, esses diversos critérios de distribuição espacial serão melhor explorados.

Há no indigenismo no Acre e também na narrativa dos indígenas da região, sobretudo por processos educativos, uma linha do tempo que resume a história recente dos povos indígena no estado a partir de cinco grandes períodos: 1) o tempo das malocas, referente ao tempo antes do contato; 2) o tempo das correrias, meados do século XIX; o tempo do cativo, ciclo da borracha nos séculos XIX e XX; 3) o tempo dos direitos, década de 1970, e 4) o tempo do governo dos índios, após a promulgação da Constituição de 1988.

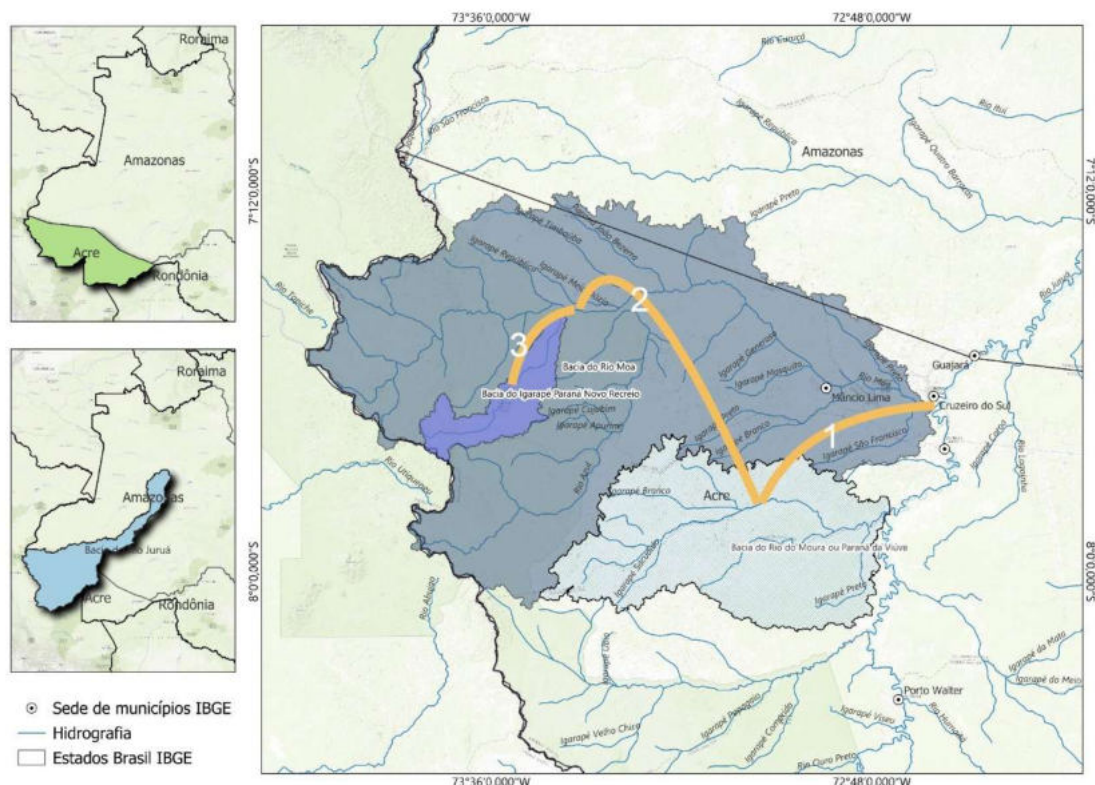
O tempo das correrias, marcado por extermínio, perseguições, estupros e escravizações de indígenas pelos não indígenas que buscavam seringueira e caucho, impôs aos indígenas cinco principais estratégias: 1) alguns dos que viviam em rios

grandes se aliaram aos militares; 2) outros de grupos menos poderosos fugiram, 3) outros fugiram e adotaram a vagação e um modo de vida não agricultor; 4) alguns outros adotaram a fuga, mas mantiveram cultivos de colheitas de rápido crescimento, e por fim, 5) houve aqueles que se deslocaram para áreas florestais remotas onde aldeias organizadas em torno da produção de mandioca poderiam existir.

As correrias foram parte de um processo de desterritorialização dos indígenas, em que seus territórios foram transformados em seringais e eles em invasores. Depois, no tempo do cativeiro, que começou, na verdade, simultaneamente ao tempo das correrias, os indígenas foram forçosamente incorporados no sistema de aviamento e passaram a se distribuir por colocações em seringais. Nesse momento, a abertura de seringais já havia alterado radicalmente a distribuição espacial dos indígenas na região.

No caso dos Nawa, o padrão fissão-fusão de antes do contato foi sufocado pelo aliciamento para o trabalho compulsório pelos não indígenas no século XX, pelos sequestros que esquartejou o grupo e pela vergonha do pertencimento indígena.

Segundo a historiografia e a memória dos Nawa, eles adotaram inicialmente a estratégia de fuga e em seguida o deslocamento para áreas remotas de floresta. Na época do primeiro contato, viviam às margens do Juruá, onde hoje está a cidade de Cruzeiro do Sul e foram "corridos" de lá por volta de 1870. Alguns foram para o Estirão dos Nauas, trecho do rio Juruá entre Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves, de lá foram para o Rio Azul e do rio Azul foram para Serra do Moa. E de lá se espalharam pelas cabeceiras do Igarapé Novo Recreio, pelo Paraná do Ipiranga e é de lá que um grupo migrou para o bairro Iracema, na cidade de Mâncio Lima.



Croqui 8 - Migrações Nawa

Importante registrar que o histórico de migrações e dispersão, que veremos com detalhes à frente, influenciou fortemente o modo de vida dos Nawa, alterou, por exemplo, o antigo padrão de residência dos Nawa, que antes como muitos outros grupos Pano, viviam em grandes malocas e depois passaram a ocupar núcleos residenciais menores conformados por famílias nucleares em casas de palafita.

No contexto da exploração da borracha, que será melhor descrito na próxima seção, os Nawa foram desalojados de suas malocas e incorporados ao sistema produtivo dos seringais e ao modelo espacial das colocações a partir de estradas de seringa.

Para melhor compreender o impacto da ocupação do Alto Juruá pelas frentes de extração da borracha sobre os Nawa e para ressaltar os critérios que determinam a atual distribuição espacial, as migrações e as práticas de secessão, será abordado, no próximo tópico deste relatório, o histórico dessa ocupação.

b) pesquisa sobre o histórico de ocupação de terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;

c) identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais

Antes de apresentar o histórico de ocupação da TI de acordo com a memória dos Nawa, faremos uma breve apresentação de dados da historiografia que coincidem com a memória do grupo que veremos a seguir.

O histórico de ocupação da área da terra indígena Nawa requer uma contextualização histórica da colonização do alto curso do rio Juruá, posto que, como veremos, a fixação dos Nawa no rio Moa se deu em parte por eventos de esbulho em meados do século XIX.

O Alto Juruá era território dos grupos Pano e Aruák desde o período pré-cabralino, mas a partir do começo do século XIX passou a ser ocupado também por exploradores e comerciantes vindos de Belém, Manaus e de centros urbanos localizados ao longo do rio Solimões (AM), os quais subiam o curso do rio Juruá para comercializarem com a população nativa. Trocavam bens industrializados por “produtos florestais” que tinham grande demanda no mercado regional, como a salsaparrilha, a copaíba, o pirarucu, a carne de caça, a pele de animais silvestres, os ovos e a gordura de tartaruga, a castanha e a baunilha. Durante as expedições em busca desses produtos, muitos indígenas eram escravizados nos trabalhos na floresta. Outros eram vendidos às famílias abastadas dos centros urbanos (Aquino & Iglesias, 1994: 6).

Nos termos de Castello Branco⁵, foram três tipos de exploradores que ocuparam o atual Acre, e mais precisamente o Alto Juruá: 1) aqueles que investigaram os rios buscando uma comunicação com a Bolívia; 2) os que navegavam o rio com o intuito de se apossarem de terras, demarcando algumas praias para si ou para vendê-las e 3) os que se alojavam temporariamente em “tapiri”, para dar início a abertura das “estradas” que comporiam o futuro seringal (1961: 174). As duas primeiras formas de ocupação da região citadas por este autor não contaram com um grande contingente populacional, a última, sim.

⁵ José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, aqui referido apenas como Castelo Branco, foi juiz federal no Acre. Entre o final da década de 1940 e início de 1950 escreveu uma série de artigos para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que trata da ocupação dos rios no vale amazônico, tornando-se uma das maiores referências sobre a história do Acre.

Desde meados do século XVIII, os “agarradores de índios” e os “coletores de drogas” penetraram os rios Purus e Juruá (Castello Branco, 1958: 18), alcançando as regiões do atual Estado do Acre apenas no século XIX. Ainda de acordo com Castello Branco, mesmo de forma vacilante, o início do povoamento do Juruá por não indígenas ocorreu durante as décadas de 1850 a 1870⁶ (1947: 176), sendo o primeiro explorador do Juruá a atingir regiões localizadas no atual Estado do Acre o Diretor dos Índios João da Cunha Correia. Provavelmente Cunha Corrêa atingiu o Alto Juruá no ano de 1858, quando subiu até a foz do rio Juruá Mirim (Castello Branco, 1958: 60-65 e 73).

Mesmo Cunha Correia tendo sido o primeiro a atingir regiões acreanas, as primeiras referências historiográficas a indígenas Nawa no Alto Juruá provêm de Castelnau⁷, quem em 1847 registrou, com base em informações de “coletores de drogas”, a presença de *tabas de “Nawas”, “Catuquinas” e “Tuchinauas” na altura do rio Tarauacá* (Castello Branco, 1950: 07).

Todavia, menções à existência de indígenas Nawa na margem esquerda do rio Juruá, mais precisamente no seu afluente denominado Moa, datam do início da exploração da região, quando em outubro de 1857, Cunha Correia, partiu de Tefé, no Solimões e alcançou o afluente do Juruá denominado Juruá Mirim. Em seu regresso, a 30 de abril de 1858, estava acompanhado por

três índias “naua” apanhadas cêrca do estirão do mesmo nome (...) A velha e duas filhas capturadas no alto Juruá foram também batizadas, sendo que a mais nova com o nome de Petrolina, ainda conhecida de Guilherme da Cunha Correia, filho do explorador, o qual nos disse em carta que, esta filha das selvas juruenses lhes “contava que os náuas não queriam mal aos brancos, mas eles eram maus e que há muitos anos os seus avós para escapar às barbaridades **havia fugido de um lugar bonito para além das nascentes do rio**” (Castello Branco, 1950: 05-06, grifo nosso).

Essas indígenas foram capturadas por Cunha Corrêa alguns dias após o embate entre os “Nauas” e os “Iaminauas” e “Conibos” (Castello Branco, 1950: 06). Em outra menção aos Nawa, relativa à mesma expedição do primeiro explorador das terras

⁶ O fenômeno da seca de 1877 ocorrido no nordeste brasileiro favoreceu uma migração para o Juruá de diversos nordestinos, principalmente cearenses, para trabalharem na extração da seringa (Azevedo, 1905: 16).

⁷ Francis de Castelnau (1810-1880), desembarcou no Rio de Janeiro em 1843 no comando de uma expedição científica organizada e financiada pelo governo francês. Castelnau cruzou o interior do Brasil, Bolívia e Peru na companhia de três naturalistas e, posteriormente, publicou os resultados das suas andanças em 15 tomos da obra intitulada “Expédition dans les Parties Centrales de l’Amérique Du Sud - de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima ao Pará”.

acreas, consta que ao passar pela zona do Juruá pertencente ao atual Estado do Acre, no local denominado por ele de “estirão dos Nauas”⁸, onde havia uma aldeia desse povo, encostou sua canoa e deixou no terreiro da aldeia uma grande quantidade de machados, terçados, facas, panos e miçangas. Nessa ocasião, os indígenas não se encontravam na aldeia. Ao regressarem, arremessaram os objetos ao rio.

Esse contato com os Nawa e a postura hostil deles às tentativas de contatá-los perdurou ao longo do século XIX, tendo a viagem do explorador William Chandless ao Alto Juruá sido interrompida, em 1867, devido a um ataque dos Nawa acima da boca do Tarauacá (346 milhas, cerca de 550 km), no local posteriormente denominado seringal Ouro Preto, pouco acima da foz do Riozinho da Liberdade. Vinte anos depois, Chandless reforça as informações de Castelnau de que *os Nawa faziam “correrias” nessa região e mesmo até abaixo da embocadura do Tarauacá* (Castelo Branco, 1950: 07).

De acordo com o padre Tastevin, quando do retorno de Chandless à Belém, ele

tornou conhecido, através de conferências, a existência do rio Mu [Riozinho da Liberdade], um pouco a jusante da cabana dos índios autodenominados "Naua" que alguns dias depois, em torno de meados de novembro, o impediam de levar adiante a sua exploração. Quando, dezessete anos mais tarde, os exploradores de florestas de borracha chegaram a esta região, só encontraram os índios Naua, ou melhor, os Capanaua, um pouco a montante da atual cidade de Cruzeiro do Sul, no local chamado "Estirão dos Naua" e na própria Cruzeiro do Sul. Eles acreditaram então ter chegado ao ponto final da exploração de Chandless e pensaram reconhecer o rio Mu no afluente esquerdo do Juruá, imediatamente a jusante do Estirão dos Naua (Tastevin, 1928: 207)

Percebe-se nesses relatos sobre os Nawa e sua localização que eles eram hostis ao contato com não indígenas. Com base nos relatos dos viajantes, Castelo Branco destaca diversas outras referências aos Nawa, datadas de fins do século XIX e início do seguinte.

Segundo ele, no início de 1884, o pernambucano Antônio Marques de Meneses, mais conhecido pelo apelido de “Pernambuco”, juntamente com alguns companheiros, aportou no “estirão dos nauas”, próximo à foz do rio Moa, denominado “Centro Brasileiro” por Pernambuco alguns anos depois, em 1894. Nas palavras de Castelo Branco:

em princípios de 1884, o pernambucano Antonio Marques de Meneses, vulgo “Pernambuco”, acompanhado de Antonio Torres, Pedro Motta, José Vieira,

⁸ O estirão é um trecho do rio que corre sem sinuosidade. O Estirão dos Naua, de acordo com Castelo Branco (1958: 75) ficava a cerca de dez milhas, o equivalente a mais ou menos 16 km, a montante da cidade de Cruzeiro do Sul. O Estirão dos Naua hoje corresponde ao bairro Miritizal de Cruzeiro do Sul.

Manuel Meneses, Jacyntho de Tal e Joaquim Nascimento, aportava ao estirão dos Nauas, donde voltou, sem demora, por ter sido atacado pelos índios, que lhe deram uma surra (Castelo Branco, 1930: 593)

Como fica evidente, Antônio Meneses foi outro explorador a entrar em contato com os Nawa, e sua recepção também não foi pacífica, tendo sido expulso pelos indígenas do “Estirão dos Nauas”.

Ainda em 1884, os italianos Henrique Cani, Antônio Brozzo, Domingos Stulzer e os brasileiros Ismael Galdino da Paixão e Domingos Pereira de Souza exploraram o Juruá com o propósito de o povoarem. Nessa excursão,

encontraram elles pelas cercanias do rio Moa, extensos bananaes e grande numero de índios, que os iam seguindo com o maior interesse, por terra. No meio do estirão dos Nauas justamente no local em que, hoje, se encontra o barracão do seringal Burityzal, foram os viajores a terra, deparando com uma enorme maloca dos selvicolas chamados “Nauas”, os quaes deram o nome ao dicto estirão, e após uma certa demora, necessária, apenas para oferecerem aos aborígenes alguns brinquedos e outros objetos que lhes despertassem curiosidade, continuaram sua rota, parando novamente na extremidade Sul do referido estirão, na terra firme, presentemente appellidada “Colônia Rodrigues Alves”, e ali encontraram novamente muitos índios, tendo-lhes feito offerecimentos idênticos (Castelo Branco, 1930: 594).

O encontro desses colonizadores do Juruá com os Nawa foi menos belicoso que aquele de Pernambuco em 1884. Foi possível a essa expedição composta por italianos e brasileiros visitar as duas aldeias dos Nawa, situadas no estirão de mesmo nome, e distribuir brindes entre eles. De acordo com Castelo Branco:

Os inacessíveis Nauas revelaram menos rudeza, pois, os invasores visitaram as duas malocas que elles tinham no referido estirão, oferecendo-lhe brindes, que foram aceitos mas, na segunda aldeia, como tentassem se apossar das armas de fogo dos itinerantes, instrumentos estes a que prestavam muita atenção e pelos quais se mostraram muito interessados desde o primeiro encontro, na parte central do dito estirão, os viajores tiveram que fazer fogo para o ar a fim de atemoriza-los (Castelo Branco, 1958: 77).

A partir de 1888, vários expedicionários começaram a penetrar o rio Moa e, em 1893, alcançam os últimos pontos do rio onde havia seringa, inclusive o rio Azul ou Breguesso (Castelo Branco, 1961: 209). Neste último ano, Castelo Branco afirma que os Nawa já não se encontravam em regiões por eles antes ocupadas, como pode ser constatado abaixo:

por ocasião da conquista da região que, mais tarde passou a denominar-se Território do Acre, no vale do Juruá, encontraram-se tabas de Nauas no estirão dêsse nome; no rio Moa, Paraná dos Mouras, no seringal Buritizal, sendo daí desalojados pelo explorador Galdino Lopes da Silva, de sorte que, em 1893, já não existiam no local (Castelo Branco, 1950: 09-10).

Antes em 1889, novo grupo de exploradores subiu o Juruá, indo do Juruá-Mirim até o seringal Flora, depois do Juruá, da Boca do rio Tejo até o rio Breu. Muitos desses exploradores estabeleceram seringais ao longo do rio Juruá e de seus afluentes, o que forçou a migração de diversos povos indígenas da região.

Segundo informações de Castelo Branco, a ocupação do Alto Juruá se deu por exploradores que reservavam algumas praias à medida que subiam o rio, sinalizando as extremidades da área com um pequeno roçado e deixando uma “taboleta” com os nomes dos proprietários (1930: 595). Essa forma de ocupação do Alto Juruá levou à conformação de diversos seringais.

A área de ocupação dos Nawa tem seu esbulho inicial descrito por Castelo Branco, apresentando, como se observa na citação abaixo, uma sequência de transmissão da posse de seringais no rio Moa, incluindo o Estirão dos Náuas.

em 1889, as terras conhecidas por “Bôca do Moa” compreendiam os seringais adjacentes ao rio dêste nome, pertencentes a Antônio Marques de Meneses, residente no lugar Curupaiti (quase 200 milhas a jusante), que vendeu a parte fronteira ao Moa a Galdino Lopes da Silva, abrangendo o trecho que ia do seringal Olivença ao estirão dos Náuas, que, em 1890, passou a denominar-se Buritizal [ou Miritizal]; e a porção da margem esquerda do Juruá, em ambos os lados do Moa, ao lusitano Eduardo Joaquim de Galdo, também no ano de 1889, que conservou o título de “Bôca do Moa”. Em 1890, Pernambuco readquiriu este seringal, o dividindo mais tarde, vendendo a margem direita do Moa a Manuel de Sousa Carioca e Francisco Carlos de Oliveira que o apelidaram Nova Independência, hoje Florianópolis; e a esquerda, cedeu em 1904, a Lima e Loureiro, até o igarapé S. Salvador, e o restante ao governo da União para a fundação da cidade de Cruzeiro do Sul (Castelo Branco, 1961: 207).

A exploração e ocupação efetiva da região do Alto Juruá ocorreram apenas nas duas últimas décadas do século XIX, após vários embates com os povos indígenas. Neste período, a região foi povoada principalmente por diversos migrantes vindos do nordeste brasileiro, os quais fugindo da seca de 1877 se estabeleceram em várias colocações e estradas de seringa. Em fins da última década do século XIX, o Alto Juruá já estava povoado por brasileiros, quando peruanos “caucheiros” explorando o caucho (*Castilloa ellastica*) e outros produtos florestais, como peles de animais silvestres e madeiras-de-lei, ocuparam a região. Estes peruanos fundaram alguns estabelecimentos na foz do rio Moa, no rio Breu e em frente à foz do Amahuacas (Riozinho Cruzeiro do Vale, onde hoje situa-se a cidade de Porto Valter). A ocupação dos caucheiros peruanos foi itinerante e de curta duração, encerrando-se no início do século XX, enquanto a dos nordestinos foi maciça e duradoura (Castello Branco, 1930: 640).

Essas duas frentes de exploração extrativista, a dos caucheiros peruanos e a dos seringalistas brasileiros, entraram em contato com os grupos indígenas da região de forma violenta, promovendo as “correrias” que levaram à dizimação, à escravização ou à submissão às relações produtivas impostas, além da dispersão dos grupos indígenas (Castello Branco, 1961: 178). Como consta em fontes bibliográficas sobre a história da região, *as correrias tiveram como uma de suas principais consequências a dispersão dessas populações pela extensa área de floresta banhada pelas bacias dos vários afluentes dos altos rios Purus e Juruá* (Aquino & Iglesias, 1994: 8). Nessas correrias, os agentes da ocupação do Alto Juruá utilizavam muitas vezes indígenas considerados “pacificados” para escravizar ou dizimar aqueles grupos mais isolados.

No caso dos Nawa, recordações sobre o massacre sofrido por eles devido à expansão das frentes extrativistas no Alto Juruá permanecem na memória coletiva do grupo. Seu Nilton, já falecido, em 2003 com 66 anos, relatou:

Os antigos? Foram matados porque quando vieram levantar Cruzeiro do Sul ali, a maloca deles era por ali. Os antigos me contaram, era ali. A tribo deles morava por ali. Tinha o estirão dos Nawa, que eles moravam justamente no estirão dos Nawa, mais acima ali no Juruá. Eles moravam por ali também, habitavam por ali. Aí fizeram fogo neles e acabaram. Escapou essa semente. Como quando você joga assim, ficou aquela semente, daquela semente foi aumentado os Nawa de novo. Que são as nossas tribos agora (Nilton, 2003, Pé da Serra – entrevista realizada pelo GT de 2003).

Segundo a memória do grupo, como relatado por Seu Nilton, os Nawa foram praticamente dizimados no período das correrias, tendo restado apenas uma “semente”, uns poucos sobreviventes.

Contam que os Náwa habitavam em Cruzeiro do Sul, quando a colonização (exploração) através dos Coronéis de Barranco chegou, massacrando os índios. Estes fogem para o Estirão dos Náua/Juruá, nunca mais se ouvindo falar neles. Os patrões seringalistas contratavam “amansadores, pegadores de índios” para atacarem as aldeias e exterminarem os índios, porque queriam se apossar de suas terras. Havia muitos destes profissionais. Quando os nativos se rebelavam contra as ordens dos comerciantes portugueses e jagunços, os patrões enviavam os amansadores para atacarem as aldeias. Os índios sobreviventes fugiram para as matas, espalharam-se pelos igarapés, não se reunindo mais e mudando constantemente de localidades, com medo de novos ataques, apesar de serem muito guerreiros. Os exterminadores queriam as terras da boca do rio Mõa com o rio Juruá. Os índios se rebelaram e foram repelidos a bala. As 3 ou 4 famílias que escaparam do massacre principiaram outra geração na Serra do Mõa e no igarapé Novo Recreio e foi a partir da família de Maria Borges que os Náwa aumentaram (Montagner, 2002: 71).

Foi também nesse contexto das correrias, mais precisamente em 1896, que os peruanos começaram a ocupar a região do Alto Juruá, estabelecendo postos comerciais e

extraindo caucho. Os peruanos buscaram firmar-se em alguns pontos do rio por meio de arrendamento ou compra de seringais. Com arrendamentos, ocorreu a ocupação de Porto Alberto por Vicente Mayna e de Centro Brasileiro por Hidalgo Roiz e Co. Outros pontos foram comprados, como no caso dos seringais Monte Cristo e Monte Rico, por Assunción e Roiz, no Juruá Mirim, e Novo Recreio⁹, por Hidalgo e Roiz, no rio Moa (Castello Branco, 1961: 215).

Com o aumento da ocupação do Alto Juruá por peruanos e brasileiros, as constantes correrias e as várias guerras intertribais, ocorreram entre os povos indígenas da região diversas migrações, práticas de secessão, alterações da organização social e do parentesco e alianças matrimoniais, além da inserção dos povos pano no sistema de produção da borracha, da redução dos territórios por eles ocupados e do decréscimo populacional. Para Castello Branco:

O que é evidente é que de certo modo, a população indígena da região, principalmente, dos vales do Juruá, Tarauacá e Iaco, era considerável, porém, escoraçados a bala pelos civilizados: brasileiros (seringueiros) e peruanos (caucheiros), além das lutas internas entre as próprias tribos, o seu número foi decrescendo de tal modo que na época em que o governo brasileiro estabeleceu o Território do Acre, já os seus grupos estavam mui reduzidos (Castello Branco, 1950: 13).

A redução da população indígena no alto Juruá foi constatada, como se percebe na citação acima, na época da criação do Território do Acre, que somente veio a ser estabelecido nos primeiros anos do século XX, quando o governo federal brasileiro passou a atuar com maior constância na região do alto Juruá. Frente à revolução acreana, de 1902 a 1903, as negociações entre Brasil e Bolívia levaram ao estabelecimento do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, definindo os limites das possessões brasileiras em relação ao governo boliviano.

Em virtude desse Tratado, no ano seguinte, pela Lei n.º 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, o Congresso Nacional autorizou o Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, a administrar provisoriamente o recém reconhecido Território Federal do Acre. Neste mesmo ano, o Território do Acre foi dividido pelo Decreto n.º 5.188, de 07 de abril de 1904, em três departamentos administrativos, denominados Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. O Departamento do Alto Juruá compreendia as terras banhadas pelo

⁹ Este seringal, atualmente desativado, encontra-se inserido parcialmente nos limites identificados e delimitados da Terra Indígena.

rio Tarauacá e seus afluentes, além das terras do alto Juruá e seus tributários do Moa ao Breu (Castello Branco, 1930: 666).

A região ocupada pelos Nawa veio, então, a fazer parte do Departamento do Alto Juruá, cujo primeiro prefeito foi o coronel do Exército Gregório Thaumaturgo de Azevedo. A sede provisória da prefeitura foi fixada no local denominado Invencível, e pouco tempo depois foi definitivamente instalada em terras do ex-seringal Centro Brasileiro, com o nome de Cruzeiro do Sul. A área foi adquirida de Antônio Marques de Menezes. Era localizado à esquerda do barracão central da casa de farinha e de algumas barracas isoladas. Em 31 de maio de 1906, Cruzeiro do Sul foi elevada à categoria de município (Castello Branco, 1930: 668). Para os agentes da frente de extração da borracha a fundação de Cruzeiro do Sul representava o início da consolidação da ocupação da região. Todavia, para os Nawa, a fundação dessa cidade deixou registrado na memória um período de grande violência contra eles. Para seu Nilton:

Quando vieram levantar Cruzeiro do Sul ali, eu acho que eles se revoltaram e meteram chumbo neles. Nesse tempo caboclo eles matavam mesmo. Como aqui mesmo (no Moa) foi matado muito caboclo. Um mateiro aqui me disse que essas matas daqui tinham muitos índios, mas os próprios donos de propriedade quando achava uma maloca mandava matar. Ele me disse que ele mesmo foi um que matou muito índio. Ele já morreu, era um branco já muito velho (Nilton, 2003, Pé da Serra – entrevista realizada pelo GT de 2003).

Nesse período, pode-se notar que a mentalidade dos ocupantes do Alto Juruá percebia os indígenas como entrave à ocupação da região:

Tinha-se o índio como um animal prejudicial e maléfico, incapaz de ser civilizado, pensamento, aliás, de pessoas influentes que dirigiram a colonização, porém, ignorantes, incapazes de tomar no momento outra direção, principalmente, por encontrarem alguma resistência na ocupação da terra, a qual só poderia dar o resultado verificado, a quase extermínio dessa gente (Castello Branco, 1950: 13).

Paralelamente à forma pejorativa de perceber os grupos indígenas e ao decréscimo dessa população, a região do Alto Juruá passava a ser cada vez mais ocupada. Cruzeiro do Sul, capital do Departamento do Alto Juruá, no início de 1905, tinha cerca de 30 habitantes, em 6 ou 8 barracas, e no começo do ano seguinte, 546 pessoas, em cerca de 100 barracas, das quais 11 da prefeitura. Em 1907, tinha 700 pessoas, em fins de 1908, 1.633 habitantes e, em 1909, cerca de 3.000 indivíduos.

Em 1909, foi estabelecido o tratado entre Brasil e Peru definindo os limites do território brasileiro até o rio Breu. No ano seguinte, mais especificamente no dia 01 de

junho de 1910, ocorreu a proclamação da autonomia do Acre, na cidade de Cruzeiro do Sul, na época capital do Departamento do Alto Juruá.

Antes da construção da cidade de Cruzeiro do Sul, o local era uma floresta e nela havia malocas. Onde atualmente está o mercado público, havia um barreiro, e onde se encontra o Teatro Náua era uma hospedaria para índios. Havia uma maloca no lugar em que hoje está construído o hospital da cidade [atualmente o hospital maternidade] Montagner, 2002: 70-71).

Como já vimos, os agentes da frente de expansão da borracha “encontraram os índios Nawa, ou melhor, os Capanaua, um pouco a montante da atual cidade de Cruzeiro do Sul, no local chamado “estirão dos Naua” e na própria Cruzeiro do Sul” (Tastevin, 1928: 1). Com base em informações de Tastevin, o historiador Castelo Branco afirma:

Os Nauas ou Capanauas que residiam no estirão desse nome, foram, em certa epocha, atacados por um “catharrão” que os dizimou, fugindo os sobreviventes desse lugar “empestado”, conforme é uso entre os índios, e, como supuzessem que essa molestia fosse “botada” pelos seringueiros, retiraram-se para muito longe. Em 1900, appareceram os Capanauas no rio Breguessou ou Sungarú, donde saíram em 1902 ou 1903, devido à perseguição, refugiando-se em terras da republica vizinha, constando que se localizaram no rio Tapiche. Dessas informações infere-se que elles eram muito activos e obedientes. **Presentemente, não se sabe ao certo o paradeiro delles** (Castelo Branco, 1930: 600-601 – grifo nosso).

Nessa citação fica evidente que logo nos primeiros anos do século XX os Nawa retiraram-se do “Estirão dos Naua”, migrando para diversas outras localidades. Essa migração foi decorrente de uma doença conhecida como catharrão, e identificada como Varíola, que causou a dizimação de grande parte dos Nawa. Como mencionado anteriormente, o crescente povoamento do Alto Juruá gerou uma diminuição populacional em função das perseguições e das transmissões de doenças. De acordo com Castello Branco,

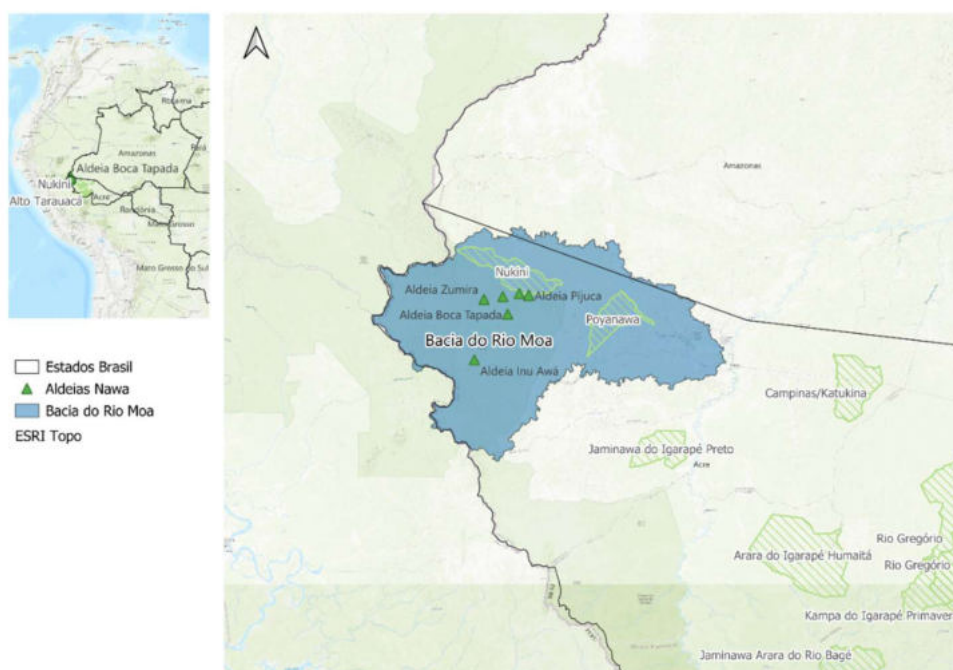
o engenheiro João Alberto Masô, no seu “Relatório” de 1910, ao ministro da Agricultura, referindo-se ao Juruá, diz que havia tabas de Nauas nos rios Moa e Paraná dos Mouras, sendo os daquele rio dizimados por moléstias de caráter contagioso e os do segundo, acossados para as cabeceiras com grandes perdas (Castello Branco, 1950: 19).

Outro engenheiro, Máximo Linhares, em 1911, como ajudante do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), percorreu o vale do Juruá. No desenvolvimento de suas atividades, Máximo Linhares deslocou-se para a região do rio Moa, onde havia indígenas da etnia Poyanawa em processo de contato com a sociedade envolvente, nas supostas terras do coronel Mâncio Lima (Linhares, 1913: 3-6). Na região do rio Moa, o ajudante do SPILTN encontrou “*Poianauás entre o*

Paraná dos Mouras e o Môa; Inocuinins (onça venenosa e cheirosa), no seringal Gilbratar, no alto Môa; Mouras no Paraná dêste nome” (Castelo Branco, 1950: 23). Para Máximo Linhares, os Poyanawa poderiam ser remanescentes dos Nawa e habitavam

a faixa de terras compreendida pelo Paraná dos Mouras e rio Môa, que com bastante fundamento se presume sejam elles um resto dos antigos índios Nauas, que há cerca de vinte annos foram da margem esquerda do Juruá, onde moravam, acosados pela varíola, que lá grassou com profunda intensidade, e pela ganância dos aventureiros que os guerreavam. Subiram o Valle do Paraná dos Mouras e hoje acham-se alojados na faixa de terra referida. São muito valentes e bravios (Máximo Linhares, 1912:04).

Não é possível validar essa hipótese de que os Poyanawa seriam remanescentes do Nawa, o que se sabe por mais indícios historiográficos e orais é que a região da bacia do rio Moa também era ocupada por Poyanawa, além do que ainda é constatável de forte relação comunitária e interétnica com o Nawa.



Croqui 9 - Em azul a bacia do rio Moa, em verde hachurado terras indígenas já reconhecidas

O médico da Comissão de Limites do Brasil com o Peru, que percorreu o Juruá durante os anos de 1920 a 1927, afirmou ter se deparado com “os Poianauas no alto rio Moa, localizados na fazenda Barão do Rio Branco, com 125 pessoas” (Castelo Branco, 1950: 27). Castello Branco afirma que em 1939 o coronel Lima Figueiredo, em uma publicação daquele mesmo ano, referia-se aos Poyanauas das terras firmes do Moa e a Nauas no Juruá, nos seus afluentes e sub-afluentes (Castello Branco, 1950: 27-28).

Muitas das menções historiográficas à localização dos Nawa os consideram de forma genérica, englobando subgrupos da família linguística Pano, as informações mais precisas são aquelas que fazem referência à perda populacional dos Nawa decorrente de doenças ou de conflitos bélicos. Essas informações estão em consonância com aquelas presentes na memória do grupo.

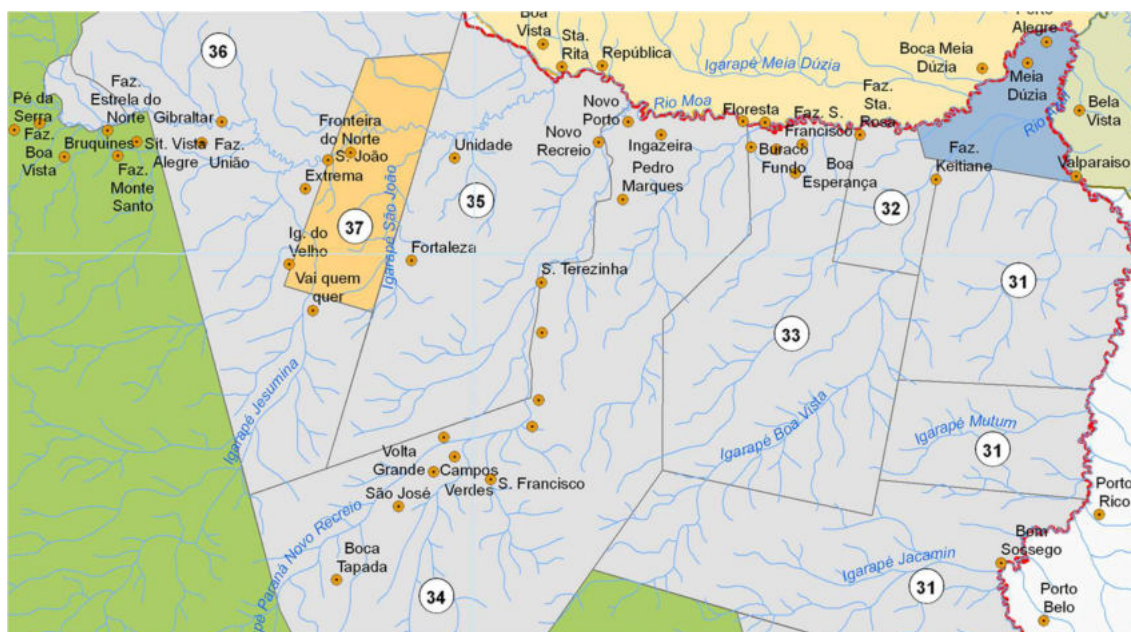
Muitos Nawa contam que tiveram uma grande perda populacional, mas alguns indivíduos sobreviveram. Conforme a Nawa Maria do Carmo, sua mãe contava que

no tempo em que começou o fogo lá embaixo, lá em Cruzeiro, no Estirão dos Nawa, a mãe do meu pai, e o pai dele, vieram para cá, escaparam aqui, nesse igarapé (Maria do Carmo, 2003, Novo Recreio).

Maria do Carmo refere-se ao igarapé Novo Recreio, onde ela e sua família residem atualmente. É bastante recorrente na memória dos Nawa um “fogo”, um ataque, que foi realizado contra eles quando habitavam regiões próximas da atual cidade de Cruzeiro do Sul. Esse “fogo” foi empreendido por agentes da frente de extração da borracha, tendo se tornado um marco na história oral dos Nawa. Na fala de Maria do Carmo, é possível observar ainda que os avós dela escaparam do “fogo” e fugiram para a região do rio Moa, estabelecendo-se nas margens do Novo Recreio. A data precisa desse “fogo”, desse combate, e a consequente secessão e migração de alguns Nawa da região de Cruzeiro do Sul para o rio Moa é impossível de ser resgatada. Contudo, com base nos relatos historiográficos, pode-se inferir que esse confronto ocorreu em fins do século XIX ou início do seguinte, quando os primeiros seringais foram formados nas margens do alto rio Juruá, sob a administração dos “patrões”.

A atuação dos patrões, como já foi dito, levou à dizimação de muitos indígenas e, também, contribuiu com a inserção definitiva de vários outros na economia de produção da borracha. Os poucos Nawa que sobreviveram ao fogo foram incorporados posteriormente ao sistema produtivo de extração da seringa. A região onde eles se encontravam em fins do século XIX, e início do século XX, veio a ser totalmente parcelada em seringais. De acordo com Castello Branco, na década de 1920, as margens do rio Moa, onde atualmente localiza-se a terra indígena, estavam divididas nos seringais: Gibraltar, Monte Alegre, São João, República, Novo Recreio e Aquidabam (Castello Branco, 1930). Eram ao todo seis seringais, que haviam sido transmitidos entre vários donos. Conforme Eufrazio Nawa, que reside atualmente no Jesumira e trabalhou nos seringais do rio Moa, quando do fim da extração de borracha na região, existiam três

outros seringais além dos mencionados por Castelo Branco: Sete de Setembro, Unidade e Rio Azul. Assim, a margem direita do rio Moa, onde se encontra a Terra Indígena Nawa, esteve dividida, no sentido jusante, em nove seringais: Gibraltar, Monte Alegre, Sete de Setembro, São João, Unidade, República, Novo Recreio, Aquidabam e Rio Azul.



Mapa 9 - Recorte sobre mapa do MMA 2008 “Mapa Fundiário PNSD”: 30 – Seringal Porto Rico; 31 – Seringal Valparaíso e Fortaleza; 32 – Seringal Aquidabam; 34 – Seringal Novo Recreio; 35 – Seringal República, 36 – Seringal Gibraltar e 37 – Seringal Monte Alegre

Diversos Nawa trabalharam nesses seringais, sendo toda a produção de borracha destinada ao patrão, que a comprava dos indígenas e dos demais seringueiros com produtos alimentícios e gêneros de primeira necessidade, como sal, sabão, tecido, querosene, pólvora, chumbo, espoleta, entre outros. Entretanto, o valor das mercadorias era muito elevado e os patrões adulteravam as dívidas, aproveitando do analfabetismo dos seringueiros e indígenas, fazendo desses constantes devedores. A produção da borracha era escoada para o “barracão”, onde estavam as mercadorias a serem trocadas e a residência do patrão.

O modelo de distribuição espacial do seringal por colocações delimitadas pelas “estradas de seringa”, compostas por um número de seringueiras da qual geralmente uma ou duas famílias se ocupavam com a extração do látex (cf. Castello Branco, 1961). Segundo Aquino e Iglesias, ao se referirem à inserção dos grupos indígenas na empresa seringalista:

O processo de incorporação da mão-de-obra indígena à empresa ocorreu com maior intensidade particularmente a partir da década de 20. Neste período, já haviam cessado as correrias contra os grupos indígenas da região. Vários patrões passaram a contratar mateiros, a exemplo de Felizardo Cerqueira, para amansar os índios e colocá-los para trabalhar em seus seringais. Dentre os fatores que pesaram para essa incorporação dos membros das populações indígenas a vida do seringal, podem ser destacados: a impossibilidade dos patrões continuarem importando mão-de-obra do nordeste brasileiro, o baixo custo e a adaptação da mão-de-obra indígena aos trabalhos na floresta, bem como a necessidade de diversificar as atividades produtivas, incentivando a produção agrícola para garantir um maior abastecimento dos seus seringais.

A partir de então, os índios passaram, além de cortar seringa, a desempenhar uma série de atividades necessárias ao funcionamento do seringal, a saber, fazer transporte de borracha e mercadorias nas costas, varejar balsas de borracha até as cidades, abrir e zelar estradas de seringa, campos e pastagens, construir ubás, edificar casas e currais, levantar cercas, extrair madeiras-de-lei, fazer farinhadas, movimentar os engenhos de cana-de-açúcar para o fabrico de mel, rapadura e gramixó (açúcar mascavo), colocar roçados, caçar e pescar para o abastecimento do barracão do patrão.

A inserção das populações indígenas nos seringais administrados por patrões seringalistas regionais se estende até meados da década de 70 e é categorizada pelos seus membros como o tempo do cativo. Os integrantes dessas populações passaram a ser indistintamente denominados de caboclos e a sofrer forte discriminação no interior dos seringais. Assim como os seringueiros cariús, se viram atrelados aos barracões dos patrões, sendo obrigados a pagar renda pela utilização das estradas de seringa e roubados nos preços da borracha e das demais mercadorias. Eram proibidos de praticar festas e rituais de suas tradições culturais, assim como de atualizar importantes aspectos de suas formas próprias de organização social e política (Aquino e Iglesias, 1994: 16).

No tempo em que os Nawa estiveram vinculados aos seringais é possível constatar uma “memória subterrânea” entre eles, como definida por Pollak. Para esse autor, sob a opressão da sociedade nacional os grupos dominados vivem um longo silêncio sobre o passado como uma forma de resistência, e não de esquecimento, frente à impotência de combaterem os discursos oficiais (Pollak, 1989: 5). Esta noção de Pollak, sobre os grupos dominados, pode ser percebida no caso de muitas populações indígenas do Alto Juruá. Essas populações mantiveram em silêncio seu passado como resistência frente à empresa seringalista, mesmo tendo muito de seu modo de vida sido modificado em função da inclusão deles nos seringais. Como mencionado por Aquino e Iglesias:

Ao serem incorporados nos seringais, as populações indígenas foram obrigadas a abandonar seus tradicionais padrões de moradia e de organização política. Deixaram as aldeias e cupichauas, que abrigavam grupos familiares extensos ligados por relações de consangüinidade, alianças matrimoniais e laços econômicos e políticos. A partir de sua inserção na matriz espacial e produtiva da empresa seringalista, os grupos familiares indígenas passaram a ocupar colocações, onde desempenhavam um conjunto de atividades produtivas para a subsistência e a comercialização (Aquino e Iglesias, 1999: 02).

Uma das grandes mudanças na organização social dos Nawa ocorreu quando foram quase dizimados devido às doenças e aos confrontos com os agentes da frente de

extração da seringa. Os sobreviventes acabaram se vinculando ao sistema produtivo dos seringais, mas mantendo-se na região de circulação tradicional e com uma “memória subterrânea” relacionada aos antepassados. Os seringais passaram por um período de intensa produção de borracha, que durou até 1912. Desde então, iniciou-se um longo período de crise no sistema produtivo devido à baixa do preço da borracha, que duraria até a Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1940, novo impulso foi dado à produção de borracha, em consequência da Segunda Guerra Mundial. O governo federal procurou monopolizar a extração do látex e chegou a direcionar uma nova leva migratória do Nordeste para a região Amazônica, criando nesse período o Banco de Crédito da Amazônia, com o objetivo de garantir financiamentos para o aumento da produção (Gonçalves, 1991: 29-30). Conforme Sutton:

em 1942, mais trabalhadores do Nordeste eram recrutados para produção de borracha. Eram conhecidos como “soldados da borracha”, financiados por novos créditos governamentais, com o objetivo de atender a demanda norte americana criada pela guerra de pneus para os veículos militares (Sutton, 1994: 78).

Contudo, de 1950 a 1960, a empresa seringalista sofreu nova estagnação. Para incentivá-la foi criado, em 1972, o PROBOR (Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal), pelo Decreto Lei n.º 1.232, demonstrando o interesse do governo brasileiro em relação à produção da borracha. Este programa esteve sob a administração da SUDHEVEA (Superintendência da Borracha) que implantou, entre 1972 e 1975, 18 mil hectares de cultivo na Amazônia. O programa visou também a recuperação dos seringais nativos da região. Com o fracasso do programa em 1978, o governo criou o PROBOR II, desenvolvido até 1982, mas sem muito sucesso. Estes programas tiveram o intuito de tirar o Brasil da situação de importador de borracha, dependente do mercado asiático (Gonçalves, 1991: 31-32). Entretanto, esses programas governamentais de incentivo à produção da borracha vieram a reforçar a estrutura de dominação sobre os seringueiros e as populações indígenas:

Em função dos contratos de arrendamento, dos financiamentos canalizados junto a bancos oficiais, bem como da obrigatoriedade do pagamento da renda das estradas de seringa, os patrões lograram que os seringueiros não conquistassem maior liberdade para comercializar suas produções nas cidades ou junto a regatões. Este conjunto de iniciativas atualizadas pelos patrões, com apoio dos bancos oficiais, contribuiu para a manutenção, no pós-guerra e até final da década de 70, das relações de dominação nas quais as populações indígenas já estavam inseridas desde as primeiras décadas do século (Aquino e Iglesias, 1999: 05).

Ao longo dessas décadas, considerável parte dos Nawa esteve sob o jugo dos padrões, realizando constantes migrações em busca de melhores condições de vida pelos seringais da região do rio Moa. Outra parte teve o fortuito de herdar uma parcela do seringal Novo Recreio, e nela permanecer até os dias atuais.

De acordo com Castelo Branco, o seringal Novo Recreio foi explorado inicialmente por um indivíduo apelidado de “Papa”, sendo transferido depois para José Vieira de Alencar e, subsequentemente, a Francisco de Mello, Cassiano de Tal, Hidalgo Roiz, Zeferino da Silva Ramos, Lima & Loureiro, Velhote Silva & Comp., José Vicente da Costa, Mamede Serejo e Manuel Florêncio de Lima. Na década de 1920, o seringal estava situado em ambas as margens do rio Moa, limitando-se do lado de baixo com o seringal Aquidabam e pelo de cima com o seringal República. Existiam nele 13 estradas de seringa, que produziam cerca de 1.500 kg de borracha (Castelo Branco, 1930: 625).

Posteriormente ao período pesquisado por Castelo Branco, o seringal Novo Recreio veio a ser adquirido pela família Oliveira, sendo depois transmitido ao Nawa Nilton Costa de Oliveira. A parte do seringal localizada na margem direita do rio Moa foi herdada pelos Nawa porque o pai do Seu Nilton, de nome Francisco de Assis Costa (Chico Pebá), filho da Nawa Mariana, casou-se com uma das integrantes da família Oliveira, Adélia de Oliveira. O casal teve apenas o Seu Nilton de filho, tendo a mãe dele falecido quando ele ainda era criança. Seu pai se casou novamente, com a Nukini Maria Pebá, tendo mais sete filhos, que atualmente residem na Terra Indígena Nukini. Conforme Seu Nilton,

Eu nunca cheguei a conhecer eles, porque eles faleceram antes de eu ser nascido. Aí meu pai ficou aí trabalhando. Era no tempo da seringa. Ele veio se chegando, se chegando, se chegando para cá até que ficou ali pela República mesmo, nesse seringal República. Trabalhando misturado com Nukini. Por aí ele arrumou o casamento, casou-se e só teve eu de filho pela primeira mulher. Depois, com os anos ele se juntou com uma Nukini (Nilton, 2003, Pé da Serra).

Seu Nilton teve pouco contato com o pai, que faleceu com cerca de quarenta anos. A irmã da mãe de Seu Nilton, conhecida como Dondon de Oliveira, foi quem o criou, sendo ela na época a dona de uma parcela do seringal Novo Recreio. Após a morte dos pais do seu Nilton, e de sua tia Dondon, ele recebeu de herança parte do seringal Novo Recreio, onde residem diversos Nawa. Na memória do grupo consta que Dondon *herdava aí uma parte dentro do Novo Recreio, de estrada. Então ela morreu, e o meu pai morreu também, aí a herança dela ficou para mim, porque só era eu de filho legítimo mesmo* (Nilton, 2003, Pé da Serra).

Tendo herdado parte do seringal Novo Recreio, que tinha sido desmembrado do Seringal República, Seu Nilton e muitos dos seus parentes passaram a ter a segurança de um lugar para morar e desenvolver suas atividades produtivas. Com o declínio das atividades de extração da borracha, os Nawa passaram a se dedicar mais à caça, pesca, extrativismo, agricultura e criação de animais doméstico, como fica visível no relato a seguir:

Isso aqui era um seringal só, República com Novo Recreio eram um seringal só (...) E ela herdou do pai dela, que o pai dela que era dono disso aqui, da minha mãe (irmã da Dondon). O velho morreu, o pai dela, aí fizeram o inventário. Nesse tempo fazia o inventário para quem tinha filho, para ficar tudo dividido. O velho morreu, então ela herdou essa parte, ficou dividido (...) Fiquei cortando no que era meu. Aí foi o tempo que a borracha acabou e nós ficamos morando lá assim, trabalhando, plantando, criando (Nilton, 2003, Pé da Serra).

O Seu Nilton, que acabou herdando o seringal da Dondon, e os outros Nawa residentes na terra indígena reivindicada, descendem de Mariruni, considerada na historiografia como a “última indígena Nawa”. Mariruni, também é conhecida como Mariana, Maria Ana e conforme consta na historiografia do Alto Juruá e na memória oral do grupo é a ancestral comum dos atuais Nawa.

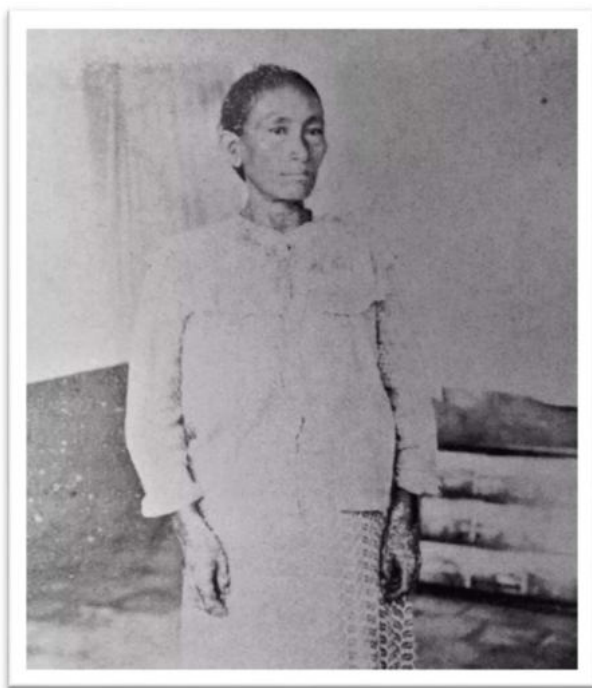


Foto 8 - Mariruni – Mariana chamada de a última Nawa – Fonte Álbum de CZS, pág. 40

Os Nawa contam que Mariruni por diversas vezes escapou de capturas e perseguições de seringalistas brancos. Numa dessas fugas, no entanto, descendo o Juruá, foi capturada a mando de “Sinhá Geton”, uma aristocrata do ciclo da borracha.

A Nawa Mariana chamava-se na língua indígena Mariruni, ela casou-se posteriormente com o não indígena José Costa, de apelido Peba.

Aqui cabe fazer uma breve digressão sobre o casamento de mulheres indígenas com não indígenas naquele tempo. A mão de obra vinda da região nordeste do país para trabalhar nos altos rios acreanos era majoritariamente masculina e desacompanhada de mulheres ou família. Lembrado como um tempo que não havia mulheres nos seringais, que nos forrós no barracão homens dançavam com homens, as mulheres eram pouquíssimas e sem expressividade na produção gomífera. Ainda que em alguns seringais a presença de mulheres fosse proibida pelos patrões, em outros seringais isso não ocorria e havia algumas mulheres, mas eram poucas para o contingente de homens isolados nas colocações. Com o tempo e com a crise da borracha, a fixação destes homens e a sustentabilidade dos seringais e da ocupação da região passou a depender das mulheres para transformar a colocação de um conjunto de estradas de seringa em uma nova unidade produtiva gerida por uma unidade familiar.

O casal Mariana e Peba teve ao todo oito filhos: Chaga Peba, Pedro, Francisco de Assis Costa (Chico Peba), Joana, Josefa, Antônia Maria Gomes (Tonga), Zilda e Maria Nazaré da Costa. Nenhum dos filhos de Mariana encontram-se vivos hoje, mas muitos de seus netos residem no Município de Mâncio Lima. O pai do seu Nilton, Chico Peba, é filho de Mariana com o não indígena José Costa (Peba). Após a morte de Mariana, seus descendentes migraram para diversos seringais localizados na região do rio Moa. Como lembrado por Seu Nilton:

Ficaram trabalhando nos seringais, depois de muitos anos que foram abertas as colocações. A minha avó tinha falecido e eles ficaram por aí, os filhos. Aí **ficaram uns pra qui, outros pra culá, trabalhando na seringa**. Como o meu pai, que veio bater aqui na República, por causa da seringa também. E aí nós ficamos nessa, toda vida. Nasci e me criei aqui, e os filhos foram... Hoje já estão todos casados, já tenho neto morando aqui e nenhum quer mais sair daqui. **Por esse motivo, os Nawa ficaram assim. Ficamos pra culá assim, uma coisa assim como se nós não fossemos índios. Ficamos assim, de fora, a parte** (Nilton, 2003, Pé da Serra, grifo nosso).

Apesar de ter ocorrido uma relativa dispersão dos Nawa após a morte de Mariana, os seus atuais descendentes mantiveram na “memória subterrânea” algumas informações

sobre o passado, em especial aquelas relacionadas com o parentesco. Como pode ser notado na fala do Seu Nilton:

Essa minha tia contou essa história dos Nawa para mim. Disse, meu filho, você é Nawa porque eu conheci sua avó. Ela era pintada, foi pega na mata. Ela era pintada. Justamente, porque esses índios antigos tudo era pintado (...) Um pente assim no rosto. Os Nukini também tinham uns ali, mas os Nukini já eram diferentes, a pinta (...) Ela foi e me disse que a pintura dela era assim, como um pente fino (...) E ela era mãe do meu pai (Nilton, 2003, Pé da Serra).

Sobre a pintura facial da citação acima, que seria característica dos Nawa, não foi encontrado nenhum registro visual histórico. Em um artigo sobre os Remo, Krokoszynski e Fleck apresentam uma comparação de pinturas faciais entre alguns povos pano com ilustrações de Oppenheim da década de 1930 que dão uma ideia das pinturas faciais Capanaua, Nukini e Puyanawa.

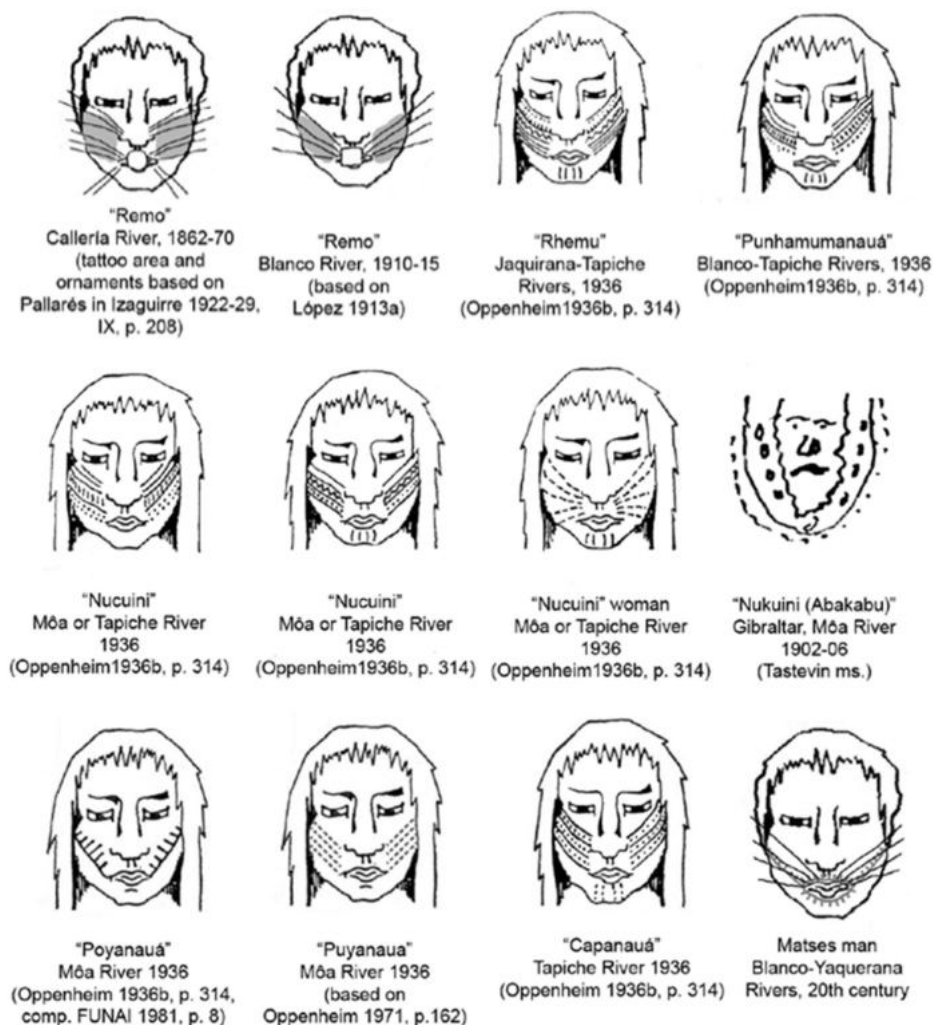


Figura 1 - Pinturas faciais Pano. Krokoszynski et al. 2007

Conforme a memória oral dos Nawa, Mariana havia sido “pega a dente de cachorro” na maloca quando ainda era criança. Retirada por não-indígenas de seus parentes Nawa, que viviam nas malocas, e levada para Cruzeiro do Sul. Mais tarde ela se deslocou para o seringal Novo Recreio. Consta, ainda, na memória do grupo, que durante o tempo da seringa os filhos e netos da Mariana, que nasceram no Novo Recreio, foram migrando por não terem onde morar e trabalhar. Alguns foram para o Bom Jardim, local próximo da Terra Indígena Poyanawa, e outros para o bairro Iracema, na cidade de Mâncio Lima.

Na terra indígena Nawa, permaneceram apenas dois netos de Mariruni/Mariana: Nilton Costa de Oliveira e Francisca Nazaré da Costa (Chica do Celso). Esta neta de Mariruni é filha da Nawa Maria Nazaré da Costa que também se casou com um não indígena, Francisco Marques da Silva, com quem teve ao todo seis filhos.

Desde que nasceram na década de 1930, seu Nilton e Chica do Celso, juntamente com seus descendentes, moraram na margem direita do rio Moa, em áreas de antigos seringais, e não apenas no seringal Novo Recreio. Após terem herdado o seringal, as migrações dos Nawa limitaram-se à região do Moa. No caso específico de Seu Nilton e de seus descendentes, passaram a ocupar cada vez mais as várias localidades habitáveis do seringal. Após ter nascido no seringal República, Seu Nilton foi morar na colocação São Francisco,

depois eu fiquei morando, fiz umas moradas, mas tudo aqui nessa localidade [Seringal Novo Recreio], como eu estou aqui agora. Dali eu vim para cá, depois voltei de novo. Já fiz umas poucas de saída, mas assim, só desse lado mesmo, desse lado aqui dos Nawa (Nilton, 2003, Pé da Serra).

Enquanto Seu Nilton podia permanecer migrando por áreas do seringal por ele herdado, outros Nawa, acabaram vinculando-se aos demais seringais da região. Com o crescimento demográfico do grupo, a parte do seringal Novo Recreio herdada pelos Nawa foi tornando-se cada vez mais insuficiente para garantir o modo de vida dos descendentes de Mariana. Nesse período, eles deixaram de ser mencionados nas fontes historiográficas, contudo, a “memória subterrânea” permitiu a eles se manterem unidos no período em que estiveram vinculados aos seringais, propiciando-lhes, posteriormente, a reivindicação do seu território, cumprindo assim com as duas funções essenciais da memória comum: “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território” (Pollak, 1989: 9).

O contato com os não indígenas e suas consequências (as violências e o esbulho de suas áreas de ocupação, moradia, atividades produtivas e rituais) foram circunstâncias determinantes para a migração e fissão dos Nawa naquele momento histórico. Não obstante, há uma relação importante entre as razões das cisões e os critérios determinantes na distribuição espacial.

O conflito interétnico parece ter sido em outros momentos uma razão de cisão dos grupos, foi o que hipoteticamente fez com que os Pano se dividissem em Pano no Ucayali e Pano no Juruá. Além da previsão e capacidade de fusão e cisão frequentemente identificada entre grupos do conjunto Pano, elencamos entre os Nawa o matrimônio, o divórcio, o falecimento de um parente, o aumento da população e o tamanho do grupo, exigindo uma área de reprodução física e cultural maior, e mais recentemente as oportunidades de trabalho ou estudo, como razões de divisão do grupo.

A adaptação ao sistema de seringais foi outra condição circunstancial que levou os grupos a se separem em pequenos subgrupos e a migrar entre diferentes seringais, buscando melhores condições de vida e trabalho.

Atualmente as migrações dos Nawa são para o município de Mâncio Lima em busca de tratamentos de saúde e estudos formais e na terra indígena estão circunscritas ao território entre o igarapé Jesumira e o Jordão e o rio Moa e o divisor de águas ao sul.

As migrações dentro da TI têm diversas motivações entre elas o empobrecimento das áreas de roçado, pragas, formigas e baratas, pouco espaço, disputa por recursos e escasseamento de caça, que são motivos para buscar um lugar bom de rancho, de igarapés com muito peixe, de mata com palheiras, madeiras e palmeiras de açai, buriti e patuá. Muitas vezes os Nawa trocam a margem pela terra firme ou igarapés acima, seja por razões de socialidade, afinidade e aliança ou porque entendem que mudar-se contribui para reduzir a pressão sobre certas áreas e a mata e as populações de animais podem se recompor.

Essa mobilidade dentro da terra é parte de uma sustentabilidade própria do modo de vida dos Nawa que interagem com a dinâmica de cadeias sucessórias entre roçados, capoeiras e mapas; terreiros e campos. Um exemplo disso é a compatibilidade entre a duração dos roçados na mesma área e a regeneração da mata.

II - SEGUNDA PARTE: HABITAÇÃO PERMANENTE

- a) descrição da distribuição das aldeias, com respectiva população e localização;**
- b) explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência das aldeias, a área por elas ocupadas e o tempo em que se encontram as atuais localizações;**

A Portaria MJ n.º 14/1996 dispõe em seu art. 1º que o relatório circunstanciado de identificação e delimitação, a que se refere o §6º do art. 2º do Decreto n.º 1.775, de 8 de janeiro de 1996, deve em sua segunda parte tratar da habitação permanente, primeiro quesito da definição de terras indígenas do §1º do art. 231 da Constituição Federal de 1988.

Art. 231 § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles **habitadas em caráter permanente**, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, **segundo seus usos, costumes e tradições**.

Em atendimento a esse dispositivo vamos apresentar nessa parte do relatório uma faceta da ocupação tradicional dos Nawa. Para tanto cabe antes algumas considerações sobre o texto constitucional e seus conceitos.

A Constituição de 1988 incrementou o conceito de terra indígena, antes restrito às áreas onde se localizavam as moradias. Além disso, a caracterização segundo seus usos, costumes e tradições, determinou que a habitação permanente, assim como o modo de utilização, atividade produtiva, ou qualquer das condições que compõem a terra indígena, seja descrito segundo as definições indígenas, do povo ocupante da terra indígena. Assim, ao se realizar a identificação e a delimitação de uma terra indígena, não se deve limitar-se a levantar os espaços necessários para a habitação e reprodução econômica, mas com um sentido amplo de habitação permanente, segundo seu modo de ocupação.

Com isso, destaca-se que o quesito Habitação Permanente não diz respeito apenas ao espaço específico das moradias. Para que haja a *“explicitação dos critérios do grupo para a localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por ela(s) ocupada(s)”*, de acordo com o que exige a Portaria n.º 14/MJ/1996, é essencial considerar o modo de ocupação, incluindo o que há além das casas.

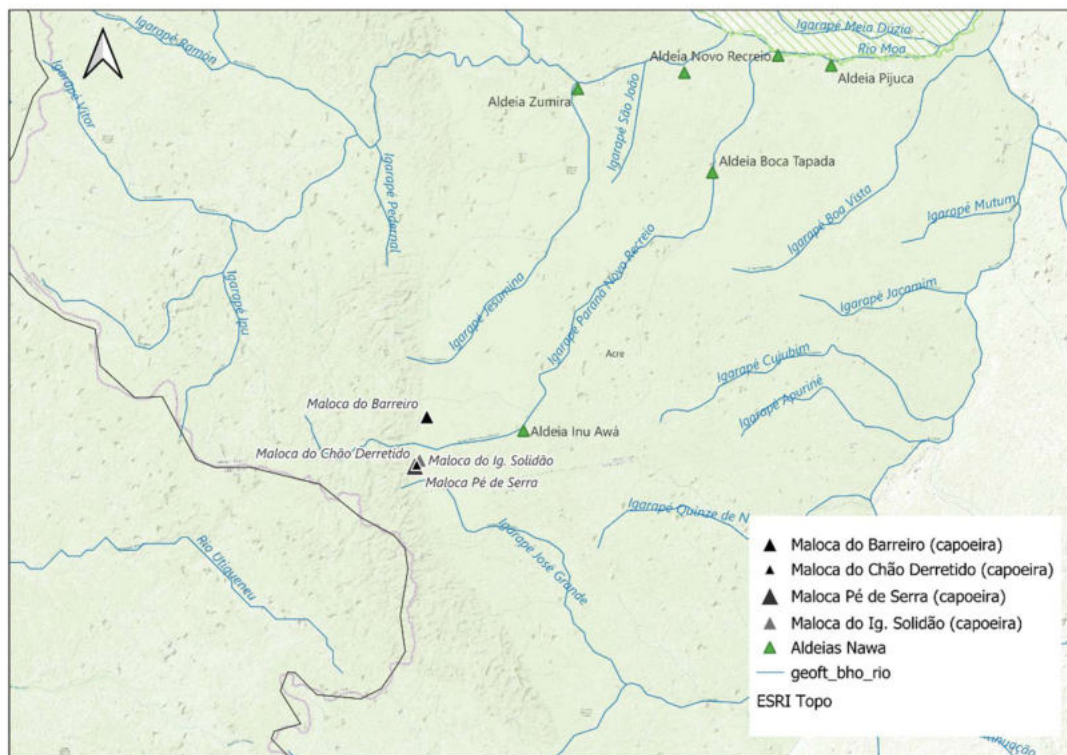
Nesse sentido, além das residências e suas áreas, será apresentado ao longo deste relatório outras áreas de habitação permanente, como as áreas de caça, pesca, cultivo e extrativismo, que serão detalhadas na Parte III. Isto é, as formas de uso e ocupação, num entendimento amplo da noção de habitação permanente, serão tratadas em outras partes deste RCID, uma vez que os quesitos constitucionais de terras tradicionalmente ocupadas se cruzam e se complementam.

Destaca-se ainda no presente caso da ocupação tradicional nawa a necessidade de ponderar sobre o conceito de habitação permanente sobretudo no que diz respeito a tarefa de descrever a distribuição das aldeias, isso porque o contato teve forte influência sobre o modo de ocupação dos Nawa que passou a apresentar uma organização que antes do contato já não era de aldeia e que em razão do modelo de colonização da região resultou tampouco em um modelo que se possa enquadrar perfeitamente na noção corrente de aldeia.

Depois de muitos anos de contato e da consolidação na região do modelo de ocupação seringalista, o antigo padrão de residência foi alterado definitivamente. Quando dos primeiros encontros dos Nawa com os exploradores do Juruá, eles residiam em grandes malocas, as quais comportavam famílias extensas. Como mencionado pela Nawa Chica do Celso:

eles faziam aquelas malocas assim, quando acabava era bem cercadinha. Tinha a portinha. Ali, se era muito índio tinha a maloca assim, separada. E se era pouco era só uma grande (Chica do Celso, 2003, Moa).

Alguns vestígios das malocas dos antigos Nawa ainda se encontram na cabeceira do igarapé Novo Recreio. No entanto, como veremos mais a frente na parte VII, apesar da importância simbólica e histórica para os Nawa, em razão da decisão judicial ainda vigente, a área dessas malocas teve que ficar fora da proposta de limites.



Croqui 10 - Localização das malocas antigas dos Nawa

Na área dessas malocas é possível encontrar cacos de cerâmica, capoeiras e antigos plantios. Referências à existência de malocas antigas é constante entre os Nawa, no entanto, entre as fugas e o assentamento em colocações, o modelo de maloca foi abandonado. Os Nawa deixaram de residir em grandes malocas ocupadas por uma família extensa e passaram a residir em pequenas casas ocupadas por uma família nuclear. Ao serem incorporados à empresa seringalista como mão-de-obra para a extração do látex, passaram a trabalhar e residir em colocações.

As colocações podem ser definidas como unidades habitacionais das áreas de exploração do seringal, compostas por ao menos três estradas, ligadas a um núcleo residencial e a um roçado. Nas colocações ocupadas por indígenas, os serviços para a produção de borracha eram realizados, em geral, por uma família responsável pelas estradas de seringa da colocação. Mas não foi a família extensa que passou a prestar serviço para os patrões e, sim, as famílias nucleares.

As colocações podem ser entendidas, assim como em outros contextos são as aldeias, unidades de ocupação territorial que vão além das casas, associadas às atividades produtivas; recursos ambientais, áreas de caça, trilhas e roçados, ligadas entre si por

relações de parentesco, casamento, compadrio e cooperação, em situações de festa e mutirão.

Atualmente não existem grandes malocas, nem colocações como as do tempo do seringal, mas adaptações do modelo de colocações com casas de famílias nucleares, dispersas ao longo dos cursos fluviais, muitas delas situadas em antigas colocações de “beira”, e não mais em áreas de “centro”, isto é, na margem do curso d’água e não no meio da mata.

Durante o auge da produção da borracha, quando os Nawa estavam submetidos às atividades dos seringais, as residências não necessariamente ficavam próximas aos cursos fluviais, podendo estar localizadas nas áreas de “centro”. Atualmente, as áreas de centro foram desabitadas, passando a haver uma concentração populacional nas áreas de “beira”. No entanto, o padrão de residência, hoje, aproxima-se daquele existente nos antigos seringais, com poucas famílias residindo em uma colocação, hoje não mais chamada colocação e não se trabalha mais com a extração de seringueiras. Com o fim do ciclo da borracha, os Nawa fixaram-se na margem direita do rio Moa e nos afluentes dessa margem: Jordão, Pijuca, Novo Recreio, Venâncio, Jarina e Jesumira.

Com o processo de reivindicação da terra indígena, os Nawa começaram a descrever a organização de suas ocupações como aldeias. Isto significa dizer que as aldeias nas atuais localizações é fato relativamente recente, que se iniciou no fim da década de 1990, sendo que ao longo dos últimos 20 anos sofreram alterações.

O igarapé Jordão, por exemplo, atualmente não conta com residências, ao passo que os igarapés da Velha e Buraco Fundo passaram a ser ocupados com casas. As residências que atualmente compõem as aldeias encontram-se distribuídas ao longo da margem direita do rio Moa e dos igarapés Buraco Fundo, da Velha, Pijuca, Novo Recreio, Venâncio, Jarina e Jesumira, sendo que os últimos 5 igarapés citados são habitados há várias décadas, desde o período da produção de borracha nos seringais. Uma data precisa da permanência dessas residências nas atuais localizações não é possível de ser vislumbrada, mas já estavam instaladas nessas localidades desde a primeira metade do século XX.

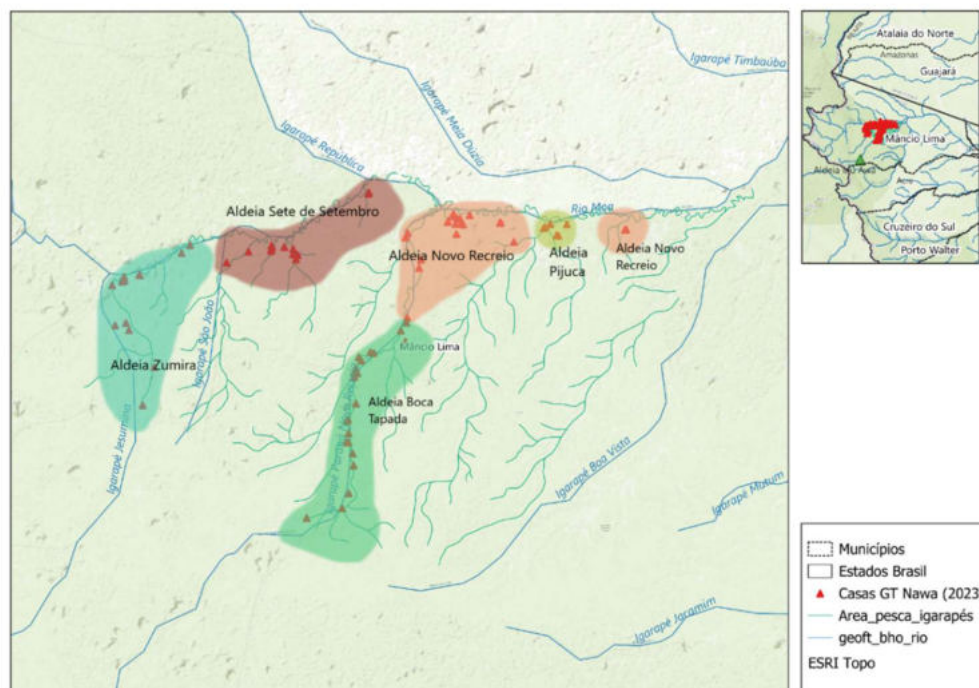
As áreas ocupadas por essas aldeias são bastante extensas. A aldeia Boca Tapada, por exemplo, inclui todas as residências distribuídas nas antigas colocações: Boca Tapada, Vista Alegre, Igarapé da Madeira, Remanso Grande, Cana Brava, Jordão e Patozinho. A aldeia Sete de Setembro abarca as antigas colocações: Sete de Setembro,

Pijuca, São João, Extrema, Fronteira do Norte, Casca Fina, Fortaleza e Venâncio. A Aldeia Jesumira incluía as colocações: Vai Quem Quer e Monte Alegre. Por fim, a aldeia Pijuca era composta pelas colocações: Jordão, Buraco Fundo, Bom Sossego e Pijuca¹⁰.

Em 2003, quando houve o primeiro levantamento do grupo técnico para identificação e delimitação da TI Nawa, o processo de organização em aldeias ainda não estava totalmente consolidado. A liderança geral afirmava que as diversas casas estavam divididas em cinco aldeias: Pijuca, Campina (Sede), Tapada, Sete de Setembro e Jesumira. No entanto, algumas lideranças de aldeias afirmavam existir uma outra organização, incluindo entre as já mencionadas mais uma, que seria a aldeia Jarina. A contradição sobre qual seria de fato a organização das aldeias aumentava, ainda mais, quando se procurava distribuir as residências por aldeias.

Passados 20 anos, a configuração da ocupação dos Nawa já ganhou uma tradução administrativa mais estabilizada, apoiada nos critérios do atendimento de saúde, por exemplo, mas também em forças políticas internas. Assim atualmente, ainda que o padrão de residência não tenha se alterado nas duas últimas décadas, os Nawa se apresentam como organizados em 6 aldeias: Novo Recreio, Pijuca, Zumira, Sete de Setembro, Boca Tapada e Inu Awá. Alguns ainda falam em uma subdivisão de Novo Recreio em Novo Recreio I e Novo Recreio II, a Sesai, por exemplo, adotou uma distribuição alternativa em três aldeias: Novo Recreio I, Novo Recreio II e Sete de Setembro.

¹⁰ Os nomes das colocações podem variar dependendo do levantamento de dados, pois algumas delas eram nominadas pelos indivíduos entrevistados, que nem sempre tinham muita certeza do nome da localidade. Em outras ocasiões, os entrevistados discutiam com os demais parentes para chegarem a um consenso sobre o nome da colocação. Atualmente pouco se refere as localidades como colocações, esses nomes são referências do passado, hoje substituídas pelas aldeias.



Croqui 11 – Distribuição atual de casas por aldeia na TI Nawa

Curioso notar que o enquadramento da distribuição espacial dos Nawa em aldeias sofre certa distorção quando localizada espacialmente. A identificação de pertencimento a uma ou outra aldeia está relacionada a sua localização em determinado igarapé, mas também aos vínculos comunitários, políticos e de parentesco. Observa-se, por exemplo, que a aldeia Novo Recreio não é contínua, apresentando duas áreas, ou uma área com outra aldeia incrustada, Pijuca. Boca Tapada e Novo Recreio também representam bem esse desajuste ao conceito de aldeia, apesar de contíguas, o recorte entre uma casa na Novo Recreio e outra na Boca Tapada, decorre da organização política que dividiu o igarapé em duas áreas sob lideranças distintas. A organização política em torno das comunidades não corresponde necessariamente à proximidade geográfica ou ocupação de certo curso hidrográfico, mas sim a relações de parentesco e/ou interesses comuns em torno de uma liderança.

A seguir vamos apresentar a conformação de cada uma das atuais aldeias da TI Nawa. Antes, cabe registrar que essas informações foram levantadas em campo em 2023 a partir de entrevistas semiestruturadas e conversas informais, visitação aos locais citados e momentos coletivos de debates sobre mapas. O que foi levantado neste campo foi sistematizado em planilhas do Excel, para análise e visualização dos dados, e comparado com as informações colhidas e sistematizadas em 2003. As informações cartográficas

coletadas em campo com o uso do GPS e do aplicativo Avenza também foram armazenadas e inseridas em um software de Sistema de Informação Geográfica - SIG, elaborado para o gerenciamento do projeto cartográfico da TI Nawa. Com o cruzamento dessas informações e a interpretação da distribuição espacial das habitações nawa foi possível descrever a ocupação dos indígenas de acordo com aldeias/comunidades organizadas politicamente e distribuídas pelas principais bacias e sub-bacias hidrográficas que conformam o território tradicional. Destaque para a aldeia Inu Awá aberta no contexto da iniciativa de autodemarcação dos Nawa. Esta aldeia é composta por diversos tapiris e a sua ocupação é sazonal.



Foto 9 - Tapiris de acampamento – Aldeia Inu Awa 2023 Foto: Ykaruní Nawa

Trata-se uma área considerada sagrada pelos Nawa, onde estão enterrados vários de seus antepassados e próxima das malocas antigas. É uma área de difícil acesso, de mata bastante cerrada e com fartura de caça. Os tapiris ali montados serviram inicialmente de apoio para o início das atividades de autodemarcação dos Nawa e servem também de estadia para incursões de caça e visitação.

Nas cinco outras aldeias, as residências estão construídas relativamente distantes umas das outras, nas margens dos cursos fluviais. Uma razão para a proximidade dos cursos d'água é que o principal meio de transporte na região é barco e o trânsito entre as localidades é por via fluvial. Além disso, o acesso ao Moa torna mais fácil o transporte de gêneros de primeira necessidade e a locomoção até às cidades. Como mencionado pelo Nawa Zé Maria:

Nas margens do rio elas dão acesso para a gente entrar e sair. Com isso, apresenta um melhor nível de sobrevivência, tornando assim a expansão e a extensão territorial bem desocupada. Ela é muito extensa, o nosso povo não tem uma contagem de famílias altíssimas, é um nível médio e a gente faz isso

pela questão tanto do plantio, da moradia, do escoamento dos produtos que nós produzimos aqui e a alimentação aqui. Porque quanto mais distantes nós moramos um do outro isso facilita para o nosso povo (Zé Maria, 2003, Sete de Setembro).

A distância entre as residências impede a concentração populacional e a disputa por recursos, situados ao longo dos igarapés, e politicamente organizados em distintas aldeias, os Nawa conseguem ter uma constante fartura de alimentos provenientes da floresta.

Ademais, os Nawa mantêm relações de parentesco e afinidade com outros grupos indígenas, Poyanawa, Shawanawa (Arara), Nukini, Amoaca e até não indígenas. Assim, muitas famílias procuraram fixar-se junto a outras, com as quais têm maior afinidade ou um grau de parentesco mais próximo, de modo que esse é também um critério para escolha dos locais das residências.

Também com recursos da floresta, os Nawa constroem suas residências. Aquele que pretende construir uma casa pode contar com a colaboração dos parentes para buscar a madeira e a palha na mata, em regime de mutirão. Há 20 anos, algumas casas eram construídas com parede e piso de paxiubão e telhado coberto com folhas de palmeiras, especialmente de Caranaí, mas também de Chila, Jarina e Uricuri.



Foto 10 - Exemplo de casa na TI Nawa em 2003. Foto: Cloude Correia

Hoje predominam casas com telhados de alumínio, antes utilizados principalmente nas escolas e nos postos de saúde. A maioria das residências são construídas com paredes e piso de tábua serrada, em geral com madeiras de boa qualidade, como amarelinho, copaíba, cedro-vermelho, louro, bacuri e angelim. Já os esteios e vigamentos são construídos com maçaranduba, muirapiranga, louro-abacate e pau d'arco.

Foto 11 - Dificuldades de acesso nos altos cursos dos igarapés

A única exceção é a aldeia sazonal Inu Awá, que fica no extremo sul da terra indígena, na cabeceira do Novo Recreio, instalada em meio ao processo de autodemarcação da terra indígena que apesar de grande dificuldade de acesso tem forte apelo social de coesão e resgate de memórias.

Observa-se pelo croqui acima que praticamente toda a terra indígena é ocupada com residências dos Nawa, estando elas interligadas por caminhos terrestres mas principalmente pelos cursos do rio Moa e de seus igarapés.

Hoje os Nawa a que nos referimos nesse relatório estão distribuídos da seguinte maneira:

Localidade/aldeia	Igarapé/rio	n.º de casas	n.º de pessoas
Pijuca	Ig. Buraco Fundo	2	6
	Rio Moa	1	4
	Ig. Pijuca	2	11
Novo Recreio	Ig. da Velha	2	5
	Ig. Pijuca	1	2
	Rio Moa	16	64
	Ig. Novo Recreio	5	18
Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	23	101
Sete de Setembro	Rio Moa	7	30
	Ig. Jarina	5	14
	Ig. Venâncio	2	5
Zumira	Ig. Jesumira	10	40
	Rio Moa	4	18
Total na TI Nawa		80	318
Total Mâncio Lima	n/a	Sem informação	233

Tabela 1 - Censo demográfico – Dados de campo do GT 2023

Importante observar que os dados populacionais deste relatório são aqueles obtidos pelos dois GTs em campo, em 2003 e em 2023.

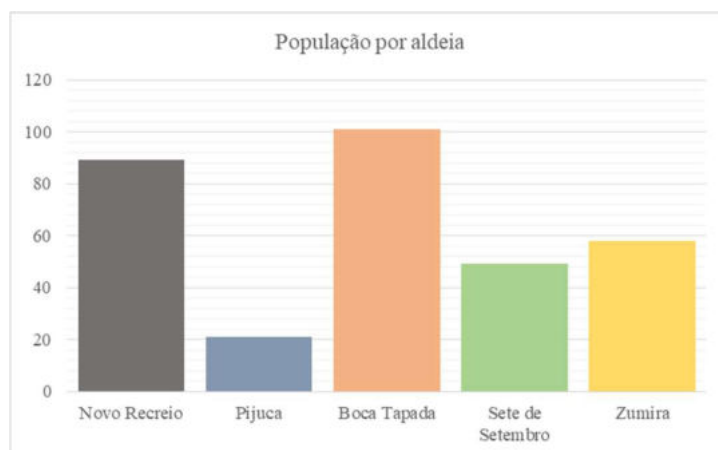


Gráfico 1 - População total Nawa em terra indígena

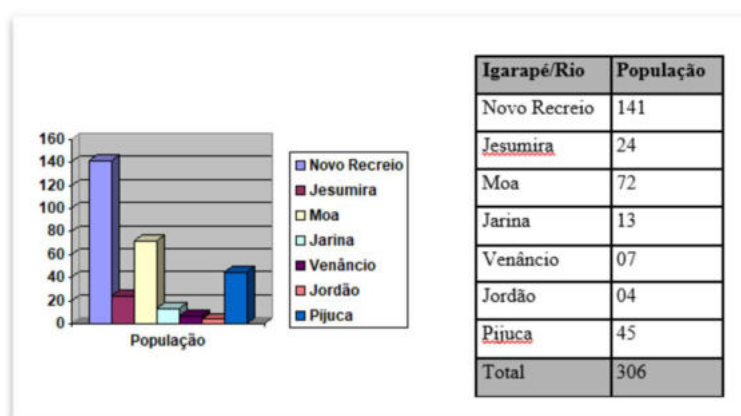


Gráfico 2 - Levantamento do GT em 2003

A comparação dos dados censitários levantados pelo Grupo Técnico em 2023 com o levantamento feito em 2003 tem que ser feita por cursos d'água e não por aldeias, posto que em 2003 o processo de organização das residências em aldeias ainda não estava totalmente consolidado e por isso o levantamento tomou como referência as residências por colocações e cursos d'água.

Igarapé/rio	n.º de pessoas 2003	n.º de pessoas 2023
Ig. Buraco Fundo	0	6
Rio Moa	72	116
Ig. Pijuca	45	13
Ig. da Velha	0	5
Ig. Novo Recreio	141	119
Ig. Jarina	13	14
Ig. Venâncio	7	5

Ig. Jesumira	24	40
Ig. Jordão	4	0
Totais	306	318

Tabela 2 - Comparação de dados censitários de 2003 e 2023 – Dados de campo dos GTs

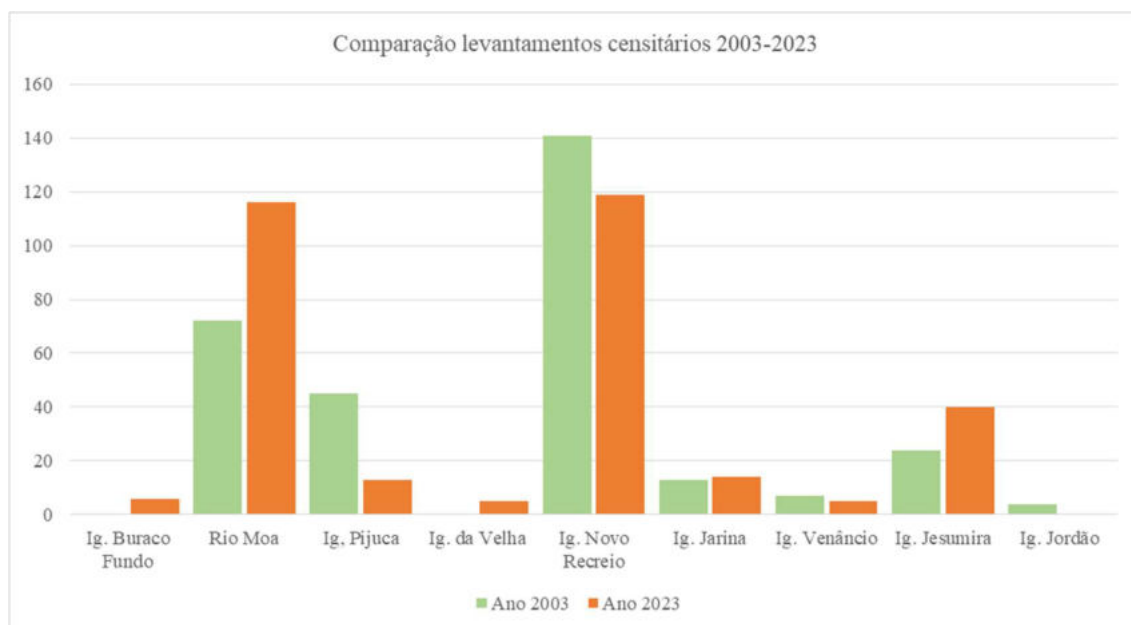


Gráfico 3 - Comparação entre dados censitários de campo de 2003 e 2023 por curso d'água

Observa-se que a população no igarapé Pijuca, mesmo somando a esse o igarapé Buraco Fundo, diminuiu drasticamente, mais de 70%, de 45 pessoas para 13 (ou 19 se considerar a população do Buraco Fundo com parte da população de Pijuca), o que aponta para uma tendência recente, ou possível preferência, de construir casa mais perto igarapé Novo Recreio.

Destaca-se um dado curioso. Em 2003, os Nawa na terra indígena eram 306 pessoas, em 2023, 318. À primeira vista a população manteve-se bastante estável.

Algumas mudanças, no entanto, podem ser observadas, por exemplo, quando se compara as pirâmides etárias entre dois momentos; 2003 e 2023.

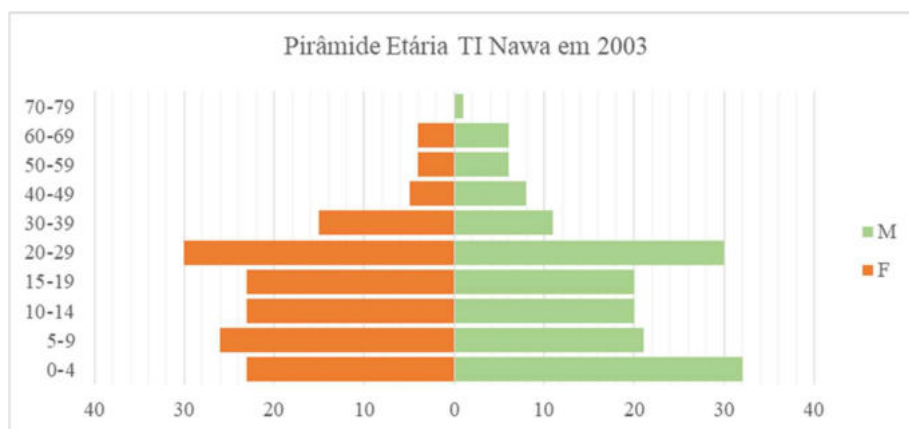


Gráfico 4 - Pirâmide etária em 2003 – Dados do GT 2003

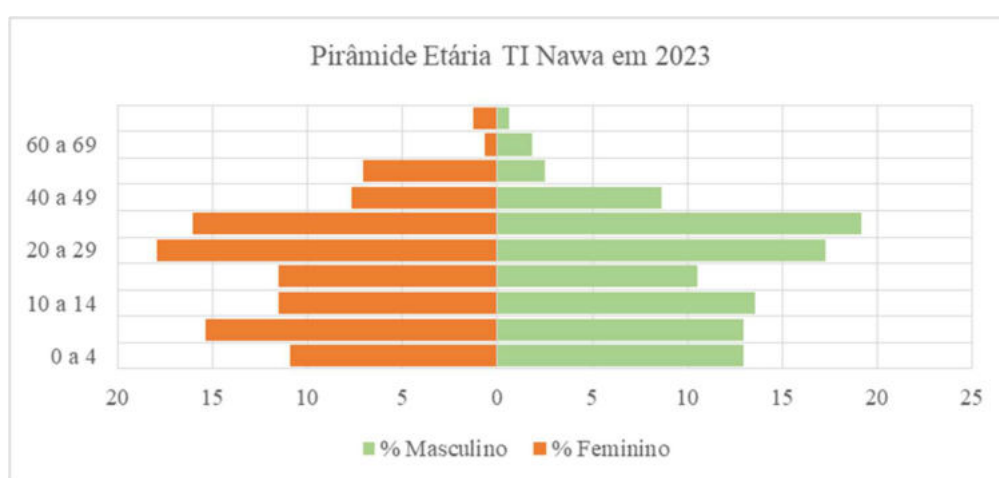


Gráfico 5 - Pirâmide etária em 2023 – Dados de campo do GT 2023

Observa-se que a pirâmide etária de 2003 apresenta uma base larga e um topo estreito, indicando alta natalidade. Crianças entre 0 e 9 anos são maioria, mostrando que a população majoritária era jovem, com uma redução progressiva nas faixas etárias mais altas, sugerindo baixa longevidade. Dado que pode ser confrontado, com os deslocamentos dos mais velhos para Mâncio Lima em busca de tratamentos de saúde. De maneira geral, em 2003 tem-se um gráfico comum em contextos de população em crescimento.

A comparação dos gráficos aponta uma população em transição demográfica nos últimos vinte anos, com tendência à estabilização do crescimento e início do processo de envelhecimento, com uma população ativa maior que a de dependentes.

Em uma comparação geral, observa-se que a natalidade caiu entre 2003 e 2023, com uma proporção maior de pessoas em idade produtiva. Podemos com essa comparação inferir que a estrutura etária na TI Nawa saiu de uma pirâmide expansiva, população em

crescimento, em 2003, para uma pirâmide mais próxima de estacionária, quer dizer, uma população estável.

A pirâmide etária de 2023 apresenta uma base menos larga e um corpo mais alongado, com maior concentração nas faixas de 20 a 29 e 30 a 39 anos e faixas acima de 40 anos mais representativas do que em 2003, o que poderia indicar uma redução da natalidade e um aumento na expectativa de vida. No entanto, é preciso ponderar que, ainda que os grupos etários mais jovens tenham diminuído em número, os grupos etários de idosos não apresentou crescimento expressivo e nesse ponto volto a destacar que muitos idosos deixam a TI para ter um acesso mais facilitado a serviços de saúde nas cidades. Somando os idosos Nawa em terra indígena e fora de terra indígena são cerca de 33 pessoas, a maioria, 26, em área urbana.

Aldeia Novo Recreio: 24 casas



Na aldeia Novo Recreio foram mapeadas 24 casas onde habitam 89 pessoas, sendo a maioria (56%) em idade ativa, isto é, entre 15 e 59 anos. A população idosa é bastante reduzida e crianças e jovens são mais de 40%.

Além de Nawa, há também moradores Poyanawa, peruanos, não indígenas e Nukini. É considerada a aldeia sede e foco de migrações internas, seja saindo de Novo Recreio para outras aldeias, seja vindo de outras aldeias. 53 pessoas declararam viver nesta aldeia desde que nasceram ou desde muito pequeno, os demais nasceram em Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Aldeia Nukini República ou no Pijuca e na aldeia Sete de Setembro, vindo morar em Novo Recreio há alguns anos.

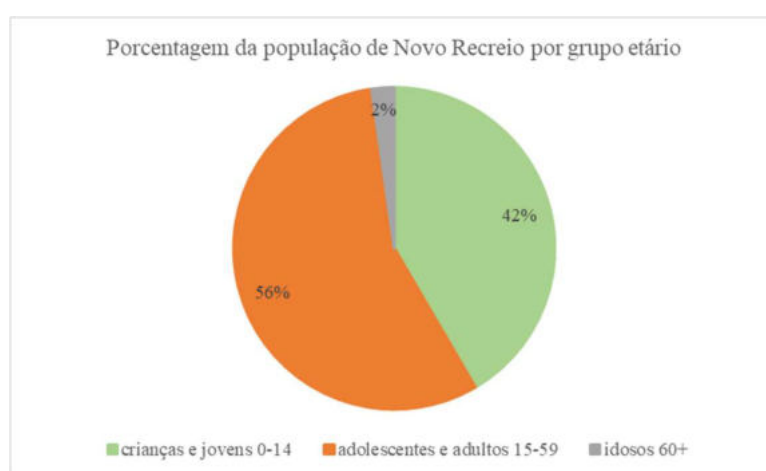


Gráfico 6 - População total Novo Recreio – Dados coletados em campo pelo GT em 2023

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total por grupo etário
0 a 4	9	7	16
5 a 9	3	5	8
10 a 14	7	6	13
15 a 19	4	5	9
20 a 29	9	8	17
30 a 39	7	7	14
40 a 49	1	2	3
50 a 59	3	4	7
60 a 69	2	0	2
Total	45	44	89

Tabela 3 - Censo demográfico Novo Recreio – Dados do GT de 2023



Gráfico 7 - População Novo Recreio por sexo

Há equilíbrio entre os números de pessoas de sexo feminino e masculino, com destaque para o grupo etário entre 20 e 29 anos, que é a maior parte da população.

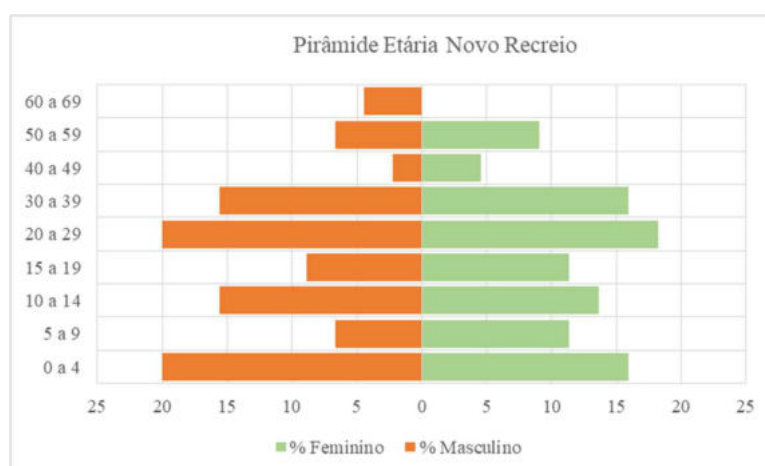


Gráfico 8 - Pirâmide Etária da população de Novo Recreio

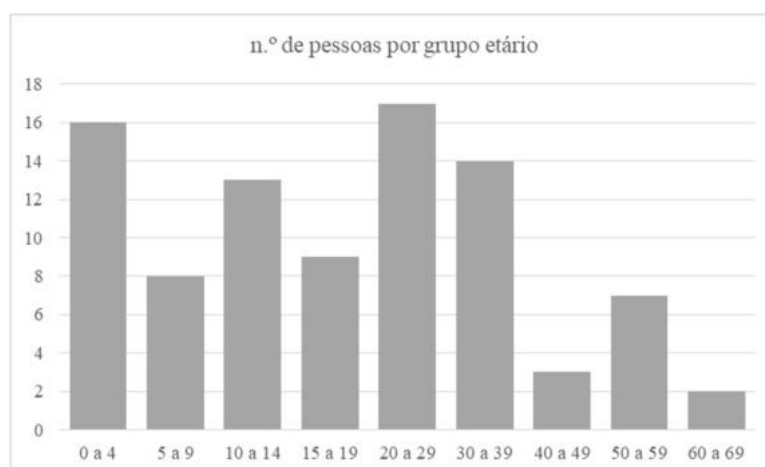


Gráfico 9 - Número total de pessoas por grupo etário em Novo Recreio

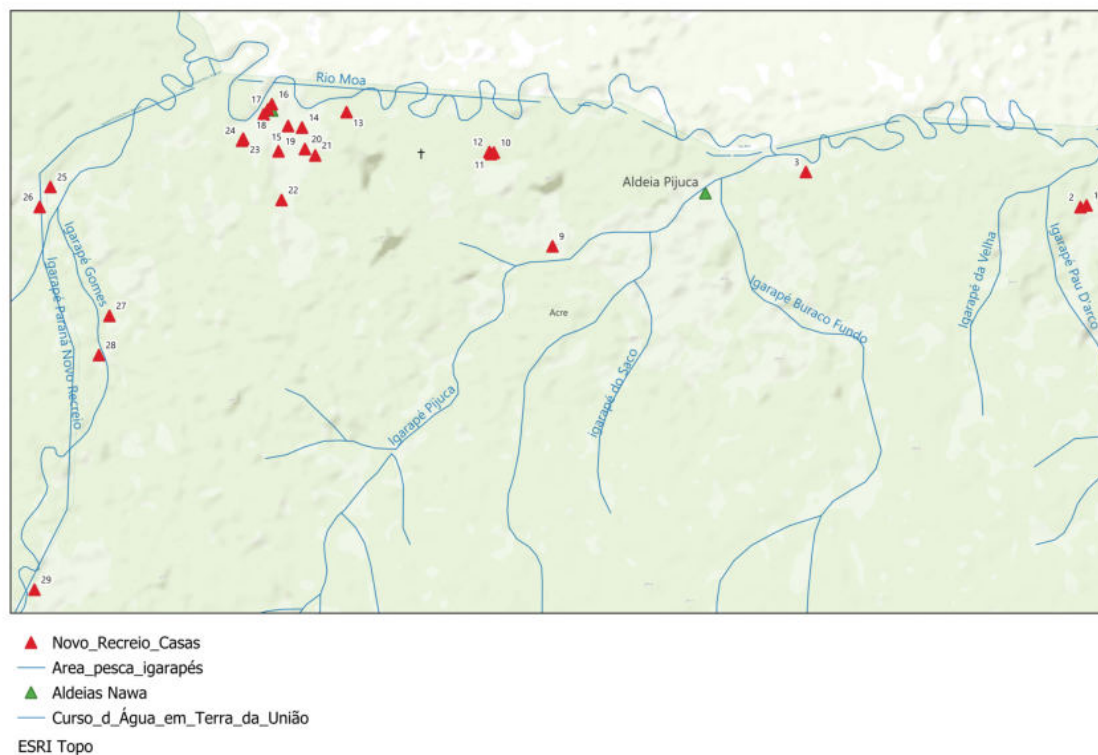
A aldeia Novo Recreio é a mais populosa da terra indígena. As casas que correspondem à comunidade Novo Recreio estão distribuídas na margem direita do Rio Moa nas proximidades da foz do Igarapé Novo Recreio e dentro do Igarapé da Velha, que é um afluente da margem direita do Moa; e dentro do Igarapé Novo Recreio, em seu médio curso.





Foto 12 - Imagens da aldeia Novo Recreio

A casa de número 9, apesar de estar dentro do Igarapé Pijuca, e as casas de número 1 e 2, no igarapé da Velha, apesar de estarem mais próximas da localidade do Pijuca, seus moradores se identificam com a organização política conformada pela comunidade Novo Recreio, sendo exceções à organização essencialmente geográfica da distribuição das comunidades.



Croqui 13 - Localização das casas da aldeia Novo Recreio

Em Novo Recreio, todas as casas são feitas de madeira serrada e telhado de alumínio ou brasilit.



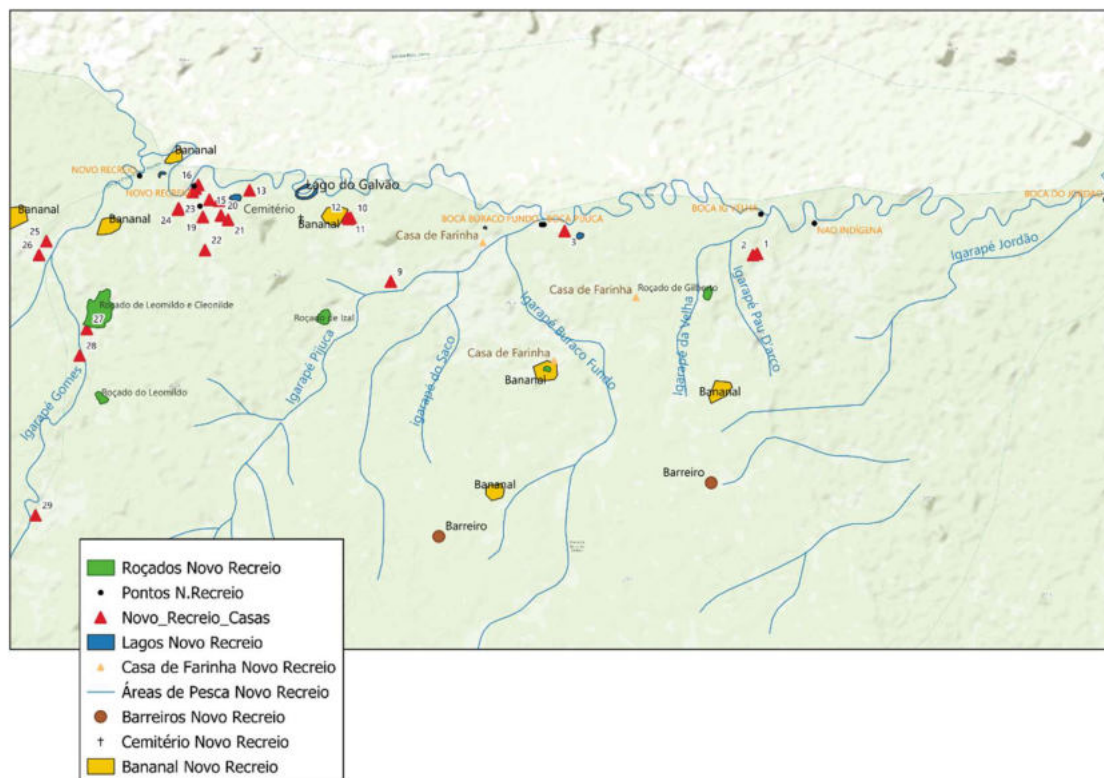


Foto 13 - Casas da aldeia Novo Recreio

Rio/Igarapé	Materiais da casa	Casa no mapa	N.º Moradores na casa
Ig. da Velha	Madeira serrada e telha de alumínio	1	4
	Madeira serrada e telha de alumínio	2	1
Rio Moa	Madeira serrada e telha de alumínio	3	3
Ig. Pijuca	Madeira serrada e telha de Brasilit	9	2
Rio Moa	Madeira serrada e telha de alumínio	10	2
	Madeira serrada e telha de alumínio	11	4
	Madeira serrada e telha de alumínio	12	4
	Madeira serrada e telha de alumínio	13	7
	Madeira serrada e telha de alumínio	14	5
	Madeira serrada (copaíba) e telha de alumínio	15	3
	Madeira serrada e telha de alumínio	16	3
	Madeira serrada e telha de alumínio	17	5
	Madeira serrada e telha de alumínio	18	3
	Madeira serrada e telha de alumínio	19	3
	Madeira serrada e telha de alumínio	20	8
	Madeira serrada e telha de Brasilit	21	3
	Madeira serrada e telha de Brasilit	22	5
	Madeira serrada e telha de alumínio	23	4
	Madeira serrada e telha de alumínio	24	2
Ig. Novo Recreio	Madeira serrada e telha de alumínio	25	3
	Madeira serrada e telha de alumínio	26	6
	Madeira serrada e telha de alumínio	27	2
	Madeira serrada e telha de alumínio	28	4
	Madeira serrada e telha de alumínio	29	3

As áreas de roçados, caminhos, lagos e casas de Novo Recreio ocupam aproximadamente 2.300 hectares.

O croqui abaixo é uma representação da localização das principais áreas da aldeia Novo Recreio.



Croqui 14 - Áreas de relevante interesse na aldeia Novo Recreio

Na aldeia Novo Recreio os Nawa cultivam roçados de milho, mandioca, banana, inhame, arroz, feijão, macaxeira, melancia, cana, abacaxi, mamão, batata entre outros alimentos para consumo dos moradores e de seus animais em áreas que variam de $\frac{1}{2}$ tarefa a 2 hectares. Nessas localidades também são criadas várias espécies de animais, abatidos para subsistência e/ou vendidos. Os principais animais identificados são bois (variando de 1 cabeça a 43 cabeças por casa), galinha, porco, bode e bezerro.

Os moradores do local também praticam com regularidade a pesca no Rio Môa, Igarapé Novo Recreio, Igarapé da Velha e lagos desses cursos hídricos e em ocasiões menos frequentes a caça com espingarda.

Nos croquis elaborados sobre recortes de imagens de satélite Planet de outubro de 2022 pode ser verificado o impacto das atividades produtivas, especialmente a abertura de roçados (agricultura de coivara) e criação de animais nas pastagens, na paisagem

florestal. Nas imagens abaixo, os destaques em vermelho circunscrevem áreas de roçados e os triângulos vermelhos numerados representam a localização das casas.



Imagem 1 – Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Novo Recreio Rio Môa e Ig. da Velha



Imagem 2 - Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Novo Recreio Igarapé Pijuca



Imagem 3 – Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Novo Recreio Rio Moa



Imagem 4 - Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Novo Recreio Rio Môa – Foz do Ig. Novo Recreio



Imagem 5 - Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Novo Recreio Ig. Novo Recreio

A aldeia Pijuca: 5 casas



Apenas 5 casas compõem a aldeia Pijuca. Não é reconhecida como aldeia pelo atendimento da saúde ou qualquer outra instância oficial de estado, sendo considerada formalmente, pela Sesai e pela unidade regional da Funai, como parte da Aldeia Novo Recreio. Seus moradores, no entanto, marcam essa distinção. São 21 pessoas, 16 adultos, 5 crianças. A ocupação atual é majoritariamente recente, mas há quem nasceu no Pijuca há 66 anos e quem foi para o Pijuca em 1977. Muitos nascidos no Pijuca moram hoje em outras aldeias.

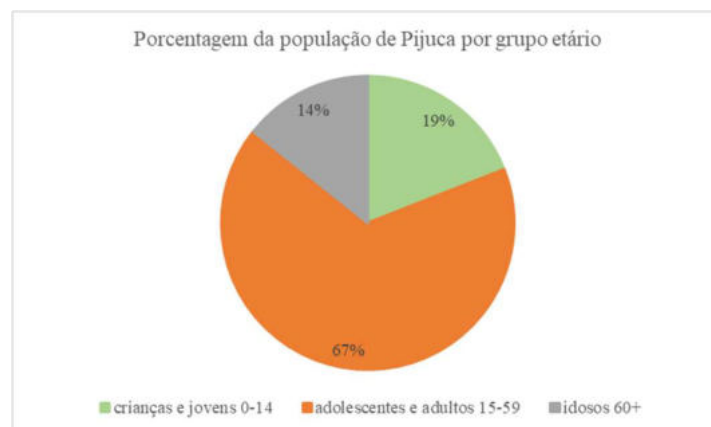


Gráfico 10 - População total Pijuca

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total por grupo etário
0 a 4	1	1	2
5 a 9	1	1	2
10 a 14	0	0	0
15 a 19	1	1	2
20 a 29	0	2	2
30 a 39	3	3	6
40 a 49	1	2	3
50 a 59	0	1	1
60 a 69	1	0	1
70 a 79	0	2	2
Total	8	13	21

Tabela 4 - Censo demográfico Pijuca



Gráfico 11 - População Pijuca por sexo

A população de Pijuca é majoritariamente feminina, 62% dos 21 habitantes, sendo quase $\frac{1}{4}$ dessas mulheres com idade entre 30 e 39 anos, mesma faixa etária predominante entre os homens. A maior parte dos moradores, portanto, é de pessoas em idade produtiva (67%), contando com pouquíssimas crianças (4) e apenas dois idosos do sexo masculino.

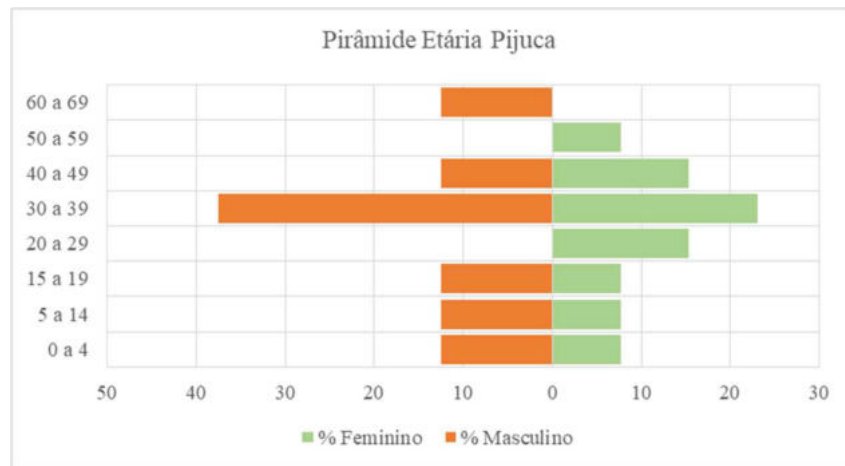


Gráfico 12 - Pirâmide Etária da população de Pijuca

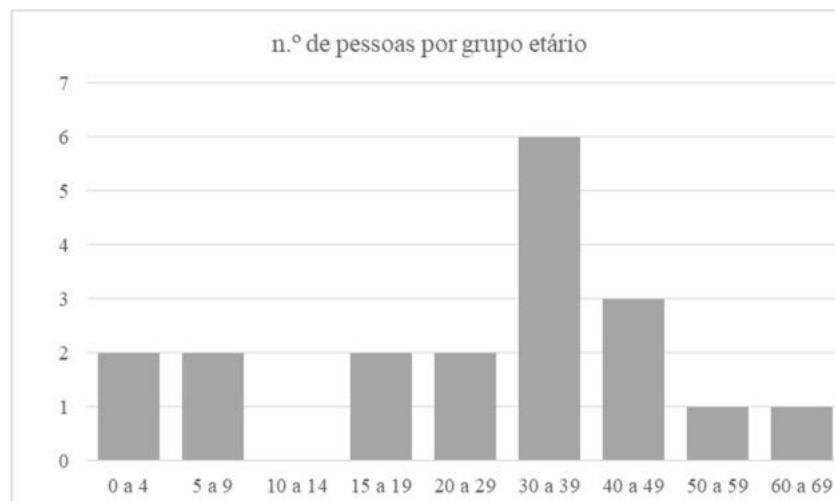


Gráfico 13 - Número total de pessoas por grupo etário em Pijuca

Verifica-se que as casas que correspondem à comunidade Pijuca estão concentradas na margem direita do Rio Môa, cujo acesso se dá a partir de um furo que interliga duas voltas do Rio Môa, o curso do Igarapé Pijuca e o curso do Igarapé Buraco Fundo. As casas estão dispostas próximas à foz do igarapé Pijuca, no rio Moa e no igarapé Buraco Fundo.



Foto 14 - Imagens da aldeia Pijuca

Não há um cacique próprio da localidade e reconhecem a liderança geral dos Nawa como a liderança política representativa. As casas são feitas de madeira serrada e telhado de alumínio ou zinco.



Foto 15 - Exemplo de casas da aldeia Pijuca

Rio/Igarapé	Materiais da casa	n° da casa no mapa	n° de moradores na casa
Ig. Buraco Fundo	Madeira serrada e telha de zinco	4	4
	Madeira serrada e telha de alumínio	5	2
Rio Môa	Madeira serrada e telha de alumínio	6	3
Ig. Pijuca	Madeira serrada e telha de alumínio	7	5

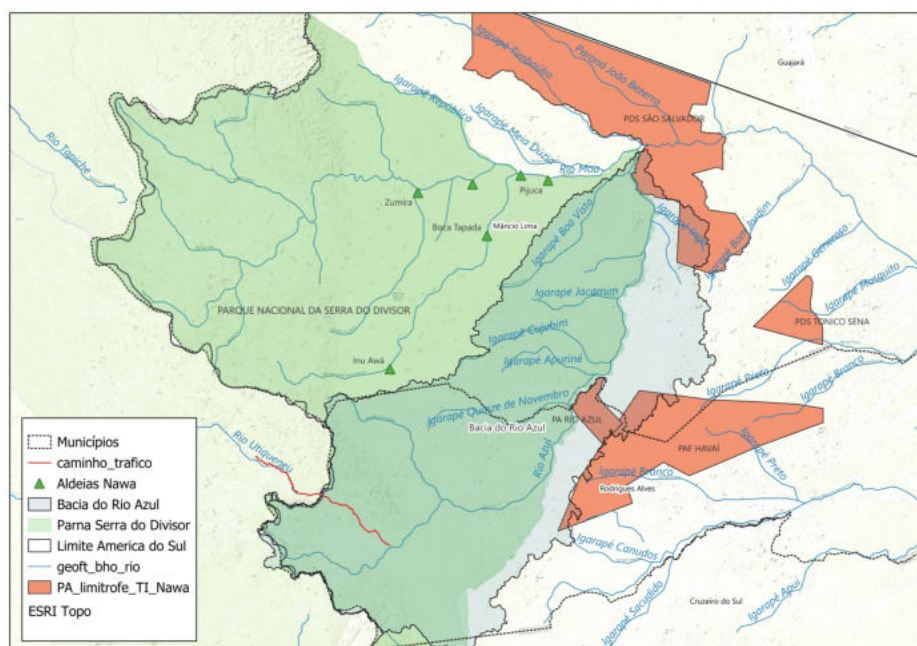
	Madeira serrada e telha de alumínio	8	6
--	-------------------------------------	---	---



Croqui 15 - Localização das casas da aldeia Pijuca

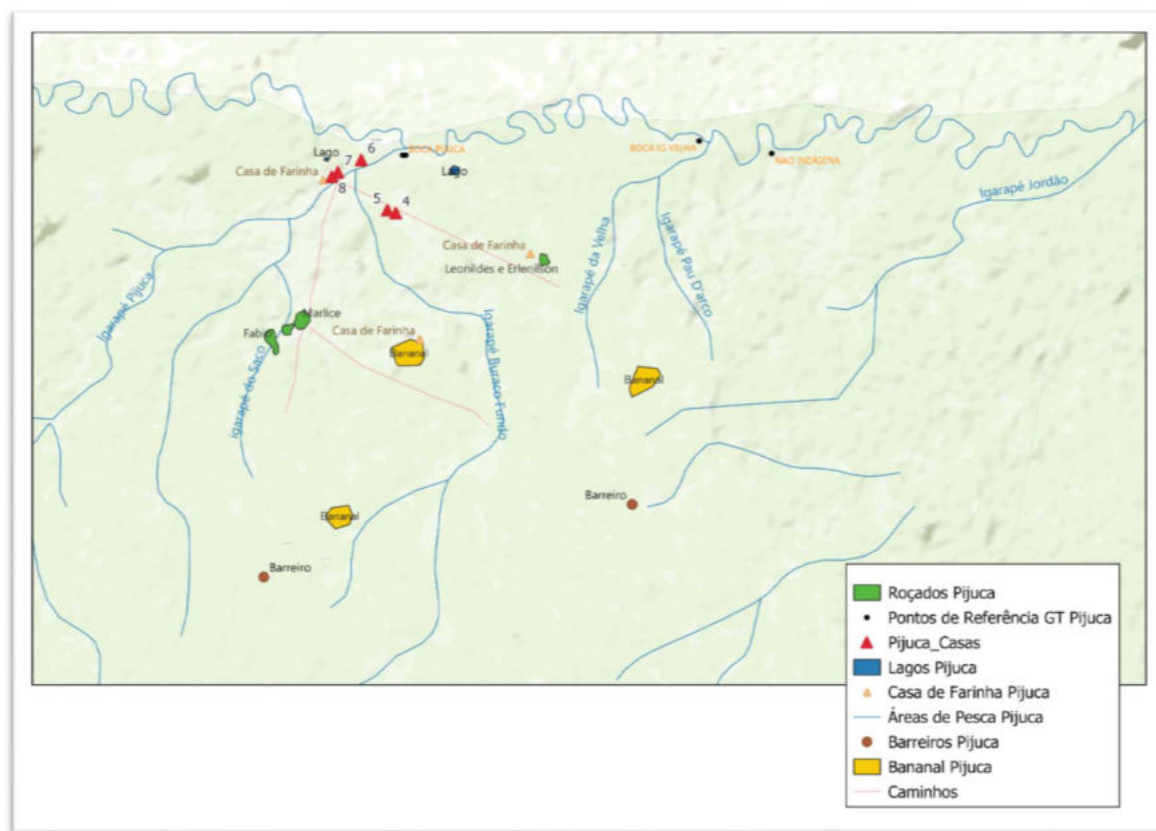
Os moradores do igarapé Buraco Fundo se queixam de invasão para atividades de caça dos assentados do PDS São Salvador. A invasão ocorre durante todo o ano e, segundo os Nawa, limita a oferta de alimentos para a comunidade. Os invasores acessam a área pelo rio Azul, que há alguns anos era parte da reivindicação fundiária dos Nawa.

A medida que foram surgindo situações conflituosas com não indígenas na área do rio Azul, os Nawa foram deixando de utilizar o rio e suas adjacências. Hoje toda a bacia do Azul é considerada perigosa pela circulação de narcotraficantes. Esse contexto fez com uma parte significativa dos afluentes do rio Azul ficasse de fora da proposta de limites atual.



Croqui 17 – Em destaque a Bacia do Rio Azul

No croqui abaixo observa-se algumas das áreas relevantes da aldeia Pijuca.



Croqui 18 - Áreas de relevante interesse Aldeia Pijuca

Conforme informações obtidas em campo, os moradores da aldeia Pijuca cultivam roçados de milho, mandioca, banana, inhame, arroz, feijão, macaxeira, melancia, mamão, entre outros alimentos para consumo dos próprio e de seus animais em áreas que variam de 1 tarefa a 1 hectare. Também criam várias espécies de animais, abatidos para subsistência e/ou venda. Os principais animais identificados são bois (variando de 1 cabeça a 43 cabeças por casa), galinha, pato, porco e bezerro.

Os moradores do local também praticam com regularidade a pesca no Rio Môa, Igarapé Buraco Fundo, Igarapé da Velha e lagos desses cursos hídricos e em ocasiões menos frequentes a caça com espingarda.

Nos croquis elaborados sobre recortes de imagens de satélite Planet de outubro de 2022 pode ser verificado o impacto das atividades produtivas - especialmente a abertura de roçados (agricultura de coivara) e pastos para criação de animais - na paisagem florestal.

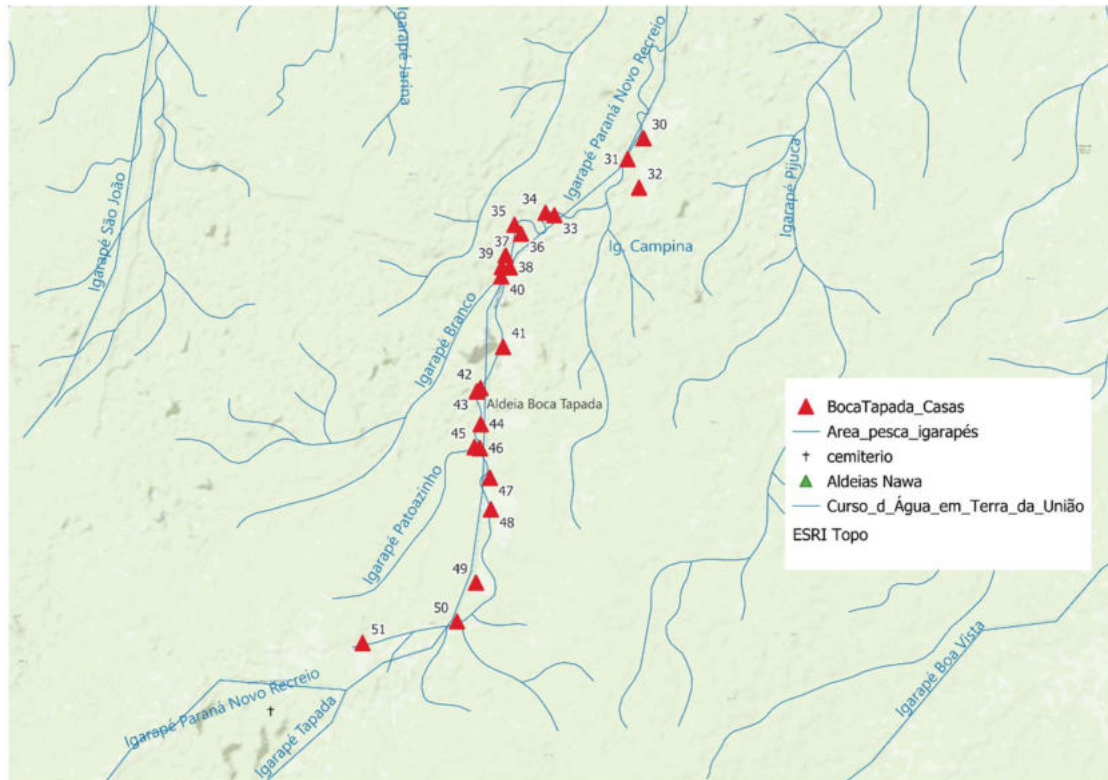


Imagem 6 - Imagens de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Pijuca

A aldeia Boca Tapada: 23 casas



As casas que correspondem à comunidade Boca Tapada estão distribuídas ao longo das duas margens do médio curso do Igarapé Novo Recreio entre as embocaduras dos igarapés Campina, Branco e Tapada.



Croqui 19 - Localização das casas da Aldeia Boca Tapada

Não há idosos morando em Boca Tapada. Os moradores se dividem quase igualmente entre crianças e jovens com menos de 14 anos e adultos em idade produtiva entre 15 e 59 anos. São 101 pessoas morando nesta aldeia. A maioria delas, cerca de 75 pessoas, declaram terem nascido em Boca Tapada, outros em Mâncio Lima, Porto Walter, Cruzeiro do Sul, no rio Azul e na aldeia Nukini República. Além dos Nawa, moram nesta aldeia indígenas Shawãdawa, Nukini e não indígenas.

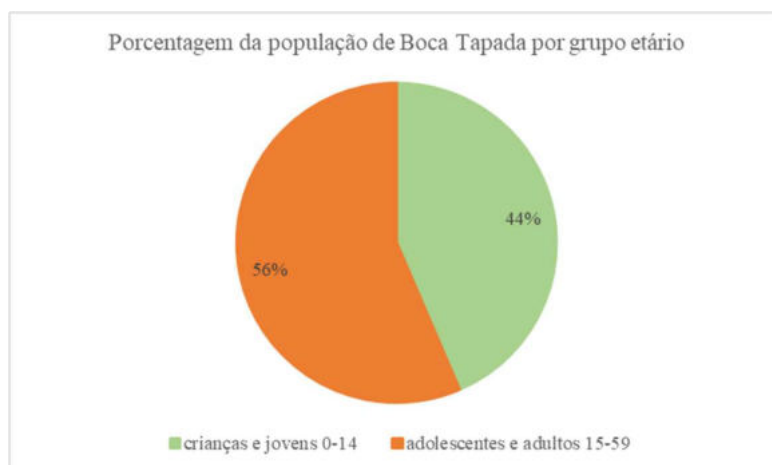


Gráfico 14 - População total Boca Tapada

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total por grupo etário
0 a 4	4	5	9
5 a 9	7	11	18
10 a 14	10	7	17
15 a 19	7	6	15
20 a 29	8	7	15
30 a 39	9	6	12
40 a 49	7	5	12
50 a 59	0	2	2
Total	52	49	101

Tabela 5 - Censo demográfico da Boca Tapada

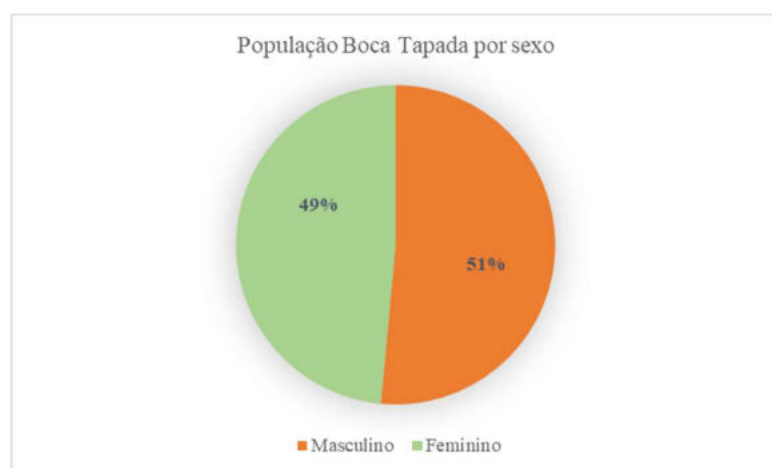


Gráfico 15 - População Boca Tapada por sexo

Observa-se equilíbrio entre os números de pessoas de sexos feminino e masculino.

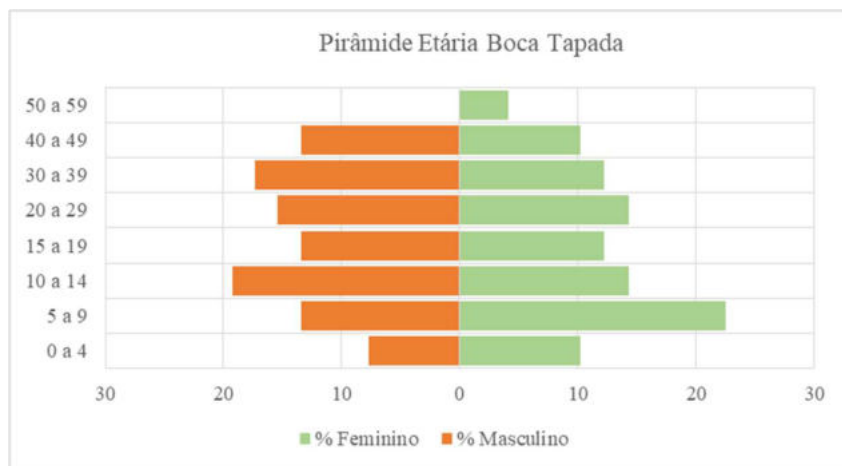


Gráfico 16 - Pirâmide Etária da população de Boca Tapada

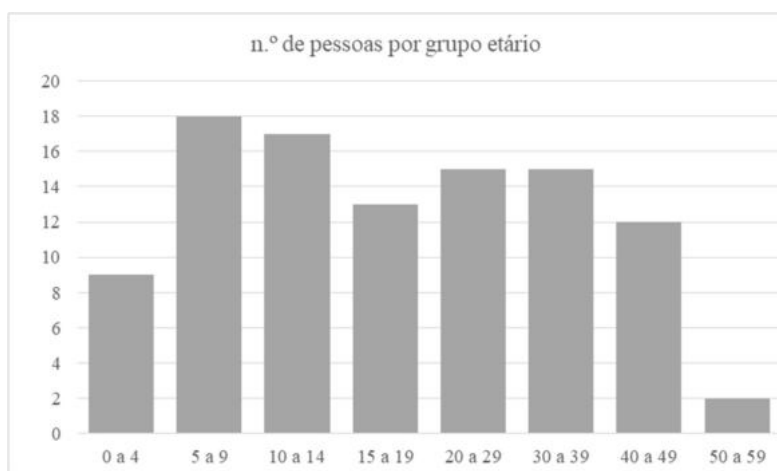


Gráfico 17 - Número total de pessoas por grupo etário em Boca Tapada





Foto 16 - Imagens da Aldeia Boca Tapada - Foto Ykaruní Nawa

A liderança representativa de Boca Tapada é Lucila, bisneta de Mariruni. Liderança ativa na luta pelo reconhecimento da terra indígena e no resgate das memórias nawa.

Em Boca Tapada as casas são feitas de madeira serrada, a maior parte dos telhados são de alumínio ou Brasilit, alguns poucos de palha.

Rio/Igarapé	Materiais da casa	n° da casa no mapa	n° de moradores na casa
	Madeira serrada, telha de Brasilit e alumínio	47	5
	Madeira serrada e telha de alumínio	30	2
	Madeira serrada e telha de alumínio	31	6
		32	1
		33	4
	Madeira serrada e telha de alumínio	34	3
	Madeira serrada e telha de zinco	35	6
Ig. Novo Recreio	Madeira serrada e telha de palha canaraí, paxiúba e alumínio	36	5
	Madeira serrada e telha de alumínio	37	5
	Madeira serrada e telha de alumínio	38	7
	Madeira serrada, alvenaria e telha de alumínio e cerâmica	39	7
	Madeira serrada e telha de alumínio	40	3
		41	1
	Madeira serrada e telha de alumínio	42	7
	Madeira serrada e telha de alumínio	43	5

		44	5
Ig. Novo Recreio	Madeira serrada e telha de alumínio	45	5
	Madeira serrada e telha de alumínio	46	3
		48	4
Ig. Novo Recreio	Madeira serrada e telha de alumínio	49	4
	Madeira serrada e telha de alumínio	50	3
	Madeira serrada e telha de alumínio	51	7



Foto 17 - Exemplo de casas da Aldeia Boca Tapada - Fotos Ykaruní Nawa

Na aldeia Boca Tapada há uma escola indígena com cinco professores indígenas.



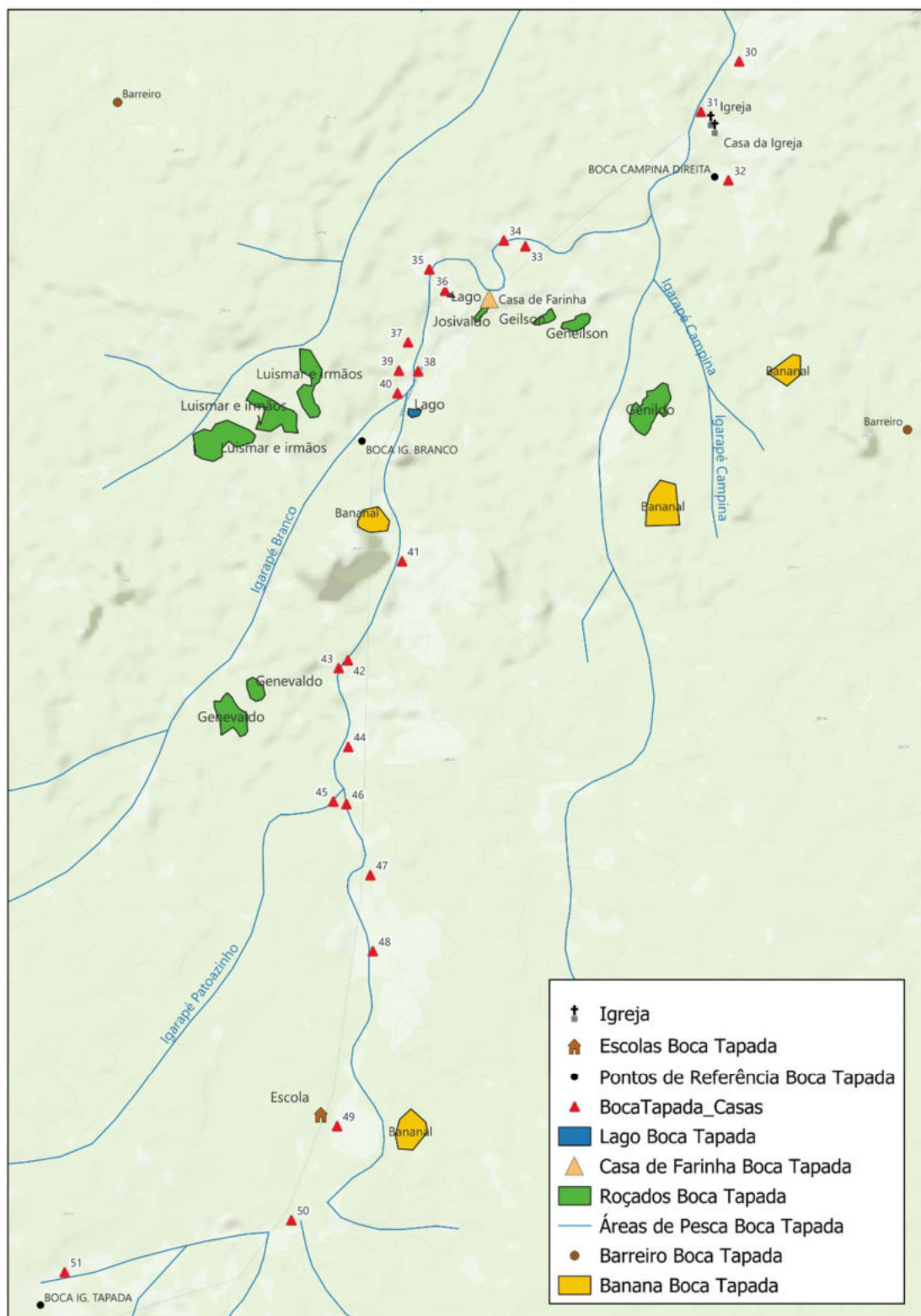
Foto 18 - Escola indígena - Aldeia Boca Tapada 2023 - Fotos Ykaruní Nawa

Apesar da maioria dos Nawa se declararem católicos, há na aldeia Boca Tapada uma igreja Batista administrada por um grupo missionário.



Foto 19 - Igreja Batista Nawas - 7°32'04.1"S 73°28'35.5"W - Foto Ykaruní Nawa

No croqui a seguir pode-se observar as áreas da aldeia de maior relevância.



Croqui 20 - Áreas de relevante interesse Aldeia Boca Tapada

Em Boca Tapada são cultivados roçados de milho, mandioca, banana, inhame, macaxeira, cana, feijão, abacaxi, entre outros alimentos para consumo dos moradores e

de seus animais em áreas que variam de $\frac{1}{2}$ tarefa a 1 hectare. Nessas localidades também são criadas várias espécies de animais, abatidos para consumo próprio ou para comercialização. Os principais animais identificados são bois (variando de 1 cabeça a 43 cabeças por casa), galinha, porco, bode e bezerro.

Os moradores também praticam com regularidade a pesca no Igarapé Campina, Igarapé Pedro, Igarapé Branco, Lago Sacado e Lago Escuro e em ocasiões regulares praticam a caça a curso com espingarda, abatendo animais como paca, tatu, porquinho, veado, queixada, cutia, macaco e jabuti.

No croqui abaixo, elaborado sobre recorte de imagem de satélite Planet de outubro de 2022 pode-se verificar o impacto das atividades produtivas - especialmente a abertura de roçados (agricultura de coivara) e criação de animais nas pastagens - na paisagem da aldeia.

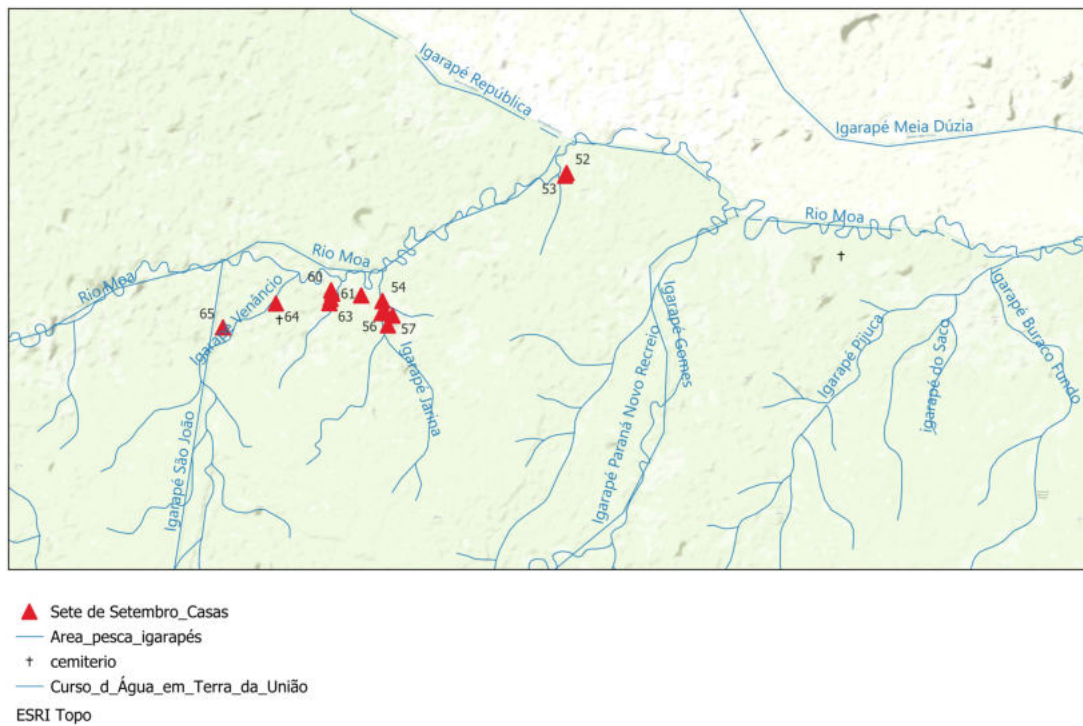


Imagem 7 - Imagem de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Boca Tapada

A aldeia Sete de Setembro: 14 casas



As casas da comunidade Sete de Setembro estão distribuídas ao longo da margem direita do Rio Môa entre os igarapés São João, Venâncio, Jarina e Campina.



Croqui 21 - Localização das casas da Aldeia Sete de Setembro

A população em Sete de Setembro é de 49 pessoas com predominância de pessoas entre 15 e 59 anos, representando 65% dos moradores da aldeia. Muitos afirmam morar nesta aldeia desde que nasceram, outros desde a infância.

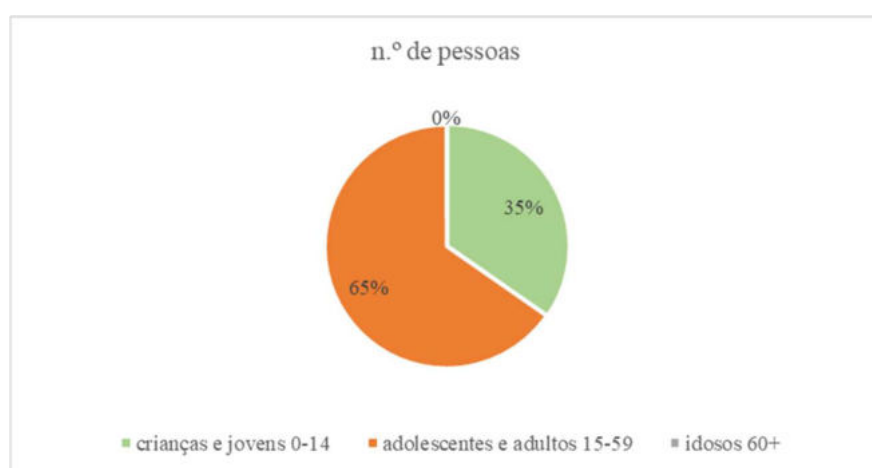


Gráfico 18 - População Total Aldeia Sete de Setembro por grupo etário

Apesar das mulheres serem maioria dos moradores, a distribuição entre sexos no grupo etário de 15 a 59 anos é bastante equilibrado. Dos 49 moradores, 35% são crianças e não há idoso com mais de 60 anos.

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total por grupo etário
0 a 4	2	3	5
5 a 9	4	5	9
10 a 14	2	1	3
15 a 19	2	2	4
20 a 29	4	8	12
30 a 39	7	3	10
40 a 49	2	1	3
50 a 59	0	3	3
Total	23	26	49

Tabela 6 - Censo demográfico da aldeia Sete de Setembro – Dados de campo GT 2023

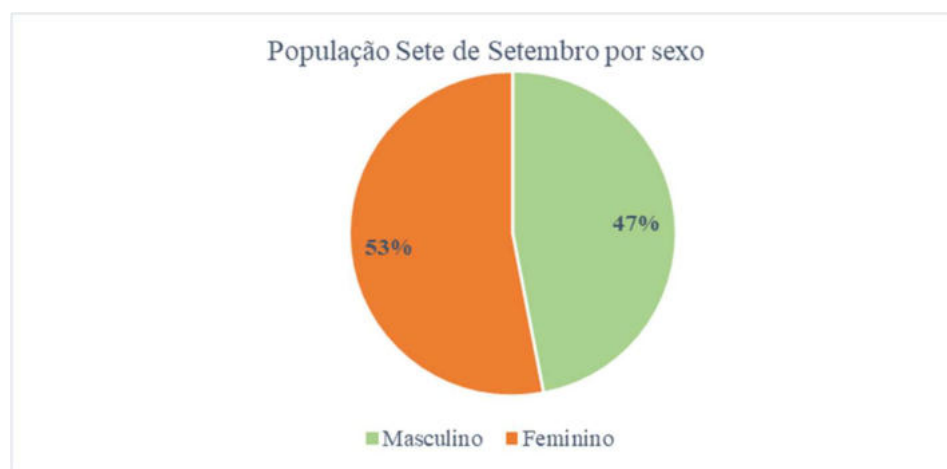


Gráfico 19 - População da aldeia Sete de Setembro por sexo

A pirâmide etária mostra que em algum momento recente a base da pirâmide em Sete de Setembro tinha se contraído e voltou a crescer nos últimos 10 anos. Pessoas entre 10 e 19 anos são poucas, assim como as acima de 59, em relação às demais faixas etárias. A relação de dependência do grupo de pessoas fora da faixa etária produtiva é baixa em relação ao número de pessoas em idade ativa.

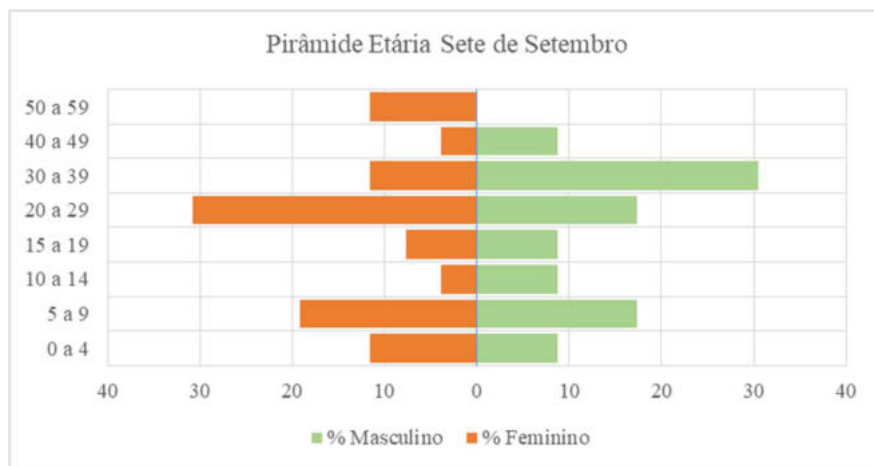


Gráfico 20 - Pirâmide etária da aldeia Sete de Setembro

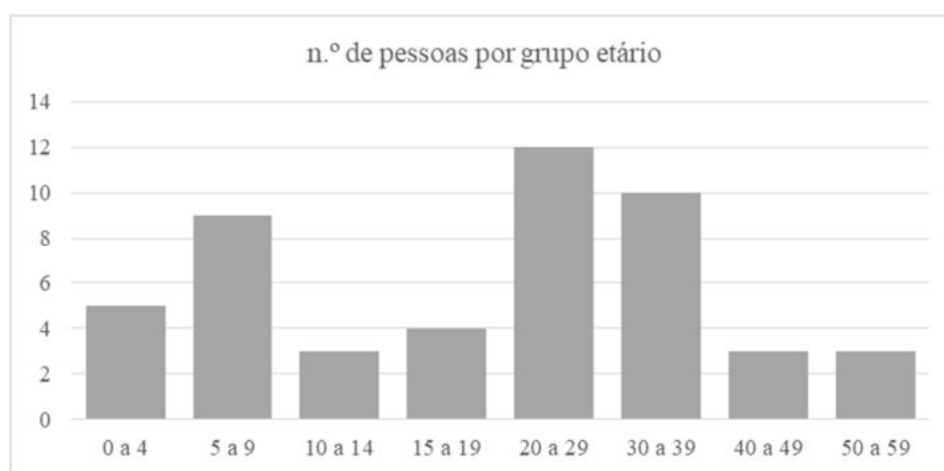


Gráfico 21 - Número total de pessoas por grupo etário em Sete de Setembro





Foto 20 - Imagens da aldeia Sete de Setembro - Fotos: Ykaruní Nawa

É possível examinar que as casas que correspondem à comunidade Sete de Setembro estão distribuídas ao longo da margem direita do Rio Môa entre os igarapés São João, Venâncio, Jarina e Campina.

Em Sete de Setembro os roçados são de milho, mandioca, mamão, banana, inhame, macaxeira, cana, feijão, abacaxi, entre outros alimentos para consumo dos moradores e de seus animais em áreas que variam de 1 quadra a 3 tarefas.

Os moradores criam várias espécies de animais, para consumo próprio e eventualmente para vender. Os principais animais identificados são bois (variando de 1 cabeça a 30 cabeças por casa), galinha, porco (até 60 cabeças por casa), cavalo e bode.

Os moradores do local também praticam com regularidade a pesca nos igarapés Jarina e Venâncio e em lagos no Rio Môa e em ocasiões esporádicas praticam a caça a curso com espingarda, abatendo animais como paca, tatu, porquinho, veado, queixada, cutia, macaco e jabuti.

No croqui abaixo elaborado sobre recorte de imagens de satélite Planet de outubro de 2022 verifica-se o impacto das atividades produtivas na paisagem.



Imagem 8 - Imagem de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Sete de Setembro

A aldeia Zumira: 14 casas



Zumira é constituída por 14 casas e um total de 58 moradores, sendo a maioria (60%) adolescentes e adultos em idade produtiva. Muitos moradores afirmam morar em Zumira desde que nasceu, outros há 20 ou 30 anos.

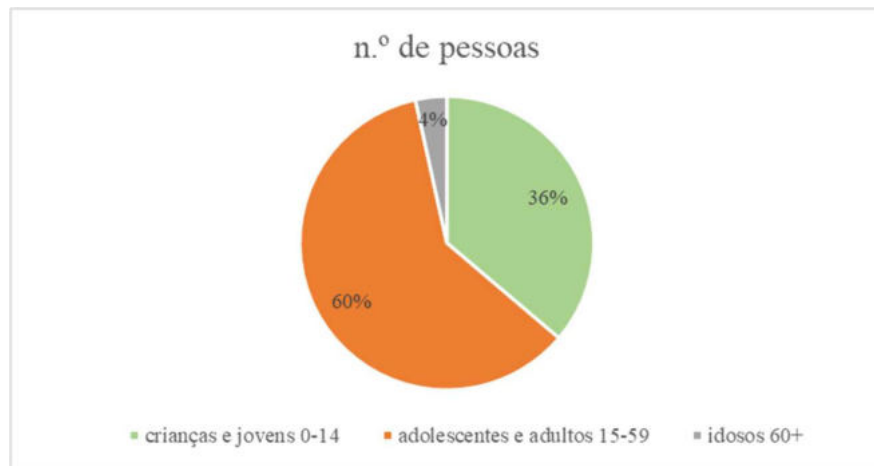


Gráfico 22 - População Total Aldeia Zumira por grupo etário

Da população total, 60% das pessoas entre 15 e 59 anos são do sexo masculino. Dos 58 moradores, 36% são crianças e apenas duas pessoas são idosas.

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total por grupo etário
0 a 4	5	1	6
5 a 9	6	2	8
10 a 14	3	4	7
15 a 19	3	4	7
20 a 29	7	3	10
30 a 39	6	6	12
40 a 49	2	2	4
50 a 59	1	1	2
60 a 69	0	1	1
70 a 79	1	0	1
Total	34	24	58

Gráfico 23 - Censo demográfico aldeia Zumira – Dados de campo do GT em 2023

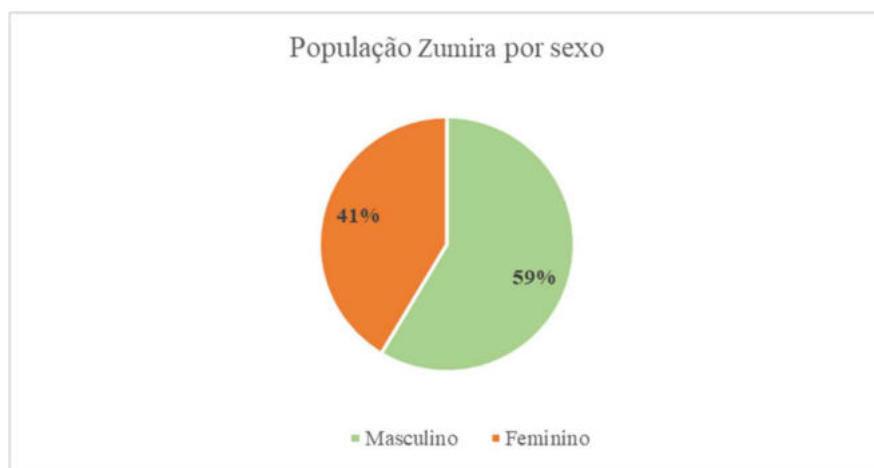


Gráfico 24 - População da Aldeia Zumira por sexo

A maior parte da população é do sexo masculino. As mulheres são maioria na faixa etária entre 30 e 39 anos, e os homens entre 20 e 29 anos. 2/3 da população infantil (0-14) é masculina. Nota-se que a pirâmide etária de Zumira tem uma base estreita, com uma percentagem mais baixa de pessoas mais jovens.



Gráfico 25 - Pirâmide Etária Aldeia Zumira

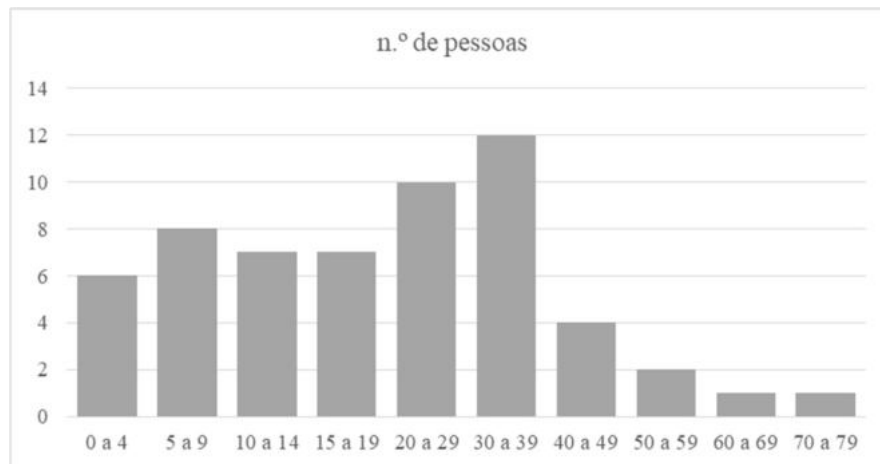
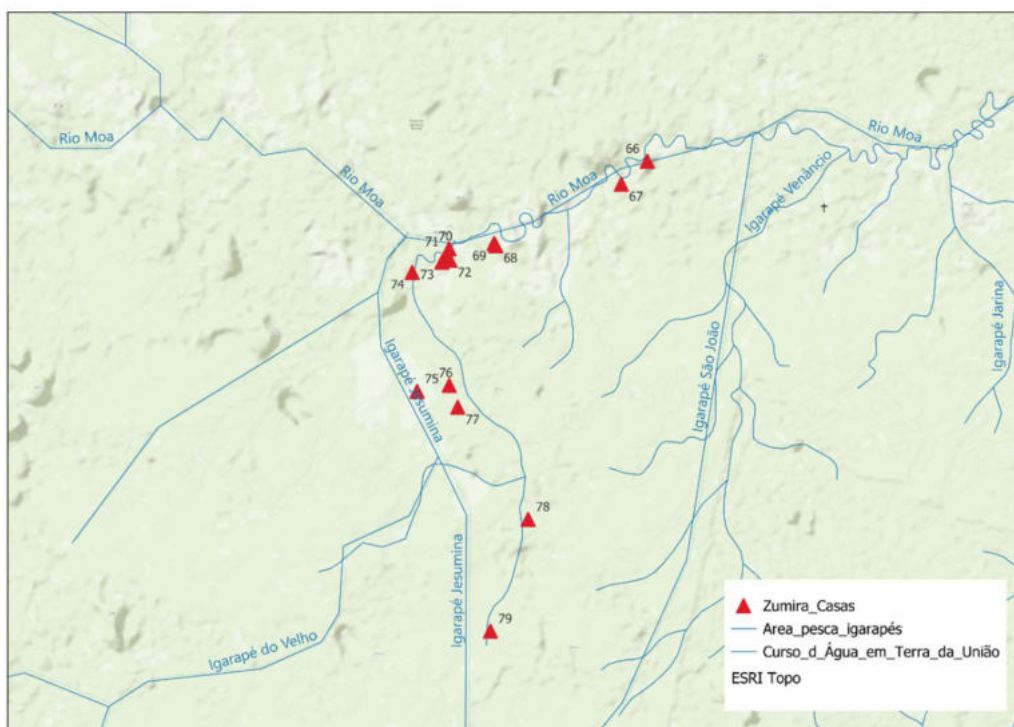


Gráfico 26 - Número total de pessoas por grupo etário em Zumira

As casas que correspondem à comunidade Zumira estão distribuídas ao longo da margem direita do Rio Mòa e em ambas as margens do Igarapé Jesumira, um afluente da margem direita do Mòa.



Croqui 22 - Localização das casas da aldeia Zumira

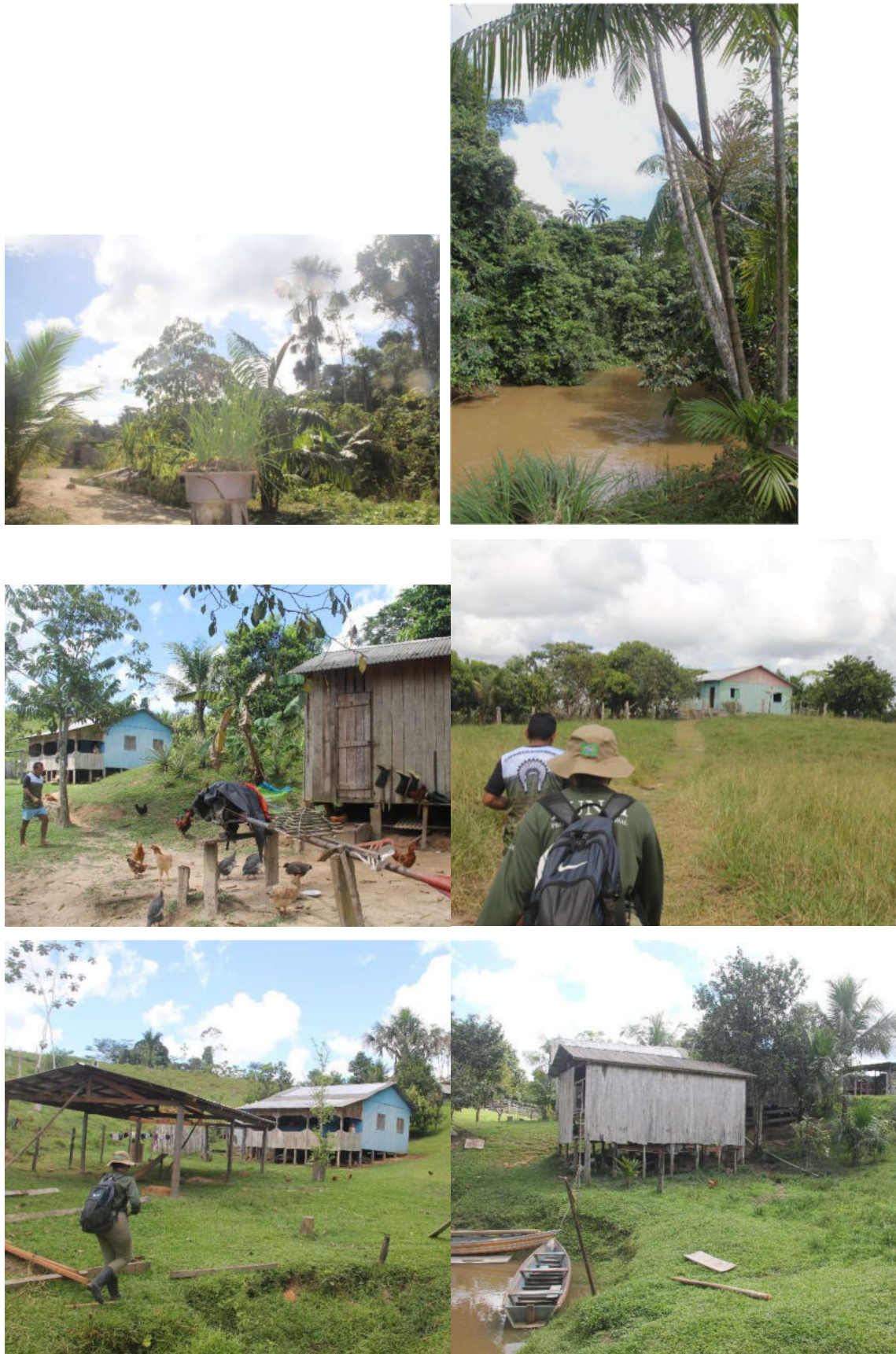


Foto 21 - Imagens da aldeia Zumira – Fotos: Ykaruni Nawa

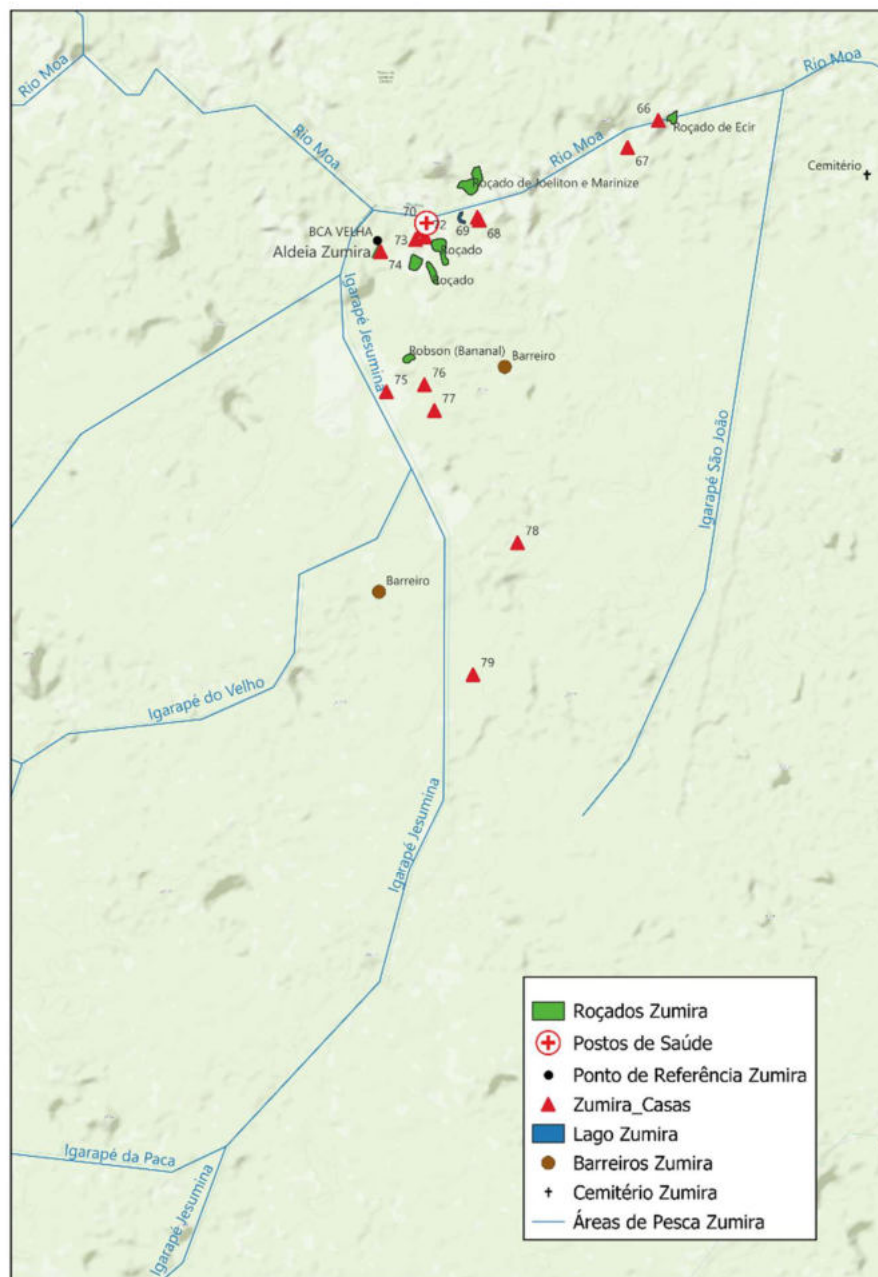
Rio/Igarapé	Materiais da casa	n° da casa no mapa	n° de moradores na casa
Ig. Jesumira	Madeira serrada e telha de palha	66	4
Ig. Jesumira	Madeira serrada e telha de palha	67	8
Ig. Jesumira		68	3
Rio Môa	Madeira serrada e telha de Brasilit	69	5
Ig. Jesumira		70	2
Ig. Jesumira	Madeira serrada, telha de Brasilit e alumínio	71	5
Ig. Jesumira	Madeira serrada e telha de alumínio	72	4
Ig. Jesumira	Madeira serrada e telha de alumínio	73	6
Ig. Jesumira	Madeira serrada e telha de alumínio	74	5
Ig. Jesumira	Madeira serrada e telha de alumínio	75	4
Ig. Jesumira		76	4
Ig. Jesumira	Madeira serrada, alvenaria e telha de alumínio	77	4
Ig. Jesumira	Madeira serrada e telha de alumínio	78	3
Ig. Jesumira	Madeira serrada e telha de alumínio	79	4





Foto 22 - Casas da aldeia Zumira – Fotos: Ykaruní Nawa

No croqui a seguir é possível ter uma ideia das áreas de algumas áreas relevantes da aldeia Zumira.



Croqui 23 - Áreas relevantes da aldeia Zumira

Os Nawa que habitam a aldeia Zumira costumam cultivar roçados de milho, mandioca, banana, macaxeira, arroz, feijão, abacaxi, entre outras plantas alimentícias para consumo dos moradores e de seus animais em áreas que variam de 1 tarefa a 1 1/2 quadra. Na aldeia Zumira são criadas várias espécies de animais, abatidos para alimentação ou para comercialização. Os principais animais identificados são bois (variando de 4 cabeças a 80 cabeças por casa), galinha, porco e pato.

Os moradores do local também praticam com regularidade a pesca no Igarapé Jesumira e em lagos da região, como o Lago do Manchã e em ocasiões raras praticam a caça a curso com espingarda, abatendo animais como embiara e queixada.

O croqui abaixo elaborado sobre recortes de imagens de satélite Planet de outubro de 2022 é possível ver as áreas de abertura de roçados e de criação de animais nas pastagens.



Imagem 9 - Imagem de satélite Planet de outubro de 2022 Aldeia Zumira

Como já mencionado, as áreas ocupadas pelas casas limitam-se ao baixo e médio curso dos igarapés, não chegando até as cabeceiras. A exceção é a Aldeia Pão de Açúcar. As regiões do alto curso dos igarapés são locais de difícil acesso e refúgio de caça.



Foto 23 - Dificuldade de acesso no alto curso do ig. Novo Recreio

Além disso, os Nawa afirmam que o alto curso dos igarapés é uma região de trânsito de indígenas isolados.

Possível presença de indígenas isolados

Há diversos relatos dos Nawa sobre uma possível presença de indígenas isolados transitando na área da TI Nawa. Abaixo, o relato de Gilberto Nawa, irmão da liderança geral Ráilson:

Eu fui, mais o Railson, nós fomos caçar. Fazer um rancho lá em cima para brocar o nosso roçado. Quando nós chegamos lá eu sai para um lado, para

caçar. Primeiro nós fomos e vimos um vestígio. Eu digo aqui passou gente, mas pensei que era gente assim fora, algum... Porque era já aqui para as cabeceiras do Tapada (...) Quando nós chegamos perto de um igarapé tinha um veado, aí eu atirei e ele caiu. Quando eu escutei a assoprar. Aí eu pensava que era o Railson. Aí fui e assoprei. Aí assopraram de novo. Eu respondi. Aí eu fiquei trabalhando lá, tirando o fato para trazer. Andava eu e outro meu sobrinho. Ele disse: tio assopre de novo que pode o Railson vim tratar. Quando eu assoprei aí respondeu assim perto. Eu escutei quando assobiou de novo. Aí eu fui e falei, fala logo e deixa de brincadeira porque na mata não é coisa do cara andar de brincadeira não. Aí eu fui e escutei só o pulo assim, quando puxou assim o mato para o outro lado assim. Foi a derradeira vez que eu ouvi. Aí eu vim, quando eu cheguei em casa, no tapiri, o Railson já fazia tempo que tinha chegado em casa. Aí no outro dia eu voltei lá mais o Railson e estava só o rastro, do índio. Era ele, ele vinha soprando, na hora que eu falei aí ele correu. Porque ele não entendeu (...) Era só um, o rastro era só de um (...). Está com quatro anos que isso aconteceu (...) Mas lá nesse canto eu tinha uma cisma de passar, porque o Chicon disse que tinha um índio lá. Porque uma vez que ele andava caçando para lá ele deixou um jabuti assim num aceiro do tapiri, ele mais outro companheiro dele. Quando ele chegou o jabuti estava no meio do terreiro, amarrado de peito para cima. Aí não tinha ninguém lá mais ele, só era ele e o Joãozinho. Quando deu no outro dia o jabuti que estava de peito para cima amanheceu morto. Aí ele foi e pegou o rastro dele e diz ele que o índio saiu, pique a fora, lá dentro entrou na mata (Gilberto, 2003, Novo Recreio).

O Nawa Chicon relata com mais detalhes o fato de um indígena isolado ter estado no tapiri que ele e o Joãozinho fizeram para suas caçadas nas cabeceiras do igarapé Novo Recreio, mais precisamente em um dos seus afluentes, o igarapé Boca Tapada. Segundo ele:

Rapaz, está com cinco anos que nós vimos. Aqui no Tapada. Nós vimos o rastro dele (...) Mais adiante o menino escutou ele assoprando (...) Nós fomos caçar lá, aí eu matei um veado e vim para o tapiri. Quando eu cheguei as nossas coisas estavam tudo no meio do terreiro assim, do tapiri. Onde tinha um jabuti ele pegou de lado, colocou assim (com o casco para baixo). Pegou a munição que nós tínhamos lá, raspou um bocado de bucha e colocou em cima da lata. Quando eu cheguei estava aquela arrumação. Eu disse: mas o João já veio aqui! Fiquei cuidando do veado. Com um pedacinho lá vem pisando, lá vem o João. Digo: João você já veio aqui hoje? Ele disse: não, estou chegando agora. Digo: olha aí, eu topei um rastro ali que ia entrando água, no meio da estrada, estrada de seringá. E ele me viu e se escondeu. Mas ele não mexia com ninguém não. Meu irmão, pai desse menino aí, cortou um ano lá, disse que eles passavam o dia todinho ao redor do tapiri lá. Fazendo, assobiando macaco, nambu, todo arremedo. Aí correu com medo deles e veio embora. Gilberto ainda viu um pouco deles uma vez, andava caçando (...) Também dizem que essa maloca dele é por trás da serra. Eles moram por trás da serra do Novo Recreio aqui. E essa maloca que eu digo, lá do Solidão, é deles (Chicon, 2003, Novo Recreio)

Além dos vestígios da presença de índios isolados, quando Chicon era bem mais jovem deparou-se com eles nessa mesma região, sendo essas informações de conhecimento de todos os Nawa. Na fala de Gilberto:

A do Chicon mais o Piu também era para cá também, para o lado do Tapada. Eles foram caçar quando eles se encontraram com dois índios. Estava até em um sapequê, como nós chamamos aqui, eles estavam comendo a cabeça de um

porquinho. Diz Chicon que na hora que viu o velho cortou gíria com ele (falou na língua Pano). Aí o Piu velho perguntou onde é que eles moravam, aí eles disseram que era para as cabeceiras do rio Azul. Aí o Piu disse que era para a serra, a moradia do Piu (...) Na hora que eles pegaram a flecha aí o Piu abaixou a boca da arma, aí eles abaixaram a flecha. Cortaram gíria um com os outros aí baixou um para um canto e os outros para o outro, foram embora (Gilberto, 2003, Novo Recreio).

Durante esse encontro, Chicon e seu pai Piu mentiram para os indígenas isolados sobre o local de suas residências, com receio de que eles aparecessem em suas casas. Os isolados, por outro lado, afirmaram que moravam nas cabeceiras do rio Azul, mas podem ter fornecido uma informação errada com o mesmo receio dos outros dois. É, portanto, recorrente os Nawa se depararem com vestígios de indígenas isolados na região das cabeceiras do igarapé Boca Tapada, afluente do igarapé Novo Recreio, tendo inclusive já entrado em contato com eles em uma ocasião.

De um memorando (Memo n.º 509/GAB/ERA/RBR de julho de 2000) endereçado ao Departamento de Índio Isolados da Funai, extrai-se a seguinte citação:

Nas entrevistas que realizei, especialmente com os moradores do igarapé Novo Recreio (afluente da margem direita do rio Moa), praticamente todos os homens adultos me informaram que, nas cabeceiras do Igarapé Tapada (afluente da margem direita do Igarapé Novo Recreio) e também dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor; onde é o melhor local de caça naquela região e é, portanto, local frequentado com assiduidade por aqueles moradores dali, são avistados em todos os verões recentes, vestígios da presença de "índios sem contato" brabos "isolados". Aqueles moradores do igarapé Novo Recreio me contaram histórias diversas a respeito de "pessoas que invadiram um barracão de caçadores e levaram ferramentas"; "que pelo menos uma pessoa nua, com arco e flechas na mão foi avistada em posição de tiro no rumo de um bando de maçados"; "que um caçador avistou um índio nu e esse também o avistou e saiu correndo, ficando suas pegadas na margem do igarapé Tapada.

Como essas cabeceiras encontram-se bastante próximas daquelas dos igarapés Jesumira e Novo Recreio, é possível inferir que toda a região das nascentes dos principais cursos fluviais da terra indígena é utilizada pelo isolados. Há uma desconfiança entre os Nawa de que a maloca dos isolados se encontra do outro lado da Serra do Divisor, onde atualmente é constatada a presença desses índios do lado peruano da fronteira, na reserva indígena Isconahua.

Os Nawa apontam a presença de indígenas isolados no igarapé Tapada, em direção a Serra do Moa, nas cabeceiras do Novo Recreio e do rio Azul; no igarapé Jordão com o rio Azul; nas cabeceiras do Novo Recreio com o igarapé Tapada, atrás da Serra; e na cabeceira do igarapé Água Preta com o Boa Vista. Segundo eles, tudo indica que se trata de um grupo pequeno. Os Nawa relatam sopros e assobios, imitação de sons de macaco

prego e macaco preto, nambu galinha, mutum e outras aves; batidas na sapopema, cipós esticados entre árvores. Os Nawa notam também que utensílios deixados em tapiris, são mexidos ou levados por pessoas que não são parentes, observam também rastros de coleta de pupunha em capoeiras e roubo de milho de seus roçados.

Essa mesma suspeita aparece em um relatório de sobrevoo realizado pela Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari em 2011:

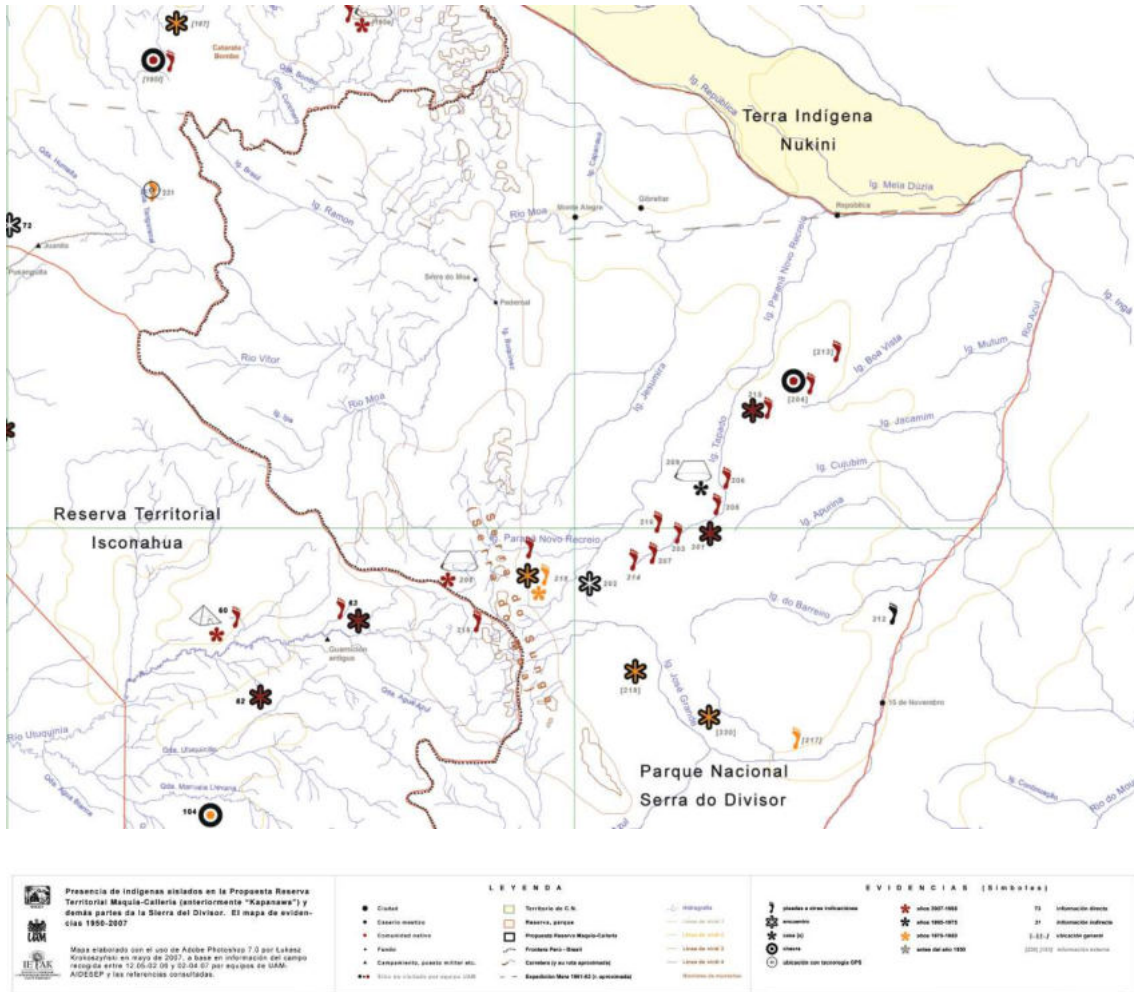
Em conversas mantidas com agentes indigenistas e conhecedores da região, estes afirmam que esses tapiris podem ser dos Isconahua que já têm contato no Peru, que sazonalmente podem ocupar regiões dentro do Brasil. No outro lado da fronteira, no Peru, há uma Reserva Territorial, a RT Isconahua. Há um grupo Isconahua contatado e há estudos que apontam a existência de grupos Isconahua isolados no interior dessa Reserva. Outro dado importante recai sobre a área de ocupação imemorial dos Isconahua, que abrange não só o Peru, mas regiões também no Brasil, regiões hoje abrangidas pelo Parque Nacional da Serra do Divisor.

Na Funai, as informações a respeito da presença de isolados na Serra do Divisor está registrada como Referência n.º 64 - Isolados do igarapé Tapada, registro ainda não confirmado.

Sobre o possível grupo de isolados relatado pelo povo Nawa, devido a pouca informação a respeito da etnia do grupo de índios isolados que habitam essa região, a equipe [da Funai] os chama de Isolados do igarapé Tapada, sendo esta uma referência a sua localização geográfica e não uma denominação de seu grupo étnico (Informação Técnica nº 3/2021/CFPE-ENVIRA-FUNAI).

A Informação Técnica nº 3/2021/CFPE-ENVIRA-FUNAI, elaborada pela Frente de Proteção Etnoambiental Envira, informa que “na região citada pelos indígenas Nawa, ainda não foi possível localizar nenhum agrupamento de malocas fixas e roçados. Contudo, este fato não afasta ou deprecia a veracidade dos relatos”.

O mapa abaixo elaborado por técnicos da Universidad Autónoma del Perú indica a presença de vestígios nas porções leste e sul da TI Nawa.



Mapa 10 - Recorte sobre Mapa de vestígios de Isolados - Universidad Autónoma del Perú

A antropóloga Delvair Montagner, registrou em seu laudo pericial de 2002 muitos outros relatos sobre a presença de isolados fornecidos pelos Nawa. Em março de 2024, em uma viagem de monitoramento e vigilância da TI Nawa, os Nawa se depararam com sinais de presença de indígenas isolados.

Nessas expedições a gente tem achado alguns vestígios dos isolados, outros chamam de ‘desconfiados’. Em março a gente ouviu três assovios, escutamos aqui na nossa trilha, e não era parente nosso, a gente sabe que tem esse povo aqui, sempre andando no nosso território. (Francione da Costa Moreira para CPI-Acre, 2024).

Portanto, não pode ser descartado, o trânsito deles no lado brasileiro da fronteira e, mesmo, a possibilidade de fixarem residências, temporárias ou não, nas cabeceiras dos igarapés Boca Tapada, Novo Recreio e Jesumira. Pelo croqui abaixo é possível observar a localização de vestígios de isolados identificados por pesquisadores da Universidad Autónoma do Peru em relação às aldeias Nawa.

Segundo os Nawa, os isolados ocupam diferentes lugares, alguns próximos às aldeias Nawa, no igarapé Tapada, na cabeceira do igarapé Novo Recreio e do rio Azul, no igarapé Jordão com o rio Azul e na cabeceira do igarapé Água Preta com o Boa Vista.

Aldeia Inu Awa - Pão de Açúcar



Foto 24 - Aldeia Inu Awa vista de cima Foto Raiene Almada, CPI –ACRE

Parte da iniciativa dos Nawa de autodemarcação da TI, a Aldeia Inu Awá é o ponto mais ao sul da proposta de limite. A área é refúgio de caça, mas o principal vínculo dos Nawa com essa área é a proximidade com as antigas malocas (ver croqui 10).

A ocupação da aldeia em geral se dá com cerca de 30 pessoas que organizam o acampamento que dura em média de uma a duas semanas. Além das malocas e da abundância de espécies de caça, frutíferas, palheiras e madeira, outra motivação de manter a aldeia Inu Awa é poder monitorar os limites da TI.

Autodemarcação

Em 2021, diante do impasse jurídico sobre os limites da TI que paralisou a identificação da terra indígena, os Nawa se organizaram em barcos coletivos com cerca de 30 pessoas em direção ao limite da Terra Indígena. O objetivo era demarcar o limite da TI e buscar a proteção contra os invasores.

Os Nawa abriram uma trilha que divide a terra indígena do Parque Nacional Serra do Divisor, o elemento crucial da demarcação que motivou todo o litígio entre Funai, Ibama e os Nawa.

Com apoio da Comissão Pró Índio do Acre, os Nawa tiveram acesso a formação de agentes florestais com técnicas de georreferenciamento e mapeamento. A CPI-Acre produziu um documentário – *Autodemarkação Nawa* (CPI ACRE, 2023)¹¹ – de 32 minutos, em que registra uma viagem à localidade Pão-de-açúcar, no Igarapé Novo Recreio onde foram registrados vários depoimentos sobre a longa luta pela demarcação do território nawa.



Foto 25 - Abertura de picada da autodemarkação. Foto: Alexandre Cruz Noronha/Amazônia Real

Raílson, a principal liderança atualmente em exercício no movimento político do povo Nawa resume bem a saga da demarcação:

Essa luta que a gente começou em 1999, e passou pra 2001, 2002, 2003, é esse processo de demarcação da terra o reconhecimento do povo, que estamos com 22 anos de luta né, de conquista por essa terra, e esperando pela Funai, pelas organizações competentes que demarca terra, pelos presidente né, e a gente vê que nada disso vinha acontecendo mais. Que eu vejo no jornal é que não ia demarcar mais terras indígenas, então eu falei não vai demarcar mais as terras indígenas, beleza eu até comento, por que o presidente jamais vai precisar dessa terra, quem precisamos dessa terra é nós. E aí foi aonde eu comecei é pensar nesse nessa discriminação aos povos indígenas né, e falei se ele não vai demarcar nós não vamos demarcar. E aí gente começou a pensar nas estratégias em como fazia e tal e ao longo de todo esse processo de demarcação dessa terra

¹¹O documentário foi lançado e disponibilizado no YouTube em maio de 2023 (<https://www.youtube.com/watch?v=o-chLRikHp4> Acesso em 06/02/2024).

de reconhecimento e tudo né a gente tinha 86 mil hectares de terra pelo estudo aonde abrangia todo esse nosso território, a gente fazia toda a documentação e o pessoal, né as entidades falava que não aceitava os limites por causa que a gente tinha dividido o parque em dois e tal, e aí foi se reunindo com a comunidade e eu fui dizendo pro povo, pessoal a gente mora na cidade que o terreno é 10 x 30 porque que nós também não podemos reduzir aqui aonde nós estamos no meio de uma grande floresta dessa em 56, 53 mil hectares que foi o que o juiz é deu o aval dizendo que 53 mil hectares estava de acordo com os limites e tal. Só que o juiz fez um acordo e nós fomos pelo estudo né. E aí por isso que nós perdemos esse longo de tempo nessa luta pra fazer, pra demarcar terra. (Railson, minuto (4:35 a 7:02 do documentário Autodemarcação Nawa – CPI-ACRE, 2023)

O trabalho de campo do GT de 2023, descrito no presente relatório, refez o percurso até a aldeia Inu Awa.



Foto 26 - Deslocamento até a aldeia Inu Awá - Fotos GT e Ykaruní Nawa 2023



Foto 27 - Imagens da aldeia Inu Awa

III - TERCEIRA PARTE: ATIVIDADES PRODUTIVAS

A Constituição Federal assegura aos povos indígenas os direitos de posse permanente sobre suas terras tradicionais e de usufruto exclusivo sobre os recursos naturais nelas existentes.

Um dos quesitos constitucionais da definição de terra indígena, as áreas utilizadas para atividades produtivas revelam elementos que delineiam os limites da terra.

O § 3º, art. 2º, do Decreto n.º 1.775/1996 dispõe sobre a participação do grupo indígena envolvido. Em conformidade com esse parágrafo, utilizou-se para a construção desse relatório metodologias que envolvem a participação indígena, como técnicas de mapeamento participativo e registros de relatos orais.

As informações coletadas em campo foram sistematizadas em planilhas do Excel para melhor manejo e cotejamento com informações do relatório anterior e da bibliografia regional. As informações cartográficas coletadas em campo com o uso de GPS e do aplicativo Avenza também foram tratadas e inseridas no SIG elaborado do projeto cartográfico da TI Nawa. Com o cruzamento dessas informações e a interpretação da distribuição espacial das habitações e usos dos Nawa foi possível caracterizar a ocupação indígenas das aldeias organizadas politicamente e distribuídas pelas principais bacias e sub-bacias hidrográficas que conformam a TI.

Como se observará, o uso e o manejo dos ambientes e dos recursos naturais demonstram o vínculo dos Nawa com a área. As áreas de atividade produtiva são permeadas pelo modo de vida próprio dos Nawa, pelas relações intersubjetivas (com as espécies) e interpessoais (com os Nukini, os Poyanawa e os não indígenas), essenciais à reprodução física e cultural do grupo.

As atividades produtivas dos Nawa na TI estão assentadas sobretudo em práticas tradicionais de roçado, pesca, caça e extrativismo.

A terra indígena se encontra na região da borda oeste da Bacia Amazônica, na zona de transição entre a cordilheira andina e as terras baixas de floresta tropical úmida. A formação montanhosa ao sul da TI é divisória natural entre as bacias dos rios Ucayali, no Peru, e Juruá, no Brasil. O relevo acidentado e as formações rochosas peculiares favorecem habitats diversos, uma enorme biodiversidade e a presença de espécies endêmicas.

Em um ambiente de particular biodiversidade como a Serra do Divisor, as atividades produtivas tradicionais dos Nawa são reguladas pelo regime das águas e pelo calendário ecológico da região, que regem também o comportamento e a presença de espécies. Cheia e vazante do Moa e de seus afluentes e períodos de chuva e de estiagem têm estreita relação a presença da fauna e com as atividades dos Nawa.

De uma maneira geral, o ritmo das atividades produtivas acompanha a regularidade de dois momentos bem marcados; o inverno – época das chuvas abundantes, da cheia dos rios e igarapés – e o verão - época de menor volume de chuvas.

O amplo conhecimento ecológico dos Nawa, associado a técnicas cartográficas e de manejo ambiental, tem forte influência sobre o equilíbrio da diversidade e a continuidade do modo próprio de viver dos Nawa.

As atividades produtivas, para além da economia da sobrevivência, tem uma dimensão simbólica que envolve a reprodução física no idioma da reprodução cultural. A atividade produtiva, que propicia alimento para garantia da reprodução física, é importante também para a socialidade, para as relações de parentesco e afinidade, sem falar na dimensão simbólicas de muitas delas.

A seguir, a descrição das principais atividades produtivas entre os Nawa, os recursos disponíveis e suas implicações na dinâmica cultural.

a) descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;

Desde a segunda metade do século XIX, a principal atividade produtiva da região do Vale do Juruá foi o extrativismo da borracha, de tal maneira que aqueles que foram arregimentados para o trabalho nas empresas seringalistas tiveram suas outras atividades produtivas cerceadas para não comprometer a produtividade da extração de látex e manter os extrativistas sob as dívidas infinitas dos barracões, onde se trocava borracha por ferramentas, remédios, comida, sabão e sal para salgar caças, a um ponto que colocar roçado chegou a ser proibido em alguns seringais.

A produção de borracha pelos Nawa, desde o início do século XX, empurrou os Nawa para adquirir diversos produtos industrializados, gerando uma dependência em relação àqueles produtos comercializados no barracão, como o sal, o açúcar, a querosene, a munição, a arma de fogo, os tecidos, entre outros. Assim, durante muitos anos as outras

atividades produtivas desenvolvidas pelos Nawa ficaram relegadas a segundo plano, pois a principal atividade econômica era a produção e comercialização da borracha no barracão. Mas nunca as atividades produtivas tradicionais foram abandonadas por completo, apesar de não estarem voltadas para a comercialização. Assim como outros povos indígenas do vale do Alto do Juruá, os Nawa foram remadores, varejadores, mateiros e caçadores profissionais, trabalhando para os patrões de seringais, inclusive sob um regime de trabalho escravo.

Com a falência do setor de exploração da borracha, a partir de 1920, iniciou-se o abandono da atividade por muitas famílias, resultando num movimento migratório massivo de extrativistas dos seringais para as áreas urbanas mais próximas. Para os Nawa, no entanto, o movimento foi de deixar as estradas de centro e se dirigirem para as margens dos igarapés e do Moa.

Toda colocação tinha um dono, de modo que o uso e a posse das colocações se baseavam na herança, por parentesco ou na compra e venda, não da terra, mas das benfeitorias, símbolo do trabalho investido que retroalimenta a legitimidade da posse e do direito de uso. Tendo herdado o seringal Novo Recreio foi possível a diversos Nawa desvincularem-se do jugo dos patrões e passarem a produzir e comercializar a borracha de uma forma independente. Entretanto, após a década de 1980, a crise no preço da borracha levou os Nawa a abandonarem a extração da seringa por não ser mais rentável. Atualmente, o uso que eles fazem dos recursos naturais está vinculado a suas atividades produtivas agrícolas, de extração de produtos da floresta, de caça, de pesca e de artesanato.

As principais atividades extrativistas estão voltadas para o uso e consumo familiar, não mais para a produção da borracha. Dentre os vegetais extraídos da floresta encontram-se frutos comestíveis - ouricuri, açaí, buriti e patoá -, mel, madeiras, palhas e plantas medicinais. Algumas das plantas medicinais utilizadas pelos Nawa são plantas ao redor das casas, outras são extraídas da mata. Entre elas podemos citar algumas. O pau-amargoso, árvore de grande porte, usado para picadas de insetos, assim como a seiva do talo da jarina e do olho do açaí; o chá casca de jatobá com cascas de copaíba e de esperaí (arranha-gato) servem para dores em geral, tosse e inflações nos nervos; o chá da casca de quina-quina, de onde se extraí o quinino, é usado no tratamento da malária; a seiva do cipó-guaribinha é usada para gripe. O malvarisco é utilizado para gripe, tosse e como

calmante, o agrião também é usado para gripe, tosse e dor-de-dente, sendo também um anti-inflamatório.

Regionalmente, a coleta de outros produtos florestais não-madeireiros e a produção de farinha são as principais bases de sustentação da economia regional.

Os Nawa coletam para consumo próprio recursos alimentícios e para uso doméstico, madeira para lenha, eventualmente palha para telhados e tronco de palmeiras e árvores para construção de casas.

Alguns recursos naturais são usados para a confecção de adornos corporais e artesanatos em geral, como é o caso das sementes do urucum, que machucadas com água produzem uma tinta pastosa muito utilizada para a pintura corporal e como corante de alimentos. Do preparo do jenipapo em água aquecida também se produz tinta para ornamento corporal, esse de uso menos cotidiano que o urucum.

O cipó-titica é amplamente usado para confeccionar cestaria e diversos adornos, que também são pintados com urucum e jenipapo, também usados nas pinturas corporais. A cinza da casca do caripé é utilizada na fabricação de cerâmicas para dar liga ao barro (Correia, 2004) e porosidade à cerâmica, evitando trincas e conferindo maior resistência térmica.

Antes do impacto da colonização do alto Juruá pela frente de extração da seringa, a exemplo de outros povos da família linguística Pano, o artesanato produzido pelos Nawa incluía utensílios domésticos, armas de caça e pesca e adornos, por exemplo. Produziam cocares com as penas de diversas aves, brincos de pena, colares de sementes e roupas de algodão. Essas vestimentas eram tingidas com tintas extraídas de árvores da floresta, cujos nomes são atualmente desconhecidos. Após o contato, as correrias e exploração do trabalho na coleta da borracha, essa atividade foi reduzida consideravelmente.

Todavia, a produção de artesanato dos Nawa, mesmo em pequena escala, ocorre atualmente. São produzidos, principalmente, instrumentos domésticos, como raladores, vassouras, cestos e potes de barro. Os raladores são feitos de madeira com uma chapa retirada de latas e furada com pregos. As vassouras são feitas com diversas palhas encontradas na mata. Os potes são produzidos com o barro retirado das margens dos igarapés e, os cestos, são feitos com cipó-titica.



Foto 28 - Cipó titica. à esquerda e cipó timbó, à direita

Existem vários cipós usados na fabricação de artefatos domésticos, o cipó timbó, cipó titica chato e titica roliço. Este último é considerado o melhor para trabalhar, sendo muito flexível e resistente a quebra.

Retiramos a casaca, depois partimos em bandas assim que é retirado da mata enquanto ele não seca para assim evitar de quebrar ao manusear. Com o cipó timbó trabalhamos, porém não é muito bom, por ser muito quebradiço (Machado et al. 2022: 42)

Com o cipó titica fazem paneiros (para carregar produtos da roça) e cestos e balaies para guardar objetos em casa e para transportar instrumentos de pesca quando vão mariscar. A melhor época para tirar cipó é quando a lua está escura à noite, pois evita-se assim que dê bicho no cipó e que o artefato dure mais.



Foto 29 - Confecção de cesto de cipó titica - Imagem Ykaruní Nawa

Esses objetos, no entanto, não são destinados para o comércio, ao contrário de outros. Os objetos comercializados, em pequena quantidade, são em geral objetos de

adorno, como colares e pulseiras. Estes artesanatos são majoritariamente de sementes, miçangas e taboca. Esta última é utilizada para fazer o bico das flechas e um instrumento de sopro, denominado “buzina”. As sementes podem ser encontradas em diversos lugares da floresta, mas a taboca existe apenas na região das cabeceiras do igarapé Novo Recreio.

Os Nawa produzem também artefatos de cerâmica. Francisca Nawa, mãe da liderança-geral da TI, contou sobre o processo de elaboração das peças de barro, em uma entrevista concedida a uma série documental dirigida por Ykaruní Nawa. Ela diz que é preciso tirar o barro e só prepará-lo no dia seguinte. A preparação do barro para fazer vasos, tigelas e camburões (uma espécie de moringa) envolve a cinza da casca de uma árvore.

O caripé é uma árvore. A gente tira a casca, queima, pila e tira a cinza. A cinza do caripé é um cimento. O caripé tem que queimar num canto que não tenha areia, se pegar areia o vaso quebra. Para tirar o caripé, a gente derruba e tira a casca, deixa secar e depois queima, pila a cinza e penera (Francisca Nawa, 2020, vídeo “Memórias Nawa”).

Francisca ressalta que o barro nem o caripé podem pegar areia, senão a cerâmica racha. Anália Nawa destaca que para tirar o barro é preciso cavar bem fundo, quando se alcança o barro já se sente a diferença de textura; “ele é bem liguentozinho não se mistura com a areia” (Anália Nawa, 2020, vídeo “Memórias Nawa”).



Foto 30 - Francisca Nawa mostra barro preparado para a confecção de peças de cerâmica - Imagem: Ykaruni Nawa

Francisca conta nesse mesmo vídeo de 2020 que o barro certo para cerâmica não tem em todo lugar: “não tem em todo canto, aqui [na TI] só tem no campina, onde forma aquela veia assim, no porto da minha casa, no igarapé”. Ela lembra que para tirar o barro é preciso pedir licença; “diziam os índios mais antigos que senão pedir licença os vasos racham”. (Francisca Nawa, 2020, vídeo “Memórias Nawa”).

No dia seguinte depois de preparar o barro, espera-se mais três dias para começar a trabalhar com o barro, porque ele precisa ficar firme, mais seco. Depois de moldar os artefatos, é preciso alisar as peças, para isso usa-se o olho de boto, uma fruta de um cipó encontrada nas beiras dos igarapés e também nas capoeiras. “Com quatro dias, feitos os potes, a gente vai queimar. Faz uma coivara, coloca os potes tudo dentro e aí fica tudo queimadinho”.



Foto 31 - Francisca Nawa mostra a fruta do cipó, olho de boto - Imagem: Ykaruní Nawa

Mais um detalhe prescritivo é lembrado por Anália, que conta que sua avó dizia que quando se vai trabalhar com barro não se pode dormir com marido, tem que dormir separado, senão o vaso racha. Ao que Francisca complementa dizendo: “É tudo cheio de ciência”. Antes de tirar o barro, não se pode beber água: “A gente tem que antes tirar o barro, você não bebe água para poder tirar o barro, tem que ter ciência” (ibidem).

A produção de arcos e flechas com a ponta de taboca, lanças e tambores, é uma atividade masculina. Entretanto, a maior parte do artesanato é produzida pelas mulheres, que se utilizam de sementes do paxiúvão, da paxiubinha, do mulungu, do açaí para fazer brincos e colares. Trabalham também com miçangas industrializadas na produção de pulseira, colares e brincos.



Foto 32 - Brincos e colares produzidos pelas mulheres Nawa - Foto Cloude Correia 2003

Os Nawa confeccionam também saias de fibra de buriti, de envira da malva branca e da barriguda, bem como chapéus de pena de aves como papagaio, arara e gavião.



Foto 33 - Saias de fibra e chapéus de pena. À esquerda, foto Amazonia Real; à direita Museu da Pessoa



Foto 34 - Olho de buriti a ser batido para tirar a fibra para confecção de saias - Foto Museu da Pessoa

Para o consumo alimentar, os Nawa coletam abiu, bacaba, caju-do-mato, embaúba, ingá, jarina, kutinake, muratinga, pãrnã, pãma pequena, pé-de-jabuti, piquiá, pupunha, ramuchucú, uchí, açai, apurui, bacuri, buriti, buritirana, patoá (grande), cumarú, jatobá e maçaranduba.

Recursos madeireiros como atobá, maçaranduba, paxiúba, cumaru, itaúba, itaúba-abacate, guariúba, andiroba, angelim, cajuí, cedrinho, cedroarana, cupiúba, jacareúba, lacre, louro-preto, marupa, ucuúba e violeta são usados para construção de casas, canoas, remos, pilões, conserto de barcos, etc.

Há vinte anos, as casas dos Nawa ainda eram predominantemente feitas de palmeiras e madeira, sendo a palmeira paxiúba a mais utilizada para o assoalho da casa. A paxiúba é encontrada frequentemente nas áreas baixas e inundadas. Para a cobertura das casas, predominam atualmente as telhas de alumínio e Brasilit, no entanto, observa-se algumas poucas casas com telhado de palhas de uma palmeira conhecida como palha-branca (*Attalea attaleoides*). Em casas com assoalho de paxiúba, a madeira é utilizada geralmente para dar sustentação ao assoalho, mas predominam as casas de madeira serrada tanto na estrutura quanto no piso. As madeiras utilizadas são de várias espécies e, em geral, são localizadas próximo aos locais de construção.

Nome regional	Unidade de Paisagem	Uso	Parte Utilizada
Abiu	Terra Firme	Alimentar	Fruto
Açai	Várzea	Alimentar (vinho)	Fruto

Andiroba	Várzea	Tábuas	Tronco
Angelim	Terra Firme	Tábuas	Tronco
Apurui	Várzea	Alimentar (vinho)	Fruto
Bacuri	Várzea	Alimentar (vinho)	Fruto
Buriti	Várzea	Alimentar (vinho)	Fruto
Buritirana	Várzea	Alimentar (vinho)	Fruto
Caju-do-mato	Terra Firme	Alimentar	Fruto
Cajuí	Terra firme e várzea	Tábuas	Tronco
Cedrinho	Terra Firme	Tábuas	Tronco
Cedroarana	Terra Firme	Tábuas	Tronco
Cumaru	Terra Firme	Bucha das rabetas	Galhos
Cumarú	Terra Firme	Alimentar/remédio	Fruto
Cupiúba	Terra Firme	Tábuas	Tronco
Embaúba	Terra Firme	Alimentar	Fruto
Guariúba	Terra Firme	Canoa, tábuas	Tronco
Ingá	Terra Firme	Alimentar	Fruto
Itaúba	Terra Firme	Canoa Madeira para batelão	Tronco
Itaúba-abacate	Terra Firme	Canoa, prancha, balastro de motor	Tronco
Jacareúba	Várzea	Tábuas	Tronco
Jarina	Terra Firme	Alimentar	Fruto
Jatobá	Terra Firme	Alimentar/tábuas, caibros	Fruto/tronco
Kutinake	Terra Firme	Alimentar	Fruto
Lacre	Restingas	Tábuas	Tronco
Louro-preto	Várzea	Tábuas	Tronco
Maçaranduba	Várzea	Alimentar/tábuas, pranchas, vigas	Fruto/tronco
Marupa	Terra Firme	Tábuas	Tronco
Muratinga	Terra Firme	Alimentar	Fruto
Paxiúba	Terra Firme	Assoalho	Tronco
Pãmã	Terra Firme	Alimentar	Fruto
Patoá	Terra Firme	Alimentar (vinho)	Fruto
Pé-de-jabuti	Terra Firme	Alimentar	Fruto

Piquiá	Terra Firme	Alimentar	Fruto
Uchí	Terra Firme	Alimentar	Fruto
Ucuuba	Várzea	Tábuas	Tronco
Violeta	Terra Firme	Tábuas	Tronco

Tabela 7 - Exemplos de coletas vegetais e usos

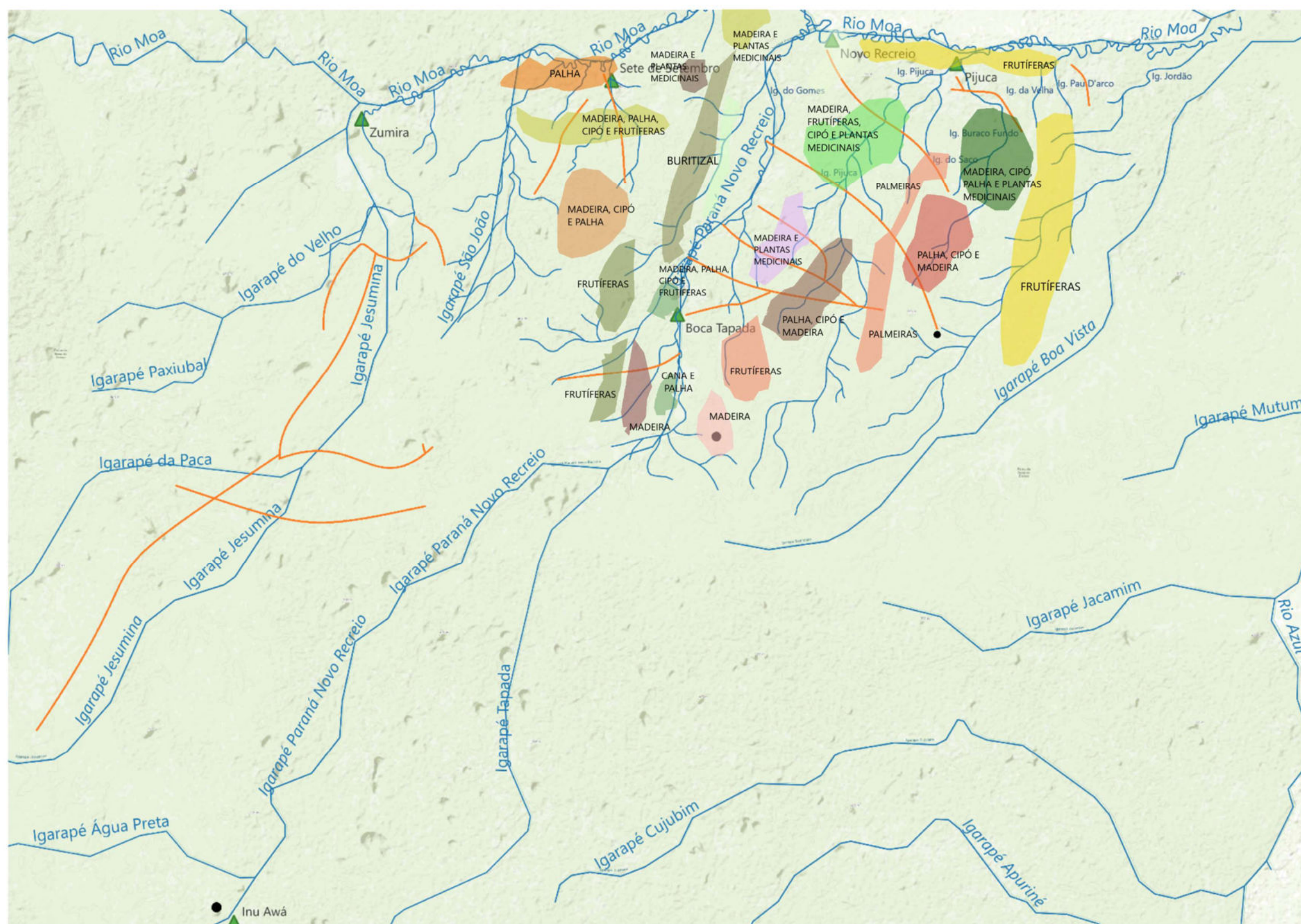
Esses produtos florestais são de certa forma manejados e coletados em épocas específicas, fortemente influenciadas pelo ritmo ecológico. Os frutos das palmeiras açai, buriti e pupunha, que ao longo do ano parecem revezar o seu período de frutificação, fazendo com que sempre uma das três palmeiras esteja no período de frutificação.

As palmeiras estão localizadas em praticamente toda a extensão da terra indígena.



Foto 35 - Presença comum de palmeiras na TI Nawa

As áreas de extrativismo são bastante extensas, pois se localizam nas áreas de “centro” e de “beira”, ou seja, nas áreas do interior da mata e naquelas próximas aos principais cursos hídricos da TI.



Croqui 25 - Principais áreas de extrativismo (traços laranja representam piques de caça).

Como se observa no croqui acima, a dimensão da área usada para a atividade de extrativismo é bastante ampla e conforma as redondezas das ocupações residenciais.

Não foram mapeadas áreas de extrativismo na porção sul da TI, porque apesar de ser reconhecidamente vasta em biodiversidade vegetal essa área tem sido usada pelos Nawa como uma espécie de repositório de espécies, de preservação para manutenção das áreas de refúgio de caça, como área essencial para o futuro considerando a possibilidade de crescimento populacional e com ela da demanda de espécies. E porque as áreas utilizadas para o extrativismo, em razão do uso sustentável, ainda são suficientes e atendem as necessidades dos atuais Nawa.

TIPOS DE PALHA	ABUNDÂNCIA
Chila	Pouco
Jaci	Muito
Aricuri	Muito
Jarina	Pouco
Canaraí	Pouco
Piaçaba	Pouco
Patoá	Muito
Abacaba	Muito
Buriti	Muito

TIPOS DE MADEIRA	ABUNDÂNCIA
Cumarú	Muito
Aguano	Pouco
Maçaranduba	Muito
Amarelim	Muito
Maruparana	Muito
Tanibuca	Muito
Choaca	Muito
Biridiba	Muito
Copaíba	Muito
Mora Piranga	Muito
Pau D'arco	Muito
Bauço	Pouco

Tabela 8 - Espécies vegetais comuns na TI Nawa

TIPOS DE CIPÓ	ABUNDÂNCIA
Titica	Muito
Timbó	Muito
Ambé	Muito
Cravo	Muito
Tracuá	Muito
Alho	Pouco
Esperaí	Muito

FRUTÍFERAS	ABUNDÂNCIA
Açaí	Muito
Buriti	Muito
Abacaba	Muito
Patoá	Muito
Tucumã	Muito
Mamirir	Muito
Cajuí	Muito
Jatobá	Muito
Ramachucu	Muito
Pama	Muito
Abiu	Pouco
Cacau	Muito
Apuruí	Muito
Golosa	Pouco
Pitiarana	Muito
Bacuri	Muito



Foto 36 - Exemplos de espécies comuns de palheira na TI: chila, jarina e buriti



Foto: Eniel David Cruz



Figura 1. Árvore adulta de cumaru em floresta nativa.



Foto 37 - exemplo de madeira comuns na TI: Cumaru, Aguano, Maçaranduba e copaíba - Fonte Infoteca da Embrapa

Os Nawa têm por hábito se deslocarem para locais específicos onde a ocorrência de certa espécie já é conhecida por eles. Em termos de divisão de trabalho, o extrativismo envolve homens e mulheres. A coleta de frutas de palmeiras e de mel, em geral, é exercida

por homens, e quando envolvem preparo, esse fica a cargo das mulheres. A extração de produtos florestais pode ser realizada coletiva ou individualmente, estando geralmente direcionada para o consumo em uma família nuclear.

Além do extrativismo, as atividades produtivas nos Nawa estão assentadas também em práticas tradicionais de roçado, caça e pesca.

Os Nawa praticam a agricultura de coivara e cultivam uma grande diversidade de espécies, entre eles: abacate, abacaxi, acerola, arroz, banana, batata-doce, caju, cajuí, cana-de-açúcar, cará, coco da bahia, cupuaçu, feijão, goiaba, graviola, ingá, inhame, jaca, laranja, limão, macaxeira, mamão, manga, melancia, milho, pimenta, pupunha e tabaco.

A agricultura de coivara propicia o descanso da terra, por plantios rotativos. Após um roçado ser utilizado por alguns anos sua terra perde grande parte dos nutrientes e a produção começa a diminuir e perder em qualidade. Nesse momento o roçado é deixado sem cultivos para se regenerar, voltando a crescer uma vegetação de capoeira. Depois que essa vegetação adquire um desenvolvimento considerável, a área pode ser utilizada para roçados novamente. Colocar um roçado em área de capoeira é uma atividade que exige menos esforço que em uma área de “mata bruta”.

Colocar um roçado é a expressão usada regionalmente para se referir a prática da agricultura. Seja em mata bruta ou em área de capoeira, os principais instrumentos utilizados são a enxada, o machado, a foice e o terçado, os quais são em geral manipulados pelos homens.



Foto 38 - Instrumentos de caça, pesca e coleta, à esquerda, roçado de roça à direita – Fotos: Cloude Correia 2003

A mulher planta a maniva, arranca a macaxeira. A participação das mulheres nas atividades agrícolas é de grande importância. Ele cava, ela planta, ela também capina,

trabalha na quebra do milho, na apanha do feijão. As demais atividades agrícolas são exercidas exclusivamente pelos homens, sozinhos ou em grupo.

Os produtos agrícolas são retirados do terreiro, área ao redor das residências, e do roçado. Há uma diferença importante entre roça e roçado que aponta para a centralidade da mandioca entre todos os outros produtos agrícolas. Roça é como se referem regionalmente a plantação exclusivamente de macaxeira e o roçado é a plantação de outros produtos agrícolas. Os roçados podem conter plantações de roça em seu centro, ou estas podem ser plantadas separadamente. A abertura de um roçado ou de uma roça é uma atividade que demanda diversas técnicas.

Primeiramente é escolhido um local apropriado para, em seguida, “brocar” a área. A atividade de brocar requer o corte das árvores mais finas, dos cipós e da vegetação mais baixa. A próxima etapa para “colocar” um roçado é a derrubada das árvores de porte maior e a queima do que foi brocado e derrubado. Assim, é importante ter brocado e derrubado as árvores antes do período da seca, quando em seu auge a vegetação será queimada. É feito um aceiro para evitar que o fogo se alastre. O restante da vegetação que depois da queima não virou cinza é reunido e queimado novamente.

Dessa maneira, o terreno fica limpo de troncos que dificultam a plantação e aumenta-se a quantidade de cinza que adubará o solo. Mas nem sempre todos os troncos são completamente queimados, passando esses a serem uma fonte de extração de lenha. Após a coivara, inicia-se a fase do plantio, coincidindo com o começo das chuvas. Quando os cultivos novos começam a brotar é preciso realizar outra atividade, a limpeza do mato.

O conhecimento dos Nawa sobre os produtos agrícolas cultivados, como a macaxeira e os vários outros, inclui o local adequado para as plantações, os cuidados durante o plantio, o crescimento dos vegetais, a manutenção das áreas de cultivo e o período de plantio e colheita. Os locais mais apropriados para o plantio são aqueles com ocorrência de “terra firme” (terra vermelha, barro branco e terra preta), “várzea” ou “terreno de areia”. Portanto, sobre esses tipos de solos estão sempre localizados os roçados e os terreiros.



Foto 39 - Produtos dos roçados nawa: milho, arroz, macaxeira e banana. Fotos: Cloude Correia 2003

São produtos do terreiro, frutas, temperos e plantas medicinais. Além das plantas medicinais coletadas na mata, os Nawa se utilizam das propriedades terapêuticas de plantas cultivadas. A tabela abaixo reúne algumas delas.

Planta cultivadas	Unidade de paisagem	Época de colheita	Parte utilizadas	Enfermidades tratadas
Andiroba	Margem dos rios	Inverno	Fruto	Ferida, Tosse
Capim santo	Margem dos rios	Todo o ano	Folha e talos	Dor de barriga
Copaíba	Terra firme	Todo o ano	Casca e óleo	Hemorroida, cólica
Erva-cidreira	Terra firme	Todo o ano	Folhas e talos	Febre
Marcela	Margem dos rios	Todo o ano	Flores	Febre

Mastruz	Margem dos rios	Todo o ano	Folhas	Dor de estômago, verminose
---------	-----------------	------------	--------	-------------------------------

Tabela 9 - plantas medicinais cultivadas

Um estudo realizado por pesquisadores da pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Acre, entre eles uma Nawa, e da Faculdade de Medicina de Cruzeiro do Sul identificaram outras 28 espécies vegetais classificadas como medicinais (Machado Nawa et al. 2023): abacate, agrião, algodão roxo, aranto, bananeira, boldo, cajá, cajiru, caju, cana caiana, capeba, chicória, ciduã, capuaçu, goiabeira, graviola, jambu branco, laranjeira, malvarisco, mamão, mamoi, marizeira, quebra pedra, tangerina, taxi preto, unha de gato, urucum e vassourinha.

A grande maioria é utilizada para dores, são anti-inflamatório, cicatrizantes, calmantes e outros com indicação para tratamento de diarreia, pressão alta, dores no estômago, hemorroidas, cólicas, febre, tosse, tratamento de anemia, câncer de pele, colesterol alto, problemas digestivos, dores ao urinar, sobrepeso, hemorragias, malária, pedras nos rins, picada de cobra, vermelhão e verminose. O preparo de chás e infusões, sobretudo das folhas, é o método mais comum. Além das folhas usa-se também cascas, flores, caroços, olhos, caules, raízes, leite, palha e frutas.



Foto 40 - Algumas plantas com finalidade medicinais apontadas pelos Nawa: A) chicória; B) tangerina; C) marcela; D) cajiru; E) agrião; F) jambu branco. Fonte: Machado Nawa et al. 2023: 2.

As plantas medicinais são abundantes nos igarapés Jarina, Novo Recreio e Buraco Fundo, bem como na cabeceira do Pijuca.

Os cultivos do terreiro são realizados individualmente e estão sob os cuidados femininos, quem prepara a terra, planta, limpa e colhe. No quadro abaixo, uma relação dos principais cultivos agrícolas de terreiro e de roçado.

Plantas cultivadas	Lugar	Tamanho médio do plantio por grupo doméstico
Abacate	Roçado	1 pé
Abacaxi	Roçado	0,2 ha
Acerola	Roçado e terreiro	1 pé
Arroz	Roçado	1 tarefa (¼ ha)
Banana	Roçado	1 tarefa (¼ ha)
Batata-doce	Roçado	0,5 ha

Caju	Terreiro	1 a 2 pés
Cajuí	Roçado	2 pés
Cana-de-açúcar	Roçado	0,3 ha
Cará	Roçado	0,3 ha
Coco da Bahia	Terreiro	3 a 4 pés
Cupuaçu	Roçado e terreiro	6 pés
Feijão	Roçado	0,5 ha
Goiaba	Terreiro	3 pés
Graviola	Terreiro	2 a 3 pés
Ingá	Roçado e terreiro	4 pés
Inhame	Roçado	0,5 ha
Jaca	Terreiro	1 pé
Laranja	Terreiro	5 pés
Limão	Terreiro	4 pés
Macaxeira	Roçado	1 a 2 tarefas
Mamão	Roçado e terreiro	10 pés
Manga	Terreiro	3 a 4 pés
Melancia	Roçado	0,3 ha
Milho	Roçado	0,5 ha
Pimenta	Terreiro	Alguns poucos pés
Pupunha	Roçado	5 a 10 pés
Tabaco	Roçado e terreiro	Sem informação

Tabela 10 - plantas cultivadas



Foto 41 - Cultivos nos arredores das casas na aldeia Novo Recreio, 2023

Abaixo tabela de variedades do roçado por igarapé e aldeia e os tamanhos dos roçados. Os registros correspondem às casas identificadas em campo pelo GT de 2023. Alguns entrevistados não souberam informar o tamanho da área de cultivo.

A unidade medida mais usada pelos Nawa é tarefa, 1 hectares são 4 tarefas.

Observa-se também que os principais cultivares são roça (macaxeira), milho e banana.

Aldeia	Rio/Igarapé	Tamanho do roçado	Variedades do roçado
Pijuca	Ig. Buraco Fundo	1 tarefa	milho (alimentação animais)
	Ig. Buraco Fundo	1 tarefa	roça, milho, feijão, melancia, cana, inhame, mamão, banana
	Rio Môa	2 tarefas	roça, banana, milho, macaxeira
	Ig. Pijuca	Não soube dizer	macaxeira, milho, banana

	Ig. Pijuca	1 ha (quadra)	milho (alimentação animais), roça, banana, inhame
Novo Recreio	Ig. da Velha	1 tarefa	macaxeira, milho, banana, inhame
	Rio Môa	1 tarefa	ananá, milho (p/ galinha), banana, inhame
	Ig. Pijuca	2 tarefas	milho, roça
	Rio Môa	1 tarefa	roça
	Rio Môa	1 tarefa	roça, milho, banana, inhame, arroz
	Rio Môa	1 hectare	roça, milho, banana
	Rio Môa	Não soube dizer	roça (cumarú, doidona, mulatinha), banana, milho e macaxeira (amarelinha e curimé)
	Rio Môa	2 tarefas	banana, milho
	Rio Môa	1 tarefa	mandioca, milho, feijão, melancia, inhame, batata-doce
	Rio Môa	1 hectare	roça, milho, mamão, inhame
Novo Recreio	Rio Môa	1 quadra	roça, milho (alimentação animais), banana
	Rio Môa	Não soube dizer	roça, banana, milho
	Rio Môa	1 tarefa	roça, milho, banana, inhame
	Rio Môa	2 hectares	roça, milho, banana, arroz, inhame
	Ig. Novo Recreio	1 quadra	roça, milho, feijão, melancia
Novo Recreio	Ig. Novo Recreio	2 hectares	roça, banana, milho
	Ig. Novo Recreio	1 quadra	roça, milho
Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	1 quadra	roça, milho

Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	1 quadra	roça, milho, inhame, banana
	Ig. Novo Recreio	Não soube dizer	roça, milho
	Ig. Novo Recreio	1 hectare	banana, milho, roça, feijão
	Ig. Novo Recreio	1 quadra	roça, milho
	Ig. Novo Recreio	3 tarefas	roça, milho
	Ig. Novo Recreio	1 quadra	roça, milho, banana, cana
	Ig. Novo Recreio	½ tarefa	roça
	Ig. Novo Recreio	1 quadra	roça, inhame, cana, abacaxi, banana
	Ig. Novo Recreio	2 tarefas	roça, milho
	Ig. Novo Recreio	1 hectare	roça, milho
	Ig. Novo Recreio	3 tarefas	roça, banana, inhame, cana
	Ig. Novo Recreio	1 hectare	roça, banana, cana, inhame, abacaxi
	Ig. Novo Recreio	2 tarefas	roça
	Ig. Novo Recreio	3 tarefas e 1 quadra	roça, milho, banana, feijão
	Ig. Novo Recreio	1 quadra	roça, banana, arroz
	Ig. Novo Recreio	1 quadra	milho, roça, arroz
Sete de Setembro	Rio Mõa	1/2 tarefa	roça, banana, feijão, cana-de-açúcar
	Ig. Jarina	Não soube dizer	roça, milho, banana, cana
	Ig. Jarina	Não soube dizer	milho, roça
	Ig. Jarina	Não soube dizer	feijão, roça, milho
	Ig. Jarina	1 quadra	roça, milho, banana, mamão
	Ig. Jarina	Não soube dizer	milho, roça
	Rio Mõa	2 tarefas	roça, banana, milho, inhame
	Rio Mõa	1 quadra	macaxeira, abacaxi, inhame, cana, feijão, mamão
	Rio Mõa	1 ½ tarefa	roça, milho, feijão, inhame, cana, banana

	Rio Môa	1 quadra	roça, milho
	Rio Môa	1 tarefa	roça, milho, cana, inhame
	Ig. Venâncio	3 tarefas	roça
Zumira	Ig. Jesumira	1 tarefa	roça, banana
	Ig. Jesumira	1 tarefa	banana
	Ig. Jesumira	1 quadra	roça
	Rio Môa	Não soube dizer	roça
	Ig. Jesumira	Não soube dizer	só horta
	Ig. Jesumira	1 1/2 quadra	roça
	Ig. Jesumira	2 tarefas	roça, feijão
	Ig. Jesumira	3 tarefas	milho, arroz, roça
	Ig. Jesumira	3 tarefas	roça
	Ig. Jesumira	2 quadras	roça, feijão, milho
	Ig. Jesumira	1 quadra	roça, milho, feijão, banana
	Ig. Jesumira	1 hectare	roça, milho
	Ig. Jesumira	1 quadra	roça, milho, arroz, banana, abacaxi

Tabela 11 - Variedades dos roçados por igarapé e aldeia

O plantio das espécies é consorciado, todos juntos em áreas de um a três tarefas e alguns roçados de 1 ou 2 hectares.

Dos produtos da agricultura o principal é a macaxeira, que juntamente com a carne de caça ou peixe conforma a base da alimentação dos Nawa. A mandioca pode ser comida cozida ou na forma de farinha. Da macaxeira, os Nawa fazem a caiçuma, podendo ser também de milho. A caiçuma é uma bebida que pode ser consumida fermentada, com um baixo teor alcoólico, ou não fermentada, sem teor alcoólico.

A produção de farinha serve para o consumo familiar e também para comercializar na cidade de Mâncio Lima. Após o declínio da borracha, a partir da década de 1980, a farinha passou a ser um dos principais produtos comercializados pelos Nawa.

Contudo, a produção dos Nawa para comercialização, ou mesmo para o consumo, não é muito grande. Seus roçados variam entre 1 e 3 hectares, ou quadras como se referem na região.

Uma família Nawa pode ter mais de um roçado, alguns próximos às residências, localizados no fundo dessas, e outros mais no interior da mata. Algumas áreas de roçado possuem em seu interior a casa de farinha, onde a mandioca é processada.



Foto 42 - Fabricação de farinha, TI Nawa 2003. Fotos: Cloude Correia.

O fabrico de farinha passa por várias etapas. A mandioca é primeiramente descascada e lavada, para em seguida ser colocada em uma caixa de madeira, onde ela será cevada. Para cevar a mandioca usa-se um ralador cilíndrico com pontas de metal movido por um pequeno motor a gasolina. Após ralar a mandioca obtém-se uma massa que será deixada sob a pressão de uma prensa durante horas. Dessa massa podem ser retiradas gomas para fazer tapioca. Após prensada, a massa é escaldada, peneirada e torrada. Para torrar a farinha usa-se uma chapa de ferro sobre um forno de barro a lenha, sendo a farinha constantemente mexida com uma “pá” ou “rodo”.



Foto 43 - Casa de farinha, aldeia Novo Recreio. Foto: GT 2023.

Dentre as atividades produtivas praticadas pelos Nawa, o acesso a recursos de origem animal se dá por caçadas, pesca, compra e criação.

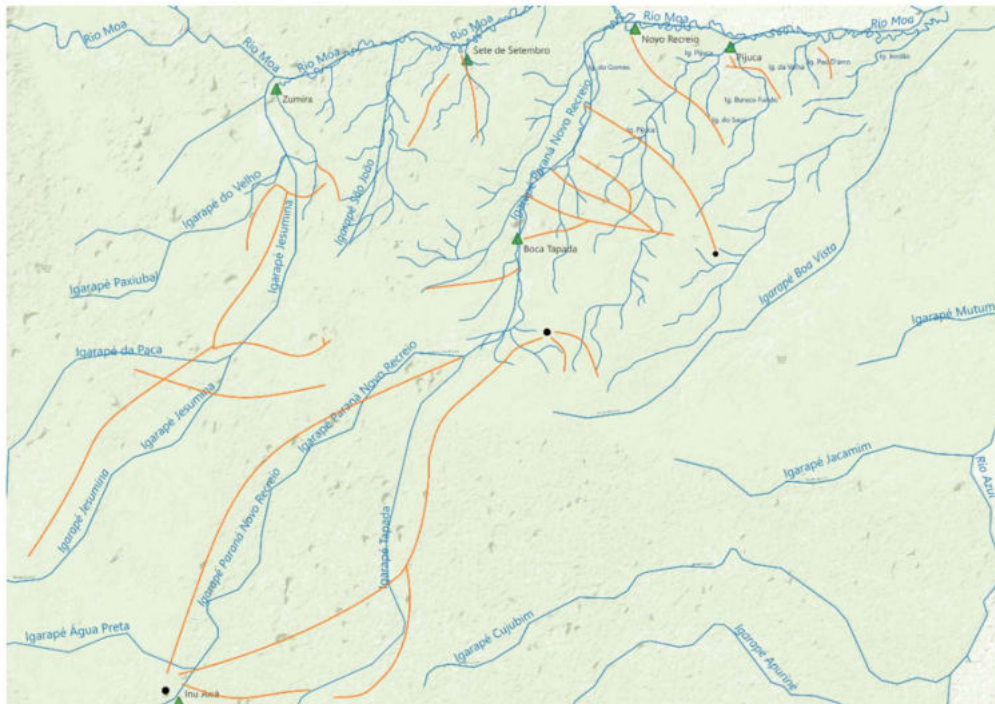
As caçadas ocorrem em momentos variados do ano e num ritmo de disponibilidade e oportunidade que costuma ser mais frequente no inverno, de novembro a abril.

Desde a idade em que uma criança consegue suportar o disparo da espingarda, ela é introduzida no vasto universo de informações que envolvem a atividade de caça. Os principais meios de caça são a espingarda, as armadilhas, terçados e, menos frequente, o apoio de cachorros. Conhecer o relevo, a hidrografia, a vegetação e os hábitos dos animais (locais onde comem, bebem água, dormem, reproduzem, etc.) é fundamental para o sucesso do caçador. É importante, também, saber identificar informações sobre a caça por meio dos rastros, como as últimas ações realizadas pela presa, seu tamanho, a espécie e a distância em que se encontra do caçador.



Foto 44 - Caçador voltando da mata Foto de Vicente de Paula

Sendo o inverno o período mais propício para a atividade de caça, durante vários dias da semana um dos homens da família sai para caçar. As áreas de caça situam-se no interior da mata, à qual têm acesso pelos caminhos de caça, piques, que saem dos fundos das residências e levam a várias horas de caminhada em direção ao interior da mata. A dimensão das áreas de caça é bastante ampla, ocupando toda a região da margem direita do rio Moa e as microbacias dos igarapés Jordão, da Velha, Pijuca, Novo Recreio, Venâncio, Jarina, Jesumira, do Velho, Paxiubal e Buraco-Fundo.



Croqui 26 - Piques de caça

Os Nawa que residem no igarapé Jesumira caçam nas regiões das cabeceiras deste igarapé e de seus afluentes, além das proximidades dos igarapés do velho e Paxiubal. Aqueles que moram na margem direita do rio Moa costuma caçar nos igarapés Venâncio e Jarina e na região dos igarapés Jordão, Novo Recreio e Jesumira. Os que residem nos igarapés Novo Recreio e Pijuca caçam nos afluentes dos igarapés do Novo Recreio, do Pijuca e nas cabeceiras do igarapé Jordão. Por estarem a maior parte dos Nawa residindo no igarapé Novo Recreio as regiões desse igarapé e do igarapé Jordão são bastante frequentadas para caça. Há vinte anos, os Nawa atravessavam o igarapé Jordão, em direção ao Rio Azul, e estabelecem acampamentos de caça. Hoje toda a bacia do rio Azul está controlada por narcotraficantes, o que fez com essa área não fosse mais utilizada pelos Nawa, que por isso decidiram que não deveria ficar na proposta de limites da terra indígena.

De todo modo, a caçada de acampamento ainda é realizada com certa frequência nas regiões das cabeceiras dos igarapés Novo Recreio e Jesumira. Os acampamentos levar de dois ou três dias de caçada. Em geral, deslocam-se para essas áreas quando necessitam abater uma quantidade de caça capaz de prover as famílias por vários dias. Quando os Nawa se dedicam a atividades que não podem ser conciliadas com as de caça, como durante a construção de casas em regime de mutirão, a colocação de roçados, a realização

de rituais e a participação em extensas reuniões, eles obtêm o alimento necessário para dedicarem-se a suas atividades nas cabeceiras do Novo Recreio e do Jesumira. Essas regiões possuem uma fartura de caça devido à abundância de barreiros e árvores frutíferas que servem de alimentação para diversas espécies de animais silvestres.



Foto 45 - Porcos abatidos no curso do ig. Novo Recreio e preparação de carne de caça. Fotos: Ykaruní Nawa

Quando saem para caçar no período de inverno, nas proximidades das residências, gastam poucas horas para adquirirem carne com fartura. A abundância de caça no inverno está associada a uma floresta bastante preservada na terra indígena, a qual oferece nesse período muitas opções de alimentos para os animais. No verão, as atividades de caça são mais difíceis por não terem tantas opções de alimentos para os animais e por não ficarem seus rastros muito visíveis, como ocorre na estação chuvosa com o solo bastante molhado. Portanto, no verão a principal técnica utilizada pelo caçador é a de espera, que consiste em aguardar a presença da presa em locais específicos onde os animais costumam beber água ou onde há fartura de espécies da dieta dos animais, ou em barreiros, frequentados especialmente por porcos e antas. Essa modalidade exige conhecimento dos locais de frequência de cada animal, bom como de seus hábitos. No verão, momento em que as grotas no centro da mata se secam, as incursões de caça podem ser também pelas beiras dos cursos d'água, inclusive na companhia de cachorros que alertam a presença de animais nas margens. No inverno, a melhor técnica é a do rastejo, “caçada a curso”. No verão, identificar as batidas de caça, rastros e pegadas é mais difícil, as folhas secas denunciam a presença do caçador e o vestígio mais evidente é o cheiro da caça, técnica que exige experiências pelo caráter aparentemente sutil do sinal da presença do animal. Entretanto, ambas as técnicas, do rastejo e da espera, podem ser praticadas nas duas estações do ano Amazônico.

ANIMAL	ABUNDÂNCIA
Anta	Pouco
Cutia	Muito
Tatu	Muito
Porquinho	Pouco
Veado	Muito
Paca	Muito
Queixada	Pouco
Quati	Muito
Macaco (várias espécies)	Muito
Quatipuru	Muito
Jabuti	Muito
Capivara	Muito
Onça	Pouco
AVES	ABUNDÂNCIA
Arara vermelha	Muito
Arara amarela	Pouco
Nambu	Muito
Nambu preta	Muito
Nambu galinha	Muito
Nambu surulinda	Muito
Nambu macucau	Muito
Nambu pintado	Pouco
Nambu azul	Pouco
Jacu	Muito
Jacamim	Muito
Uru	Muito
Maracanã	Muito
Maracanã Estrela	Pouco
Papagaio	Muito
Papagaio estrela	Pouco
Curica	Muito
Curicão	Muito
Mutum	Pouco
Cujubim	Pouco
Aracoã	Muito
Saracura	Muito
Socó boi	Pouco
Socó mochila	Muito
Socó pintado	Raro
Garça	Muito
Pato do mato	Pouco
Gavião pedrês	Muito
Gavião de queixada	Muito
Gavião real	Pouco
Gavião ripina	Muito
Gavião Coã	Pouco
Coroca	Muito
Tucano	Muito
Japó galinha	Muito
Japó vermelho	Pouco

Tabela 12 - Espécies animais recorrentes na TI Nawa

A caça de animais como anta, paca, tatu, veado, porquinho, queixada, macacos e uma boa variedade de aves, pode ser de oportunidade, quer dizer, não saem em busca dos animais, e sim durante o deslocamento para outras atividades, ou durante intervalos de algumas atividades, caçam animais que avistaram ou sentiram o cheiro. Outra situação de caça ocorre quando saem em busca de algum animal que foi avistado, ou soube estar próximo de casa, geralmente pássaros e macacos.

Outra técnica de oportunidade é a caça de tatus e pacas. Em geral, ocorre quando esses animais estão próximos ou nas áreas de roça. Ao avistarem seus rastros ou buracos, despejam água dentro dos seus esconderijos para forçar a saída do animal, que ao sair morre com pancadas de pau ou terçado.

Durante o inverno e o verão costuma-se praticar também a caça com armadilhas. Tanto no verão como no inverno, alguns animais em busca de alimentos chegam nas proximidades das residências, nos roçados, quando são facilmente capturados. Tendo conhecimento dos hábitos dos animais, os Nawa às vezes saem de casa em busca de uma caça específica. O que ocorre também com as armadilhas, em geral, colocadas para pegar determinados animais.

Uma outra técnica de caça utilizada pelos Nawa durante o inverno e o verão, mas com bem menos frequência que as demais, é a caça com cachorro. Esse tipo de caçada é realizado nos piques de caça e acampamentos ao longo do dia. O caçador é guiado pelos cachorros, que farejam os rastros dos animais silvestres. Dependendo do comportamento do cachorro, especialmente do latido, o caçador consegue fazer suposições acerca do animal que se encontra por perto. O cachorro também identifica a presença do animal e sai em perseguição acuando a presa em um buraco, oco de pau ou grota, facilitando o alvo para o caçador. Há entre os cães aqueles bons de caça de certa espécie. Apesar de serem animais que não foram domesticados pelo Nawa, mas trazidos pela colonização, esse treinamento é dado pelo caçador.

É um tipo de caçada visto como predatória, pois sua prática recorrente afugenta as caças para áreas mais distantes, por isso é consenso de que deve ser feita com moderação. Os Nawa tentam proibir a caça com cachorro, mas como uma categoria de acusação, é sempre os não indígenas que abusam do método.

Em 2003, Eufrásio, Nawa morador de Jesumira, dizia:

[...] aqui quando passa ano sem caçar com cachorro você não precisa ir longe. Mata aqui por perto mesmo (...) Agora para ir buscar, se não for com sorte

mesmo, é duas, três, quatro horas de viagem (...) O cachorro é um companheiro que inventaram para o homem, mas parece que foi uma derrota (Eufrásio, 2003, Jesumira).

Com todas as técnicas de caça, os Nawa conseguem abater para a alimentação diversos animais, entre eles: anta, arara, cujubim, cutia, jabuti, jacu, macaco barrigudo, macaco guariba, macaco prego, macaco preto, mutum, nambu, paca, papagaio, porquinho, quatipuru, queixada, tatu e veado, entre outros. Desses vários animais utilizados na alimentação, alguns de grande porte são mais facilmente encontrados que outros. De acordo com Seu Nilton:

A caça que consegue pegar mais fácil é o porquinho e o veado, porque é o que tem mais assim por perto. O queixada tem muito, mas hoje ele está aqui amanhã está em outro canto. Não é caça que fica naquela redondeza comendo, pisando. É uma caça que vem assim passageira. Ele demora se a gente não atirar nele, mas se atirar ele pega o caminho e vai embora. E o porquinho não. Você mata, atira nele e quando é na outra semana você já vai topar outro, no mesmo canto ou mais adiante. Torna a matar e é assim. O veado também é uma caça que não anda para longe, como o queixada (Nilton, 2003).

Estes animais, além de terem hábitos diversificados, ocupam também áreas diferentes dentro da floresta. Os animais mais difíceis de serem encontrados, porque habitam principalmente as regiões das cabeceiras dos igarapés são: macaco barrigudo, macaco guariba, macaco preto, macaco prego, macaco zogue-zogue, quatipuru, jacú, jacamim, mutum e cujubim. Por estarem estes animais mais distantes das residências, os Nawa fazem expedições de caça até as regiões das cabeceiras dos igarapés Novo Recreio, Boca Tapada, Jesumira e Jordão, acampando nessas localidades.

Quando um animal é abatido, seu fato é retirado no local da caçada e ele é transportado até à residência do caçador. Nesta, a mulher encarrega-se de limpar o animal e de distribuir uma parte da carne para os parentes e vizinhos próximos. A proximidade das residências e o grau de relacionamento entre seus moradores são as principais razões da divisão da carne de caça. Apesar da distribuição de carne envolver noções de reciprocidade, nem sempre um caçador tem sucesso na sua caçada para retribuir a dádiva feita por seu vizinho. Nesse caso, pode ser que o caçador esteja “panema”. A má sorte de um caçador pode estar vinculada ao rompimento de algum tabu associado à atividade de caça. Para retomar seu sucesso na caçada, os caçadores Nawa colocam o sumo de uma folha chamada churrô no olho para enxergar e acertar a caça. O cipó do churrô também pode ser usado para fazer defumação. Para defumar usa-se, ainda, uma planta denominada tipí, juntamente com o pêlo de porco, de veado, de anta e de outras caças. Misturam tudo, colocam pimenta e fazem uma fogueira. Colocam na fumaça os instrumentos de caça, o

caçador e o cachorro. Outro método para tirar panema é fornecer a uma mulher um ramo de pião-roxo, com o qual ela bate no homem, fazendo com que ele tenha mais sorte na caçada.

Animal	Uso	Local	Período
Anta	Alimentação	Cabeceiras do Jordão, Novo Recreio, Jesumira e Pijuca (barreiro)	Jan – Fev
Arara	Alimentação e artesanato	Toda a terra indígena (margens, centro, cabeceiras, terra firme)	Tempo do Açaí
Cujubim	Alimentação	Cabeceiras de todos os igarapés	Ano todo
Cutia	Alimentação	Cabeceiras, centro, roçado, capoeira (barreiro)	Ano todo
Jabuti	Alimentação	Toda a terra indígena (margens, centro, cabeceiras, terra firme)	Jan - Fev
Jacu	Alimentação e artesanato	Toda a terra indígena (margens, centro, cabeceiras (barreiro)	Ano todo
Macaco Barrigudo	Alimentação	Ig. Jordão, Tapada, Novo Recreio, Jesumira, cabeceiras e centro (barreiro)	Jan - Fev
Macaco Guariba	Alimentação	Cabeceiras e centro (difícil ver porque se esconde, sai para comer depois da tarde)	Ano todo
Macaco Prego	Alimentação	Cabeceiras e centro (barreiro)	Ano todo
Macaco Preto	Alimentação	Cabeceiras e centro (barreiro)	Ano todo
Mutum	Alimentação e remédio	Nas cabeceiras do Jesumira e Novo Recreio	Ano todo
Nambú	Alimentação e artesanato	Toda a terra indígena (margens, centro, cabeceiras (barreiro)	Ano todo
Paca	Alimentação	Margem de todos os igarapés (barreiro)	Mai - Out
Papagaio	Alimentação e artesanato	Toda a terra indígena (margens, centro, cabeceiras, terra firme)	Tempo do Açaí
Porquinho	Alimentação	Áreas de centro, cabeceiras de todos os igarapés (barreiro)	Jan - Fev
Quatipuru	Alimentação	Cabeceiras e centro (barreiro)	Ano todo
Queixada	Alimentação	Margens do Jordão, Cabeceiras do Novo Recreio, Jesumira e Pijuca (barreiro)	Mai - Out

Tatu	Alimentação	Toda a terra indígena (margens, centro, cabeceiras, terra firme)	Ano todo
Veado	Alimentação	Áreas de centro, cabeceiras de todos os igarapés (barreiro)	Ano todo

Tabela 13 - Animais de caça e suas ocorrências

Outra atividade importante e amplamente desenvolvida para consumo próprio é a pesca.

A pesca é considerada uma atividade secundária, para complementar a agricultura e a caça, mais valorizada pelo Nawa. Essa atividade é realizada nos igarapés e lagos existentes nas terras indígenas. A área utilizada para pesca ocupa grande extensão da terra indígena, concentrando-se nos rios e igarapés existentes no seu interior e limites. Os Nawa pescam nos igarapés Jordão, da Velha, Pijuca, Novo Recreio, Venâncio, Jarina, Jesumira, do Velho, Buraco-Fundo e no rio Moa, bem como nos lagos naturais formados por esse rio.

A pesca, enquanto atividade econômica, é voltada apenas para o consumo doméstico. Em geral, a atividade de pesca é praticada durante todo o ano, mas ao longo do verão amazônico torna-se mais fácil obter peixes devido à piracema e às águas ficarem mais límpidas. Este período do ano coincide com uma maior redução das atividades de caça. No período das chuvas, inverno, os rios e igarapés ficam barrentos e profundos, dificultando a pesca. Independente da época do ano, os peixes mais consumidos são: aruanã, bagre, bode-amarela, bode-sapateiro, bodó, braço-de-moça, branquinha, cachimbo, cachorra, cará, cará-açú, caruaçu, casa-velha, casca-grossa (cascudo), curimatã, jacaré, jaú, mandim, mapará, matrinhã, mocinha, pacu, piau, piramutaba, piranha, piranha-roxa-pequena, pirarara, pirarucu, sardinha, surubim, tambaqui, traíra e tucunaré.

ESPÉCIES EM LAGOS E IGAPÓS	ABUNDÂNCIA
Cascuda	Muito
Modinha	Muito
Traíra	Muito
Jijú	Muito
Cará	Muito
Aruanã	Muito
Mapará	Muito
Caruaçu	Muito
Tucunaré	Pouco
Cará Bicuara	Muito
Sabaru	Muito

Cará roxo	Muito
Cara Panema	Pouco
Tracajá	Pouco
Jacaré	Muito
Tamboatá	Muito
Cangati	Muito
Curimatã	Muito
Agulhão	Muito
Cachorra espada	Pouco
Ilóia lisa	Muito

Tabela 14 - Espécies de pescado em lagos e igapós

ESPÉCIES EM IGARAPÉS	ABUNDÂNCIA
Mandim Mole	Muito
Ilóia Tucunaré	Muito
Mapá	Muito
Cachimbo	Muito
Sabaru	Pouco
Mandim Pintado	Pouco
Piau de Pedra	Muito
Camarão	Pouco
Carangueijo	Pouco
Braço de moça	Muito
Piranha	Muito
Cachorra	Pouco
Sarapó	Pouco
Bodó	Pouco
Madalena	Pouco
Bico de Pato	Muito
ESPÉCIES EM RIOS	ABUNDÂNCIA
Surubim	Muito
Piau	Muito
Mandim Juruá	Muito
Pacú	Muito
Sardinha	Muito
Piranha	Muito
Tora	Pouco
Piaba	Muito
Jandiar	Pouco
Sarapó	Muito
Bocão	Pouco
Listroso	Muito
Pintadinha	Muito
Gororoba	Muito
Matapiri	Muito
Bodó	Muito
Cuiú	Muito
Madalena	Muito
Olho de Vidro	Pouco
Barba chata	Pouco

Tabela 15 - Espécies de pescado em igarapés e rios

A pesca com plantas venenosas é considerada predatória, a despeito disso, eventualmente os Nawa lançam mão dessa técnica classificada como tradicional. A pesca com vegetais venenosos ocorre por meio da imobilização dos peixes, não havendo uma seleção em relação à espécie ou ao tamanho. Denominados “mariscos”, os produtos da pesca com essa técnica geram uma fartura de peixes para o consumo. Depois de bem maceradas, piladas ou batidas com pau, as folhas e galhos da planta venenosa, são submersas no igarapé, liberando na água uma substância que imobiliza os peixes, facilitando sua captura com cesta ou com as mãos.

As pescarias podem ser realizadas individualmente ou coletivamente, contando com a participação dos homens, mulheres e crianças. No período do inverno, quando os homens se dedicam às atividades de caça, as mulheres e crianças costumam pescar com anzol na margem dos igarapés e do rio.

Alguns homens pescam com tarrafa, uma rede tecida em geral pelas mulheres, com fio de nylon industrializado. Pescam também com manga, também de nylon, mas compradas pronta na cidade. Alguns pescam à noite com azagaia, uma espécie de garfo grande com cabo de madeira usada para acertar os peixes que dormem na beira da praia. Esse tipo de pesca é indicado de ser feito em noites escuras, com tempo se preparando para chover.

Nessas pescas que acontecem à noite, acontece também não só de encontrar peixe com facilidade, mas também algumas vezes se encontra caças na beira dos igarapés, como é o caso de pacas, pois na época de ata (fruta) está madura e caindo nas praias é propício para fazer uma caçada à noite, pois é o lugar onde elas frequentam para se alimentar (Machado et al. 2022: 39).

As mulheres pescam durante o dia, usam caniço com linha, chumbo e anzol, com iscas – minhocas, banana, ata, buriti. Pescam também apenas com linha de nylon amarrada a um sabugo de milho ou lata velha como boia e com anzol.

Existe ainda o espinhel, que é uma espera feita com pequenos pedaços de linha seda (qualidade de linha) e que adaptamos três anzóis com uma fruta chamada gurdão, que nasce em uma rama, vive por um curto período de tempo na eira do rio e é utilizada como isca nesse acessório, na flor da água durante a época das cheias dos igarapés, atividade de pesca, que tanto homens como mulheres fazem (Machado et al. 2022: 40).

Abaixo, uma relação de alguns dos peixes que fazem parte da dieta alimentar dos Nawa e as técnicas de captura.

Nome Regional	Técnica de Captura
Aruanã	Tarrafa, arpão e anzol
Bagre	Tarrafa, arpão e anzol
Bode-amarela	Tarrafa, manga, arpão e anzol
Bode-sapateiro	Tarrafa, manga, arpão e anzol
Bodó	Tarrafa, manga, arpão e anzol
Braço-de-moça	Tarrafa, arpão e anzol
Branquinha	Tarrafa, arpão e anzol
Cachimbo	Tarrafa, arpão e anzol
Cachorra	Tarrafa, arpão e anzol
Cará	Tarrafa, malhadeira, manga, arpão e anzol
Cará-açú	Tarrafa, arpão e anzol
Caruaçú	Tarrafa, arpão e anzol
Casa-velha	Tarrafa, arpão e anzol
Casca-grossa (cascudo)	Tarrafa, arpão e anzol
Curimatá	Tarrafa, arpão e anzol
Jacaré	Arpão
Jaú	Tarrafa, arpão e anzol
Mandim	Tarrafa, malhadeira, manga, arpão e anzol
Mapará	Tarrafa, arpão e anzol
Matrinchã	Tarrafa, arpão e anzol
Mocinha	Tarrafa, malhadeira, manga, arpão e anzol
Pacu	Tarrafa, malhadeira, arpão e anzol
Piau	Tarrafa, manga, malhadeira, arpão e anzol
Piramutaba	Tarrafa, arpão e anzol
Piranha	Tarrafa, arpão e anzol
Piranha-roxa-pequena	Tarrafa, arpão e anzol
Pirarara	Tarrafa, arpão e anzol
Pirarucu	Tarrafa e arpão
Sardinha	Tarrafa, arpão e anzol
Surubim	Tarrafa, arpão e anzol
Tambaqui	Tarrafa, arpão e anzol
Traíra	Tarrafa, arpão e anzol, manga
Tucunaré	Tarrafa, arpão e anzol

Tabela 16 - Espécies de peixe da dieta Nawa e técnicas de captura

Outra fonte de alimento animal é a criação. Galinhas, patos, porcos, cabras e gado são criados para o consumo ou comércio.



Foto 46 - Criação: porcos, galinhas, gado

Todos esses animais são criados soltos, permanecendo próximos às residências em determinados horários e na floresta e nos pastos em outros. Os suínos são em maior quantidade, seguidos de galinhas e patos.

Nome Regional	Média de animais por grupo doméstico
Cachorro	1 a 2
Galinha	10 a 20
Capote	5
Gato	1
Jacamin	1
Macaco sonim	1
Macaco zogue-zogue	1
Macaco-prego	1
Mutum	1

Cabra/bode	1 a 10
Pato	3 a 6
Porco	2 a 20
Boi	1 a 40

Tabela 17 - Animais de criação na TI Nawa

Por outro lado, esses animais representam muitas vezes uma reserva de dinheiro, uma espécie de poupança para os Nawa, que podem eventualmente servir para adquirirem produtos industrializados ou para pagar tratamentos de saúde. O dinheiro adquirido com a venda pode servir também para comprar bens de primeira necessidade, como sal, açúcar, remédios, pólvora, chumbo, espoleta e outros.

O gado criado pelos Nawa é pouco utilizado na alimentação. Somente em ocasiões festivas uma cabeça de gado pode vir a ser abatida. Apesar da criação desses animais ter aumentado nos últimos anos, o tamanho dos rebanhos é bastante variável. Em média, um núcleo familiar possui duas ou três cabeças de gado, mas em alguns pastos é possível contabilizar cerca de 40 animais, que podem não ser de um único dono, mas de vários integrantes de uma família. Das 80 unidades residenciais da TI, 49 criam boi, alguns como reserva para situações imprevistas, outros para consumo ou venda e outros ainda como boi de carga ou de serviço. Dos entrevistados, 18 casas criam para vender a marreteiros.

Do levantamento realizado em 2023 pelo GT foi possível consolidar as informações sobre a criação de gado conforme a tabela abaixo.

n.º da casa no mapa	Aldeia	Rio/Igarapé	Cabeças de boi
4	Pijuca	Ig. Buraco Fundo	40
7	Pijuca	Ig. Pijuca	Não soube dizer
8	Pijuca	Ig. Pijuca	Não soube dizer
9	Novo Recreio	Ig. Pijuca	5
10	Novo Recreio	Rio Môa	4
11	Novo Recreio	Rio Môa	1
13	Novo Recreio	Rio Môa	1
19	Novo Recreio	Rio Môa	1
20	Novo Recreio	Rio Môa	Não soube dizer
21	Novo Recreio	Rio Môa	1
22	Novo Recreio	Rio Môa	1
23	Novo Recreio	Rio Môa	1
24	Novo Recreio	Rio Môa	2

26	Novo Recreio	Ig. Novo Recreio	30
27	Novo Recreio	Ig. Novo Recreio	30
28	Novo Recreio	Ig. Novo Recreio	27
29	Novo Recreio	Ig. Novo Recreio	26
31	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	43
33	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	17
34	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	2
35	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	16
36	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	2
37	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	1
39	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	25
40	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	3
41	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	8
42	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	1
43	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	20
44	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	3
48	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	40
51	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	2
80	Boca Tapada	Ig. Novo Recreio	14
54	Sete de Setembro	Ig. Jarina	30
55	Sete de Setembro	Ig. Jarina	7
56	Sete de Setembro	Ig. Jarina	10
57	Sete de Setembro	Ig. Jarina	26
60	Sete de Setembro	Rio Mõa	30
61	Sete de Setembro	Rio Mõa	15
62	Sete de Setembro	Rio Mõa	Não soube dizer
63	Sete de Setembro	Rio Mõa	30
64	Sete de Setembro	Ig. Venâncio	28
70	Zumira	Ig. Jesumira	6
71	Zumira	Ig. Jesumira	6
73	Zumira	Ig. Jesumira	4
74	Zumira	Ig. Jesumira	6
75	Zumira	Ig. Jesumira	28
76	Zumira	Ig. Jesumira	30
77	Zumira	Ig. Jesumira	80

78	Zumira	Ig. Jesumira	4
----	--------	--------------	---

Três casas da aldeia Pijuca contabilizam cerca de 40 cabeças de gado. Quatorze casas de Novo Recreio somam 130 cabeças de gado, com a menor média de cabeças por casa. Outras 14 casas da Boca Tapada criam 197 cabeças. Zumira tem a maior proporção de cabeças de gado por casa, uma média 20 bois por casa, seguida de Sete de setembro com 9 casas criando 176 bois.

Mesmo sendo o gado tido como a maior reserva de dinheiro, o animal mais comercializado é o porco, vendido principalmente em Mâncio Lima.

Apesar do comércio da carne de porco não ser muito expressivo, ele ocorre em maior escala que os outros produtos animais comercializados. Os galináceos e caprinos quase não são comercializados, estando mais voltados para o consumo familiar. Em ocasiões festivas, um animal de criação pode ser servido para os amigos e parentes no lugar da carne de caça.

Mesmo sendo, hoje, importante a criação destes animais para os Nawa, é preciso destacar alguns transtornos que eles geram. O gado tem contribuído com a formação de pastos em áreas de capoeira ou na margem dos igarapés. Potencialmente, com o aumento do criatório eles podem gerar um maior desmatamento da floresta. Quanto aos porcos, os maiores danos causados são à saúde dos Nawa, devido ao fato de permanecerem próximos das residências e consumirem água nos igarapés. Dependendo da residência, o gado e os porcos passam a noite em volta ou em baixo das casas, gerando um acúmulo de excrementos que podem gerar danos à saúde.

Além das criações para consumo e venda, os Nawa costumam domesticar diversos animais silvestres desde filhotes. Esses animais podem se tornar de estimação, havendo entre eles diversas espécies de mamíferos e aves, como por exemplo: arara, papagaio, periquito, maracanã macaco soim, macaco-prego, macaco zogue-zogue, mutum, jacamin, jacu, maracanã, paca, cotia, anta, porquinho, queixada e veado. Quando esses animais são domesticados os Nawa passam a ter um sentimento afetivo por eles, tornando-se bichos de estimação. Boa parte desses animais não é consumida, entretanto, aqueles de grande porte, propícios para a alimentação, muitas vezes podem ser comidos, evitando transtornos associados com a sua criação. Quando se trata de animais de estimação, nenhuma forma de comércio é realizada com eles, sendo os mesmos criados nos terreiros

localizados ao redor das residências. Apenas os cachorros são animais de estimação não silvestres, podendo seus filhotes ser comercializados ou doados.



Foto 47 - Animais silvestres domesticados na TI Nawa

Animal doméstico	Finalidade da criação
Cachorro	Estimação e/ou apoio de caça
Gato	Estimação
Arara	Estimação
Papagaio	Estimação
Periquito	Estimação
Macaco soim	Estimação
Macaco prego	Estimação
Macaco zogue-zogue	Estimação
Mutum	Alimentação ou Estimação
Jacamin	Alimentação ou Estimação
Jacu	Alimentação ou Estimação
Maracanã	Estimação
Galinha	Alimentação ou Comercialização
Pato	Alimentação ou Comercialização
Porco	Alimentação ou Comercialização
Gado	Alimentação ou Comercialização
Caprino	Alimentação ou Comercialização
Ovino	Alimentação ou Comercialização
Paca	Alimentação ou Estimação
Cotia	Alimentação ou Estimação

Porquinho	Alimentação ou Estimação
Anta	Alimentação ou Estimação
Queixada	Alimentação ou Estimação
Veado	Alimentação ou Estimação

Tabela 18 - Animais domésticos

b) descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processaram tais alterações;

Em período anterior à ocupação da região do alto Juruá pela empresa seringalista, a exemplo de outras sociedades indígena da língua Pano, os Nawa praticavam essencialmente a caça, a pesca, o extrativismo e a agricultura. A economia por eles desenvolvida naquele período destinava-se exclusivamente ao consumo próprio. Considerável parte das atividades de pesca e agricultura era desenvolvida coletivamente, como as unidades residenciais que eram malocas que comportavam famílias extensas.

As atividades de caça sofreram muitas alterações após o intenso contato dos Nawa com a sociedade seringalista, tendo o conhecimento tradicional sofrido alterações de técnica com a introdução da arma de fogo, que substituiu o arco e flecha. A arma de fogo foi conjugada com os conhecimentos tradicionais sobre a floresta e a fauna, e sobre os modos de um caçador obter sucesso em sua atividade.

A pesca ocorria com grande intensidade em período anterior à penetração da região pelos agentes da frente de extração da borracha. Nessa época, em fins do século XIX e início do século XX, os povos Pano realizavam grandes mariscadas, participando deles praticamente todos os integrantes da maloca, além de convidados de outras. Uma das principais alterações nas atividades produtivas do Nawa foi a restrição das atividades a unidades familiares concentradas nas colocações. O que antes era mais coletivo na dimensão da maloca tornou-se reservado às famílias nucleares: “cada família tem seu próprio motor, seu próprio barco, além de seus próprios roçados e plantios” (Machado et al. 2022: 38).

O uso das plantas venenosas era bastante recorrente, mas em 1906 foi proibido pelo prefeito do Departamento do Alto Juruá, Marechal Thaumaturgo de Azevedo, que determinou aos “inspetores de barracão” não consentir a prática

Máximo Linhares, que esteve na região do rio Moa no início do século XX refere-se ao tingui como um veneno tão forte e poderoso que não só mata grande quantidade de peixes dos rios e lagos, como produz grande mal aos índios que se alimentam do peixe (Linhares, 1913:07, Azevedo, 1906: 35). Essas proibições pesaram tanto sobre os seringueiros como sobre os indígenas e, talvez por esse motivo, os Nawa quase não praticam essa modalidade de pesca nos dias atuais, preferindo a pesca com anzol, tarrafa ou arpão (azagaia).

Quanto à produção agrícola, de maneira geral, os povos panos sempre realizaram a agricultura de coivara. Queimavam a vegetação mais densa e derrubavam as árvores de maior porte da floresta com o uso de machados de pedra. Dessa forma, o local tornava-se propício para o cultivo. Praticamente todas as atividades relacionadas com a agricultura eram desenvolvidas de forma coletiva, sendo os roçados de grupos familiares extensos. Ainda hoje os Nawa praticam a agricultura de coivara, mas os roçados pertencem a famílias nucleares e são utilizadas diversas ferramentas industrializadas - machado, terçado, enxada, foice, que tornam o trabalho na roça menos sacrificante. Também foram introduzidas novas espécies agrícolas nos roçados, adquiridas com contato com a sociedade seringalista, entre elas podemos citar o abacate, o abacaxi, a acerola, o arroz, o caju, a cana de açúcar, o coco da bahia, o feijão, a goiaba, a jaca, a laranja, o limão, o mamão e a manga, por exemplo.

As principais alterações na economia tradicional dos Nawa, e de outros povos da família linguística Pano, deve-se a ocupação da região pela frente de expansão da borracha. O extrativismo foi uma das atividades que mais sofreu alterações com comercialização da borracha, que se tornou a principal atividade produtiva, em detrimento de outras direcionadas a alimentação e construção. Além, é claro, da introdução de instrumentos industrializados como terçados e machados.

Durante o auge da produção de borracha, em fins do século XIX e início do XX, os Nawa foram desalojados de suas malocas e incorporados ao sistema produtivo dos seringais, como mão-de-obra alternativa aos diversos seringueiros oriundos do nordeste do país. Com isso, a economia por eles desenvolvida sofreu várias modificações. Devido ao tempo dedicado à produção da borracha, e à constante fiscalização dos patrões sobre

a produção, as atividades produtivas tradicionais dos Nawa, como agricultura, caça, pesca e extrativismo, passaram a obter uma menor dedicação. Estando a maior parte do tempo direcionada para a produção da borracha, com a consequente redução das atividades produtivas tradicionais, a economia dos Nawa passou a uma grande dependência do sistema de “barracão”. Assim, toda a borracha produzida era comercializada nos barracões do patrão em troca de alguns produtos de primeira necessidade. O comércio com os “regatões” não era permitido pelos patrões, apesar de ocorrer em pequena escala de uma forma clandestina.

Ao fornecerem para o patrão a borracha produzida, os Nawa e os demais seringueiros eram explorados por venderem seu produto por preços irrisórios e comprarem gêneros de primeira necessidade a preços elevados. Dessa maneira, os Nawa, como toda a mão de obra do seringal, permaneciam sempre endividados com o patrão, devido ao crédito que lhes era concedido para a aquisição dos produtos do barracão. Com a constante dívida junto aos patrões, os Nawa passavam a ser cada vez mais reféns do sistema produtivo do seringal. Aqueles que contraíam dívidas com o patrão não podiam abandonar o seringal para tentarem trabalho em outro, a não ser que quitassem seus débitos.

Mesmo sob o jugo dos patrões e com uma atividade produtiva direcionada para a produção da borracha, os Nawa não deixaram de se dedicar à caça, pesca, agricultura e extrativismo. Os produtos oriundos dessas atividades não estavam voltados para o comércio, e sim, para o consumo familiar. A produção de alimentos para consumo familiar obteve, devido ao contato com a sociedade envolvente, diversas alterações tecnológicas. Técnicas anteriormente utilizadas nas atividades produtivas tradicionais foram sendo usadas concomitantemente às novas tecnologias, ou mesmo substituídas.

Nas atividades de caça, o arco e a flecha vieram a ser substituídos pela arma de fogo; na pesca, foram introduzidos os anzóis, linhas de nylon e tarrafas; e, na agricultura, passaram a usar instrumentos de ferro, como enxadas, machados, terçados e outros. A introdução de novos instrumentos nas atividades produtivas somou-se ao conhecimento tradicional dos Nawa. Essas alterações tecnológicas ocorriam paralelamente à inserção dos Nawa nas atividades dos seringais, sendo incentivadas pelos patrões. Durante os períodos em que os Nawa estiveram a serviço dos patrões eles eram estimulados, e mesmo forçados, a dedicarem-se à extração do látex e a obterem novas tecnologias.

Quando trabalhavam nos seringais, muitos Nawa eram incentivados a caçar para comercializarem a carne e pele de animais silvestres. Após terem se desvinculado do sistema produtivo da borracha, essa prática continuou perdurando por mais alguns anos. De acordo com Seu Nilton:

Logo no começo tinha muita caçada para negócio. Faziam muita caçada. Tinha deles que a profissão deles era caçar mesmo. Porque não queriam fazer nada mais de plantio. Queriam viver nessa vida de caçada. Mas aí foi empatado e eles acabaram. Agora a vida deles é trabalhando mesmo em roçado, plantando mandioca, milho arroz, estão vivendo assim. Outros fazendo campo, criando gado. E assim eles estão vivendo (Nilton, 2003, Pé da Serra).

Atualmente, os Nawa não comercializam carne e pele de animais silvestres, nem mesmo borracha. Após terem herdado o seringal Novo Recreio foi possível a muitos Nawa saírem da dependência dos patrões e passarem eles mesmos a se organizarem para produzir e comercializar a borracha. Mas esta fase da economia dos Nawa não durou muito, pois na década de 1980 o preço da borracha passou a cair ainda mais. Com o declínio do preço da borracha os Nawa do seringal Novo Recreio, e dos demais seringais, retomaram em maior intensidade as atividades de caça, pesca, extrativismo e agricultura e passaram a criar alguns animais domésticos, como gado, porco, galinha e outros.

Do período em que viviam nos seringais até os dias atuais ficam visíveis as diversas mudanças ocorridas na economia tradicional dos Nawa. Comparando o tempo passado com os dias de hoje, Chica do Celso contou ao GT de 2003 sobre as constantes alterações na economia tradicional:

hoje tudo é fácil, tudo tem a facilidade. E antigamente, tudo sofria. Para fazer um punhado de farinha era numa roda de pau (...) No tempo da minha mãe e até no meu tempo ainda. Quando eu me casei o meu marido fazia farinha no fazedor. Tinha casa de farinha ali, fazia farinha rodando aqui (...) Era sacrifício, tudo era sacrifício. Carregar mandioca nas costas de longe. Hoje tem boi, tem carroça, tudo para arrastar. Arrastava mandioca de longe. Cana para fazer moagem, era na engenhoca de pau, depois passou para engenhoca de ferro, puxada a braço também. Para moer, para poder ter aquele açúcar para temperar o café. E café ninguém comprava. Plantava o café, colhia, lá no pilão, para depois torrar e fazer pó para tomar o café. E tudo isso, um pai de família criava os filhos com sacrifício. Hoje, tudo tem a facilidade. Quem é que tinha uma máquina para descascar arroz? Era no pilão. E os índios na mata, como é que eles derrubavam um pau para poder plantar? Machadinha de pedra (Chica do Celso, 2003 Moa).

Dentre as várias alterações ocorridas na economia tradicional é preciso destacar a intensificação das relações comerciais. Com o declínio da produção de borracha e o aumento das atividades produtivas de caça, pesca, extrativismo e agricultura, os Nawa

começaram a comercializar alguns produtos, como farinha, arroz, milho e feijão. Esse comércio ocorre em pequena quantidade e serve para eles comprarem gêneros de primeira necessidade, como sal, açúcar, café, sabão, tecido, querosene, chumbo, pólvora e atualmente eletrodomésticos.

Em resumo, antigamente os Nawa dedicavam-se a atividades com a finalidade apenas de consumo próprio, depois à produção de borracha, prestação de serviços a padrões seringalistas, ou ao comércio de carne e pele de animais silvestres e, atualmente, trabalham com a agricultura, complementando a alimentação familiar com a caça, a pesca, o extrativismo e a criação de animais domésticos.

Com o exposto, é possível inferir que ao longo de décadas a economia dos Nawa sofreu diversas mudanças, hoje em uma tendência de produção basicamente para o consumo próprio. A comercialização do excedente agrícola é tímida, sobretudo em relação a venda de animais domésticos que apesar disso também ocorrem em pequena escala. Hoje complementam o sistema produtivo com salários de cargos públicos de professor de escola indígena, agentes de saúde, barqueiros, agentes agroflorestais, agentes de saneamento, microscopistas e diaristas como serradores e marceneiros. Outra fonte de renda são aposentadorias, pensões, auxílios-maternidade, seguros defeso e bolsas-família. Nos levantamentos do GT em 2023, identificou-se cerca de 60 pessoas beneficiárias de programas sociais e outros 34 com trabalhos remunerados.

Um programa governamental de acesso a placas de energia solar, permitiu a partir de 2022 que os Nawa, assim como outras comunidades distantes dos centros urbanos, pudessem se tornar independentes dos geradores a gasolina. Esse movimento foi acompanhado também pela instalação de várias estações de star link e aumento de aquisição de bens eletrônicos, como eletrodomésticos e celulares.

c) descrição das relações socioeconômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente.

Os Nawa mantêm relações socioeconômico-culturais com os povos indígenas da região do Alto Juruá e com a sociedade de não indígenas habitantes do Parque e das cidades de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul, principalmente. As relações dos Nawa com os povos indígenas são principalmente de ordem política, com exceção dos Nukini e dos Poyanawa, com os quais possuem vínculos mais intensos e até de parentesco. Em Mâncio

Lima, os Nawa realizam atividades comerciais, frequentam os hospitais, escolas e comércios, sacam suas aposentadorias, auxílios e salários e visitam seus parentes. Os Nawa vão às cidades de Cruzeiro do Sul e Rio Branco apenas quando necessitam de um tratamento mais especializado para condições de saúde específicas. Apesar de haver Nawa em Cruzeiro do Sul e Rio Branco, a relação com os Nawa da terra indígena não é tão intensa quanto com os Nawa de Mâncio Lima ou com os Poyanawa e os Nukini.

O excedente de produção agrícola dos Nawa da TI são comercializados em Mâncio Lima. Com o dinheiro obtido na venda desses produtos eles compram sal, açúcar, café, óleo de cozinha, roupa, calçado, pólvora, chumbo, anzol, tarrafa, óleo para motor, gasolina, machado, terçado, foice, motor para barco, material escolar, remédios etc. Esses produtos se tornaram essenciais para o modo de vida dos Nawa.

O comércio dos Nawa com a sociedade dos não indígenas ocorre também com os regatões ou marreteiros, comerciantes que sobem o rio comprando principalmente animais domésticos e vendendo produtos industrializados. Os suínos, galináceos, bovinos e outros (pato e bodes eventualmente) são vendidos para esses comerciantes, raramente alguns poucos vendem esses produtos na cidade e muitas vezes o comércio é entre os próprios Nawa ou com os Nukini. Além de animais, os Nawa comercializam também banana, farinha, milho e artesanatos.



Foto 48 - Transporte de banana e galinha para venda. Foto GT 2023

Ainda na cidade de Mâncio Lima, os Nawa buscam atendimento médico e compram remédios para doenças que não são curadas com as plantas medicinais. Parte do atendimento deles é realizado pelo polo base de saúde indígena, que possui uma sede na cidade. Entretanto, eles apenas se deslocam da terra indígena se a enfermidade não puder ser tratada na TI. Há um posto de saúde na outra margem do Moa, na TI Nukini, de frente a aldeia Novo Recreio.

Os Nawa também frequentam a cidade de Mâncio Lima para visitarem seus parentes que vivem na cidade. A casa dos parentes é fundamental para os Nawa da terra indígena por ser um local seguro para se hospedarem. Quando realizar atividades comerciais, tratamento de saúde, retirar seus salários e aposentadorias, ou para qualquer outra necessidade, hospedam-se na casa desses parentes. Assim, os laços sociais e afetivos entre os que moram na cidade e aqueles da terra indígena são constantemente reforçados.

Os parentes da cidade, em alguns casos, fornecem moradia para aqueles Nawa que resolvem cursar o ensino fundamental e médio. Atualmente existem três escolas na TI Nawa, nas aldeias Boca Tapada, Novo Recreio. Há também uma escola na foz do igarapé Zumira, que, apesar de estar dentro da TI, não é indígena.

Com os Nukini, os Nawa mantêm intenso contato, algumas atividades comerciais e festividades. Os Nawa estão em convivência também não indígenas, pequenos agricultores rurais, barranqueiros, pastores, fazendeiros, madeireiros, comerciantes e agentes do estado.

O contato com outros povos indígenas ocorre mais com as lideranças, que viajam até as cidades de Cruzeiro do Sul e Rio Branco para participarem de encontros com os representantes de outros povos do Estado do Acre, principalmente do Alto Juruá, ocasião que também travam relações com instituições indigenistas.

O relacionamento mais intenso com os Nukini e mais esporádico com outros povos é exposto na fala abaixo:

Nosso relacionamento com outros povos indígenas é somente com os parentes mesmo, porque eu acho que relacionamento com outros parentes, que não seja só com os nossos parentes Nukini, somente eu como liderança que vou conhecendo lá em reunião, em outros grupos que a gente se encontra em assembleia. Eu me encontro bem com outros parentes, a gente troca ideia, conversa, isso aquilo e aquilo outro. Mas os próprios parentes Nawa que vivem dentro da terra, eles têm pouco contato com outros parentes que não sejam os parentes Nukini, que nós somos vizinhos (...) Alguns parentes nossos conhecem os Poyanawa, mas muitos não conhecem (Railson, 2003, Novo Recreio).

IV - QUARTA PARTE: MEIO AMBIENTE

- a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural do grupo indígena;**
- b) explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias**

Essa parte do relatório é dedicada a caracterização das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar dos Nawa, segundo seus usos, costumes e tradições, nos termos da definição de terra indígena da Constituição Federal de 1988.

Nessa parte importam os espaços naturais (ou de natureza) e os espaços antropizados. A paisagem onde incide a TI é resultado de ações de diferentes agentes, humanos e animais, e de circunstâncias imponderáveis do clima e das formações geológicas. Essa parte se dedica a espacializar o uso e a ocupação, descrevendo e localizando as áreas que conformam a habitação permanente, evidenciando as razões pelas quais são imprescindíveis e necessárias para os Nawa. O princípio argumentativo é que os aspectos práticos da ordem das atividades cotidianas e elementos simbólicos podem ser referenciados no espaço porque eles o constituem. As áreas imprescindíveis e necessárias são conformadas pelo acúmulo ao longo de gerações de conhecimentos etológicos e ecológicos, que também são prova do caráter indissolúvel do vínculo dos Nawa com a área.

Devido ao caráter transversal dos dados ambientais, alguns aspectos ligados a ocupação e as atividades produtivas voltam nesta parte para demonstrar a conformação recíproca da paisagem da terra indígena.

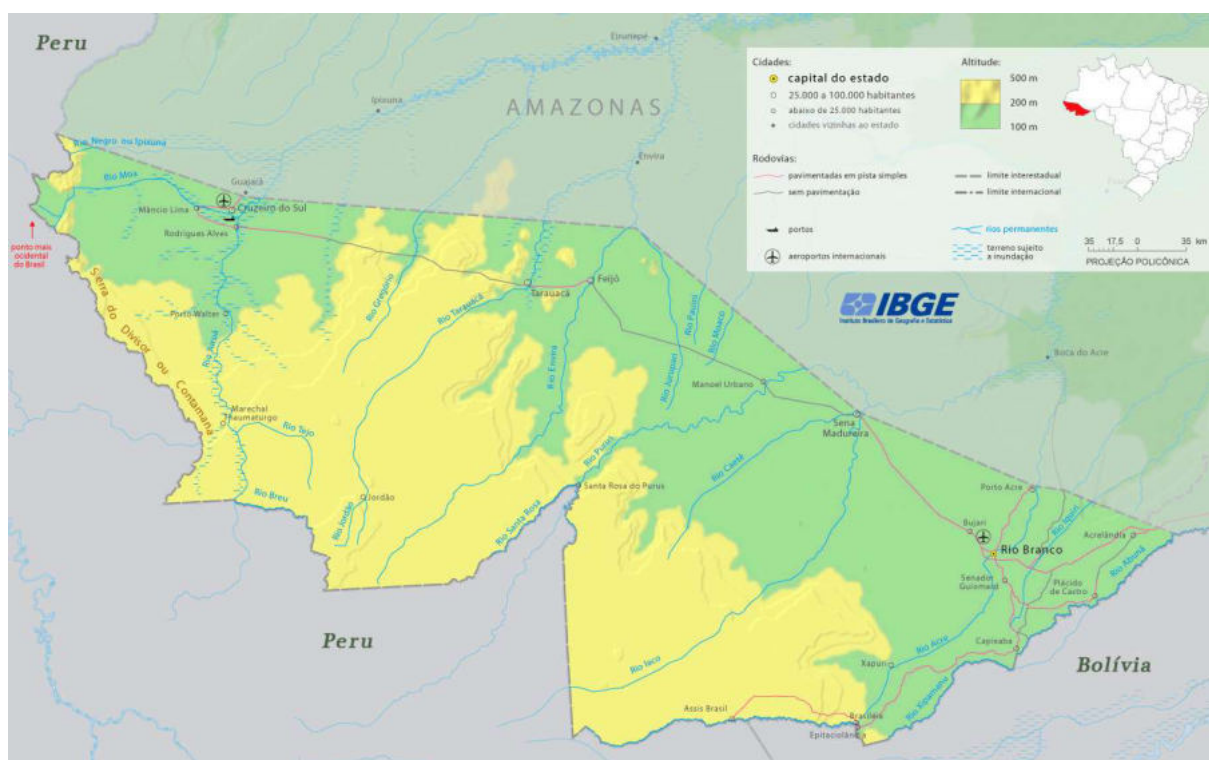
Para iniciar a exposição dos aspectos das áreas imprescindíveis e necessárias, convém apresentar a caracterização ambiental da região onde se localiza a Terra Indígena Nawa. Antes de mais nada, destaca-se que esta parte se beneficiou, sobretudo, de informações de campo levantadas pelos GTs de 2003 e de 2023, e também do ZEE do Acre e da Enciclopédia da Floresta (Carneiro da Cunha et al. 2002).

a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural do grupo indígena;

Aspectos ambientais do Acre

A Terra Indígena Nawa está localizada no Estado do Acre, no extremo sudoeste da Amazônia brasileira. O estado corresponde a 4% da Amazônia Legal e a 1,9% do território nacional (ACRE, 2006).

É o ponto mais ocidental do país, limitando-se ao norte com o estado do Amazonas e, a leste, com o estado de Rondônia. O Acre possui uma linha de fronteira internacional de 2.183 km, dividida ao sul e a leste com a Bolívia e ao sul e ao oeste com o Peru.



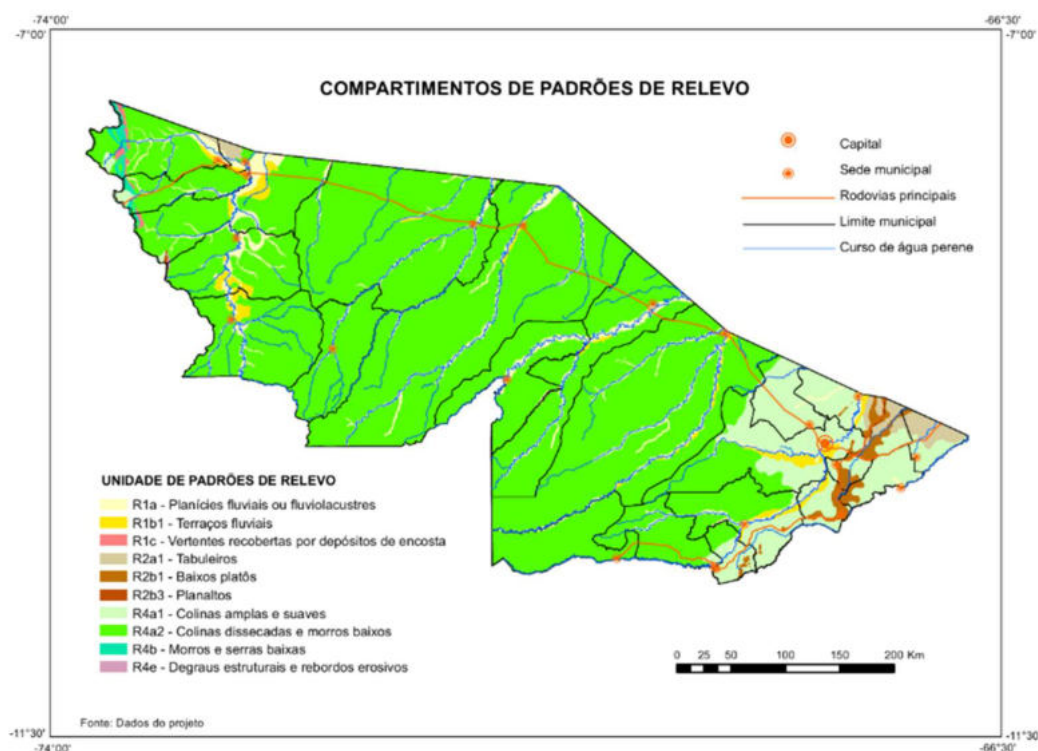
Mapa 11 - Estado do Acre - Fonte IBGE

Situado na confluência de dois domínios geológicos, os Andes a oeste e o Escudo Brasileiro ao sul, o relevo do estado do Acre, em grande parte, se integra no baixo platô arenítico, ou terra firme; unidade morfológica que domina também a maior parte da Amazônia brasileira. É predominantemente composto por rochas sedimentares, formando

uma plataforma regular que desce suavemente da ordem de 300 m de altitude nas fronteiras para pouco mais de 100 m nos limites com o estado do Amazonas.

No extremo ocidental, situa-se o ponto mais alto do estado, onde a estrutura do relevo é modificada pela presença da Serra do Divisor, uma ramificação da Serra Peruana de Contamana, apresentando uma máxima altitude de 600 metros. A região é um divisor de águas das bacias hidrográficas do Médio Vale do Rio Ucayali (Peru) e do Alto Vale do Rio Juruá (Acre), fronteira com o Peru.

Como é possível observar nos mapas abaixo, a região do Moa no sopé da Serra do Divisor é caracterizada por vertentes recobertas por depósitos de encosta, planícies fluviais sujeitas a cheias sazonais e desbarrancamentos por ação dos rios, é descrita na literatura como domínio de morros e serras baixas.



Mapa 12 - Mapa Geodiversidade do Estado do Acre – Fonte: Serviço Geológico do Brasil - Ministério de Minas e Energia (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/13676>)

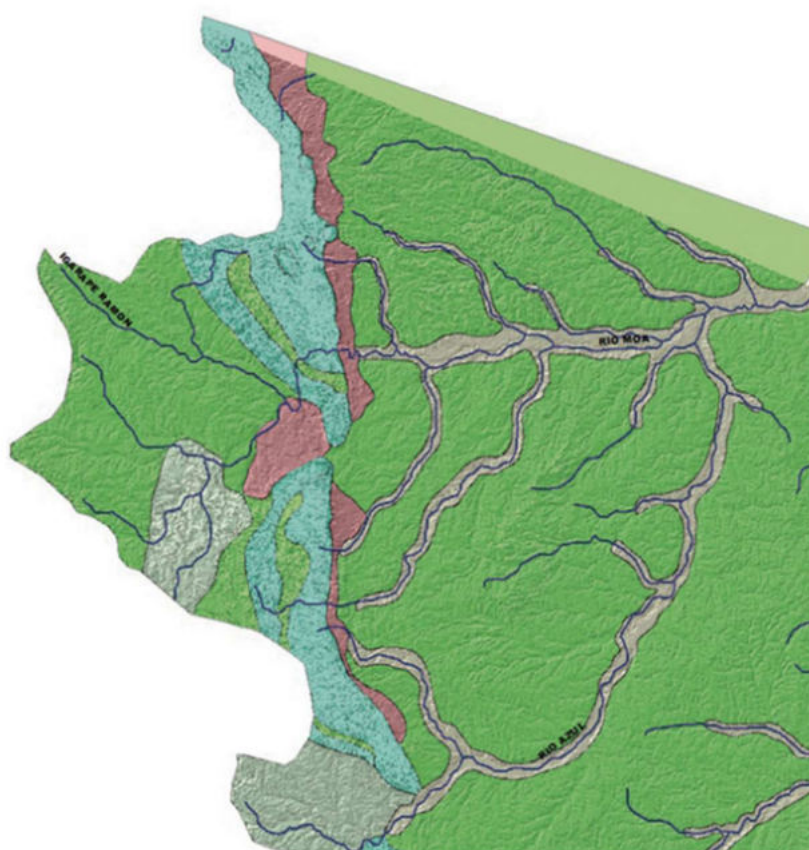


Figura 3.11 - Domínio geomorfológico serra do Divisor.

Fonte: Elaborado por Marcelo E. Dantas, 2014.

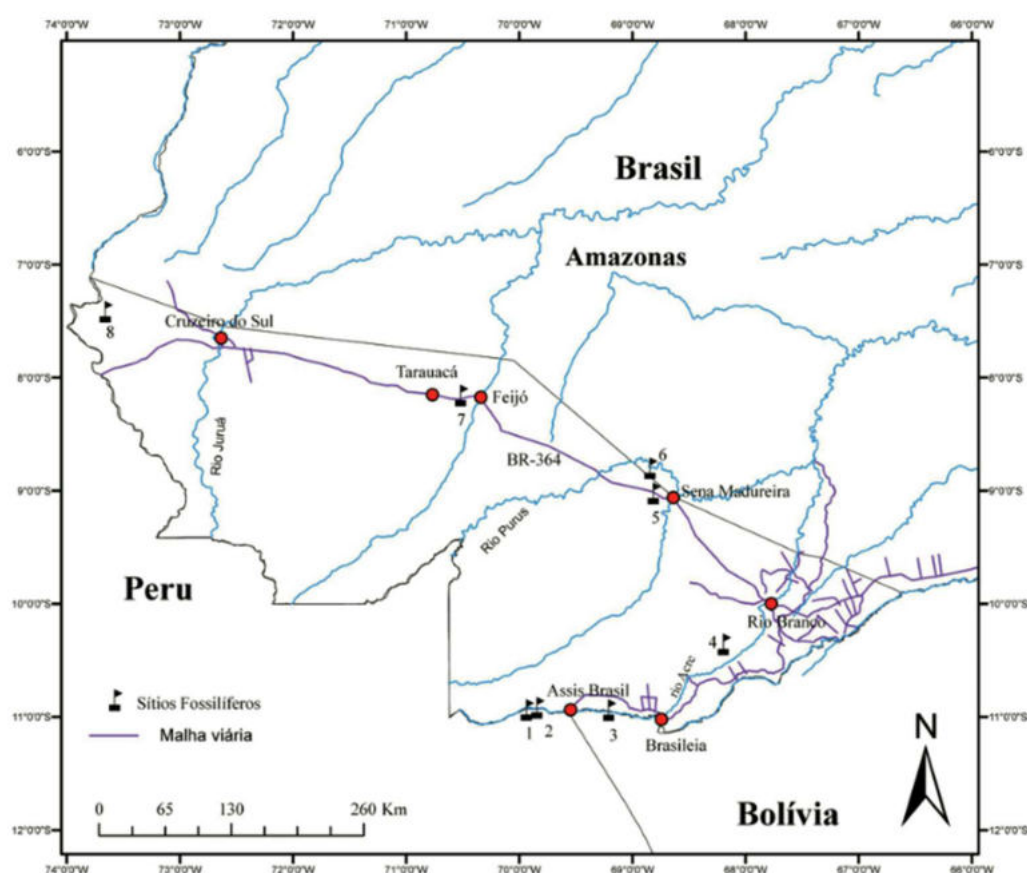
Nota: O conjunto de alinhamentos serranos está demarcado em azul-turquesa (**R4b**); em vermelho, destacam-se as rampas coluvionares (**R1c**) no sopé do *front* de *cuestas* ou *hogbacks*; em verde-claro, ressalta-se o relevo colinoso circunjacente (**R4a2**).

Mapa 13 - Domínio geomorfológico serra do Divisor - Serviço Geológico do Brasil, 2015

O Mapa Geomorfológico do Estado do Acre (Serviço Geológico do Brasil, 2015) atribui à Serra do Divisor a nomenclatura de planaltos residuais, um conjunto serrano originado por tectônica associada ao soerguimento de uma cadeia subandina. Conforme Dantas et al., 2015 (Adamy, 2015) essa movimentação exumou rochas sedimentares antigas representadas pela formação do próprio Divisor, do Rio Azul e do rio Moa.

Em função dessa conformação, na região são comuns os abalos sísmicos, principalmente nas regiões mais a oeste do estado. A maioria dos sismos registrados no estado do Acre tem seu epicentro localizado no Peru, a centenas de quilômetros de profundidade, alguns, no entanto, de magnitude acima de 5,0 graus na escala Richter (Adamy, 2015).

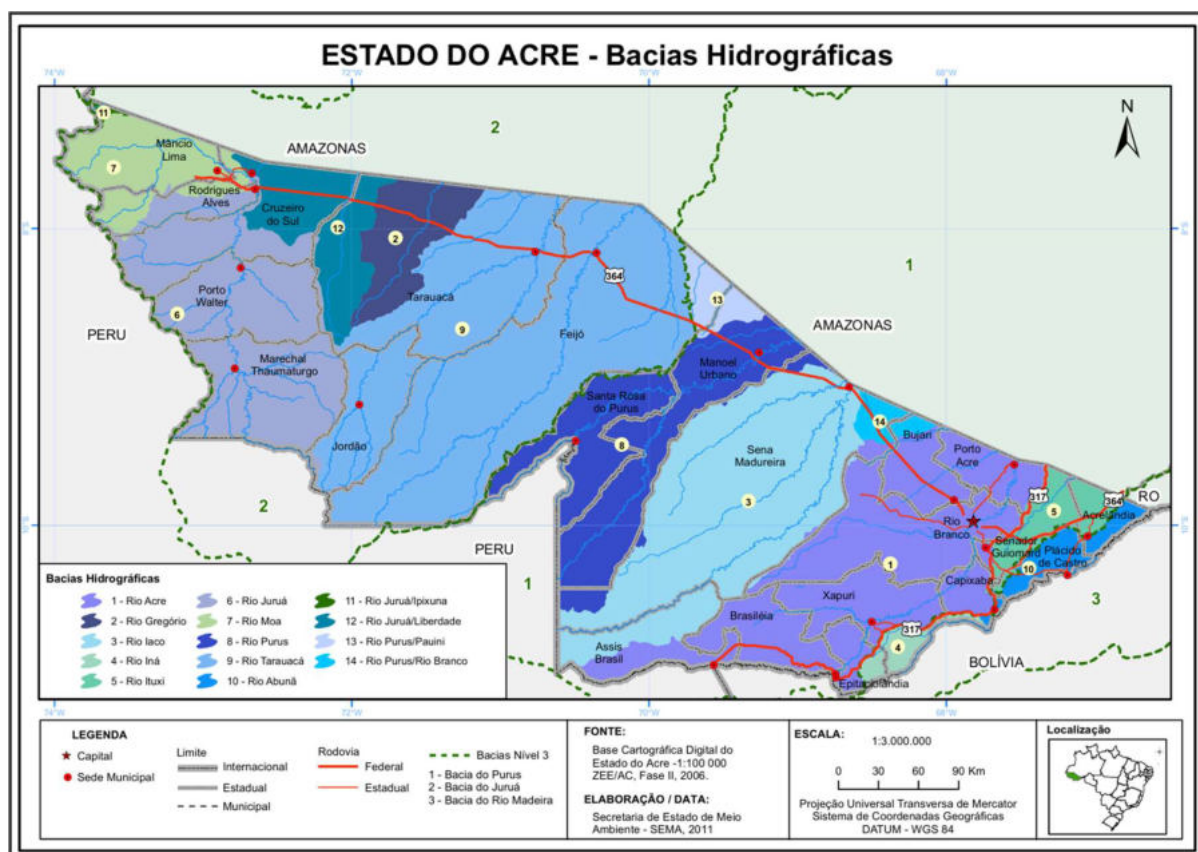
Pesquisas Paleontológicas no Acre resultaram em localização e registro de vários sítios fossilíferos. Na região do alto rio Moa, no sítio denominado “Sítio Rio Moa” foram encontrados fósseis do cretáceo, dentes de tubarões e raias (Brito et al., 1994 apud Souza-Filho, 2015). Esses fósseis de vertebrados marinhos são encontrados em conglomerados atribuídos à Formação Moa, caracterizada por ser constituída de arenitos claros, com intercalações de argilitos róseos e escuros, calcários e conglomerados (Latrubesse 1994, apud Souza-Filho, 2015).



Mapa 14 - Localização dos principais sítios fossilíferos investigados pelo LPP/UFAC. Nota: 1 – Patos, 2 – Cavalcante, 3 – Cachoeira do Bandeira, 4 – Niterói, 5 – Lula, 6 – Talismã, 7 – Morro do Careca; 8 – Rio Moa. Fonte: Souza-Filho, 2015.

Fósseis pliopleistocênicos (entre 1,8 milhões e 11 mil anos atrás) foram encontrados com mais frequência na região do rio Juruá entre a serra do Moa e a porção sul-ocidental do Acre, com predominância de achados da megafauna (preguiças e

Parte significativa do território acreano é composta por depressões, áreas rebaixadas que favorecem a presença de muitos rios e igarapés, que são extremamente meandrosos, ocorrendo cachoeiras e corredeiras na região da Serra do Divisor (ACRE, 2006). O relevo inclui planícies que se formam ao longo dos principais rios, como o Purus e o Juruá - afluentes da margem direita do rio Solimões. Essas áreas são frequentemente alagadas e apresentam uma grande concentração de lagos (ZEE, 2000: 10-11 Vol. I).



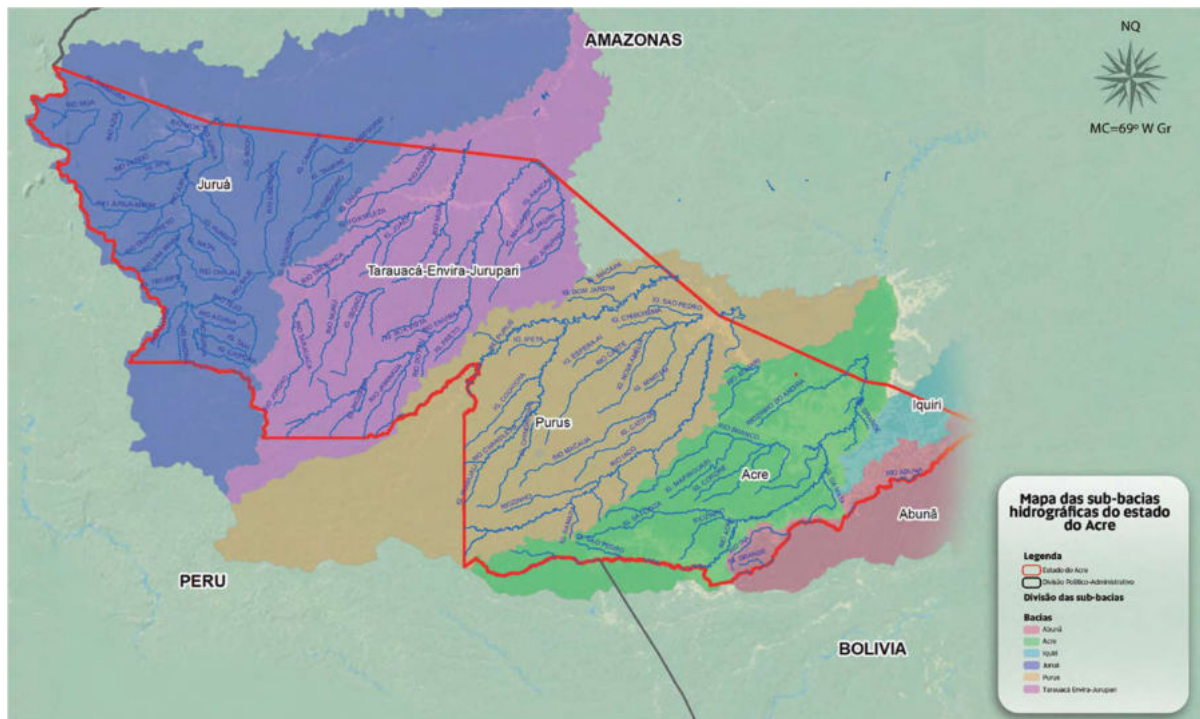
Mapa 16 - Bacias Hidrográficas do Estado do Acre - Fonte SEMA/AC

A bacia do rio Juruá tem sua nascente na Serra da Contamana, no Peru, a 453 metros de altitude, com o nome de Paxiúba, unindo-se depois com o Salambô e passando daí para baixo a ser denominado de Juruá. O Juruá, com 3.283 km de extensão, percorre todo o noroeste do Estado do Acre desaguardo no rio Solimões no Amazonas.

O Juruá é um rio de planície e, em geral, suas margens não são altas, o que possibilita a presença de várzeas. Entre os diversos afluentes do rio Juruá, destacam-se nove na margem direita: Breu, Caipora, São João, Acuriá, Tejo, Grajaú, Natal, Humaitá e Valparaíso. Outros nove afluentes importantes estão na margem esquerda: Amônia,

Aparição, São Luiz, Paratati, Rio das Minas, Ouro Preto, Juruá-Mirim, Paraná dos Mouras e Moa (ZEE, 2000: 35-36 Vol. I).

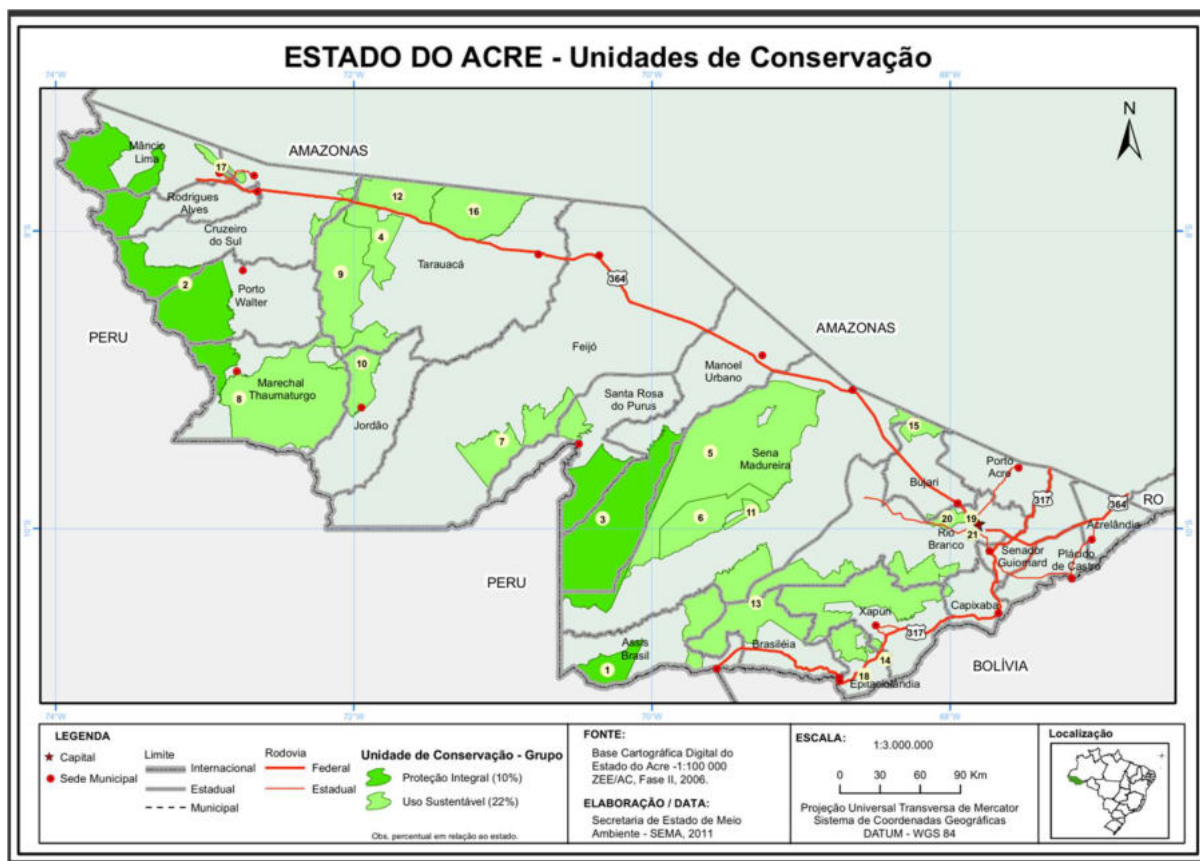
É no alto rio Moa, na margem direita, que se encontra a Terra Indígena Nawa.



Mapa 17 - Mapa das sub-bacias hidrográficas do estado do Acre. Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos de Acre, 2012

A Terra Indígena Nawa faz parte de um mosaico de terras indígenas e unidades de conservação no Alto Juruá que compõem uma ampla região de relevância socioambiental para as populações indígenas e para as populações regionais.

Dos 16,4 milhões de hectares (ha) do estado, 7,7 milhões (47,3%) são Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais), áreas de Proteção Integral e de Uso Sustentável. As Terras Indígenas representam 2,39 milhões de hectares (14,55%).



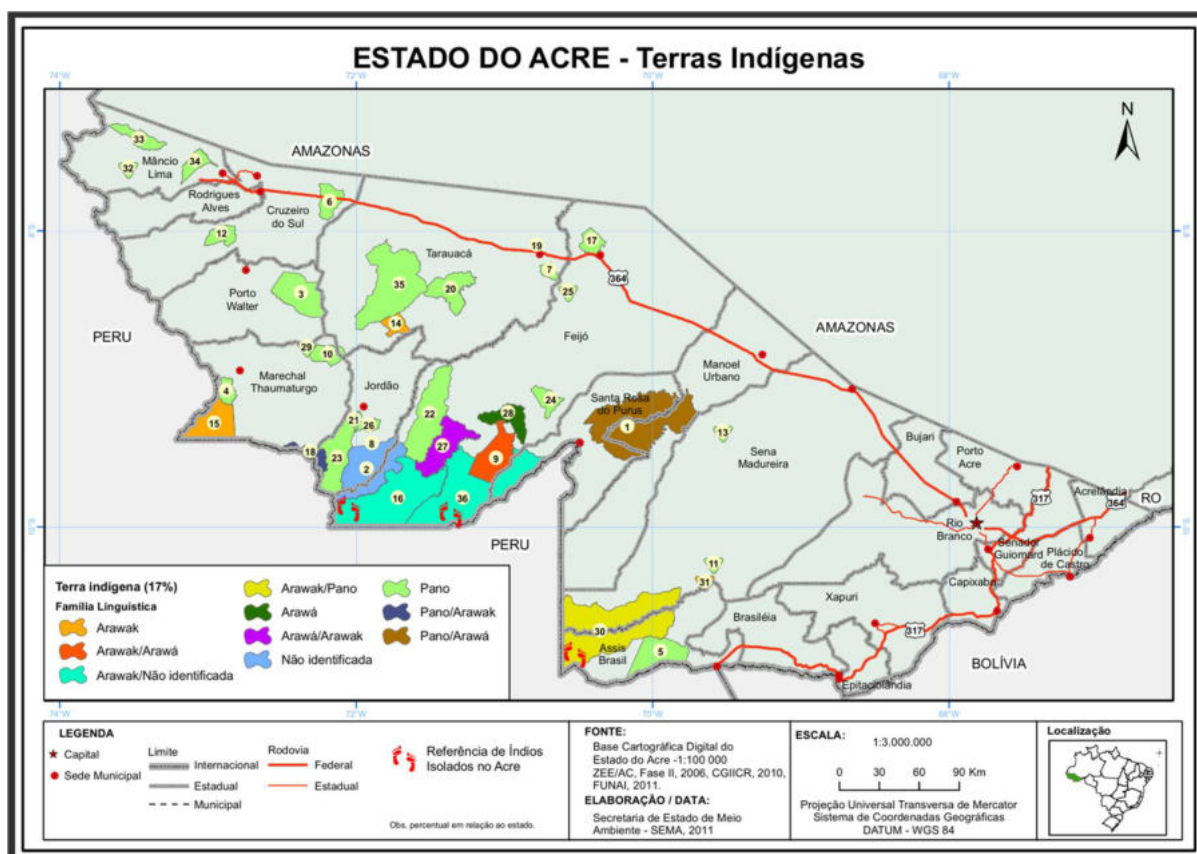
Mapa 18 - Divisão de Áreas Protegidas e Biodiversidade/SEMAPI.

Unidades de Conservação do Estado do Acre

Proteção Integral					
Nº	NOME	ÁREA (ha)	ANO DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO SEDE	ÓRGÃO GESTOR
1	Estação Ecológica (ESEC) Rio Acre	77.500,00	1981	Assis Brasil	ICMBio
2	Parque Nacional (PARNA) Serra do Divisor	843.012,00	1989	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves	ICMBio
3	Parque Estadual (PE) Chandless	695.303,00	2004	Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano e Sena Madureira	SEMA
Uso Sustentável					
4	Floresta Estadual (FLOE) Rio Liberdade	126.360,00	2004	Tarauacá	SEF
5	Reserva Extrativista (RESEX) Cazumbá-Iracema	750.795,00	2002	Sena Madureira	ICMBio

6	Floresta Nacional (FLONA) Macauã	173.475,00	1988	Sena Madureira	ICMBio
7	Floresta Nacional (FLONA) Santa Rosa do Purus	230.257,00	2001	Santa Rosa do Purus e Feijó	ICMBio
8	Reserva Extrativista (RESEX) Alto Juruá	506.186,00	1990	Marechal Thaumaturgo	ICMBio
9	Reserva Extrativista (RESEX) Riozinho da Liberdade	325.602,00	2005	Tarauacá	ICMBio
10	Reserva Extrativista (RESEX) Alto Tarauacá	151.199,00	2000	Tarauacá e Jordão	ICMBio
11	Floresta Nacional (FLONA) São Francisco	21.600,00	2001	Sena Madureira	ICMBio
12	Floresta Estadual (FLOE) Mogno	143.897,00	2004	Tarauacá	SEF
13	Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes	970.570,00	1990	Sena Madureira, Rio Branco, Capixaba, Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil	ICMBio
14	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Seringal Nova Esperança*	2.576,00	1999	Epitaciolândia	ICMBio
15	Floresta Estadual (FLOE) Antimary	66.168,00	1999	Bujari e Sena Madureira	SEF
16	Floresta Estadual (FLOE) Rio Gregório	216.062,00	2004	Tarauacá	SEF
17	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Japiim Pentecoste	25.750,98	2009	Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul	SEMA
18	Parque Natural Municipal Wilson Pinheiro*	60,76	2010	Epitaciolândia	Prefeitura
19	Área de Proteção Ambiental (APA) Raimundo Irineu Serra*	908,74	2005	Rio Branco	SEMEIA/RBR
20	Área de Proteção Ambiental (APA) Igarapé São Francisco	30.004,00	2005	Rio Branco e Bujari	SEMA
21	Área de Proteção Ambiental (APA) Lago do Amapá*	5.208,00	2005	Rio Branco	SEMA

Tabela 19 - Unidades de Conservação no Estado do Acre - Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade/SEMA, 2011.



Mapa 19 - Terras Indígenas no Estado do Acre

Nº	Terra Indígena	Município	Povos	Área (ha)	Situação Jurídica
1	Alto Rio Purus	Manuel Urbano e Santa Rosa	Kulina e Kaxinawá	263.129	Homologada/Reg
2	Alto Tarauacá	Jordão e Feijó	Isolados do Alto Tarauacá	142.619	Homologada/Reg
3	Arara Igarapé Humaitá	Porto Walter	Arara/Shawãdawa	87.572	Homologada/Reg
4	Arara do Rio Amônia	Marechal Thaumaturgo	Arara do Rio Amônia	20.764	Declarada
5	Cabeceira do Rio Acre	Assis Brasil	Isolados e Jaminawa	78.512	Homologada/Reg
6	Campinas Katukina	Cruzeiro do Sul	Katukina Pano	32.623	Homologada/Reg
7	Igarapé do Caucho	Tarauacá	Kaxinawá	12.318	Homologada/Reg
8	Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	Jordão	Isolados	287	Com restrição de Uso
9	Jaminawa/Envira	Santa Rosa e Manoel Urbano	Kulina e Ashaninka	82.000	Homologada/Reg
10	Jaminawa Arara do Rio Bagé	Marechal Thaumaturgo	Jaminawa	28.926	Homologada/Reg
11	Jaminawa do Igarapé Preto	Cruzeiro do Sul	Yaminawá	25.651	Homologada/Reg
12	Jaminawa do Rio Caeté	Sena Madureira	Yaminawá	-	Em identificação

13	Kampa do Igarapé Primavera	Tarauacá	Ashaninka	21.987	Homologada/Reg
14	Kampa do Rio Amônia	Marechal Thaumaturgo	Ashaninka	87.205	Homologada/Reg
15	Kampa Isolados do Rio Envira	Feijó	Ashaninka	232.795	Homologada/Reg
16	Katukina/Kaxinawá	Feijó	Kaxinawá e Shanenawa	28474	Homologada/Reg
17	Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu	Marechal Thaumaturgo	Ashaninka e Kaxinawá	31.277	Homologada/Reg
18	Kaxinawa Colônia Vinte e Sete	Tarauacá	Kaxinawá	105	Homologada/Reg
19	Kaxinawa da Praia do Carapanã	Tarauacá	Kaxinawá	60.698	Homologada/Reg
20	Kaxinawa do Baixo Rio Jordão	Jordão	Kaxinawá	8.726	Homologada/Reg
21	Kaxinawa do Rio Humaitá	Feijó	Ashaninka, Kulina e Kaxinawá	127.383	Homologada/Reg
22	Kaxinawa do Rio Jordão	Jordão	Kaxinawá	87.293	Homologada/Reg
23	Kaxinawa Nova Olinda	Feijó	Kaxinawá	27.533	Homologada/Reg
24	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Feijó	Kaxinawá	-	Em identificação
25	Kaxinawa Seringal Independência	Jordão	Kaxinawá	14.750	Dominial Ind.reg
26	Kulina do Rio Envira	Feijó	Kulina	84.365	Homologada/Reg
27	Kulina do Igarapé do Pau	Feijó	Kulina	45.590	Homologada/Reg
28	Kuntanawa	Marechal Thaumaturgo	Kuntanawa	-	Em identificação
29	Mamoadate	Assis Brail	Yaminawá e Manchineri	313.647	Homologada/Reg
30	Riozinho do Iaco	Sena Madureira e Assis Brasil	Manchineri	-	Em identificação
31	Nawa	Mâncio Lima	Nawa	-	Em identificação
32	Nukini	Mâncio Lima	Nukini	27.263	Homologada/Reg
33	Poyanawa	Mâncio Lima	Poyanawa	24.499	Homologada/Reg
34	Rio Gregório	Tarauacá	Yawanawá, Katukina e Pano	187.400	Declarada
35	Riozinho do Alto Envira	Feijó e Santa Rosa	Ashaninka e Isolados	260.970	Declarada

Dentre as principais características ambientais da região destaca-se o clima. O clima acreano é do tipo equatorial quente e úmido, caracterizado por altas temperaturas, elevados índices de precipitação pluviométrica e alta umidade relativa do ar. A região do Alto Juruá é mais úmida que a maior parte da Amazônia. Há chuva o ano todo, a diferença de uma estação para a outra é que uma é mais chuvosa. Como se costuma dizer, no verão

chove todos os dias, no inverno, chove o dia todo. A temperatura média mensal é de 26 °C no período chuvoso. Próximo à fronteira com o Peru, o clima é mais úmido e frio. Nos meses de junho e julho a temperatura no extremo oeste do Acre pode chegar a 7°C, durante poucos dias, esse fenômeno é regionalmente conhecido como friagem, e ocorre quando o ar frio, que tem origem no sul do continente e se desloca pelo corredor de terras baixas, entre os Andes e o Planalto Brasileiro, até chegar ao Acre, onde provoca a queda brusca de temperatura.

Essa região das elevações do Complexo Fisiográfico da Serra do Divisor insere-se em uma faixa climática de transição entre o Úmido e o Superúmido, com um índice de umidade relativa do ar próximo a 100 e a pluviometria varia entre 2.500 a 2.750 mm anuais (Plano de Manejo PNSD, 1998: 5-24). O clima quente e úmido tem duas estações bem definidas, a seca e a chuvosa. A estação seca (verão) estende-se de maio a outubro, enquanto a estação chuvosa (inverno) prolonga-se de novembro a abril.

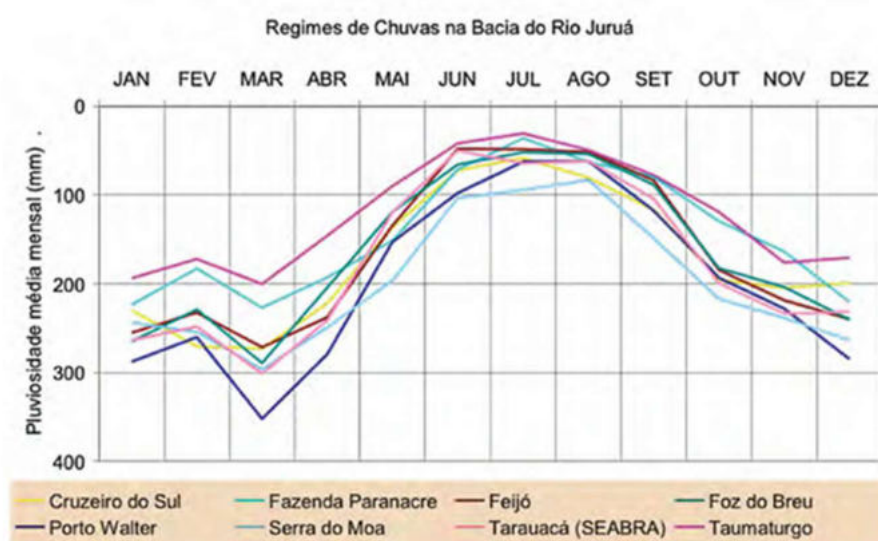
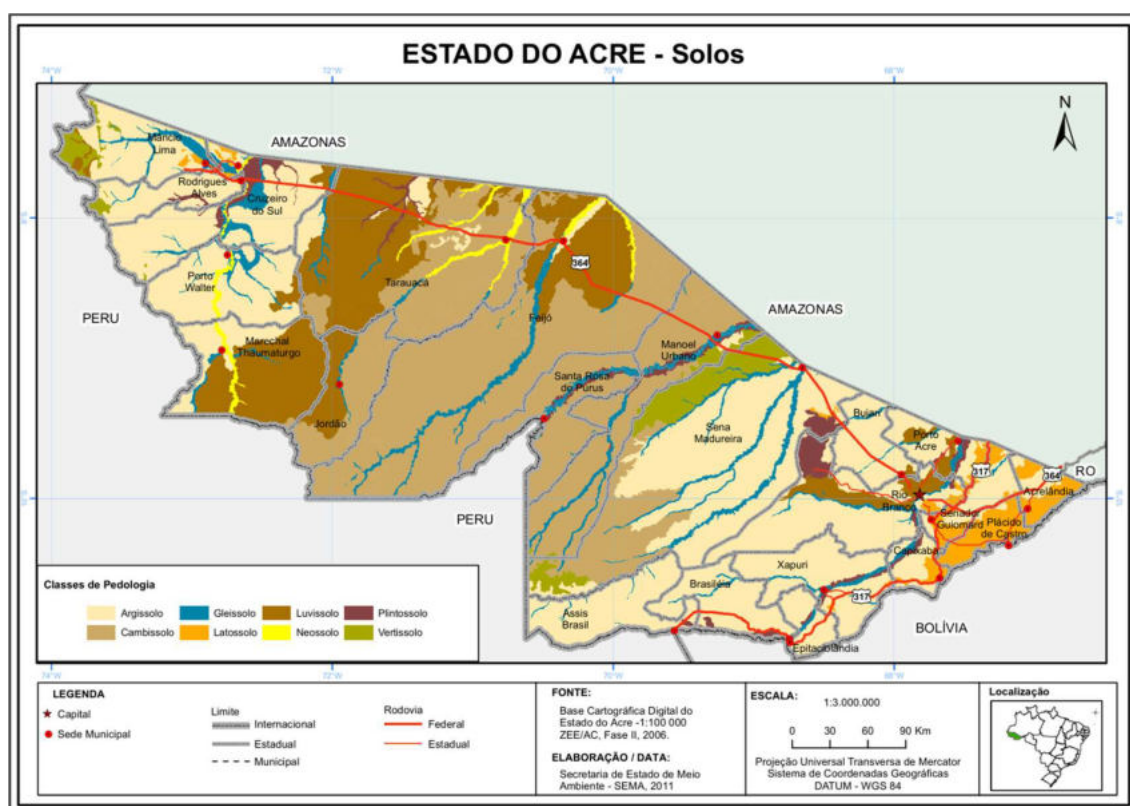


Gráfico 27 - Gráfico conjunto da pluviosidade média mensal de estações pluviométricas na Bacia do Rio Juruá. Fonte Plano Hídrico Estadual do Acre 2012

Os solos acreanos são predominantemente provenientes de sedimentos argiloarenosos da Formação Solimões. Os argissolos ocorrem em 64% do estado e têm como característica marcante baixa fertilidade, acidez e alta saturação de alumínio. São solos mais suscetíveis de processos erosivos, os conhecidos desbarrancamentos.



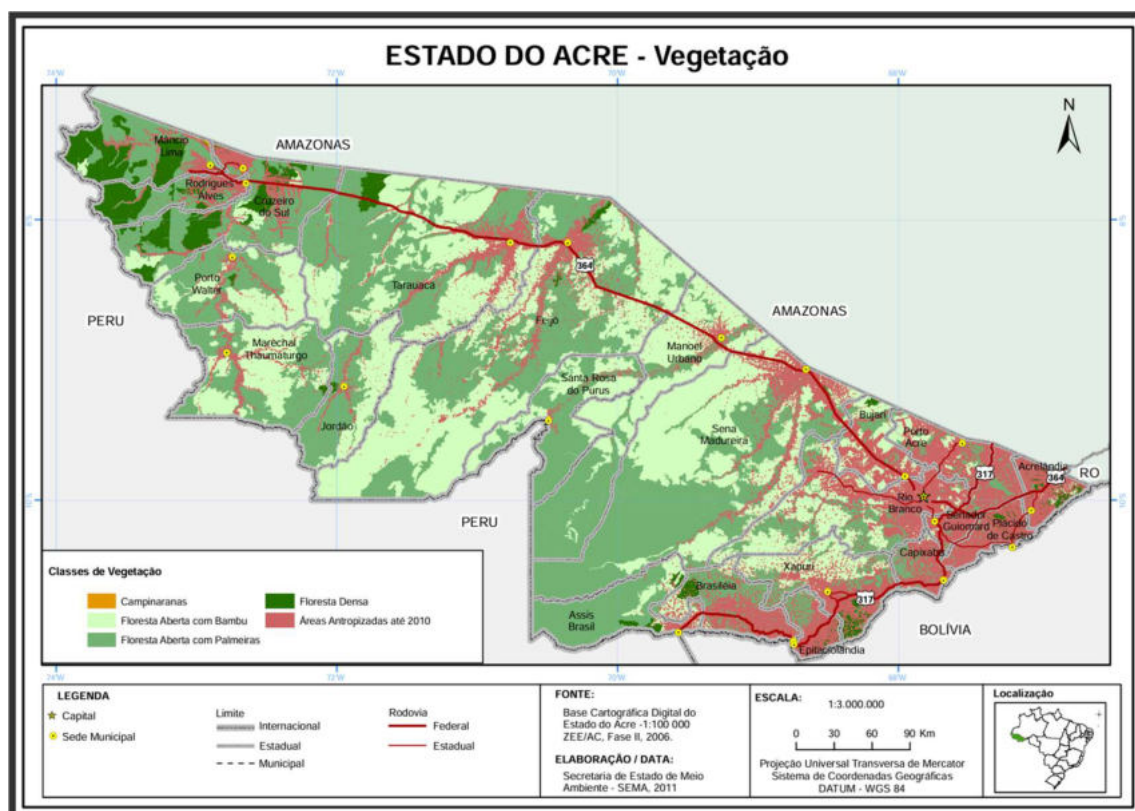
Foto 49 - exemplos de Argissolos: à esquerda, argissolo amarelo, à direita, argissolo vermelho amarelado
Mâncio Lima, 2015 – Fonte: Serviço Geológico do Brasil



Mapa 20 - Solos do Estado do Acre - SEMA/AC 2011

Sobre os solos argilosos e sob um clima de grande volume de chuvas e da farta rede fluvial, a vegetação do estado do Acre é exuberante. A vegetação do estado é resultado da interação entre a formação andina, variações climáticas de milhões de anos e agentes humanos e animais, que se caracteriza por formações florestais muito peculiares da região.

São predominantes três tipos de regiões fitoecológicas: Domínio da Floresta Ombrófila Densa, Domínio da Floresta Ombrófila Aberta e Campinarana.



Mapa 21 - Vegetação do Estado do Acre - SEMA/AC 2011

Tipologias florestais	Área (Km²)	Percentual (%)
Total	164.206,00	100%
01. Campinaranas	66,00	0,04%
02. Floresta aluvial aberta com bambu	1.790,00	1,09%
03. Floresta aberta c/ bambu dominante	16.455,00	10,02%
04. Floresta aberta c/ bambu + floresta aberta c/ palmeiras	40.546,00	24,69%
05. Floresta aberta c/ bambu + floresta aberta c/ palmeiras + floresta densa	5.994,00	3,65%
06. Floresta aberta c/ bambu + floresta densa	3.892,00	2,37%
07. Floresta aberta c/ palmeiras	4.516,00	2,75%
08. Floresta aluvial aberta c/ Palmeiras	9.361,00	5,7%
09. Floresta aluvial aberta c/ Palmeiras + formações pioneiras	411,00	0,25%
10. Floresta aluvial aberta c/ palmeiras + vegetação secundária	213,00	0,13%
11. Floresta aberta c/ palmeiras + floresta aberta c/ bambu	22.416,00	13,65%
12. Floresta aberta c/ palmeiras + floresta aberta c/ bambu + floresta densa	21.579,00	13,14%
13. Floresta aberta c/ palmeiras + floresta densa	16.964,00	10,33%
14. Floresta aberta c/ palmeiras + floresta densa + floresta aberta c/ bambu	9.788,00	5,96%
15. Floresta aberta c/ palmeiras + formações pioneiras	99,00	0,06%
16. Floresta densa	493,00	0,3%
17. Floresta densa submontana	821,00	0,5%
18. Floresta densa + floresta aberta c/ palmeiras	8.802,00	5,36%

Tabela 20 - Tipologias florestais e a porcentagem do território do estado Acre Fonte: Secretaria do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi) - Governo do Acre.

Aspectos ambientais da Terra Indígena Nawa

A terra indígena Nawa possui dentro dos seus limites uma alta diversidade de paisagens – montanhas, planícies, colinas em vários níveis de dissecção – com topografia variando de acidentada a relativamente montanhosa. As áreas do Parque Nacional da Serra do Divisor, que em parte coincidem a TI, foram consideradas como de “interesse geral para biodiversidade” devido à alta variedade de plantas. Há registro de 1.233 espécies animais, sendo que 90 são consideradas de valor especial para a conservação, 76 de vertebrados e 14 de invertebrados. Várias espécies estão ameaçadas de extinção, conforme a classificação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), como o macaco uacari-vermelho, mico-do-cheiro, onça-pintada, anta, preguiça, quati, tartaruga tracajá, boto-vermelho, tamanduá-bandeira, lontra, tatu-canastra, macaco-cara-de-sola, pacarana, jabuti, jacaré-tinga e o peixe-boi, além das 100 espécies de anfíbios, 30 de répteis, 14 de primatas, 55 de morcegos, 400 de aranhas e insetos, bem como as 64 espécies de abelhas. A região é a mais rica em espécies de primatas de toda a Amazônia brasileira. A avifauna conta com cerca de 500 aves, entre elas a choca-do-acre, endêmica na área. Foi recentemente descoberta uma nova espécie de nambu, a sururina-da-serra, também endêmica da área.



Foto 50 - Aves endêmicas no oeste do Acre: Choca-do-Acre Fêmea - Foto Ricardo Plácido/ICMBio e Sururina-da-serra - Foto: Luís Moraes/ICMBio

A diversidade biológica da região inclui diversidade genética, de regiões adjacentes, como o Ucayali, por exemplo, e também diversidade sistêmica, resultante da interação clima, topografia e solos ao longo da história. Aves, anfíbios e insetos são indicadores de diversidade de vegetação e solos (Freitas et al. 2005). Isso porque cada espécie de inseto encontra alimento e condições ambientais próprias em áreas específicas.

Algumas espécies de borboletas estão presentes em área com uma vegetação específica; na fase larvar come poucas espécies de vegetais e na fase adulta são responsáveis pela polinização. As ninfas aquáticas de algumas libélulas são sensíveis à qualidade da água e à presença de outros insetos. A heterogeneidade ambiental, com variedade topográfica, os diferentes regimes de chuva, de solo e vegetação, a abundância de iluminação e de água, as mudanças nos cursos d'água, inundações e variações climáticas resultam em maior biodiversidade.

Essas correlações ecológicas estão presentes na região do rio Moa e afluentes. A presença humana, ao contrário do que alguns analistas ambientais defendem, é parte desse sistema ecológico. A biodiversidade do Parque Nacional da Serra do Divisor é resultado também da perturbação e interação humana no ambiente. A caça, a pesca e o extrativismo como práticas tem consequências seletivas, o sistema de coivara e a dedicação a cultivar certas plantas, implica na heterogeneidade ambiental na medida que seleciona, abriga e atrai novas espécies que interagem com outras já existentes num tempo histórico imemorial e absolutamente abstrato.

Ademais, toda essa diversidade ambiental tem sido utilizada e conservada secularmente pelas populações indígenas que residem nessa vasta região, pelo próprio modo de vida. Grande parte dessa biodiversidade do Parna é contemporânea à presença dos Nawa na sua porção norte.

A rica diversidade ambiental existente na terra indígena está sujeita a uma dinâmica funcional e de interdependência que torna todas as áreas no seu interior de fundamental importância para o bem-estar econômico e cultural dos Nawa. As diversas características ambientais associadas a solo, clima, hidrografia, fauna, flora e as interações entre essas comunidades de seres vivos e não vivos são bastante conhecidas pelos Nawa, conhecimento ecológico esse que permite a eles praticarem suas atividades produtivas e simbólicas.

A presença de muitos rios e igarapés, extremamente meandantes e alagáveis, é uma característica marcante da região. Entre voltas e estirões (unidades de medida dos cursos d'água), os Nawa identificam arrombamentos, furos, poços, remansos, igarapés e grotas.

Rios meândricos costumam apresentar forte instabilidade na sua dinâmica do formato de suas margens. O arrombamento corresponde ao processo denominado na geologia como avulsão: rompimento de pontas de meandros. O arrombamento dos rios é

causado por cheias extremas, alterando o curso do rio, podendo formar novos corpos d'água, como lagos ou furos.

Os furos são atalhos no rio, que podem encurtar as viagens em horas, evitando várias curvas. É um tipo de canal de ligação, moldado na várzea pelo curso do rio. Costumam ser estreitos e rasos, na vazante o furo pode secar, mas em alguns lugares a água pode ficar represada e formar lagos.



Foto 51 - Exemplo de furo e formação de lago no Rio Juruá Foto Bruno Kelly, em O Globo

Um elemento importante da hidrologia e influente no ciclo da água é o remanso. O remanso retarda o fluxo da água, permitindo que ela se acumule e seja absorvida pelo solo. Com isso, os remansos amortecem a correnteza, evitando inundações e permitindo a deposição de sedimentos e a renovação da água nos lagos.

Os igarapés têm cursos parecidos com os dos rios, neles estão as praias, barrancos e estirões.



Os barrancos, presentes nos igarapés e nos rios, são formados pelas erosões da margem pelo próprio fluxo da água e os estirões são porções do curso d'água sem curvas. Um está envolvido na formação do outro, o contínuo desbarrancamento cria os estirões. Os estirões estão associados a formação de lagos isolando uma volta do rio.

O sangrador (ou sangradouro) é formado quando com a mudança entre cheia e vazante, quando uma boca do lago é aterrada e cria-se uma conexão temporária entre o rio e o lago. Esse canal renova as águas do lago na cheia. A cada cheia do rio esses lagos se tornam cada vez mais rasos. Na vazante parte do lago seca e nascem espécies importantes para os Nawa, como a tiririca, usada na confecção de artefatos.

Os Nawa se localizam nos rios e igarapés pela posição da margem no sentido que corre o rio, classificando como alto rio a montante e o baixo rio, a jusante, estando o alto do rio ao sul e ao norte o baixo rio. Outra distinção importante é entre margem e centro. A margem são as calhas dos principais rios, como o Moa, por exemplo, e o centro se refere aos interflúvios e pequenos igarapés e estão no alto dos cursos d'água.

Os Nawa dominam a dinâmica das águas associadas às chuvas e relacionam essa dinâmica aos dois grandes tipos de ambiente paisagístico. Trata-se da distinção que fazem

entre duas classes de ambiente importantes, a várzea e a terra firme, com ênfase nos contrastes das águas e dos aspectos geomorfológicos: um de terra alta não alagável e outro de terras planas inundáveis nos períodos de cheia. Essa distinção coincide com definições da geografia. As inundações em igarapés de terra firme são chamadas de “baixos”, e algumas vezes as várzeas também são chamadas de baixos.



Foto 52 - à esquerda, lago em mata de várzea no Rio Moa; à direita, trilha em mata de várzea no Rio Moa (Bernarde, P.S. et al. 2013).

O verão é definido como o período do ano em que o nível das águas abaixa; e o inverno, quando ocorrem as alagações. Essa variação de fluxo das águas implica no arranjo do calendário produtivo.

Na várzea, há aproveitamento dos solos inundáveis para lavouras específicas. Nos barrancos e praias, os vários níveis são usados para roçados de curto ciclo como melancia e milho. Em terra firme, há ambientes de mata fechada e de mata aberta, cujo potencial, para plantio, caça ou extrativismo, é conhecido e manejado pelos Nawa.



Foto 53 - Trilha em terra firme na floresta do Rio Moa. Fonte: Herpetofauna da floresta do baixo rio Moa em Cruzeiro do Sul, Acre – Bernarde, P.S. et al. 2013

No verão emergem os solos fertilizados pelas alagações do inverno, que acompanhadas dos rios de água barrenta (água toldada) rica em material em suspensão compuseram a formação dos solos. Nesse período também os campos são aproveitados para a criação de gado e para o plantio de cultivares. É época de pesca e também para atividades extrativistas.

No inverno, com as inundações, os peixes se dispersam, as criações têm que ir para a terra firme. É um período favorável também para a atividade de caça, já que os animais facilmente encontrados por rastros no chão e por locais já conhecidos pelos Nawa de concentração de plantas em frutificação. O inverno é o momento climático de grande fartura, de caça e de roçado. O grande volume de chuvas no inverno aumenta progressivamente o nível dos rios, o que torna os deslocamentos de barco mais rápidos. Nessa época que as excursões a aldeia Inu Awa são mais frequentes. Local de refúgio de espécies, a visita exige que o igarapé Novo Recreio esteja na cheia.

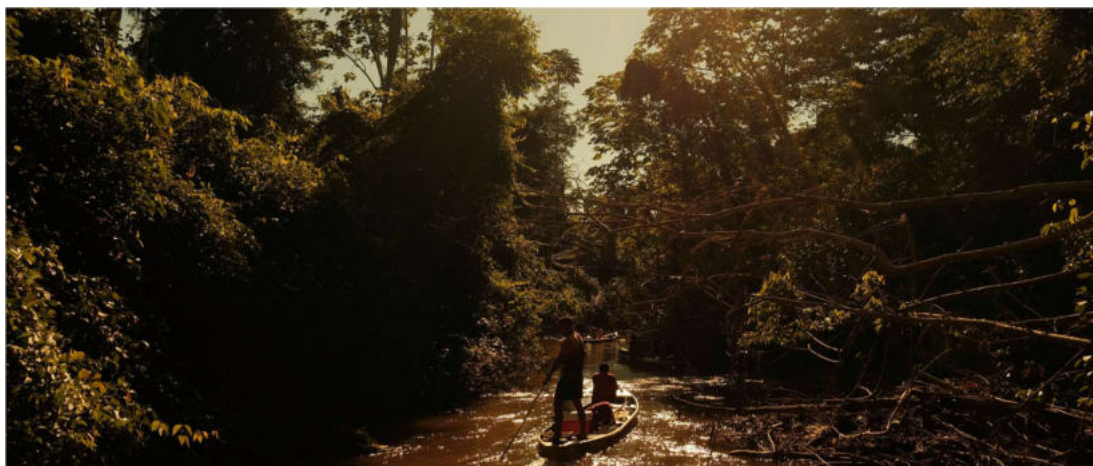


Foto 54 – Dificuldades de navegação no ig. Novo Recreio quando não está na cheia. Foto: Alexandre Cruz Noronha/Amazônia Real

Em oposição a cheia, o verão é o tempo da vazante, período de seca, em que os rios, lagos e igapós, em diferentes estágios de formação ou recomposição, passam a ser importantes fontes de alimentação. Segundo o Plano Estadual de Recursos Hídrico, quanto menor for o resultado da divisão das vazões médias mensais máximas e mínimas, mais regular tende a ser o regime do rio. Nesse sentido, a Serra do Moa tem o regime mais regular na bacia do Rio Juruá.

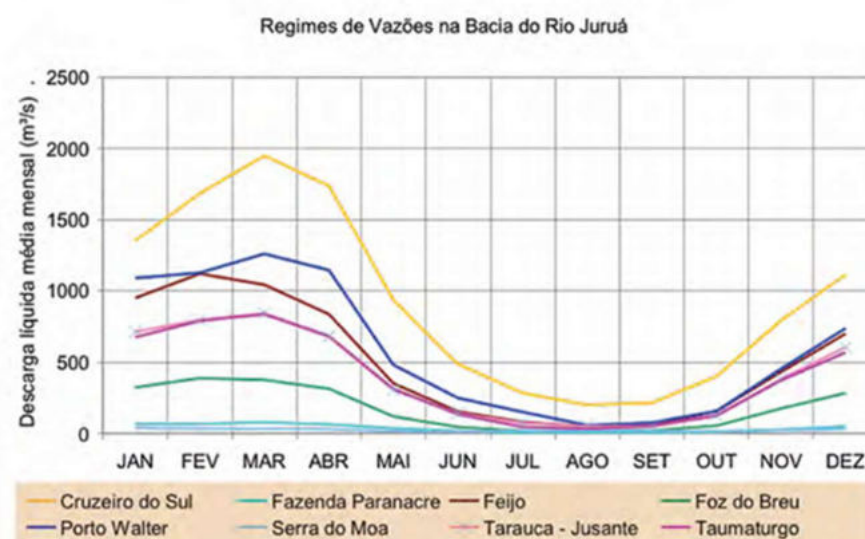


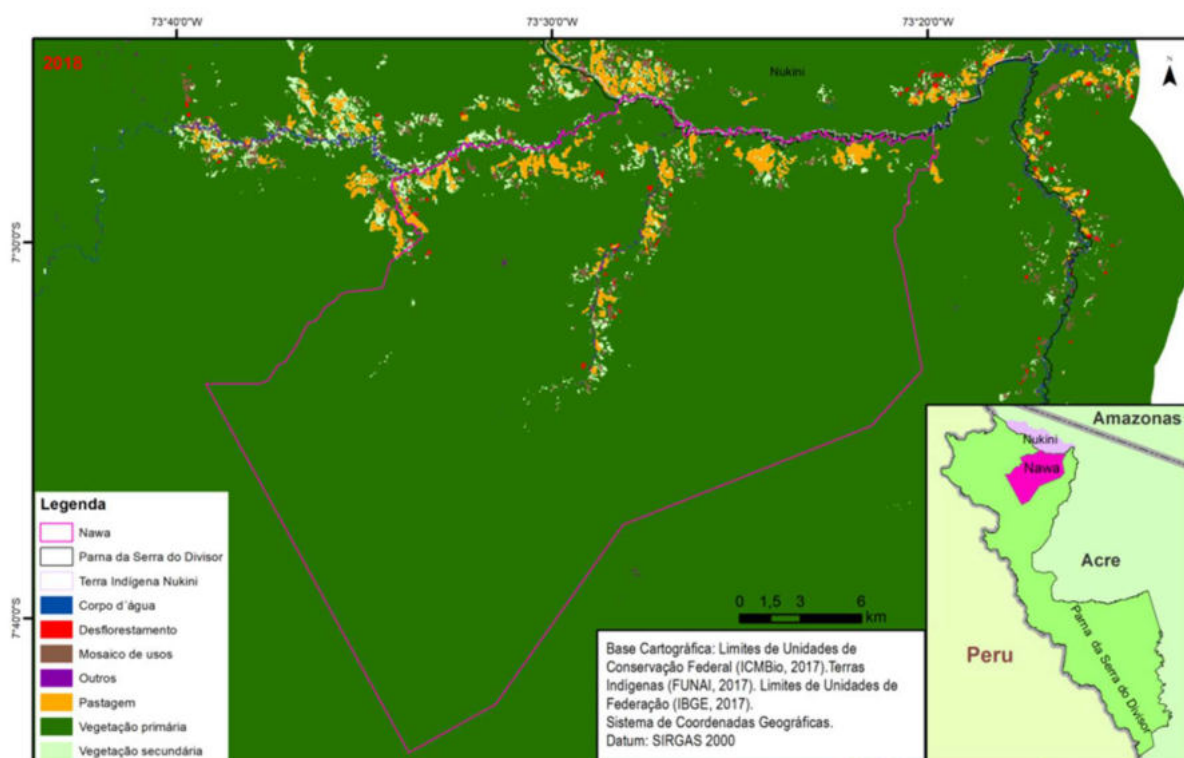
Gráfico 28 - Regimes de vazões na Bacia do rio Juruá – Plano Estadual de Recursos Hídricos, 2012.

A paisagem da TI é bastante heterogênea e são diversos os mecanismos de conformação dessa diversidade. A topografia, composta por áreas inundáveis, barrancos, terra firme, as dinâmicas fluviais, incluindo desbarrancamentos e arrombamentos, a

Croqui 29 - Autos de infração. Fonte ICMBio

Para além da punição pelo ICMBio, existe entre os Nawa uma avaliação negativa sobre abrir novos campos, já que novas áreas implicam em desflorestamento, e consequentemente, afastamento de animais e distanciamento de recursos florestais. Ademais, os Nawa observam que as áreas de pastagem são empobrecidas, levando anos para recuperar como capoeira.

Abaixo observa-se que as áreas de pastagem se concentram nas adjacências das aldeias e próximas a cursos d'água.



Mapa 22 - Área de pastagem. Fonte: Koga, 2019

A área da TI Nawa concentra uma diversidade de combinações florestais. A seguir um resumo das principais tipologias encontradas na área.

A predominância na TI é de dois domínios: Floresta Ombrófila Aberta e da Floresta Ombrófila Densa. Essas subdividem-se em diversas formações devido às feições fitoecológicas regionais, estando associados a fatores geológicos ou pedológicos. Dentro desses domínios há uma coexistência de diversas formações vegetais, sendo o principal fator nessa diferenciação a qualidade do solo. A diferenciação ocorre principalmente em relação a aspectos fisionômicos e estruturais, mais do que em aspectos florísticos. Como cada tipo de vegetação diz respeito a áreas distintas e a formas de vida que resultaram de

adaptações a variações existentes no meio ambiente, a diferenciação ecológica também se faz presente, ao criar vários nichos para diferentes espécies vegetais e animais.

Dentre as subdivisões de floresta aberta e floresta densa há principalmente dois tipos de formações florestais: floresta aberta (floresta ombrófila aberta) com palmeira e a floresta densa (também ombrófila) submontana. Além dessas composições de vegetação, há também vegetações não florestais, trata-se da campinarana, ou campina.

Segundo o ZEE do Acre, a floresta aberta com palmeira aparece na região também associada a uma formação que combina floresta densa e formações pioneiras. Essa classe de vegetação é predominante em toda a área da TI.

A região do alto Juruá, incluindo a região da Serra do Moa, é considerada uma das maiores diversidades de palmeiras. Na região da TI Nawa registra-se pelo menos 70% do total de espécies referenciadas como ocorrentes na Amazônia Ocidental (ZEE/AC).

Na área da TI observa-se a presença de espécies de palmeiras tais como patuá (ou patauá), bacaba, paxiubão, paxiubinha, murumuru, uricuri e jarina. Tanto o patuá, quanto a bacaba, o murumuru e a jarina são consumidas pelos Nawa como alimento. As folhas da jarina, o paxiubão, a paxiubinha e o uricuri são utilizados em consertos e construções de casas.

As florestas abertas com palmeiras apresentam 3 estratos bem definidos: o dossel com indivíduos emergentes de 35 a 40 metros de altura, o estrato médio, fechado com predominância da espécie breu vermelho e o estrato inferior de aspecto aberto ou limpo. Há grande concentração de cipós, o sub-bosque é denso e apresenta também muitas clareiras naturais. Observa-se a ocorrência de poucas seringueiras. As espécies arbóreas com maior dominância na área são amarelão, caucho, cedro vermelho, cerejeira, cumaruferro, jutaí, maçaranduba, marupá, mata-matá amarelo, mata-matá roxo, pau d' arco amarelo e mulungu duro. A madeira de muitas dessas espécies é usada pelos Nawa como matéria-prima em construções.

Algumas espécies vegetais estão nas áreas mais altas dentro da terra indígena, outras nas terras baixas, e ainda há aquelas que se encontram nas cabeceiras dos igarapés, nas suas desembocaduras ou ao longo de suas margens. A título de exemplificação, destacam-se o açaí, a bacaba, o patuá (patauá), o buriti e a jarina. O primeiro localiza-se preferencialmente em terras mais elevadas de florestas densas de terra firme. A jarina ocorre em áreas de floresta aberta com palmeiras e, raramente, em florestas densas. A bacaba, o patauá e o buriti ocorrem em especial nas áreas úmidas e nos baixios.

As florestas abertas com palmeira em áreas pioneiras só são encontradas no extremo oeste do Acre na região da Serra do Moa. Essa classe é caracterizada pela presença de muitos agrupamentos de buriti, alimento muito apreciado pelos Nawa, que consomem o fruto e elaboram o vinho de buriti a partir da polpa do fruto, que são deixados de molho em água quente, descascados e amassados. Em geral, o buriti frutifica entre setembro e abril e está muito associado a presença de animais de caça, que também se alimentam dele no inverno.

Na região mais a oeste da terra indígena, identifica-se a presença de floresta aberta submontana com palmeira. A vegetação não forma um dossel fechado, e está em relevo de maior altitude, sem muita densidade como na floresta ombrófila densa, mas com espécies adaptadas a altitudes maiores.

A fauna da floresta aberta é bastante diversa, incluindo várias espécies de aves, mamíferos, répteis e insetos. Dentre os mamíferos destacam-se onça-pintada, anta, tamanduá-bandeira, macacos (bugio, macaco-prego), veado, quati, lontra, tatu-canastra. A presença de palmeiras e outras plantas fornece abrigo e alimento para muitas dessas espécies.

A outra tipologia menos presente na TI é a floresta densa submontana. Trata-se de áreas de floresta densa que apresentam árvores emergentes com aproximadamente 50 metros de altura, mas ocorrem também grupamentos arbóreos menores bastante uniformes, atingindo aproximadamente 30 metros de altura. O domínio da Floresta Ombrófila Densa encontra-se associado a faixas climáticas de maior umidade relativa e de maior precipitação anual, em locais com ocorrência de rochas sedimentares cretáceas (entre 143 milhões e 66 milhões de anos atrás) e terciárias (há 65 milhões de anos). Essa formação apresenta bastante regeneração arbórea. São espécies comuns a sapota, axixá, andirobarana, ingás, mamorana e taperebá. Se incluem nessa tipologia também árvores como amarelão, angelim, angico, aroeira, balsamo, catuaba, cedro, cerejeira, copaíba, cumaru-cetim, cumarú-ferro, maçaranduba, mulateiro e samaúma.



Foto 55 - Samaúma Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos Acre Rio Branco 2012.

Várias dessas espécies são usadas pelos Nawa para a construção de casas, canoas, remos, pilões, conserto em geral, para produção de artesanatos e remédios, além de valores simbólicos envolvidos na relação com espécies como a samaúma e o mulateiro.

Nas formações vegetais, dos dois grandes domínios mencionados, ocorre ampla distribuição de biomassa, sendo caracterizadas por uma diversidade arbórea significativa (ZEE, 2000: 50-51).

A Campina ou Campinarana, tem uma vegetação rala, aberta e quase arbustiva. As campinaranas são formações não florestais, irregularmente abertas, com alta densidade de árvores pequenas. São formações florestais que se destacam por possuírem um sub-bosque pouco denso, solos arenosos extremamente pobres, com frequentes alagamentos, mas ricas em espécies endêmicas.

Na região, um tipo de campinarana apresenta alta densidade de árvores finas com cerca de 5 m de altura, em pequenas elevações ao nível do solo, formadas por suas próprias raízes, o que mantém as partes aéreas das plantas acima das inundações temporárias durante as chuvas. Outra fisionomia de campina acreana é a presença de um dossel mais alto (8-10 m) com espécies emergentes não ultrapassando 20 m de altura. São em geral pequenas em extensão, mas muito importante para biodiversidade, em razão de

espécies que só ocorrem nessa formação, não só vegetal mas também animal, como o pássaro mankin-preto que está associado a dispersão de sementes.



Foto 56 - Exemplo de Campinarana sobre área branca

Nas campinas são comuns arbustos, ervas, trepadeiras, lianas ou epífitas (plantas que crescem sobre outras plantas ao invés de criar raízes no solo). Dessas destaca-se uma espécie conhecida como leva-tudo que é um tipo endêmico das campinas de Mâncio Lima e Humaitá (ZEE, 2000: 73). Além da leva-tudo é comum encontrar líquen (que são indicadores da qualidade do ar). O líquen *Cladonia* cresce sobre areia branca exposta, não dependendo de planta para se apoiar. Observa-se também ervas e algumas gramíneas.

Com uma formação diametralmente oposta a campinarana, a TI circunscreve também áreas de mata impenetrável, com muitos cipós e arbustos com espinhos. A região da aldeia Inu Awá apresenta essa configuração, com dossel fechado e mata cerrada.

Conforme consta no Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre, a área onde se encontra situada a Terra Indígena Nawa possui um potencial de espécies não madeireiras considerado alto. Como descrito nas tipologias florestais acima, destacam-se o açaí, o patuá, o murumuru, a seringueira, a copaíba, a jarina, o pau- d'arco roxo, a andiroba, a bacaba e o buriti. Essas espécies são encontradas em diversas áreas da terra indígena e amplamente utilizadas pelos Nawa, que sabem localizar as espécies vegetais e suas ocorrências na área da TI.

As árvores são apenas uma dimensão da biodiversidade vegetal, há toda uma gama de variedade de cipós, arbustos, palmeiras e plantas que não enraízam no solo fixando-se em outras plantas (epífitas), são, por exemplo, os musgos e as orquídeas. Associada a ampla diversidade vegetal existe uma quantidade de fauna elevada. Das muitas espécies animais que vivem em várias áreas da terra indígena, destacam-se a onça pintada, a onça vermelha, o boto vermelho, o tamanduá bandeira, o tatu canastra, o macaco preto, o soim preto, o macaco barrigudo, o bigodeiro, os cachorros do mato, os gatos maracajá, os morcegos, jabutis, jacarés-açu, a tartaruga e o tracajá. Das espécies de aves constam gaviões, o gavião-real, o pica-pau, a arara e o mutum (ZEE AC).

Inventários de indivíduos e espécies em um hectare, mostraram que no rio Moa, há em média 594 indivíduos por hectare, de 156 espécies diferentes (Carneiro da Cunha et. al, 2002, p. 73).

b) explicitação das razões pelas quais as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural dos Nawa são imprescindíveis e necessárias

Os animais descritos acima são encontrados na terra indígena, em especial em áreas dos afluentes e das cabeceiras dos igarapés Jordão, da Velha, Pijuca, Novo Recreio, Venâncio, Jarina e Jesumira, além da margem direita do rio Moa. A presença desses animais é parte do bem-estar econômico e cultural dos Nawa que valorizam muito a atividade e o produto da caça. Como já foi mencionado, a base da alimentação dos Nawa é composta por carne de caça e farinha. Portanto, toda a bacia hidrográfica desses igarapés, além da margem direita do rio Moa, locais onde os animais silvestres comestíveis transitam e se reproduzem, são imprescindíveis e necessárias para os Nawa.

Da ampla área ocupada pelas bacias hidrográficas mencionadas, destaque especial deve ser dado às cabeceiras dos igarapés Jesumira e Novo Recreio, e ao afluente da margem direita deste último, o igarapé Boca Tapada. A região formada pelas cabeceiras desses igarapés é uma das principais áreas de reprodução da fauna, por causa da grande quantidade de barreiros e árvores frutíferas que servem de alimentação para a fauna. Conforme Eufrásio Nawa, ao se referir à região das cabeceiras do Novo Recreio, Boca Tapada e Jesumira:

Tem uns barreirão que se você chega nele chega fica animado para matar uma caça. Embiara tem, jacu, cujubim, freveia quando você chega assim (...) todo tipo de caça fica em barreiro, é queixada, é porco, é veado, a anta. Agora tem uns tipos que andam de noite. A anta anda de noite. O veado anda de dia e de noite. Agora o queixada e o porquinho só anda de dia (...) Jacu, cujubim, mutum tudo anda em barreiro. Porque o barreiro é como uma terra salgada, por isso que a caça gosta (Eufrásio, 2003, Jesumira).

As áreas das cabeceiras e afluentes dos igarapés Novo Recreio, Boca Tapada e Jesumira também são imprescindíveis e necessárias aos Nawa por englobar lugares com antigas malocas. Assim, no limite sul existem sítios arqueológicos e lugares sagrados. Como já vimos, essa região foi ocupada pelos antepassados dos Nawa, configurando-se não apenas sítios arqueológicos, mas lugares sagrados sobre os quais falaremos com mais detalhes na parte seguinte.

As áreas das cabeceiras dos igarapés Novo Recreio, Boca Tapada e Jesumira, bem como dos igarapés Jordão, da Velha, Jarina e Venâncio, são imprescindível e necessárias, ainda, por preservarem as nascentes dos principais cursos hídricos que cortam a terra, de onde os Nawa retiram água potável e alimentos, além de ser local para o transporte fluvial, para higiene pessoal e para lavar roupas e utensílios domésticos.

Sendo a bacia dos igarapés Novo Recreio, Jesumira, Jordão, da Velha, Pijuca, Venâncio e Jarina, afluentes da margem direita do rio Moa, imprescindíveis para a preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural dos Nawa, seus afluentes e respectivas cabeceiras estão nos limites da terra indígena, onde são exercidas as atividades produtivas dos Nawa. Ao longo do curso desses igarapés situam-se as residências dos Nawa, seus roçados e diversas espécies exploradas para a construção de casas, embarcações e artefatos. Próximo às residências, os Nawa praticam as atividades de pesca, caça e extrativismo. Estas duas últimas, também são desenvolvidas ao longo das margens e das cabeceiras dos cursos hídricos. O extrativismo e a caça são atividades praticadas, também, em áreas mais distantes das margens dos cursos fluviais, nas áreas de centro, mais para o interior da floresta. Portanto, nas bacias hidrográficas dos igarapés Novo Recreio, Jesumira, Jordão, da Velha, Pijuca, Venâncio e Jarina, e na margem direita do rio Moa, são imprescindíveis para os Nawa realizarem suas atividades de caça, pesca, agricultura e extrativismo.

Dentre as atividades extrativistas podem ser destacadas aquelas de recursos madeireiros e alimentícios, bem como de matéria-prima para a elaboração do artesanato.

Na região das cabeceiras do igarapé Novo Recreio, os Nawa retiram taboca para a confecção de parte do artesanato, fazem excursões de caça e à aldeia Inu Awa, ademais, é uma áreas de refúgio de caça. Por tudo isso, essa área é imprescindível ao bem-estar econômico e cultural dos Nawa. Como explicitado pela liderança Nawa:

Railson - Começa desde o artesanato. Aqui nessa extrema do Jesumira com o Novo Recreio nós temos a partir do cocão. É pouco mas nós temos.

Macedo - Cocão vocês plantaram?

Railson - Eu acho que foi plantado porque é pertinho das malocas. Nós temos cocão lá, nós temos a taboca (...).

Macedo - Esta taboca é de planta?

Railson - Eu acho que é de planta porque é só um partido de taboca. E a gente circulou ela todinha assim, e acho que dá mais ou menos umas duas tarefas só de taboca, uns dois hectares de taboca (...).

Umberto Nukini – Railson, você foi nesse facho de taboca em qual faixa do igarapé Novo Recreio?

Railson - É na faixa das cabeceiras do Novo Recreio, pegando o Pé da Serra para as cabeceiras do Sungarú. As cabeceiras do Sungarú. Entre o Sungarú e as cabeceiras do Novo Recreio (Railson, Macedo e Umberto, 2003, Novo Recreio).

Como fica evidente com ao longo desse item do relatório, todas as áreas dentro dos limites da terra indígena são necessárias e imprescindíveis para a preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural dos Nawa. Isto porque determinadas áreas são utilizadas para caça, outras para pesca, extrativismo, agricultura e artesanato e reprodução de aspectos simbólicos importantes para o povo Nawa.

Nesse ponto é importante destacar que em razão da longa celeuma judicial em função do limite da terra, os Nawa ponderaram que a área ao sul da TI, onde estão as antigas malocas e locais sagrados, ficariam de fora da delimitação para que o processo pudesse andar. Parte do argumento dos Nawa para essa ponderação é de que se trata uma área de difícil circulação, de mata muito fechada, entrelaçada de cipós e densa, já no sopé dos morros e que a circulação atual deles se restringe até a área da aldeia Inu Awa.

Muitas das informações relacionadas com essas áreas podem ser visualizadas no croqui abaixo, elaborado pelos Nawa durante os estudos de identificação e delimitação da terra indígena.



Croqui 30 - Croqui da TI Nawa produzido durante os estudos de identificação em 2003.

Por fim, observa-se que as áreas imprescindíveis ao bem-estar dos Nawa abarcam diferentes recursos e ambientes, rios, igarapés, matas abertas, densas, várzeas e até áreas não florestais como a campina que estão em interação vinculante.

As criações e as pessoas transitam entre campos, matas, igarapés e aldeia, de onde dispõem de todos os recursos para seu modo de vida, conforme seus usos, costumes e tradições.

V - QUINTA PARTE: REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

- a) Dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;
- b) Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc. explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;
- c) Identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicitando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim.

a) Dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;

Os dados oficiais sobre natalidade e mortalidade dos Nawa são produzidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Juruá - DSei-ARJ. Os dados demográficos, bem como os de saúde, consolidados pelo Dsei podem divergir dos dados levantados por estes estudos de identificação e delimitação e também dos dados do IBGE, em parte em função de escolhas metodológicas. Segundo informações do Plano Distrital do Alto Rio Juruá de 2023, o DSei-ARJ abrange uma população indígena de 20.455 indivíduos, de 14 povos distribuídos em 163 aldeias em 30 territórios indígenas.

Não há muitos dados históricos sobre a demografia dos Nawa, no entanto, é de amplo conhecimento que este povo sofreu um acentuado processo de depopulação, por extermínios, massacres, trabalhos forçados, e epidemias, que perdurou por muitos anos ao longo do processo colonizador do Acre. Além das correrias, do trabalho escravo nos seringais e das epidemias, os sobreviventes desse processo foram submetidos à estrutura econômica e social do seringal. Humilhação, medo e vergonha forçaram a ocultação e transformação de aspectos culturais diacríticos dos Nawa a ponto de serem considerados "extintos". A depopulação e a diluição da diferença com os demais do seringal ao longo dos anos criou perspectivas demográficas que indicavam o desaparecimento do grupo.

Por muito tempo confundidos com os Nukini, anos mais tarde, essa pequena população do outro lado do rio Moa demonstrou com a luta pelo reconhecimento de suas diferenças dos não indígenas e dos Nukini uma reversão demográfica, comum a outros povos indígenas, sobretudo por elevação dos níveis de fecundidade, redução relativa de mortalidade, políticas de saúde e mobilização social dos povos.

O perfil epidemiológico dos povos indígenas no Acre.

O Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Juruá - DSei-ARJ possui 7 Polos Base, entre eles está o Polo Base de Mâncio Lima que atende 8 aldeias de 3 povos: Nukini, Nawa e Puyanawa, uma população total de 1.991 indígenas, segundo informações do Plano Distrital Alto Rio Juruá de 2023.

O perfil epidemiológico do DSEI-ARJ se define predominantemente pelas notificações das Doenças Diarreicas Agudas (DDA), Síndromes Respiratórias (SR), Leishmaniose, Tuberculose, Sífilis Adquirida e Hepatites Virais.

A alta incidência de síndrome gripal e de síndrome respiratória aguda grave deve-se sobretudo por se tratar de uma população vulnerável a essas infecções, habitando áreas de difícil acesso das equipes de saúde e também a presença de povos isolados. Ademais, todos os anos no estado do Acre e na população indígena há um aumento dos casos das síndromes respiratórias no período das secas e estiagem. Importante destacar que nos anos da epidemia de Coronavírus esses índices aumentaram. Em 2020, foram notificados dois casos de síndrome gripal e 16 casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave. Em 2021, os casos de síndrome gripal subiram para 243 notificações e para 379, em 2022. (Plano Distrital, 2023).

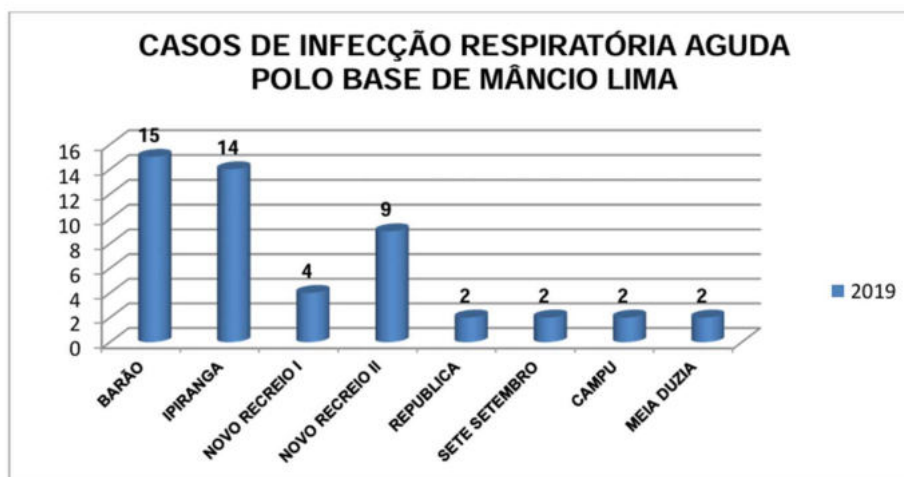
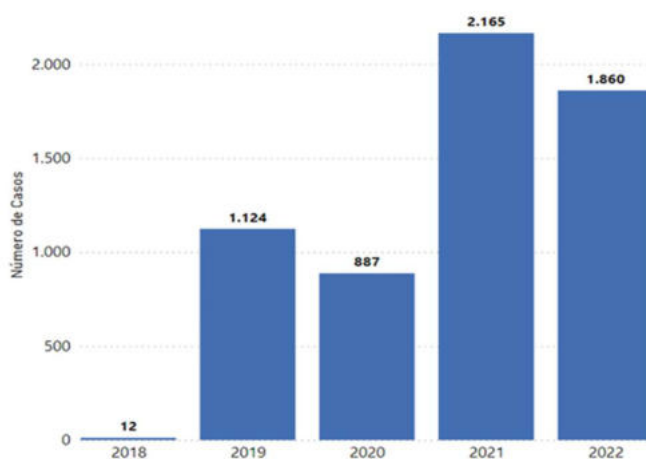


Gráfico 29 - Casos de Infecção Respiratória Aguda Polo Base Mâncio Lima in: Plano de Contingência do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas 2020

Casos de Síndrome Gripal segundo ano de atendimento. DSEI Alto Rio Juruá, 2018 a 2022.



Fonte: SIASI/SESAI/MS, extração realizada em 25/04/2023, dados sujeitos a alterações.

Gráfico 30 - Casos de Síndrome Gripal 2018 a 2022 - DSei ARJ

Estudos indicam que no Acre, os indígenas correspondem a cerca de 2% da população e estão em situação de precariedade sanitária (Borges - Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil). Condições precárias de saneamento são a principal razão do alto índice de doenças diarreicas.

Polo Base / Aldeia	2021	2022	2023
Cruzeiro do Sul	142	121	43
Feijó	146	73	168
Jordão	248	11	236
Mancio Lima	9	37	47
Marechal Thaumaturgo	-	59	155
Porto Walter	32	220	152
Tarauacá	92	26	279
Total	669	547	1.080

Fonte: SIASI/SESAI/MS, 2023.

Tabela 21 - Casos de Doença Diarreica Aguda (DDA) por Polo Base – DSEI Alto Rio Juruá, 2021 a 2023 – plano distrital

As principais causas de mortalidade estão ligadas a doenças infectocontagiosas. Mas doenças não transmissíveis passaram a ter relevância nas últimas décadas, entre elas destacam-se tuberculose, malária, hepatites virais, doenças diarreicas, respiratórias e parasitárias.

Óbito Geral	2020		2021		2022	
	Nº de óbitos	Tx de Mortalidade	Nº de óbitos	Tx de Mortalidade	Nº de óbitos	Tx de Mortalidade
Coefficiente Geral de Mortalidade	45	2,38	64	3,27	68	3,38

Tabela 22 - Taxa de mortalidade geral por ano, de 2020 a 2022, entre povos indígenas atendidos pelo DSEI-ARJ. Fonte Plano Distrital Alto Rio Juruá, 2023

A taxa de mortalidade geral aumentou ao longo dos anos, passando de 2,38 em 2020 para 3,38 em 2022, indicando um aumento no número de óbitos em relação à população total. Segundo estatísticas do distrito, as principais causas de óbito entre os indígenas no alto rio Juruá são: morte sem assistência, infecção por coronavírus, septicemia, broncopneumonia não especificada, desnutrição proteico-calórica grave não especificada e insuficiência respiratória não especificada.

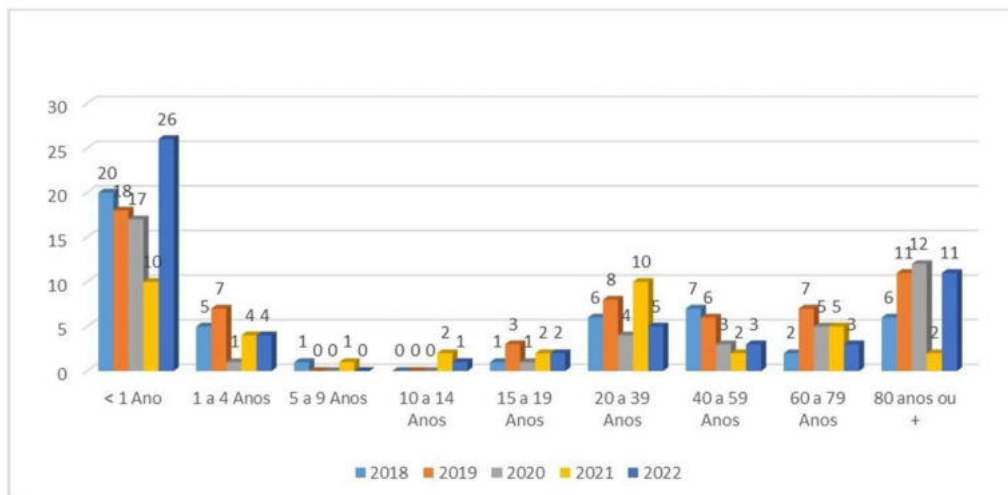


Gráfico 31 - Distribuição dos óbitos por faixa etária nos últimos 5 anos. Relatório Situacional do DSEI Alto Rio

De acordo com dados do DSei Alto Juruá, o total de óbitos de crianças indígenas menores de 1 ano aumentou ao longo dos anos, de 18 óbitos em 2020 para 30 em 2022. Da mesma forma, a taxa de mortalidade infantil também aumentou de 27,4 por mil nascidos vivos em 2020 para 50,2 por mil nascidos vivos em 2022.

Óbito Infantil	2020		2021		2022	
	Nº de óbitos	Tx de Mortalidade	Nº de óbitos	Tx de Mortalidade	Nº de óbitos	Tx de Mortalidade
Total de Mortalidade Infantil	18	27.4	25	36.3	30	50.2

Tabela 23 - Taxa de mortalidade infantil por ano, de 2020 a 2022 Fonte Plano distrital Alto rio Juruá 2023

As principais causas de óbito entre as crianças indígenas menores de 1 ano incluem uma variedade de condições, entre elas: morte sem assistência, influenza (gripe) com pneumonia, broncopneumonia, infecção por coronavírus e desidratação do recém-nascido.

Outras condições foram identificadas no distrito, como insuficiência cardíaca, doenças infecciosas como diarreia e gastroenterite, septicemia, pneumonia bacteriana, condições respiratórias, como pneumonia não especificada e pneumonia devido a alimento ou vômito, insuficiência respiratória aguda e síndrome da angústia respiratória do recém-nascido. Com relação às condições relacionadas ao parto e ao período neonatal, houve óbitos em recém-nascidos com peso muito baixo, imaturidade extrema, desidratação e asfixia grave ao nascer. (Plano distrital, 2023).

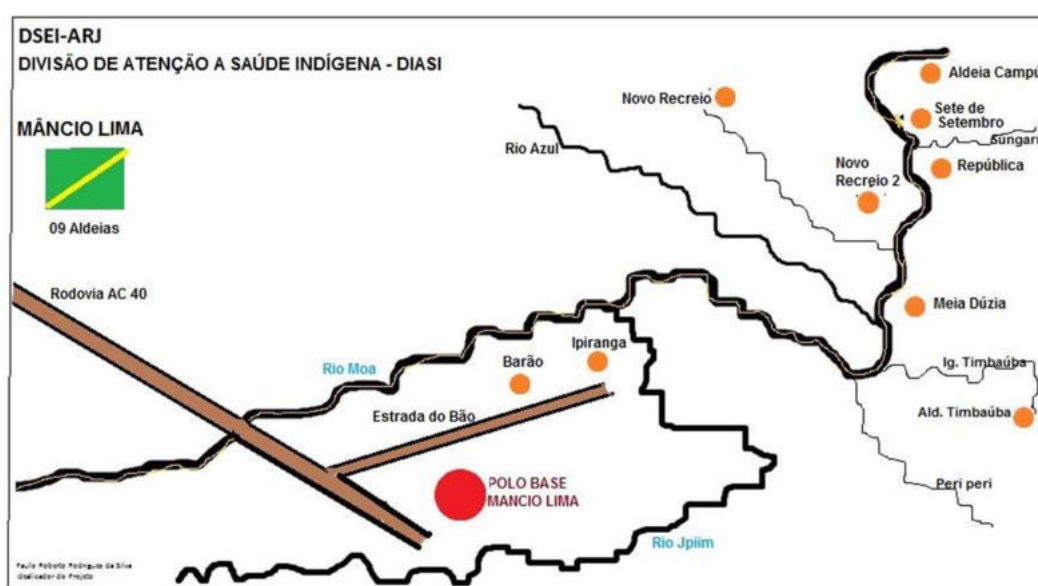
Em 2020, a taxa de natalidade foi de 31,4 nascimentos por mil indígenas aldeados. No ano seguinte, 2021, observa-se um leve aumento para 33,1. Contudo, em 2022, houve uma redução na taxa, que atingiu 28,7.

Ano	2020	2021	2022
Taxa de Natalidade no DSEI	31,4	33,1	28,7

Fonte: SIASI/SESAI/MS, 2023.

Tabela 24 - Taxa de natalidade do DSEI, de 2020 a 2022. Plano Distrital Alto Rio Juruá, 2023

Esses dados gerais se referem a população de quase 2 mil pessoas atendidas pelo distrito. Os dados oficiais que podem ilustrar mais precisamente o perfil epidemiológico dos Nawa são do Polo Base de Mâncio Lima que atende os Nawa, os Nukini e os Puyanawa. As duas Unidades Básicas de Saúde Indígena – UBSI do Distrito estão nas Terras Indígenas Poyanawa e Nukini, sendo a última frequentada pelos Nawa.



Croqui 31 - Distribuição das unidades de atendimento do DSEI, município de Mâncio Lima. In: Relatório Situacional do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá 2023

Com isso, os dados oficiais sobre os Nawa estão mesclados aos dos Nukini e dos Puyanawa. No entanto, as condições ambientais para a saúde dos Nawa na TI é bastante próxima das condições na TI Nukini, de modo que, apesar de não dispormos de dados específicos sobre os Nawa na TI, as informações gerais caracterizam bem o contexto sanitário.

Como no restante das áreas do distrito sanitário, as condições de saneamento são precárias. Os animais de criação circulam livremente em torno das residências, das nascentes de água e dos igarapés.

Dados específicos sobre a população Nawa, tais como de natalidade e de mortalidade, são precários porque na historiografia não existe nenhuma informação

demográfica sobre os Nawa. Assim, as informações produzidas durante os estudos de identificação e delimitação da terra indígena em 2003 e em 2023 podem apenas apresentar uma estimativa sobre a taxa de natalidade e muito pouco pode ser dito sobre a taxa de mortalidade.

Conforme os dados demográficos levantados pelo GT em 2023, a taxa de natalidade naquele ano foi de 12,6. O número de nascidos vivos em 2023 foi 4. O GT de 2003 conjecturou a partir de dados levantados na época que nasciam em média por ano 10,73 crianças, ou seja, uma taxa de natalidade de 34,9. O que indica uma queda bastante acentuada na taxa de natalidade em 20 anos. A taxa de natalidade caiu aproximadamente 63,9% entre 2003 e 2023.

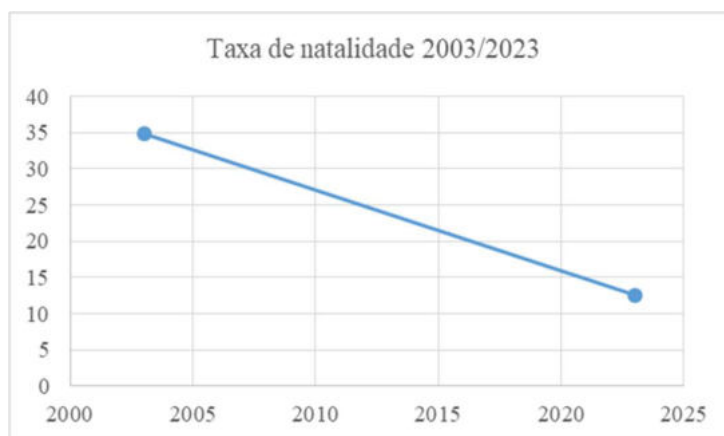


Gráfico 32 - Comparação de dados de taxa de natalidade de 2003 e 2023. Dados dos GTs.

Não há dados suficientes para uma projeção do crescimento populacional, mas se considerarmos que, em média, a taxa de natalidade caiu cerca de 4,97% a cada ano durante esses 20 anos, é possível formular algumas hipóteses.

Em termos bastante hipotéticos, se assumirmos que a queda se manterá nos próximos anos seguindo essa média anual de queda, a projeção fictícia da taxa de natalidade para 2033 é de aproximadamente 7,57 por mil habitantes.

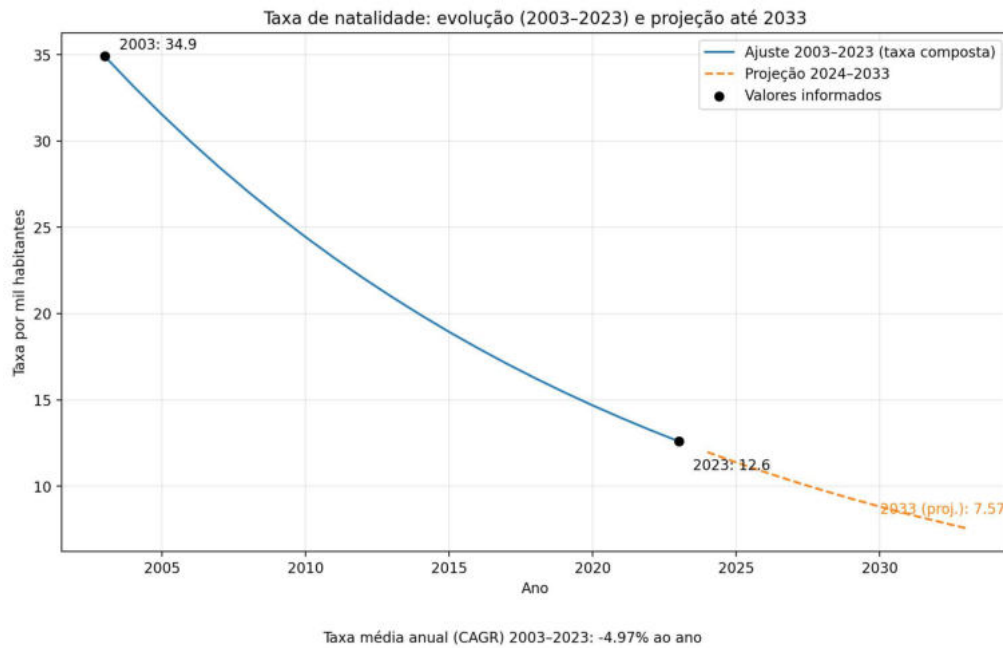


Gráfico 33 - Taxa de natalidade: comparação 2003/2023 e projeção até 2033

Considerando que a taxa média anual de crescimento populacional com base nos dados de 2003 e de 2023 foi de 0,1925% ao ano, possivelmente em 2033, a população será de aproximadamente 324 pessoas.

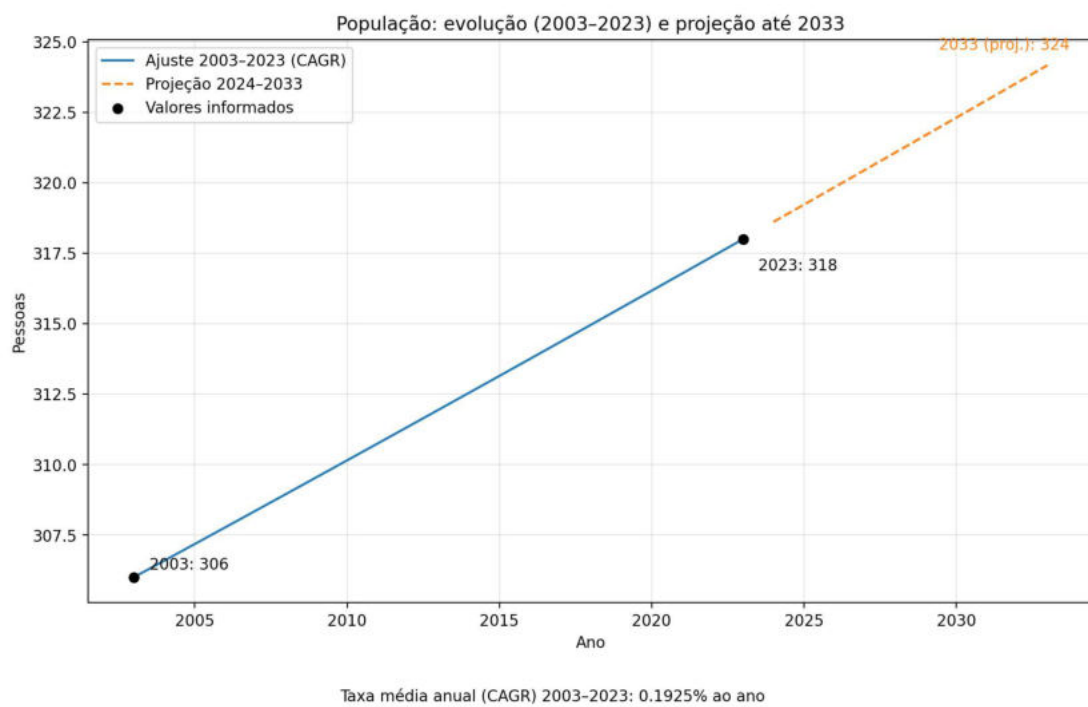


Gráfico 34 - População Nawa na TI - projeção até 2033

Em resumo, se a natalidade continuar a cair no mesmo ritmo dos últimos 20 anos, a população crescerá bem pouco, com uma taxa média anual muito baixa. Com a natalidade em queda, esse crescimento tende a estagnar, mas também reverter se a mortalidade aumentar ou, com o envelhecimento da população e busca por melhor atendimento de saúde, haja um fluxo de migrações para cidade que altere o número populacional.

Essas hipóteses, no entanto, são bastante conjecturais, já que a projeção relativa ao crescimento populacional do grupo depende de pelo menos três variáveis: mortalidade, fecundidade e migrações, sobre as quais faltam dados específicos sobre os Nawa. O panorama de dados demográficos dos Nawa requer qualificação de suas especificidades, sobretudo porque faltam dados históricos, porque há certa instabilidade das fronteiras étnicas (indivíduos Nawa podem ser incluídos ou excluídos de acordo com as relações com o grupo) e do padrão de fluxos migratórios dos Nawa entre a TI e o município, considerando inclusive a possibilidade de maior taxa de migração da cidade para a TI depois que a terra indígena for delimitada.

O GT de 2003 propôs a partir de dados da época que com o nascimento médio de 10,73 crianças por anos, em 2010, a população nawa seria de aproximadamente 381 pessoas, em 2015, 434 pessoas e em 2020, 488. No entanto, os Nawa na TI mantiveram em 20 anos praticamente o mesmo número populacional (306 em 2003 e 318 em 2023). No entanto, o GT na época considerou que, se referindo apenas aos Nawa na TI e que parte daqueles fora da TI podem no futuro vir a habitá-la. As ponderações feitas pelo GT na época sobre a acurácia de sua hipótese respondem, pelo menos em parte, essa contradição entre a projeção de 2003 e o levantamento em 2023.

Em relação a esse curto período de 20 anos, observa-se uma mudança grande e persistente na taxa de natalidade entre 2003 e 2023 que caracteriza um desequilíbrio, já que a taxa de natalidade caiu de 34,9 para 12,6 por mil habitantes, uma redução de quase 64% no período. Mesmo com a natalidade em queda, a população passou de 306 para 318 pessoas, isto é, houve crescimento modesto de 3,92% em 20 anos. Mantidas as mesmas tendências, sem considerar taxas de mortalidade nem migração, projeta-se para 2033 um descompasso, com uma taxa de natalidade caindo rápido, enquanto a população cresce bem pouco. Pela precariedade das informações históricas, as análises partem apenas de dois pontos históricos de 2003 e de 2023, com dados de outros anos poderíamos testar a significância estatística e detectar possíveis tendências intermediárias.

b) Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc. explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;

Os Nawa assim denominados pelos viajantes e exploradores do Alto rio Juruá foram considerados, a partir da segunda metade do século XIX, como um dos povos mais combativos e resistentes ao contato com as frentes de expansão que ocuparam a região. No entanto, praticamente não existem menções na historiografia à organização social, política e econômica dos antigos Nawa, assim como às formas de parentesco, aos rituais, aos adornos corporais, às artes e a outros elementos caracterizadores da cultura deles. De forma similar ao que ocorreu com os diversos povos indígenas do alto rio Juruá, os Nawa foram, em grande número, dizimados ao longo dos séculos XIX e XX, restando aos sobreviventes renderem-se à estrutura econômica e social predominante na empresa seringalista.

Com isso, muito dos aspectos culturais diacríticos dos Nawa, pouco conhecidos pelos regionais, passaram por consideráveis transformações, chegando ao ponto de serem considerados “extintos” por décadas. Somente em fins do século XX, indígenas residentes nas margens dos igarapés Jordão, Pijuca, Novo Recreio, Venâncio, Jarina e Jesumira passaram a reivindicar o seu reconhecimento étnico enquanto um povo indígena autodenominado Nawa, possuidor de uma cultura específica, diferenciada dos outros grupos da família linguística Pano. Esse processo ocorreu em meio a criação do Parque Nacional e da identificação da TI Nukini.

Até então, as únicas informações sobre a presença indígena na região do rio Moa, onde veio a ser a área norte do Parque, constavam na historiografia e nos relatórios de identificação da Terra Indígena Nukini, datados de 1977 e 1984. Nos relatórios, não existe referência aos Nawa, e sim, a famílias indígenas residindo na região do igarapé Novo Recreio. (CORREIA, 2004, p.451)

Nesse contexto os Nawa passaram a marcar veementemente a distinção deles com os Nukini que, apesar da proximidade geográfica e das relações de afinidade, são outro povo.

Em sua dissertação de mestrado Ykaruní Nawa conta que parte da família paterna da principal liderança Nawa morava em aldeias da TI Nukini e que por isso era sempre convidado a morar lá, mas sempre recusava. Questionado por seu filho e sucessor na liderança porque não aceitavam o convite, ele respondeu: “não! Esse povo aí é o povo Nukini; nós somos outro povo!” (Ykaruní Nawa, 2023: 155).

Parte da história oficial da colonização do Acre cristalizou uma memória sobre a presença indígena, que baseada em invasões e violências, justificou uma narrativa de que muitos povos foram extintos. Em sentido contrário, a memória indígena, embora reconheça as consequências letais da colonização, está baseada em outras imagens e representações históricas próprias que, em lugar de extinção, reforça a transformação e a permanência do vínculo entre eles e com a terra. As memórias dos Nawa delineiam um contingente populacional hoje dentro e fora da TI.

As memórias Nawa estariam em disputa com uma memória dominante que os incorporaram na narrativa da nação, sobretudo a narrativa sobre o Acre, o Vale do Juruá e a cidade de Cruzeiro do Sul. (Ykaruní Nawa, 2023: 35).

A narrativa de apagamento da etnia Nawa passa a sofrer questionamentos na medida que os Nawa se veem obrigados a lutar pelo reconhecimento da sua ocupação tradicional.

Isso porque ao retomar suas memórias coletivas reavivam inevitavelmente memórias espaciais. Os lugares e as memórias se retroalimentam, evidenciando o vínculo do povo com a terra, pois a relação com a terra não é apenas territorial, mas de afetividade, memória e identidade. A identidade nawa se funda numa memória registrada em um território, cuja parte dele está nos limites da TI. Ykaruní Nawa, ao falar das trajetórias e memórias, destaca que memórias remontam sempre a um lugar. A memória coletiva dos Nawa remete a esse vínculo territorial por meio de duas ancestrais, Mariruni e Chicaca, ancestrais dos atuais Nawa.

Apesar de ter ocorrido uma relativa dispersão dos Nawa após a morte de Mariruni, os seus atuais descendentes mantiveram na “memória subterrânea” algumas informações sobre o passado, em especial aquelas relacionadas com o parentesco. Uma parcela dos Nawa da região do rio Moa se dispersou entre Poyanawa e na cidade de Mâncio Lima, mas o laço a partir da ancestral comum manteve a identidade.

Ykaruní narra em sua dissertação a conversa abaixo que teve com uma liderança da terra indígena.

Lucila me atendeu questionando sobre minha família, para quem prontamente falei da minha origem Peba – família da qual faço parte. Ao falar das minhas relações de parentesco, a liderança de mulheres reforçou que nossa família tinha deixado de fazer contato com o povo e que preferiu seguir sua vida sem as relações étnicas; ficou feliz com o retorno do diálogo com minha família e indicou mais aproximação com as lideranças. Não me esqueço das palavras reforçadas: “Vocês também são Nawa. A sua família do estirão do São Domingo também é da origem Nawa. Vocês passaram um bom tempo sem contato com a gente. E você pode dizer onde você estiver que você é Nawa” (Ykaruní Nawa, 2023: 166).

O reconhecimento como Nawa tem como fator de peso o caráter cognático do parentesco com Mariruni. Como pode ser notado na fala do Seu Nilton Peba, neto de Mariruni:

Essa minha tia contou essa história dos Nawa para mim. Disse, meu filho, você é Nawa porque eu conheci sua avó. Ela era pintada, foi pega na mata. Ela era pintada. Justamente, porque esses índios antigos tudo era pintado (...) Um pente assim no rosto. Os Nukini também tinham uns ali, mas os Nukini já era diferente, a pinta (...) Ela foi e me disse que a pintura dela era assim, como um pente fino (...) E ela era mãe do meu pai (Nilton, 2003, Pé da Serra).

Francisca Borges da Conceição, a Chicaca, também foi considerada a “última Nawa”¹². Os descendentes de Chicaca residem principalmente nas cidades de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Santa Rosa, Guarani, Rio Branco, Porto Velho e Manaus. Até o momento esses descendentes não reivindicam direitos territoriais diferenciados com base na sua condição indígena.

De volta aos Nawa que residem na terra indígena, cabe descrever uma das principais características dos Nawa, a organização social.

Organização social e política

Nota-se que em geral suas casas abrigam famílias nucleares. Próximo a uma residência pode haver outras casas de filhos que se casaram e constituíram nova família nuclear. O padrão de residência está muitas vezes associado às regras de casamento, indo o filho homem morar próximo do sogro. Mas nem sempre essa prescrição é seguida, pois

¹² Consta na memória dessa família que Francisca Borges da Conceição foi “pega a dente de cachorro” e criada no seringal Meritizal, por dona Sinhá Jeton e seu Marido Zeferino Ramos. Ela casou-se posteriormente com o cearense Pedro Borges Paiva, sendo considerado este o primeiro casamento de fato, e não de direito, realizado naquela cidade. Após sua morte, ela foi sepultada no Cemitério da Vila Santa Rosa, próximo a Cruzeiro do Sul.

após o casamento o casal também pode escolher um local distante das famílias de origem para morar.

O parentesco pano, de maneira bem generalista, pode ser definido como baseado em sistemas matrimoniais dravidianos, frequentemente com casamentos preferenciais entre primos cruzados (filhos do irmão da mãe/irmã do pai). A organização familiar costuma ser uxorilocal (o casal vive próximo à família da esposa), com forte organização em “clãs” ou subgrupos a partir de uma ancestralidade comum. Entre muitos grupos, é comum a herança de nomes de tios e tias em gerações alternadas.

O parentesco dos Nawa, por sua vez, conta com vários casamentos interétnicos, com Nukiki e Puyanawa (e eventualmente outros indígenas) e também com não indígenas. Longe de trata-se de empobrecimento da organização social, esses casamentos apontam para a capacidade transformadora do parentesco e das regras de casamento entre os Nawa. Funcionam como uma sociedade cognática, em que a consanguinidade tem um ancestral comum e operam pela via da aliança simétrica, transmitida com a consanguinidade. À princípio não há terminologia de parentesco específica, sendo usados as terminologias comuns do português. Não há um sistema de seções comum a outros grupos Pano. Os sobrenomes e apelidos herdados dos nomes dos seringais ocupam o lugar das seções e assim, tem-se por exemplo, os “Peba”, os “do Nilton”, os “do Celso”, os Oliveiras, os Rebouças, etc.

A identidade Nawa pode ser reivindicada por herança tanto materna quanto paterna, mas a descendência é essencialmente patrilinear, com divisões sexuais de trabalho definidas. Aos homens são reservadas, principalmente, atividades de caça, coleta e agricultura. As mulheres estão responsáveis por atividades relacionadas com o universo doméstico, além de praticarem a coleta de produtos da floresta, confeccionarem artesanatos, cuidarem do terreiro e auxiliarem na agricultura. As mulheres ocupam na sociedade Nawa um papel de guardiãs da sabedoria do povo. Foram as mulheres nawa que acessaram o ensino formal dos não indígenas e a partir disso deram início ao processo de resgate dos conhecimentos do povo, foram elas que reuniram os fragmentos de memória e encamparam a luta pelo reconhecimento étnico e territorial. As mulheres são as protagonistas do povo Nawa na reconstrução da história e continuidade da tradição do povo. Começando por Mariruni, Chicaca que são consideradas as sementes do povo.

Mariruni é a memória mais antiga do povo. Ela é uma espécie de demiurgo do mundo Nawa, Mariruni transformou-se, em certo sentido um, em um ser mitológico. Os

Nawa contam como mito fundador do povo a história de transmutação de Mariruni em anta.

Lucila – bisneta de Mariruni – conta que uma mulher foi a procura da filha perdida na mata. A filha tinha muito desejo de ter filhos e teria ido à floresta pedir para os seres da mata para engravidar. A mãe, ao encontrar a filha no chão, percebeu que a moça estava morta, porém em transformação em uma anta [‘Awá’, na língua indígena]. Da transformação foram geradas duas mulheres: Mariruni e Chicaca. Ainda de acordo com Lucila, essa transformação em anta durou 100 anos, período que o povo teria se camuflado com a identidade de antas e que, por isso, foram dados como extintos.

Esse mito é acionado também para reverter a narrativa de extinção dos Nawa, propondo que em lugar de “as últimas Nawa”, essas mulheres foram o começo dos atuais Nawa.

Além de Mariruni e Chicaca, há outras mulheres ponta de rama, são elas Chica do Nilton, Chica do Celso, Lucila e outras. Pontas de rama são um aspecto relevante na organização social dos Nawa, são vértices da etnicidade dos Nawa.

Não se trata de lideranças, mas de figuras sobre as quais se assentam a unidade do grupo. Um evento protagonizado por Chica do Celso, uma ponta de rama, tornou-se evento mítico da reivindicação identitária dos Nawa. Ela reverteu a narrativa histórica de extinção dos Nawa ao informar aos indigenistas do Cimi, que faziam uma visita à TI Nukini, que seus parentes do outro lado do rio eram Nawa.

No caminho para chegar à casa de Dona Chica, uma surpresa para a indigenista do CIMI: vários túmulos eram visíveis no quintal. [...]os indigenistas perguntaram o que significavam aquelas sepulturas. “Ah, isso é coisa de índio!”, exclamou a senhora. Os indigenistas, então, admiraram-se com a resposta da anfitriã. “Minha filha, nós somos Nawa!”, falou Dona Chica quando questionada a que povo pertencia (Ykaruní Nawa, 2023: 120-1)



Foto 57 - Sepulturas por onde passaram os indigenistas do CIMI para chegar na casa de Dona Chica do Celso, na colocação Sete de Setembro. Outubro de 2003. Foto: Cloude Correia.

Dona Chica de Celso conheceu os antigos e presenciou o contato dos Nukini. Pouco antes de falecer ela relatou:

Contaram pra nós que na boca do novo recreio tinha uma casa, ali era onde os índios se encontravam. E disse que lá tinha um cemitério, da boca do igarapé até lá... Aí, quando era dia deles lá, aí escutavam eles cantando, naquele alvoroço, chorando, e tocando o bumbo deles, quando eles estavam entrando em contato com os outros, com os da República. Tinha uma casa, não era uma maloca não, tinha uma casa, e aí quando achavam eles, era [levado] pra ali [boca do novo recreio] (Francisca Nazaré da Costa, 22 de julho de 2021, Mâncio Lima – Acre. In: Ykaruní 2023: 124)



Foto 58 - Dona Chica do Celso em julho de 2021, durante visita de jornalistas. Fonte: Alexandre Noronha, Amazônia Real.

Dona Chica do Nilton reúne várias memórias de migração do povo Nawa. Ela ouviu bastante sobre o tiroteio sofrido pelos antigos Nawa onde hoje é Cruzeiro do Sul. Conhecedora de várias as histórias de migração dos Nawa para o Estirão dos Nawa, para o rio Azul e para a Serra do Moa e o retorno e instalação nas cabeceiras do Novo Recreio, ela acumula biografias e histórias da ocupação dos Nawa na região.



Foto 59 - Dona Chica. 08 de julho de 2021. Fonte: Alexandre Noronha - Amazônia Real



Foto 60 - À esquerda pote de barro feito por Dona Chica. A técnica foi repassada por sua sogra e o pote era usado para armazenar água. Outubro de 2003. Fonte: Cloude Correia. À direita, Dona Chica produz tigela de barro, no Igarapé Novo Recreio. Foto: Ykaruní Nawa.

Dona Chica é detentora do conhecimento de fabricação de objetos de cerâmica. Ela é de um tempo que as viagens à cidade eram raras e se utilizava o barro de cerâmica para fazer prato, tigela para tomar café, panelas para cozinhar. A herdeira desse conhecimento é outra mulher importante na comunidade sua filha, Anália.



Figura 2 - Anália Nawa, herdeira do conhecimento da cerâmica nawa. Foto: Alexandre Cruz Noronha/Amazônia Real

Outra ponta de rama, Lucila hoje divide a liderança com Railson. Ela trabalha pela visibilidade do povo, resgate das práticas ancestrais, de música, dança, artesanato com produtos da mata e regaste de palavras da língua. Lucila atua na educação indígena e tem se dedicado a consolidar algumas memórias em narrativas identitárias do povo.



Foto 61 - Lucila 08 de julho de 2021. Fonte: Alexandre Noronha – Amazônia Real.

Os Nawa têm representação política própria. A organização social possui na instância política um modelo de representação. Atualmente os Nawa são representados por Ilson Carneiro de Oliveira, mais conhecido como Railson, uma liderança escolhida por eles sem nenhum processo de eleição.



Figura 3 - Liderança-Geral Railson Nawa. Foto: Alexandre Cruz Noronha/Amazônia Real

Essa liderança é dividida com outros protagonistas políticos, como Lucila Moreira da Costa Nawa, liderança de mulheres e outras lideranças que atuam localmente em suas aldeias ou como vice do cacique. Railson foi indicado pelos Nawa para desenvolver o papel de cacique junto a diversas instituições que atuam no movimento indigenista, indígena e ambientalista e está à frente da luta pela demarcação há mais de 20 anos.

Mesmo organizados em núcleos populacionais, para atender aos diversos interesses políticos próprios, os Nawa não têm uma produção coletiva, pois costumeiramente a produção é familiar.

A organização social dos Nawa encontra estreito vínculo com o sistema relacional e de diferenciação do povo. Vários aspectos que podemos chamar de culturais podem ser destacados, entre eles interdições, prescrições, técnicas de artesanatos, danças rituais, músicas, sistema de relações de parentesco, conhecimentos tradicionais associados ao uso dos recursos naturais e outros aspectos resultados de transformações mais recentes.

Prescrições e Interdições

Grande parte das interdições estão associados a relações de afinidade, hábitos alimentares de crianças, mulheres gestantes e caçadores. Os tabus relacionados às atividades de caça envolvem a condição de panema do caçador.

Para evitar que um caçador seja infeliz na caça, as mulheres não podem pegar nas armas de caça e nem varrer a casa quando o caçador vai sair para caçar. Se estiver panema, caçando e não conseguindo matar os animais, deve-se colocar o sumo de uma folha chamada churrô nos olhos para enxergar e acertar a caça. O cipó do churrô também pode ser usado para fazer defumação. Para defumar, usa-se o tipí (uma planta) e pêlos de porco, de veado, de anta e outras caças. Mistura-se tudo, adiciona pimenta e faz uma fogueira. O caçador, seus instrumentos e o cão de caça permanecem por longo tempo na fumaça dessa fogueira. Usa-se também para tirar panema o pião roxo. Com ele a mulher bate no homem, proporcionando-lhe mais sorte na caçada. O azar na pesca, envolve outras providências, para ter mais sorte na pesca, deve-se beber preparado que chamam de “remédio da mata”.

As interdições alimentares recaem principalmente sobre as mulheres. Para os Nawa, se uma mulher estiver gestante e comer Mandim, uma qualidade de peixe, ela pode ter hemorragia. Alguns animais, como o mandim, o jabuti, o peixe de couro e a paca são interditados às gestantes, por serem reimosos e poderem representar riscos à gravidez. Após o nascimento do filho, se ele for do sexo masculino, a mulher precisa manter um resguardo de 31 dias, mas se for do sexo feminino o resguardo é de 30 dias. Durante o resguardo, as mulheres seguem uma dieta alimentar calcada nos tabus. Caso estes não sejam respeitados, a mulher ou o filho pode ser prejudicado.

As interdições alimentares impactam a organização social, reforçando laços de pertencimento e declarando a reciprocidade das relações, trata-se, pois, de relações de cuidado. O ponto de partida é que a manutenção da saúde dos indivíduos, uma responsabilidade coletiva.

Há uma série de prescrições que resguardam a pessoa e definem Nawa. Um exemplo é a forma de conduta dos Nawa com a floresta, com os animais e com as plantas. Como vimos na parte III, a produção de objetos de cerâmica envolve consentimento do local onde se encontra o barro e impõem restrições para preservar a resistência térmica da cerâmica.

Rituais e transformações cosmológicas

As relações estáveis de contato dos Nawa com agentes da colonização conferiram transformações e incorporação de aspectos comuns do modo de vida dos seringueiros migrantes do nordeste, pequenos produtores e ribeirinhos da região. Todavia, não se deve perder de vista as especificidades que permitem diferenciar os Nawa de outros indígenas e de regionais. Em grande medida uma das diferenciações mais evidente dos Nawa está nas relações de parentesco e na organização social e política.

Se outrora a cosmologia dos Nawa se aproximava da de outros povos Pano da região, atualmente muitos se declaram católicos. Essa outra visão de mundo, no entanto, carrega elementos comuns a outros grupos Pano, como será evidenciado ao longo desse item. Muitos Nawa concebem a origem do mundo a partir do mito de Adão e Eva, decorrendo disso muitas crenças e valores presentes no cristianismo. Reforçando a cosmologia adquirida após o contato, os Nawa frequentemente realizam o ritual da missa católica e frequentam religiosamente o novenário. Nem sempre contam com um padre para tanto, podendo eles mesmos organizar o evento. Quando, esporadicamente, um padre desloca-se até a região, as missas, assim como o novenário, ocorrem na terra indígena Nukini, e a participação dos Nawa é massiva. Práticas católicas dos Nawa envolvem a figura muito difundida do Irmão José, novenas do Pai Eterno transmitidas pela TV e altares de santos em algumas casas. A novena anual que ocorre na TI Nukini é um ritual de alto importância para os Nawa, momento em que se reúnem parentes de todas as aldeias, mantendo e renovando vínculos. Sobre o irmão José, Ykaruní Nawa conta em sua dissertação que Chico Peba chegou a conhecê-lo. “Segundo ele, Chaga Peba – seu pai – desceu o rio, isto é, saiu do seringal, com todos os filhos ao encontro do Irmão José. [...] Ele veio de baixo, dormia na mata; ninguém mexia com ele”. Essa era uma das características para o poderio da figura religiosa (Ykaruní Nawa 2023: 207).

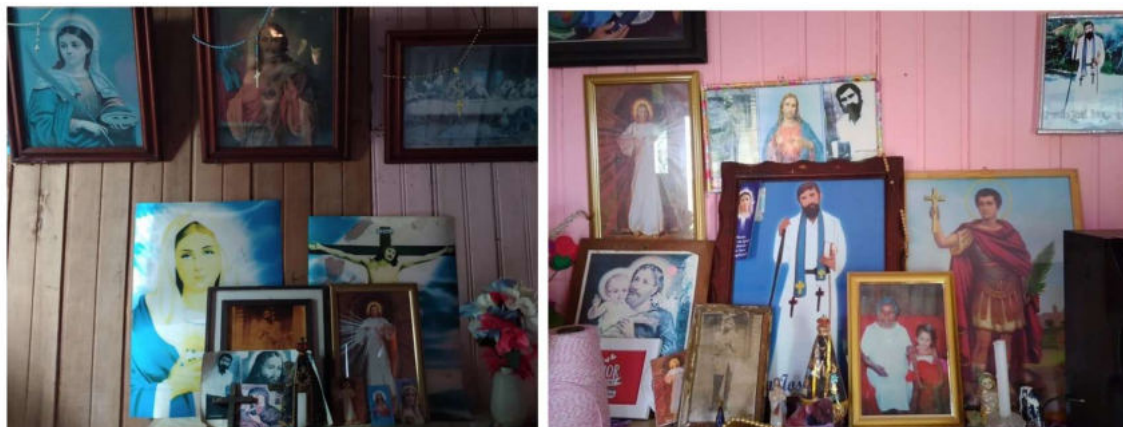


Foto 62 - Altares nas casas de Chico Peba e de sua filha Solange. À esquerda, imagens de Jesus Cristo e Nossa Senhora, à direita imagens de Jesus e do Irmão José. Fotos Ykaruní Nawa

Paralelamente a visão de mundo católica e a seus rituais, os Nawa praticam o shñãdãĩã, dançam o Mariri - assim como diversos povos Pano - e cantam várias músicas indígenas, algumas compostas por eles e outras aprendidas com os mais idosos. Essas músicas são cantadas no ritual Shñãdãĩã, ocasião em que todos dançam e cantam consumindo caiçuma, uma bebida feita de milho ou de mandioca. Esses eventos, praticados pelos Nawa, não contam com datas preestabelecidas para sua realização, ocorrem sempre que há necessidade de se reunir.



Foto 63 - Shñãdãĩã. Foto GT 2023

Segundo eles,

os Poyanawa eles chamam o rigma, a dança deles. E os Nukini chamam mariri. Então nós também aqui sempre chamávamos Mariri. Mas nós nos reunimos e dissemos que nós também tínhamos que colocar o nome da nossa dança, que era o shãñãdãĩã (Lucila, 2003, aldeia Campinas).

O shãñãdãĩã é um ritual dos Nawa que possui uma forte relação com aqueles dos povos da família linguística Pano. Durante o shãñãdãĩã os Nawa cantam suas músicas, dançam em roda ou em fila, usam seus trajes e adornos indígenas, pintam o corpo e consomem caiçuma. Shãñãdãĩã significa carrapato, além de ser uma referência a forma como se dança, todos juntos com os braços entrelaçados, não se desgrudando como carrapato, o nome remete também a união do grupo, aos laços de coesão. Nesse sentido, é uma dança ritual que marca o reforço dos laços sociais, culturais e de identidade dos Nawa.



Foto 64 - Shãñãdãĩã. Foto Cloude Correia 2003.

O shãñãdãĩã pode ser praticado no terreiro da residência de qualquer um dos Nawa, não havendo uma periodicidade definida para sua realização. Quando uma família se interessa por fazer o shãñãdãĩã, os demais parentes são convidados. Durante esse ritual, os Nawa mais jovens aprendem com os mais velhos as músicas e danças.

Algumas das músicas são cantadas na língua indígena, todas associadas com o mundo natural que os cercam. Dentre as músicas podem ser destacadas a do Shanampiã, Hanãpiã e Vabirasca. Está última refere-se a um convite do povo Nawa para se retirar de Cruzeiro do Sul para outra terra. Há ainda as músicas que falam sobre o quati, a nambú, o carrapato, a cotia, o sol e a folha misteriosa (Lucila, 2003, aldeia Campinas). O ritual do shãñãdãĩã, transmitido dos mais velhos para os mais novos, agora é também ensinado na escola indígena, onde as crianças aprendem as danças e as músicas.

Outro aspecto bastante característico de povos pano é a presença cosmológica da figura das cobras grandes, jiboias e sucuris. Um rastro desse aspecto encontra-se numa história recorrentemente contada que abaixo está reproduzida pela voz de Francisca Nawa, Chica do Nilton.

Meu pai foi caçar, aí ele passou em um broteão, tinha uma jiboia. A jiboia atraiu ele e ele não acertava mais o rumo para sair da mata, ficou só rodando. Quando ela atrai a pessoa, o senhor fica só rodando, até passar de onde ela está. Ele ficou só rodando, rodando, e se lembrou que a gente tira a roupa, veste do avesso e dá dois tiros; ele fez, foi quando ele saiu, pois quando a pessoa atira ela fecha os olhos, perde você de vista. Ele tinha essa experiência. Quando ela escuta o tiro ela fecha os olhos, as pessoas saem da vista dela. Ele botou a roupa dele do avesso, foi quando ele saiu. (Chica do Nilton, 2021, para o Museu da Pessoa).

Os Nawa utilizam diversos medicamentos obtidos na floresta que podem ser usados em defumação de enfermos com charuto, em meio a várias rezas. O GT de 2003 identificou na época um pajé nawa que relatou assim:

Eu curo com cachimbo, a pessoa está com febre, está doente, aí eu curo, a cabeça. Eu fumo aquele tabaco, quando não é com tabaco é com folha da mata, esfrego na cabeça. Ali dizendo as palavras da mata, do meu pai. Ele curava. Do jeito que ele curava eu curo também. Aprendi isso aí com ele (Pajé, 2003, Novo Recreio).



Foto 65 - Seu Langa, pajé Nawa. Foto Cloude Correia 2003.

Outro domínio de especificidades dos Nawa, associado à cosmologia, é o do conhecimento sobre a floresta. Quando os Nawa querem saber se vai chover, observam um sabiá que, segundo eles, “adivinha chuva”. Caso o urubu amanheça cantando, é sinal que irá chover. O pássaro denominado uru, quando canta, é porque vai chover. Mas se o

tempo já estiver chuvoso, e ele cantar, é porque vai fazer sol no outro dia. O sapo quando canta como galinha choca é porque vem chuva. O sapo canoeiro quando canta é porque vem sol. Quando a ingazeira flora fora da época é porque em três, quatro dias ocorrerá uma chuva forte.

Ainda na cosmologia dos Nawa, alguns barreiros, localizados na região das cabeceiras dos igarapés Novo Recreio e Jesumira, são sagrados, pois sempre que vão lá, com muita fé, conseguem uma sorte de benção.

Locais de importância simbólica

Outros lugares sagrados na terra indígena são os cemitérios e antigas malocas. Os maiores cemitérios estão localizados no igarapé Novo Recreio, no igarapé Pijuca e no igarapé Jesumira. Entretanto, existem sepulturas em várias localidades da terra indígena, pois, em algum momento no passado, os Nawa tinham o hábito de enterrar seus mortos nas proximidades das residências, principalmente quando se tratava de crianças.

Contudo, não há entre os Nawa a identificação de sepulturas dos antigos Nawa, porque, como é comum a muitos grupos Pano, os corpos eram cremados. De acordo com Chica do Celso:

os caboclos que morriam, índios, eles não enterravam. Diz que eles pegavam ele, colocavam assim em um canto, deixava lá, fazia assim uma coivara assim por cima e iam chorar. Choravam muito, aquela zoadá. Quando acabavam, tocavam fogo. Quando queimava aquela coivara, ficavam só aqueles ossos, do finado. Eles juntavam aqueles ossos, aquela cinza. Quando acabava colocava dentro de um vaso e eles iam fazer a bebida. Depois que estava feita aquela bebida, eles se embriagavam, com aquilo eles se embriagavam. Assim como os brancos bebem cachaça, essas coisas, do mesmo jeito era a bebida deles. Eles não enterravam (Chica do Celso, 2003, Moa).

Outros lugares tidos pelos Nawa como sagrados são as antigas malocas, as quais formam verdadeiros sítios arqueológicos que carecem de um estudo especializado. A sacralidade, associada aos antepassados, torna as áreas onde eles habitaram lugares extremamente respeitados, povoados pelos espíritos dos antigos. Diversos relatos de caçadores Nawa mencionam o encontro deles com seres sobrenaturais nessa região. A existência de antigas malocas na região da terra indígena, em especial naquela compreendida pelas cabeceiras dos igarapés Novo Recreio, Boca Tapada e Jesumira é de conhecimento de todos os Nawa e essencial para a manutenção da memória do grupo sobre o modo de vida de seus antepassados. Segundo a liderança dos Nawa: *no ano*

passado, eu andei por dentro da serra e saí num território que era área de maloca dos nossos parentes lá, tem pote inteirinho. Eu levo qualquer um para ver (Raílson, 2003, Novo Recreio).

Em 2014, os Nawa identificaram vestígios arqueológicos na área da TI e solicitaram ao Iphan que realizassem estudos na área:

Em nossa terra constantemente, principalmente no período de preparação dos roçados encontramos cacos de cerâmicas, portes e panelas. Diante da conjuntura em que se encontra o processo de demarcação de nosso território, acreditamos que um estudo desse material arqueológico, que tem na nossa terra, irá contribuir no andamento da demarcação, sendo que este material é prova existencial da presença de nossos antepassados no território que reivindicamos. (Carta do povo Nawa de 07 de novembro de 2014).

Na ocasião o Iphan identificou em campo dois sítios arqueológicos no igarapé Novo Recreio: sítio Leomildo e sítio Comunidade Campinas. Importante registrar que apesar de constar no processo administrativo n.º 01423.0002522015-15 do Iphan o encaminhamento de fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Iphan, esses dois sítios não constam no Cadastro. Conforme descrições do Relatório de visita técnica n.º 002/2015 do Iphan, ambos são sítios cerâmicos com material em superfície, localizados em áreas de terreno elevado, um na margem direita do igarapé Novo Recreio e o outro próximo da foz do igarapé Campinas, onde foi encontrado um artefato lítico que era utilizado para triturar caraipé. Como é possível observar no croqui a seguir, esses dois sítios identificado em 2015 estão onde hoje há um aglomerado de casas da aldeia Novo Recreio.



Croqui 32 - Localização dos sítios arqueológicos na TI Nawa. Fonte: Relatório n.º 002/2015/Iphan: 3

O relatório do Iphan relata ainda que além desses dois sítios e das malocas do igarapé Tapada, os igarapés Pijuca, Guaneiro, Jesumira e nas cabeceiras do Jordão encontram-se materiais arqueológicos.

Uma lâmina de machado e um vasilhame cerâmico fragmentado encontradas é para os Nawa referência de objetos antigos de seus ancestrais e por isso têm extrema relevância para o grupo.



Figura 13. José da Costa Silva com vasilhame cerâmico fragmentado. (Foto: Acervo Arqueologia, IPHAN/AC).

Foto 66 - Vasilhame Cerâmico fragmentado - Fonte Relatório n.º 002/2015/Iphan

Vários moradores são donos de machados de pedra, residindo os mesmos na boca do igarapé Zulmira; na Colocação Monte Alegre, rio Môa; na Colocação Fronteira do Norte; na Colocação 7 de Setembro, rio Môa. Na Colocação Cana Brava, no igarapé Recreio, um dos moradores possui um furador de pedra. No processo de criação do grupo étnico Náwa seus membros geraram uma cultura própria, buscando resquícios antigos dentro de um território delimitado, considerado de uso comum de seus antepassados. Elegeram como uma das marcas de indianidade cacos de cerâmica, materiais líticos, antigas capoeiras e cemitérios, sobre os quais todos concordam quanto a sua procedência histórica (Montagner, D. 2002: 43).

Mais que apontar a antiguidade da presença dos Nawa na região, os achados arqueológicos são relevantes na medida que são importantes simbolicamente para os Nawa. Esses materiais são a espacialização de vínculo e memória importantes para os Nawa e, nesse sentido, tem a função de conectar gerações através do tempo, compondo um espaço eminentemente cultural. Os sítios arqueológicos são uma faceta da espacialização do vínculo dos Nawa com área, na medida que os conectam a própria concepção de pessoa Nawa são referências importantes.

A partir desse mesmo princípio a aldeia Inu Awá representa um local sagrado de proximidade com as malocas antigas, de reunião da parentela e central para a coesão do

grupo que usa essa aldeia de ponto de apoio para atividades coletivas de proteção da TI que envolvem famílias de diferentes aldeias da TI na organização de tarefas, construção de estruturas, e na comensalidade entre parentes, renovando laços afetivos e memórias especializadas que compõem a identidade Nawa.

As migrações dentro do território significam mais desocupação de uma área por um tempo do que abandono do local. Onde antes era casa (ou aldeia) surgem as capoeiras, as aglomerações florestais resultantes da ocupação e tornam-se mais um ponto na cartografia Nawa. A continuidade da relação com antigos locais de ocupação se dá pela memória, mas não só. No caso por exemplo das áreas próximas às malocas, os Nawa mantêm a visitação e reocuparam recentemente com a aldeia Inu Awá. Outros locais, conhecidos pela presença de espécies de interesse dos Nawa, são visitados em atividades de coleta, pesca ou caça, mantendo assim ativa a habitação permanente.

Memória, biografias e território estão terrivelmente imbricados na cartografia do mundo Nawa. Soma-se a isso o valor simbólico, os elementos que conectam a identidade e a história do povo àquele lugar.

Os caminhos por sua vez são além de meios de acesso às áreas de interesse, um elo criador de vínculo entre lugares e memórias. Nesse sentido, os caminhos, na maioria das vezes fluviais, têm um caráter evidentemente simbólico.

c) Identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Nawa, explicitando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim

As áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Nawa abrangem aquelas por eles ocupadas para suas atividades produtivas, aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao seu bem-estar econômico e cultural, aquelas habitadas em caráter permanente e aquelas onde encontram-se cemitérios, sítios arqueológicos e lugares sagrados. Assim, para a reprodução física e cultural dos Nawa, as áreas de “beira”, próximas às margens dos igarapés e as áreas de “centro”, no interior da terra indígena, são essenciais ao grupo.

Para a reprodução física e cultural dos Nawa as áreas utilizadas para suas atividades de caça, pesca, extrativismo, agricultura, criação de animais domésticos e artesanato são totalmente imprescindíveis, bem como aquelas habitadas por eles em caráter permanente.

Como os Nawa residem, criam animais domésticos e cultivam ao longo dos igarapés Jordão, Pijuca, Novo Recreio e Jesumira, além da margem direita do rio Moa, essas áreas são necessárias do ponto de vista da reprodução física e também cultural na medida que sua sustentabilidade está articulada com o modo nawa de ocupar e se utilizar dessas áreas.

Como os Nawa caçam e praticam o extrativismo nas áreas de “beira” e de “centro”, bem como nos afluentes e nas cabeceiras, dos mencionados igarapés e na margem direita do rio Moa, elas são, por mais esse motivo, necessárias à reprodução física e cultural dos Nawa. Esses igarapés, e o rio Moa, também são importantes para os Nawa, pois esses cursos fluviais são usados pelos Nawa para suas atividades de pesca, para o transporte fluvial, para visitação de parentelas e para obterem água potável para consumo, higiene pessoal e para a lavagem de roupas e utensílios domésticos.

As cabeceiras dos igarapés Novo Recreio, Boca Tapada e Jesumira, em especial, são importantes para a reprodução física e cultural dos Nawa não apenas pelos motivos acima elencados, mas por abarcarem t m m áreas consideradas sagradas, onde está localizada grande parte das antigas malocas e de artefatos de seus antepassados. Para a Lucila Nawa:

os nossos limites são mais ou menos esse que nós temos tratado, que nós vimos, que é esse o nosso pensar. Ir buscar o que é nosso, as nossas malocas l  nas fronteiras do Jesumira, Novo Recreio, Tapada, porque isso aí tudo nós temos, **nossa cultura está lá** (Lucila, 2003, aldeia Campinas).

Essa informação   reforçada e complementada por Eufr zio Nawa:

Nessa  rea do Napoli, fazendo fronteira com esse p  de serra aqui, isso tudo é composto de maloca velha (...) As cabeceiras do Novo Recreio   t m m tudo cheio de malocas antigas. Já morou muito  ndio naquela  rea (Eufr zio, 2003, Jesumira).

Por fim, os igarapés Pijuca, Novo Recreio e Jesumira, são compostos por áreas necessárias aos Nawa por abrigar os maiores cemitérios, que não requer muita descrição sobre o seu valor de ordem simbólica. Esses cemitérios são tidos como lugares sagrados para os Nawa, o que reforça a necessidade dessas áreas para a cultura deles.

Capoeira é sinônimo de maloca, onde há uma, há a outra. Existe uma profusão de capoeiras na região e facilmente apontadas e identificadas pelos Náwa. Eles consideram que as capoeiras pertenciam a seus antepassados. Há sinais que indicam se o lugar é capoeira, tais como: gameleiras grossas significam que são muito velhas e nascem em locais de capoeiras; palmeiras jarinas; pau brasil com troncos grossos; a presença de cacos de cerâmica e potes de cerâmica partidos; pupunheiras; touceiras de bananeiras; embaúbas. Encontraram capoeiras em diferentes lugares: perto do igarapé Jordão, no igarapé Novo Recreio, de cerca de 3-4 hectares e com mais de 60 anos; no igarapé Jordão; no igarapé Pau D'Arco, afluente do igarapé Jordão, acreditam que esta capoeira tenha 100 anos; na Colocação Paxiúba; no igarapé Novo Recreio pelo lado da Serra que o caboclo Pio contava que “era área de peregrinação da tribo dele”; no igarapé Novo Recreio, antigo local de moradia dos Poyanáwa; nos igarapés Pijuca e Tapado; na boca do igarapé Tapado cujas capoeiras pertenciam aos Poyanáwa; no igarapé Tapado há duas capoeiras, localizadas na Colocação Centro Solidão, perto do pé da Serra, antigo sítio onde ainda coletam pupunhas; no igarapé Tapado há várias capoeiras que supõem que pertencessem aos Náwa porque ficam do lado onde eles moram; na boca do Tapado há cerca de cinco capoeiras; no igarapé Aguaneiro, afluente do igarapé Novo Recreio; na Colocação São João; na cabeceira do igarapé Novo Recreio conhecem duas capoeiras antigas; mais abaixo da Colocação São Francisco; no pé da serra do igarapé Zulmira; no igarapé Branco, afluente do Novo Recreio; no igarapé Jesumira, perto da Serra do Mõa; no rumo dos igarapés Novo Recreio e do Venâncio; na Colocação Limeira; e na Colocação 7 de Setembro, no rio Mõa (Montagner, D. 2002: 41-2).

Em resumo as áreas produtivas – de caça, pesca, extrativismo, roçado, criação e plantio de cultivares diversos – apresentadas na parte III deste relatório; as cabeceiras dos igarapés Jesumira, Novo Recreio, Pijuca e Jordão; os cursos d'água onde se encontram atualmente as aldeias, os cemitérios e as áreas próximas às malocas antigas são necessárias à reprodução física e cultural e imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao bem-estar econômico e cultural dos Nawa.

VI - SEXTA PARTE: LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

- a) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;**
- b) descrição da(s) área(s) por ele(s) ocupada(s), com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ções) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);**
- c) informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;**
- d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.**

Os dados que serão apresentados nesta parte do relatório são resultado de levantamentos realizados em três momentos diferentes; em 2004 pelo GT designado pela Portaria Funai n.º 1.071/PRES/2003; em 2023 pelo GT de identificação e delimitação designado pela Portaria 650/2023 e em 2024, pelo GT de levantamento fundiário designado pela Portaria n.º 1.250, de 3 de dezembro de 2024. Grande parte dos dados desta sexta parte foram retirados do Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário (RCLF) elaborado pelo Grupo Técnico designado pela Portaria n.º 1.250/2024 para realizar o Levantamento Fundiário.

As informações a seguir visam atender às exigências da Portaria MJ n.º 14, de 09 de janeiro de 1996, sendo compostas de identificação e localização geoespacial dos ocupantes não indígenas incidentes na área da proposta de delimitação da terra indígena; descrição da caracterização socioambiental, tempo de ocupação nos locais identificados, breve descrição das benfeitorias verificadas durante levantamento fundiário de campo, além de dados sobre a natureza e origem da ocupação, assim como, os referidos títulos de posse e/ou domínios eventualmente existentes, sendo estes obtidos a partir de dados obtidos pela Funai.

Os estudos, tanto de gabinete quanto de campo, foram norteados pelas diretrizes estabelecidas pelo artigo 231 da Constituição Federal, pelo Portaria n.º 2.498/2011 e pela

Lei n.º 14.701/2023, além do Decreto n.º 1.775/1996 e Portaria MJ n.º 14/1996. Além de informações coletadas em levantamentos anteriores e em campo recente, os estudos fundiários relativos à área da TI Nawa, recuperou informações dos processos administrativos correlatos a identificação e delimitação, a saber, processos n.º 08620.002058/2000-19, processo administrativo de identificação e delimitação da TI Nawa; n.º 08620.001650/2004-19, levantamento fundiário da terra indígena Nawa, anexo ao processo n.º 08620.017435/2024-83 de mesma tipologia.

Importante registrar que, em conformidade com o disposto na Lei n.º 14.701/2023 e na Portaria MJ n.º 2.498/2011, foi assegurada a participação dos entes federados no procedimento de identificação e delimitação. A Funai encaminhou comunicação oficial ao Governo do Estado do Acre e aos municípios de Mâncio Lima e Rodrigues Alves. Apesar de constar nos autos os Avisos de Recebimento dos ofícios solicitando indicação de técnico para participar do levantamento fundiário, apenas o Governo do Estado indicou representantes.

Metodologia para Caracterização da ocupação não indígena na TI

A metodologia utilizada para o levantamento fundiário seguiu as diretrizes do Manual de Orientações Básicas para Estudo de Natureza Fundiária na Etapa de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas, elaborado pela Funai, associadas as análises de geoprocessamento e cartorial.

Foram realizadas consulta e análise de bases de dados oficiais de CAR e SIGEF, visando à identificação preliminar de imóveis e registros fundiários incidentes na área da TI, bem como informações fundiárias e territoriais do ICMBio obtidas durante a elaboração do plano de manejo da PNSD. Esses estudos de gabinete foram complementares aos dados coletados em campo.

Base de Dados	Sigla	Órgão Responsável	Finalidade principal	Natureza Jurídica
Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/ Sistema Nacional de Unidades de Conservação	CNUC / SNUC	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Verificar através de dados georreferenciados, os limites oficiais das Unidades de Conservação e informações gerenciais	Pública e administrativa
Sistema de Gestão Fundiária	SIGEF	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)/ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Verificar se há incidência de Registros georreferenciados de imóveis rurais públicos e privados	Pública e administrativa
Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural	SICAR	Ministério de Gestão e Inovação (MGI)	Analisar sobreposições de imóveis rurais cadastrados, assim como outras informações fornecidas pelo sistema relacionadas a posse ou propriedade.	Pública, administrativa e autodeclaratória
Base de Terras Indígenas	–	Funai	Consulta dos limites oficiais das terras indígenas em diferentes fases do processo administrativo.	Pública e administrativa

Tabela 25 - Bases de dados oficiais consultadas (quadro extraído do RCLF elaborado pelo GT Portaria n.º 1.250 de 3 de dezembro de 2024.

O levantamento de campo ocorreu no período de 13/12/24 a 19/12/24. Foram realizadas entrevistas com os ocupantes não indígenas inseridos na proposta de delimitação, visando reunir informações relativas aos ocupantes, incluindo dados pessoais, localização geográfica (coordenadas), área ocupada (quando possível), tipo de uso da terra, benfeitorias e tempo de ocupação.

As entrevistas foram feitas nas ocupações e nas cidades de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul, onde foram localizados os posseiros que não se encontravam na área da TI.

Na ocasião, em atendimento à Lei n.º 14.701/2023, todos os ocupantes não indígenas identificados, foram notificados com coleta de assinaturas, a fim de garantir ciência do curso do procedimento de demarcação administrativa da TI.



Tabela 26 - Notificações em campo, na TI e na cidade de não indígenas identificados como posseiros na área da TI. Fotos GT 2024

Breve contextualização histórica do processo de colonização da região

A natureza da ocupação não indígena na região do Alto rio Juruá e, especificamente, no rio Moa, já foi previamente apresentada na primeira parte deste relatório. Como descrito em textos históricos, a ocupação na região teve sua origem em princípios de exploração e sob condições cruéis para os povos indígenas.

Tavares Bastos em 1866, expôs:

“Quem estuda a índole dos índios, reconhece logo quanto fácil é aos seus diretores oprimi-los e corrompe-los. [...] o recrutamento, a guarda nacional, as eleições, o delegado, o comandante, o regatão, o vendilhão, os traficantes de crianças, o vexam, estragam e amedrontam. Trabalha rudemente, mas é explorado e roubado, é perseguido e infamado. [...] O director de índios é o seu ladrão official. [...] essas autoridades sujeitam os miseras índios a uma verdadeira servidão [...] (1866: 357-9)

Até 1852 o rio Juruá era pouco conhecido acima da foz do rio Tarauacá (Castello Branco, 1922). O avanço sobre o alto Juruá, no entanto, iniciou-se por viagens investigatórias ou de caráter comercial, como foi o caso do explorador inglês William Chandless e João da Cunha Corrêa, diretor dos índios do Juruá. Nessas viagens havia contato com indígenas, mas de maneira intermitente e sem ocupação territorial efetiva de não indígenas. Na década de 1880 inicia-se um novo movimento acima de Cruzeiro do Sul que envolvia ocupações que indicavam a intenção de permanência dos não indígenas.

A ocupação do alto Juruá pelos agentes da frente de expansão da borracha deu origem, em fins do século XIX e início do XX, a grandes latifúndios, os seringais, que,

em sua maior parte, não tiveram na época iniciativa por parte do Governo Federal nem Estadual para regularização fundiária. Esses seringais foram consolidados sobre os territórios indígenas da região, o que fica evidente nas informações fornecidas por Castello Branco:

A colonização iniciou-se com a grande ou extensa propriedade, por vezes, com dez e quinze mil metros de frente, sem limitações quanto aos fundos, pois ia até topar com outros exploradores que viesse em sentido contrário, tendo alguns deles se apossado de rios inteiros ou de quase todo (...). **Não havia concessão governamental.** A administração estava ausente em tudo (...). Nessas fundações, não se procuravam os indígenas, nem as suas tabas, mas a luta era inevitável devido a defesa oposta aos invasores dos seus domínios (Castello Branco, 1961: 177-178, grifo nosso).

Castelo Branco (1922) relata que a partir de 1889

[...] a corrente imigratória não mais parou, seguindo-se com pequenas intermitências, por meio de canoas, lanchas e outros barcos a vapor de maior vulto, pelo rio Juruá acima, até que, **por volta de 1894, desde o Moa ao Breu, as bordas do Juruá se encontravam pontilhadas de “tapiris”**, mais tarde transformados em barracões, que seriam os primeiros núcleos de população.

Os rios do alto Juruá, incluindo o Moa, foram sendo delimitados continuamente.

Esses descobridores do Juruá, à medida que iam subindo, reservaram uma certa quantidade de praias para cada um, assinalando as extremas de um e outro lado da exploração com um pequeno roçado e deixavam uma taboleta com os nomes dos respectivos donos. (Castello Branco, 1922: 595, grifos nossos).

Gibraltar, Monte Alegre, Sete de Setembro, São João, Unidade, 15 de Novembro, República, Novo Recreio, Aquidabam e Ponte Bela são os seringais que incidiriam na área da proposta de limites da TI Nawa. Esses seringais são resultado da divisão de extensos seringais formados em fins do século XIX e início do XX, que foram ao longo dos anos vendidos e às vezes divididos. Abaixo recorte sobre mapa do MMA de 2008 “Mapa Fundiário PNSD”, já reproduzido na parte II deste relatório, onde podemos identificar a partir da numeração a localização dos Seringais: Gibraltar (36), Monte Alegre (37), República (35), Novo Recreio (34), Aquidaban (33) e Ponte Bela (27). Os demais, Sete de Setembro, São João, Unidade e 15 de novembro não estão representados no mapa, no entanto infere-se que o Seringal Unidade deva corresponder a comunidade de mesmo nome indicada no mapa, e que o Seringal Sete de Setembro coincide com a aldeia Sete de Setembro, sendo que os outros dois possivelmente eram localizados no curso dos igarapés de mesmo nome.

Dados do ICMBio de 2008 informam que o Seringal Gibraltar estava em posse de Cezar Correia de Queiroz, espólio de Dethemistoles de Freitas Rebouças. O seringal Gibraltar estendia-se por ambas as margens do Moa, limitando-se pelo lado de baixo, na margem direita do igarapé Jesumira, com o seringal Monte Alegre (Castelo Branco, 1930: 616).

O Seringal Monte Alegre, situado na margem direita do igarapé Jesumira veio a ser explorado por José Francisco, que o transferiu a João Veríssimo Marques. Após a morte deste, o seringal passou para seus herdeiros. Ocupava as duas margens do rio Moa, limitando-se do lado de baixo com o seringal Tarifa, pela margem direita do rio Moa.

Pela margem esquerda do Moa, limitava-se com o seringal Quixadá e, pelo lado de cima, com o Gilbratar, por ambas as margens (Castelo Branco, 1930: 623).

Sobre o seringal Sete de Setembro não há informações na historiografia, distintamente do seringal São João, que foi explorado por “Bellim”, o qual o transferiu a João Francisco de Sá. Posteriormente, este o transferiu para Antonio Francisco de Oliveira, passando aos seus herdeiros depois de sua morte. O seringal São João estava situado em ambas as margens do rio Moa. Limita-se a leste com o seringal República e a Oeste com o seringal Quixadá e seringal Tarifa (Castelo Branco, 1930: 633).

Outro seringal localizado nos atuais limites da terra indígena é o seringal Unidade, mas não existem informações nas fontes historiográficas sobre ele. Confrontando com este, estava o seringal República, que foi explorado por um indivíduo apelidado de “Cae n’Água”. Este seringal foi depois transferido sucessivamente a Antonio Geral da Silva, Francisco das Chagas Mello, Domingos Rodrigues, Darlindo Rocha & Comp., Lima & Loureiro, Velhote Silva e Comp. e Pedro Antonio de Oliveira. O seringal República estava situado nas duas margens do Moa fazendo limite, pelo lado de baixo, com o seringal Novo Recreio e, pelo lado de cima, com o seringal São João (Castelo Branco, 1930: 630-631).

Também de acordo com Castelo Branco, o seringal Novo Recreio foi inicialmente explorado por um indivíduo conhecido pelo apelido de “Papa”, sendo transferido sucessivamente a José Vieira de Alencar, Francisco de Mello, Cassiano de Tal, Hidalgo Roiz, Zeferino da Silva Ramos, Lima & Loureiro, Velhote Silva & Comp., José Vicente da Costa, Mamede Serejo e Manuel Florêncio de Lima. Estava localizado em ambas as margens do rio Moa, limitando-se, do lado de baixo, com o seringal Aquidabam e, pelo de cima, com o seringal República (Castello Branco, 1930: 625).

Ainda conforme Castello Branco, existiam no Seringal Novo Recreio 13 estradas de seringa, que produziam cerca de 1.500 kg de borracha (Castelo Branco, 1930: 625).

Posteriormente ao período pesquisado por Castelo Branco, o seringal Novo Recreio veio a ser adquirido pela família Oliveira, sendo depois transmitido ao Nawa Nilton Costa de Oliveira, pai da atual liderança geral, Raílson. A parte do seringal Novo Recreio localizada na margem direita do rio Moa foi herdada pelos Nawa porque o pai do Seu Nilton, de nome Francisco de Assis Costa (Chico Peba), filho da Nawa ancestral Mariruni, casou com uma mulher da família Oliveira, a senhora Adélia de Oliveira. O casal teve apenas o Seu Nilton de filho, tendo a mãe dele falecido quando ele ainda era

criança. Seu Nilton teve pouco contato com o pai, que faleceu com cerca de quarenta anos. A irmã da mãe de Seu Nilton, conhecida como Dondon de Oliveira, foi quem o criou, sendo ela na época a dona de uma parcela do seringal Novo Recreio. Após a morte dos pais do seu Nilton, e de sua tia Dondon, ele recebeu de herança parte do seringal Novo Recreio.

Dondon herdava aí uma parte dentro do Novo Recreio, de estrada. Então ela morreu, e o meu pai morreu também, aí a herança dela ficou para mim, porque só era eu de filho legítimo mesmo (Nilton, 2003, Pé da Serra).

O seringal Novo Recreio surge com o desmembramento do Seringal República.

Isso aqui era um seringal só, República com Novo Recreio eram um seringal só (...) E ela herdou do pai dela, que o pai dela que era dono disso aqui, da minha mãe (irmã da Dondon). O velho morreu, o pai dela, aí fizeram o inventário. Nesse tempo fazia o inventário para quem tinha filho, para ficar tudo dividido. O velho morreu, então ela herdou essa parte, ficou dividido (...) Fiquei cortando no que era meu. Aí foi o tempo que a borracha acabou e nós ficamos morando lá assim, trabalhando, plantando, criando (Nilton, 2003, Pé da Serra).

Em 2008, conforme dados adquiridos pelo ICMBio, o seringal Novo Recreio se encontrava em posse de Ovaldete Coionete.

O seringal Aquidabam, localizado na margem esquerda do igarapé Jordão, foi explorado por Vicente Ferreira e Rufino de Tal. Este último transferiu sua parte ao primeiro, que o vendeu a Zeferino Ramos. Este repassou o seringal a Velhote Silva & Comp., que o transferiu para Manuel Antonio Pedreira. Estava localizado em ambas as margens do Moa e fazia limite a leste com o seringal São Salvador e a oeste com o Novo Recreio. Ao Sul e ao Norte ele possuía limites com terras devolutas (Castelo Branco, 1930: 606).

Não constam informações a respeito da origem dos seringais: 15 de Novembro, República e Ponte Bela. Porém, há relatos do ICMBio no ano de 2008 quanto aos supostos titulares desses seringais. Jairo Navarro de Magalhães e outros seriam os titulares do seringal 15 de Novembro; José Bernardo Cordeiro e Francisco Bernardo Cordeiro, titulares do Seringal República e Liberato Antônio Serafim e Valdir Pedro Nitsche, titulares do Seringal Ponte Bela.

Todos esses seringais entraram em decadência após a crise no preço da borracha. Muitos seringalistas e seringueiros começaram a abandonar os seringais. Atualmente, desativados. São habitados por uns poucos posseiros que permaneceram na região com uma produção agrícola voltada para o consumo familiar e para o comércio do pequeno

excedente, praticando também a caça, coleta e a pesca para complementarem a alimentação.

Interessante notar que a ocupação da região do Alto Juruá por não indígenas contou uma diversidade de grupos, emigrantes estrangeiros, brasileiros do nordeste, caucheiros peruanos, comerciantes e exploradores, pesquisadores, regatões, ribeirinhos, seringueiros e mais tarde, no período militar, migrantes do sudeste do país, chamados genericamente de *paulistas*, atraídos por terras extensas e baratas e por incentivos fiscais às atividades agropecuárias.

Contexto fundiário atual

O município de Mâncio Lima

Mâncio Lima, conhecida por ser o município mais ocidental do Brasil, originou-se de um povoado denominado Vila Japiim, fundado pelo seringalista invasor e perseguidor de indígenas Coronel Mâncio Lima. Anos mais tarde, o coronel foi também fundador de imprensa local (jornal O Estado e a Rádio Difusora A voz dos Nauas) e prefeito de Cruzeiro do Sul por 3 vezes (1923, 1927 e 1933).



Foto 67 - Mâncio Augustinho Rodrigues Lima

Vindo do Ceará, o Coronel Mâncio Lima instalou-se no início do século XX no Seringal Jaraguá, que veio a ser um dos principais seringais no rio Moa. O coronel foi responsável por atrair nordestinos para a região e por explorar e massacrar povos indígenas, forçando-os ao trabalho no seringal. Ao redor do seringal Jaraguá surgiu o povoado Vila Japiim. Esse povoado foi fundado em 1913, no tempo das correrias, da alta produtividade dos seringais e da emigração à região. Nesse momento, alguns Nawa

chegam a essa vila e logo se alinham aos fluxos de trabalho nos seringais (Ykaruní Nawa, 2023: 82).

A expansão da empresa seringalista estimulou a instalação de colonos ao longo do rio Moa. Em 1892 a região já estava tomada pela colonização, inclusive os rios Moa e Azul, de habitação tradicional dos Nawa. O Padre Constant Tastevin relata a formação de várias comunidades nesses afluentes do Juruá entre elas: Santa Luzia, Recreio, República, São João, Monte Alegre e Gibraltar, todas colocações de seringa.



Foto 68 - Estrada para a antiga colônia de Japiim 1974 - Fonte: IBGE



Foto 69 - Casas da Colônia Japiim - 1974 - Fonte IBGE

Em 14 de Maio de 1976, pela Lei n.º 588, Mâncio Lima tornou-se município, desmembrado de Cruzeiro do Sul. Numa imensa região banhada pelo rio Moa e afluentes, Mâncio Lima hoje tem uma área territorial de 5.451,617 km² e uma população de aproximadamente 19 mil pessoas. Dados censitários de 2022 do IBGE apontam que em Mâncio Lima há 2.827 pessoas indígenas, 14% da população total do município, sendo 1.518 fora de terra indígena.

O Censo 2022 do IBGE identificou 16 localidade indígenas em Mâncio Lima: Aldeia Indígena Ipiranga; Aldeia Indígena Barão; Aldeia Indígena República; Comunidade Indígena Timbaúba Nukini; Aldeia Indígena Meia Dúzia Nukini; Aldeia Indígena Paraná Dos Batista; Aldeia Indígena Campú; Republica; Aldeia Indígena Recanto Verde; Aldeia Indígena Novo Recreio; Aldeia Indígena Novo Recreio 3; Aldeia Indígena Novo Recreio 2; Aldeia Indígena Sete De Setembro; Isolados do Igarapé Tapada; Aldeia Indígena Pijuca e Aldeia Indígena Zumira. As sete últimas estão localizadas na TI Nawa.

Rodrigues Alves

Como visto nas outras partes deste relatório, depois de expulsos de onde viviam, hoje Cruzeiro do Sul, os Nawa foram para o Estirão dos Náuas, localizado onde hoje é Rodrigues Alves. Por esse fato, a cidade é conhecida como antiga terra dos Nawa.

Em junho de 1884, dois cearenses, Ismael Galdino da Paixão e Domingos Pereira de Souza, começaram a explorar o rio Juruá a partir do Estirão dos Náuas até a embocadura do Juruá-Mirim. Relata-se que próximo ao rio Moa encontraram extensos bananais e grande número de indígenas. No Estirão dos Náuas encontraram uma enorme maloca dos Nawa. Alguns anos mais tarde, exatamente neste local foi fundada a Sede do Seringal Buritizal, de propriedade do coronel Francisco Carioca, que mais tarde vendeu ao coronel Mâncio Lima, que doou uma parte para a implantação da colônia Rodrigues Alves, parte do município de Cruzeiro do Sul. Rodrigues Alves originou-se, portanto, do antigo Seringal Buritizal, cuja sede foi fundada no Estirão dos Nawa.

O Parque Nacional da Serra do Divisor se sobrepõe a parte sul do município, sendo que uma pequena parte dessa sobreposição coincide com a área mais ao sul da TI Nawa.

Unidade de Conservação: o Parque Nacional da Serra do Divisor

A TI Nawa encontra-se totalmente sobreposta por uma Unidade de Conservação de Proteção Integral (UCPI), o Parque Nacional da Serra do Divisor. Sobre o Parna cabe uma breve contextualização da história agrária da região. Na década de 1970, o Plano Nacional de Desenvolvimento apresentou como estratégia de integração nacional a expansão da fronteira agrícola na Amazônia ao mesmo tempo que tinha como objetivo “atingir o desenvolvimento sem devastação dos recursos naturais do país” (PND, 1970). O argumento era de que a ocupação de novas áreas para agropecuária exigia diretrizes conservacionistas, sugerindo a definição de áreas destinadas a criação de unidades de conservação como Parques e Florestas Nacionais (Brasil, 1974: 15 e 51). Essa proposta encontrou eco em diversas organizações que, diante do plano de expansão agropecuária, também propunha a criação de unidades de conservação (Quintão apud Lira, 2015).

O panorama regional na época de conflito social, os incentivos fiscais e creditícios dos governos militares para grandes projetos agropecuários na Amazônia estimularam o desmatamento, a concentração de terra por grupos empresariais do sul do país, esbulho de terras indígenas e conflito entre supostos titulares e posseiro, uma vez que, mesmo com o colapso da economia da borracha, a mão de obra dos seringais permaneceu na região vivendo dos recursos da floresta e os novos donos, os paulistas, queriam abrir pastagem na floresta desmatando as áreas desses recursos. (Valverde, 1990). Diante desse cenário foram criadas no Acre, na década de 1980, três unidades de conservação, entre elas o Parque Nacional da Serra do Divisor. O critério de escolha da área do PNSD baseou-se em uma série de estudos que indicavam adequação da área aos objetivos da conservação, dada sua vasta biodiversidade, e também por localizar-se em faixa de fronteira, considerada área indispensável à segurança nacional. Assim, o Parque Nacional da Serra do Divisor foi criado por critérios técnico-científicos e políticos sem consultas públicas ou participação de grupo sociais ali estabelecidos.

“Eu descobri que aqui era um parque depois de 11 anos de criação dele. É como se tivessem vendido minha casa para outro dono e eu só ficar sabendo 11 anos depois que a casa que construí e morei não é mais minha porque foi vendida sem eu saber - Railson (Cacique do povo Nawa)”.

A malha fundiária sobre a TI Nawa

Nessa seção será apresentado o quadro de ocupações não indígenas identificadas pelo GT e o mapa cadastral dessas ocupações, localizando os dentro dos limites da TI.

O Sistema de Cadastro Ambiental Rural, SICAR, é a plataforma nacional que gerencia o Cadastro Ambiental Rural - CAR, um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais no Brasil. O SICAR é declaratório e não comprova posse ou domínio.

Na área da TI Nawa há apenas um cadastro no SICAR sobreposto. Não há sobreposições de imóveis particulares ou públicos registrados nos sistemas SIGEF nem no SNCI. O SIGEF é o sistema oficial de registro e gestão de imóveis rurais georreferenciados, gerido pelo Incra, e o SNCI é o sistema antigo de certificação do georreferenciamento de propriedades rurais, usado antes da implementação do SIGEF, que mesmo depois de substituído manteve-se a validade de suas certificações.

Não há sobreposição de áreas quilombolas nem assentamentos da reforma agrária, especialmente devido a incompatibilidade desses registros com unidade de conservação de proteção integral. No entanto, durante o levantamento fundiário com base em dados oficiais, identificou-se um Cadastro Ambiental Rural incidente na área proposta para delimitação da TI Nawa, denominado Fazenda Santa Rosa.

Destaca-se que o cadastro ambiental rural foi criado posterior a implementação do Parque Nacional da Serra do Divisor e que essa categoria de unidade de conservação, em regra, é incompatível com a incidência de ocupações. Ademais, o Cadastro Ambiental Rural, consiste em um registro eletrônico público, cuja inscrição é realizada através do auto cadastramento, de modo que não produz efeitos probatórios de propriedade do imóvel.

Quadro 1 - Informações Cadastro Ambiental Rural (CAR) incidente na proposta de delimitação da TI Nawa, levantado pelo GT Portaria n.º 1.250 de 3 de dezembro de 2024.

Nome do Ocupante	CPF	Nome do Imóvel	Município	Módulo Fiscal	Área Total (Ha)	% da área do imóvel sobreposta	Código CAR	Data de Cadastro
Rodrigo Augusto da Silva Pinheiro	651.770.882-00	Fazenda Santa Rosa	Mâncio Lima	0,6007	60,07	100%	AC-1200336-C339.FE77.BA FC.427D.A1F D.C3AA.1FDF .6B8B	02/06/2016

O levantamento fundiário em campo identificou 22 ocupações não indígenas, distribuídas em 3 localidades principais: 1) Zumira, no igarapé Jesumira, que possui

subdivisões mencionadas em alguns formulários de levantamento fundiário, sendo elas o igarapé do Velho e Sete de Setembro; 2) Novo Recreio e 3) Aquidabam, todas 3 originadas dos seringais Gibraltar, Sete de Setembro, República, Novo Recreio e Aquidabam.

A área possui como principal caracterização a presença de posseiros a margens do rio Moa, igarapé Jesumira e igarapé Novo Recreio, tendo atualmente como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária de subsistência.

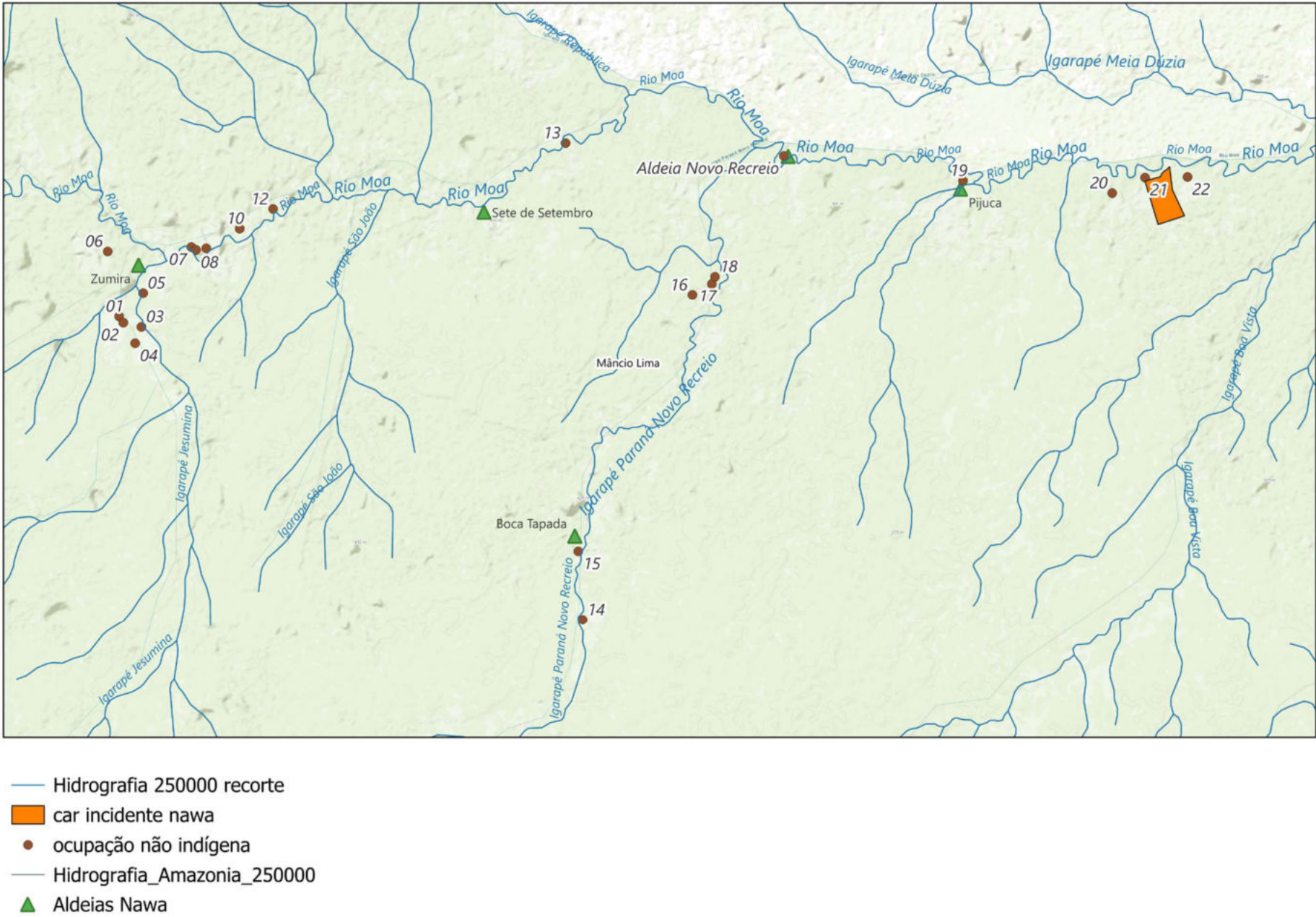
A seguir, um quadro demonstrativo dos ocupantes encontrados na área da TI e um mapa com a localização das ocupações a partir de coordenadas geográficas coletadas em campo. Ressalta-se que todas as ocupações cadastradas são incidentes na TI apenas na porção que abrange o município de Mâncio Lima.

A sigla LF refere-se aos formulários de levantamento fundiário preenchidos em campo. Os números desses formulários correspondem aos números localizados no mapa abaixo. Todos os formulários preenchidos em campo estão autuados no processo administrativo Funai n.º 08620.017435/2024-83, onde foram consultados para elaboração desta parte do relatório.

Quadro 2 - Informações dos Formulários de Levantamento Fundiário (LF) de campo da proposta da TI Nawa

Nº DE ORD.	Nº LF	NOME DO OCUPANTE	CPF	LOCALIDADE	NOME DO IMÓVEL	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DA OCUP.	TEMPO DE OCUP. (anos)	ÁREA DO IMÓVEL (ha)	Nº FAMILIA	Nº PESSOA	ATIV. ECONÔMICA	LAT	LONG
1	1	José Claudio Cordeiro Machado	390.***.972-00	Zumira	Fazenda Napoli	Posse	Sim	1904	12/1970	120	1	6	Agricultura e Pecuária	7°29'1,72"S	73°34'28,59"W
2	2	Joelson Cordeiro Machado	573.***.832-53	Zumira	Fazenda Napoli	Posse	Sim	1904	01/1975	120	1	6	Agricultura e Pecuária	7°29'6,33"S	73°34'25,52"W
3	3	Roberto Machado de Azevedo	660.***.752-00	Zumira	Fazenda Jesumira	Posse	Sim	1904	07/1979	120	1	4	Agricultura e Pecuária	7°29'9,39"S	73°34'12,28"W
4	4	Raimundo Nonato Machado de Azevedo	612.***.512-15	Zumira	Sítio Vai Quem Quer	Posse	Sim	2003	07/1978	80	1	4	Agricultura e Pecuária	7°29'21,34"S	73°34'16,86"W
5	5	Francisco Barboza de Andrade	691.***.152-68	Zumira	Sítio São João	Posse	Sim	06/2009	06/2009	30	1	3	Agricultura e Pecuária	7°28'44,22"S	73°34'11,00"W
6	6	Francisco Chagas de Oliveira Rocha Filho	164.***.692-15	Zumira (Igarapé do Velho)	Seringal Gibraltar	Propriedade	Sim	1905	1942	28000	2	10	Agricultura e Pecuária	7°28'13,76"S	73°34'36,94"W
7	7	Elessandro Abreu de Lima	026.***.282-97	Zumira	Sem denominação	Posse	Sim	2000	08/2017	3	1	5	Agricultura	7°28'10,46"S	73°33'35,70"W
8	8	Joeliton (não encontrado)	Sem informação	Zumira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7°28'12,60"S	73°33'32,23"W
9	9	Romário Santos da Silva	705.***.352-30	Zumira	Sem denominação	Posse	Sim	1970	2017	12	1	6	Agricultura e Pecuária	7°28'11,41"S	73°33'24,81"W
10	10	Rui Machado de Souza	181.***.232-20	Zumira	Sítio São João	Posse	Sim	1929	07/1958	160	1	1	Agricultura e Pecuária	7°27'57,03"S	73°33'0,32"W
11	11	Jamisson Cordeiro Machado	633.***.282-87	Zumira	7 de Setembro	Posse	Sim	1929	12/2009	30	1	4	Pecuária	7°27'56,97"S	73°33'0,24"W
12	12	Aldenilza Ferreira do Nascimento	892.***.972-91	Zumira	Sem denominação	Posse	Sim	1970	1994	-	1	6	Agricultura	7°27'42,65"S	73°32'35,86"W
13	13	Leonir da Silva Braga	195.***.592-49	Zumira (7 de setembro)	Sem denominação	Posse	Sim	2004	2013	130	1	2	Agricultura e Pecuária	7°26'54,45"S	73°29'1,67"W
14	14	Eneclério Lima Bezerra	792.***.452-00	Novo Recreio	Colônia Nova Esperança	Posse	Sim	1944	12/1977	100	1	4	Agricultura e Pecuária	7°32'43,41"S	73°28'49,21"W
15	15	Genivaldo Lima Bezerra	754.***.202-15	Novo Recreio	Sítio Marcleison Almeida Bezerra	Posse	Sim	1964	1976	-	3	13	Agricultura e Pecuária	7°31'53,28"S	73°28'52,44"W
16	16	"Lico" da Costa Silva (não encontrado)	-	Novo Recreio	-	-	Sim	-	-	-	-	-	-	7°28'45,52"S	73°27'28,80"W
17	17	Ermilson Costa da Silva	013.***.052-76	Novo Recreio	Sem denominação	Posse	Sim	11/1986	11/1986	5	1	4	Agricultura	7°28'37,54"S	73°27'14,61"W
18	18	Cosmo Costa da Silva	216.***.702-25	Novo Recreio	Sem denominação	Posse	Sim	1944	12/1962	4	1	3	Agricultura e Pecuária	7°28'32,29"S	73°27'12,32"W

19	19	Jair de Melo Gaspar	164.***.842-20	Aquidabam (Pijuca)	Fazenda São Francisco	Posse	Sim	-	12/1982	500	1	4	Agricultura e Pecuária	7°27'21,99"S	73°24'10,70"W
20	20	Francisco Antonio Monteiro do Santos	715.***.092-87	Aquidabam	Sítio Tucandeira	Posse	Sim	1975	1975	43	1	4	Agricultura e Pecuária	7°27'31,03"S	73°22'21,45"W
21	21	Luiz Augusto de Araujo Pinheiro	096.***.702-82	Aquidabam (Margem do Rio Mõa)	Fazenda Santa Rosa - Seringal Aquidabam	Propriedade	Sim	03/1968	03/1968	1200	1	4	Agricultura e Pecuária	7°27'19,73"S	73°21'57,36"W
22	22	Eliexandro Fernandes da Costa	662.***.562-20	Aquidabam	Fazenda 20 de Novembro	Posse	Sim	1954	08/1979	50	1	8	Pecuária	7°27'19,20"S	73°21'26,27"W



Croqui 33 - Localização das ocupações não indígenas com incidência na TI Nawa

Análise descritiva das ocupações por Localidade (Seringal)

As análises a seguir têm como referência o módulo fiscal do município de Mâncio Lima, que é de 100 hectares.

1) Zumira: Formulários de Levantamento Fundiário (LF) de 1 a 13.

A essa localidade se sobrepunham os seringais Gibraltar e República.

Foram identificadas 13 ocupações não indígenas nessa área, que é caracterizada principalmente por minifúndios ou pequenas propriedades que variam entre 3 e 160 hectares, habitadas por 1 a 2 famílias. Destaca-se a exceção descrita em um formulário (LF 6), em que foi apresentada documentação com registro de área com 28.000 hectares, podendo ser caracterizada como grande propriedade. Essa documentação pode ser relacionada a uma matrícula em nome da mãe do ocupante. A referida localidade é derivada das famílias de sobrenome Cordeiro, Machado e Rebouças de acordo com a genealogia das pessoas encontradas em campo e das matrículas vinculadas aos seringais.



Foto 70 - Ocupações não indígenas em Zumira - Fotos GT 2024

2) Novo Recreio: Formulários de Levantamento Fundiário (LF) de 14 a 18.

Um Seringal homônimo se sobrepõe a essa localidade.

As ocupações identificadas nessa área se enquadram como minifúndios e pequenas propriedades, sendo as ocupações habitadas por 1 a 3 famílias. Verificou-se que os posseiros registrados no formulário (LFs) n.º 16, 17 e 18 possuem os mesmos sobrenomes “Costa da Silva”. Em campo constatou-se que o responsável pelo LF n.º 17 é filho do ocupante entrevistado pelo LF n.º 18, porém no caso do LF n.º 16 não foi possível verificar o vínculo, por não ter sido localizado. Além disso, o posseiro referente ao LF n.º 14 é irmão do posseiro identificado no LF n.º 15 e ambos possuem o sobrenome “Lima”, presente também no registro do Seringal Novo Recreio, porém, devido à ausência de alguns dados da genealogia, não foi possível certificar se os mesmos são parentes da proprietária registrada na matrícula.



Foto 71 - Ocupações não indígenas em Novo Recreio - Fotos GT 2024

3) Aquidabam: Formulários de Levantamento Fundiário (LF) de 19 a 22.

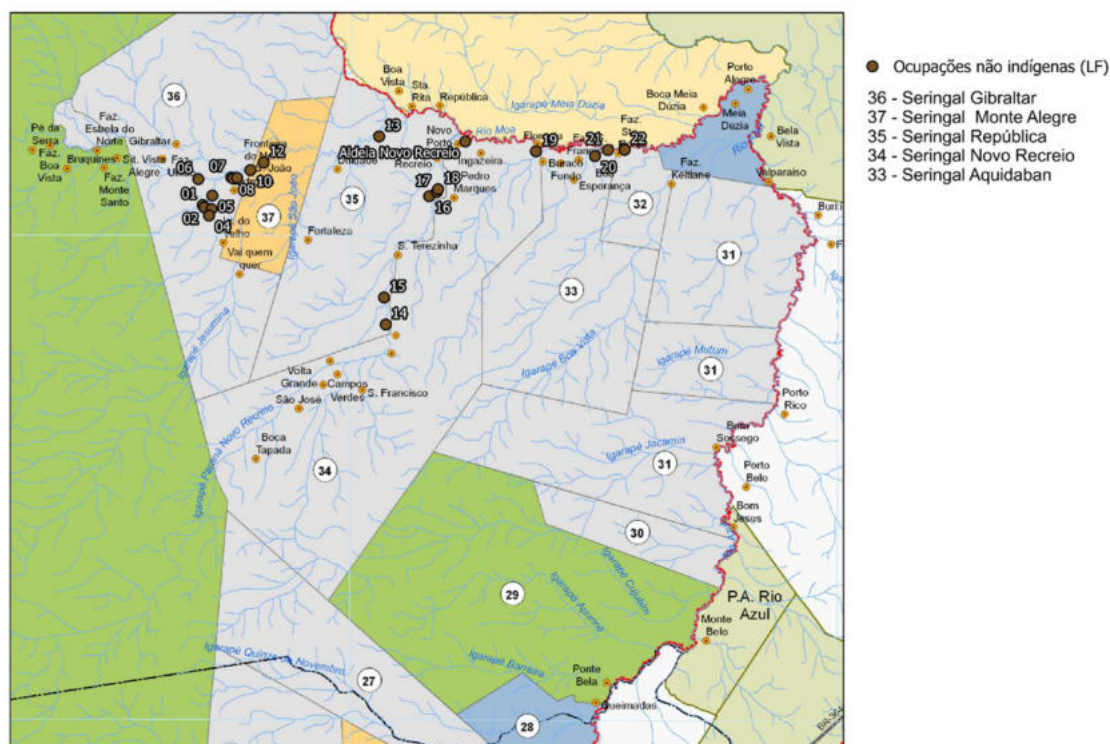
Ocupações oriundas do Seringal Aquidabam.

As ocupações dessa área são caracterizadas pela presença de uma família, em imóveis que variam entre 43 e 1.200 hectares, sendo classificadas como minifúndios ou médias propriedades. A respeito das ocupações referente aos LF n.º 19, 20 e 22, não foi possível fazer quaisquer correlações com os ocupantes registrados nos seringais. Porém, sobre o LF n.º 21, o sobrenome “Pinheiro” presente em sua genealogia e a comparação entre as informações obtidas na entrevista com o ocupante a respeito do imóvel e as matrículas encontradas, indicam possível relação com os proprietários com registros no Cartório de Registro de Imóveis, referente ao seringal.



Foto 72 - Ocupações não indígenas Aquidabam - Fotos GT 2024

De forma geral, a caracterização das ocupações verificadas em campo revela um quadro fundiário predominantemente de posseiros, com ocupações voltadas para atividades de subsistência e originadas de antigos seringais.



Croqui 34 – Localização das Ocupações não indígenas sobre seringais identificados no mapa do MMA

Pesquisa Cartorial e Análise de Cadeia Dominial

A pesquisa cartorial realizada na etapa de levantamento fundiário tem como objetivo principal identificar a existência de registros formais de posse e/ou domínio incidentes sobre a área da TI. A análise de cadeia dominial, por sua vez, complementa esses dados cartoriais com uma avaliação mais robusta quanto a natureza e origem desses registros.

Durante a etapa de pesquisa cartorial utilizou-se como base as informações obtidas durante o levantamento realizado em campo e as informações dos antigos seringais para realizar consultas junto a comarca de Cruzeiro do Sul. Utilizou-se também de levantamentos feitos no sistema eletrônico denominado Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), para complementação e obtenção de informações cartoriais.

A análise documental das matrículas identificadas no Cartório de Registro de Imóveis de Cruzeiro do Sul se deu no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED) n.º 01/2024, firmado entre o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

A partir do exame da documentação emitida pelo sistema Ofício Eletrônico <<https://oficioeletronico.com.br/>>, foram realizadas sistematizações de análises individuais das seguintes matrículas:

Quadro 3 - Matrículas de imóveis incidentes na TI

n.º de ordem	Imóvel	Matrícula
1	Seringal Aquidaban	Matrícula 14.306
2	Seringal República	Matrícula 14.680
3	Seringal República	Matrícula 1.967
4	Seringal Gibraltar	Matrícula 1.941
5	Área de terras encravadas Seringal Gibraltar	Matrícula 1.950
6	Lote nº 010, Gleba São Braz, Colônia Monte Alegre - N.C. Colônia Assis Brasil	Matrícula 1.635
7	Seringais Aquidaban, São Luiz e Pentecostes	Transcrição 130
8	Seringal República	Matrícula 2.001
9	Três estradas de seringueiras, encravadas no Seringal República	Matrícula 2.005
10	Fazenda Agropecuária Santa Rosa	Matrícula 2.209
11	Seringal Aquidabam	Matrícula 14.327
12	Seringal Recreio	Matrícula 14.720
13	Lote nº 152, Gleba Santa Luzia, Colônia Monte Alegre - N.C. Colônia Assis Brasil	Matrícula 1.538
14	Área de terras a margem esquerda do rio Môa	Matrícula 14.073

Os registros encontrados são referentes aos seringais: Gibraltar, República, Aquidabam, Novo Recreio, 15 de novembro e Ponte Bela. Sendo que os 13 registros referentes aos seringais, dividem-se em: 2 registros do Seringal Gibraltar, 4 registros do Seringal Aquidabam (Denominado Fazenda Santa Rosa), 4 registros do Seringal República, 1 registro do Seringal Novo Recreio, 1 registro do Seringal 15 de Novembro e 1 registro do Seringal Ponte Bela.

De acordo com o Parecer da Análise de Cadeia Dominial apresentados pela consultoria do TED, não foi possível constatar a origem das matrículas acima, impossibilitando a comprovação de idoneidade dos registros encontrados.

MATRÍCULA/ TRANSCRIÇÃO	PROPRIETÁRIO	NOME DO IMÓVEL	ÚLTIMO REGISTRO	CONCLUSÕES APÓS ANÁLISE DE CADEIA DOMINIAL
Matrícula 1.950	Dalva Rebouças Rocha	Seringal Gibraltar	1983	Análise inconclusiva sobre o destacamento ou não do imóvel do patrimônio público. Além disso, há quebra na cadeia sucessória do imóvel e outras inconsistências.
Matrícula 1.941	Themistocles de Freitas Rebouças	Seringal Gibraltar	1983	Análise inconclusiva sobre o destacamento ou não do imóvel do patrimônio público. Além disso, há quebra na cadeia sucessória do imóvel e outras inconsistências
Matrícula 14.306	Pedreira Irmãos - C. Sul	Fazenda Santa Rosa - Seringal Aquidabam	1952	Imóvel sem destacamento do patrimônio público e com outras irregularidades
Transcrição 130	Pedreira Irmãos - C. Sul	Fazenda Santa Rosa - Seringal Aquidabam	2018	Imóvel sem destacamento do patrimônio público.
Matrícula 2.209	Maria Margarene Pinheiro	Fazenda Santa Rosa - Seringal Aquidabam	1999	Imóvel sem destacamento do patrimônio público.
Matrícula 14.327	Marlix Pedreira Alves	Fazenda Santa Rosa - Seringal Aquidabam	1952	Imóvel sem destacamento do patrimônio público.
Matrícula 2.001	Valdomiro Antônio de Oliveira	Seringal República	1983	Imóvel sem destacamento do patrimônio público.
Matrícula 2.005	Francisco Bernardo Cordeiro	Seringal República	1983	Imóvel sem destacamento do patrimônio público. Há informações que a matrícula anterior

Matrícula 14.680	Adalgisa Rebouças Cordeiro (Espólio)	Seringal República	1952	Imóvel sem destacamento do patrimônio público e com outras inconsistências, como a duplicidade de matrículas ativas (1.967 e 14.680) no mesmo CRI de Cruzeiro do Sul. Além disso, Adalgisa faleceu e o patrimônio deveria estar em nome do seu espólio.
Matrícula 1.967	Francisco Bernardo Cordeiro	Seringal República	1983	Imóvel sem destacamento do patrimônio público e com outras inconsistências, como a duplicidade de matrículas ativas (1.967 e 14.680) no mesmo CRI de Cruzeiro do Sul. Ressalta que Francisco é filho de Adalgisa, proprietária indicada na Matrícula 14.680.
Matrícula 14.720	Leonilda Leite Lima	Seringal Novo Recreio	1971	Imóvel sem destacamento do patrimônio público.
Matrícula 737	Patrimônio da União	Seringal 15 de novembro	2006	Análise de cadeia dominial não realizada
Matrícula 15.009	Liberato Antônio Serafini e Valdir Predo Nitsche	Seringal Ponte Bela	1974	Análise de cadeia dominial não realizada

Matrícula 14.306 – Seringal Aquidaban

Imóvel não apresenta cadeia dominial íntegra, sem destacamento do patrimônio público, além de outras irregularidades e indícios de fraudes

A matrícula 14.306 remete à transcrição 436, de 10 de setembro de 1952, do CRI de Cruzeiro do Sul – AC. A referida transcrição registra Pedreira Irmãos comprando o imóvel de Álvaro Redulo da Silva, mas não há qualquer informação sobre como o transmitente Álvaro Redulo da Silva tenha havido o imóvel. Não há referência a qualquer origem, de modo que a cadeia dominial não leva a um ato originário lídimo, com o destacamento do imóvel do patrimônio público. Ademais apresenta inconsistências. Como valor da transação de julho de 1918 registram “Valor do Contrato: dez mil cruzeiros - CR\$ 10.000,00”. Entretanto, o Cruzeiro só foi adotado como moeda em 1º de novembro de 1942.

Matrícula 14.680 – Seringal República e Matrícula 1.967 – Seringal República

Não há referência a qualquer origem, de modo que a cadeia dominial de ambos não leva a um ato originário lídimo, com o destacamento do imóvel do patrimônio público. Além da ausência de origem, levantou-se ainda que se trata de duplicidade de matrículas ativas para o mesmo imóvel no mesmo cartório. Aparentemente, foi aberta a matrícula 14.680, em 2024, sem que atentassem ao fato de que o imóvel já havia sido matriculado sob número 1.967, em 1983¹³.

Matrícula 1.941 – Seringal Gibraltar

A matrícula 1.941 remete à matrícula 1.940, de 28 de fevereiro de 1983, do CRI de Cruzeiro do Sul – AC. A matrícula 1.940 informa ter sido feita em obediência a despacho de Juiz de Direito. Esse despacho, que daria origem a matrícula, não localizado no CRI. Além disso, o documento não é datilografado, como deveria ser um registro de 1983, mas digitado em computador e impresso sem carimbo ou assinatura do cartório.

Matrícula 1.950 – Área de terras encravadas Seringal Gibraltar

A análise sobre o destacamento do imóvel do patrimônio público é inconclusiva. Há quebra na cadeia sucessória do imóvel e outras inconsistências e indícios de fraude.

¹³ O CRI de Cruzeiro do Sul informou que as transcrições foram todas convertidas em matrículas, para salvar as informações que estavam se perdendo em virtude da deterioração dos livros antigos.

Matrícula 1.635 – Lote nº 010, Gleba São Braz, Colônia Monte Alegre - N.C. Colônia Assis Brasil e Matrícula 1.538 – Lote nº 152

A matrícula 1.635 apresentaria origem no destacamento da terra do patrimônio público, uma vez que a matrícula é aberta tendo o estado do Acre como proprietário e, em R1, por meio do título definitivo 4(14)82(5)0296, expedido em 19 de maio de 1980, a terra é alienada a Josué Ferreira Lima. Entretanto, a referida matrícula, que cita o Acre como proprietário do imóvel remete a transcrição 200 como origem e dita transcrição, por sua vez, registra que o imóvel não é do Acre, mas da Aeronáutica. O mesmo ocorre com a matrícula 1.538, com o Acre alienando área da Aeronáutica. Não há menção a qualquer ato que transfira os imóveis da União para o Acre.

Transcrição 130 – Seringais Aquidaban, São Luiz e Pentecostes

A transcrição 130 inicia-se com a transação entre a massa falida de Manoel Velhote & Companhia, sucessora de A.J. da Silva & Companhia, a Alvaro Rebello da Silva, por meio de uma Escritura pública de dação em pagamento e sessão de conflito hipotecário. Entretanto, não há nenhuma anotação que remeta a como a A.J. da Silva & Companhia houve o imóvel. Portanto, sem destacamento do patrimônio público.

Matrícula 2.001 – Seringal República

A matrícula 2.001 limita-se ao transporte das informações contidas na transcrição 58, que é mencionada como sua origem. Essa transcrição, por sua vez, inicia-se com a alienação de Velhote Silva & Companhia a Pedro Antônio de Oliveira. Não há, entretanto, qualquer informação que especifique como Velhote Silva & Companhia tenha adquirido o imóvel. Observou-se incoerências evidentes no documento de origem, já que transcrições não possuem registros em seus lançamentos, apenas averbações. Também é inconsistente que esta transmissão tenha sido lançada na transcrição em 1983, assim como é incompatível que uma transcrição esteja contida no livro 2.

Matrícula 2.005 – Três estradas de seringueiras, encravadas no Seringal República

A matrícula 2.005 é originada na matrícula 2.001, que se limita ao transporte das informações contidas na transcrição 58, que é mencionada como sua origem. Essa transcrição, por sua vez, inicia-se com a alienação de Velhote Silva & Companhia a Pedro Antônio de Oliveira. Não há, entretanto, qualquer informação que especifique como Velhote Silva & Companhia tenha adquirido o imóvel. Além da ausência de origem no

patrimônio público, não há qualquer averbação na matrícula 2.001 que informe ter havido o desmembramento. O imóvel registrado pela transcrição de matrícula 2.005 não apresenta destacamento no patrimônio público.

Matrícula 2.209 – Fazenda Agropecuária Santa Rosa

A matrícula 2.209 remete, como origem, à transcrição 729, que, por sua vez, inicia-se com Horácio Alves Filho e sua esposa vendendo o imóvel, em 1962, a Manuel Benvindo Pinheiro e sua mulher. Entretanto, não há qualquer registro de como Horácio Alves Filho e sua mulher adquiriram as terras. Em resumo, não há destacamento do patrimônio público.

Matrícula 14.327 – Seringal Aquidabam e Matrícula 14.720 – Seringal Novo Recreio

Essas matrículas se limitam a informações transportadas de transcrições (461 e 974, respectivamente). Entretanto, não há qualquer registro de como tenham sido adquiridos os imóveis.

Matrícula 14.073 – Área de terras à margem esquerda do rio Môa

O imóvel é terra pública, independentemente do que tenha havido antes, por força da doação do imóvel feita ao Ministério da Aeronáutica, pelo Governo do Estado do Acre.

A análise da cadeia dominal relatou inconsistências dos documentos e improbidade do Cartório de Registro de Imóveis de Cruzeiro do Sul que levantam hipóteses de fraude, sobretudo quando se considera denúncias feitas na década de 1970 de que o Acre sofria de “grilagem organizada” (Lira, 2015: 118), com apropriação ilícita de terras por esbulho de ocupantes, posseiros ou indígenas e a regularização de domínios por documentos falsos.

Sobre o Seringal Aquidabam, a propriedade consta em nome da família Pedreira e Pinheiro, e apesar de haverem 4 registros incidentes sobre esse seringal, durante a análise houveram indícios que se referem a mesma propriedade, pois em 3 registros constam que o imóvel se refere a “36 estradas de seringas” e em 1 deles ainda menciona que a área é de 1.200 hectares, além disso, o único imóvel que não menciona as estradas de seringa, apresenta a área total também como 1.200 hectares, com isso, indica-se que os 4 registros são referentes ao mesmo imóvel.

Quanto ao Seringal Novo Recreio, consta apenas 1 registro e parece ser da família Lima, não sendo possível fazer as devidas correlações com outros ocupantes pela ausência de dados complementares.

O seringal 15 de Novembro só apresenta 1 registro e parece estar em posse da União. Além disso, o seringal Ponte Bela também apresenta apenas 1 registro, mas em nome de 2 particulares. Ressalta que esses seringais parecem sobrepor a terra indígena em estudo, mas não foram encontrados ocupantes in loco correlacionados a eles, e não foi possível realizar análise de cadeia dominial destes, posto a identificação de sobreposição foi tardia. A citada sobreposição foi observada por meio do Mapa Seringais PARNA Serra do Divisor elaborado pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e apresentado acima.

De todo modo, registra-se que, pelo Decreto presidencial de 17 de setembro de 2002, foi declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis particulares incluídos nos limites do Parque Nacional da Serra do Divisor. Caberia ao IBAMA adotar as medidas necessárias à efetiva implantação do Parque, promovendo a desapropriação dos imóveis, o que não ocorreu.

DECRETO DE 17 DE SETEMBRO DE 2002

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis particulares incluídos nos limites do Parque Nacional da Serra do Divisor, no Estado do Acre, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º, alínea "I", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e 11 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, os imóveis particulares constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites do Parque Nacional da Serra do Divisor, situados nos Municípios de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, criado pelo Decreto nº 97.839, de 16 de junho de 1989.

Art. 2º Caberá ao IBAMA adotar as medidas necessárias à efetiva implantação do Parque Nacional da Serra do Divisor, promovendo, na forma da legislação vigente, a desapropriação dos imóveis contidos em seus limites, utilizando os seus recursos orçamentários e financeiros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Carlos Carvalho

Notificações/Citações Ocupantes Não Indígenas

Durante o levantamento fundiário de campo, realizou-se a citação dos ocupantes não indígenas incidentes na área em estudo, a fim de cumprir com o disposto no Art. 6º da Lei 14.701/2023, que trata como obrigatória a notificação dos interessados ao longo do processo de demarcação, inclusive nos estudos preliminares, assegurando o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Nas atividades de campo, observaram-se 22 ocupações não indígenas sobrepostas a área da TI Nawa, das quais houveram 21 citações efetivas. O quadro abaixo sintetiza as informações quanto aos ocupantes não indígenas citados.

Quadro 4 - Relação das citações realizadas no levantamento fundiário em campo, 2024.

Nº DE ORD.	Nº DO LF	NOME DO OCUPANTE	CPF	DATA DA CITAÇÃO	FORMA DA CITAÇÃO
1	1	José Claudio Cordeiro Machado	390.860.972-00	13/12/2024	<i>In loco</i>
2	2	Joelson Cordeiro Machado	573.478.832-53	13/12/2024	<i>In loco</i>
3	3	Roberto Machado de Azevedo	660.459.752-00	13/12/2024	<i>In loco</i>
4	4	Raimundo Nonato Machado de Azevedo	612.370.512-15	16/12/2024	<i>In loco</i>
5	5	Francisco Barboza de Andrade	691.015.152-68	13/12/2024	<i>In loco</i>
6	6	Francisco Chagas de Oliveira Rocha Filho	164.588.692-15	13/12/2024	<i>In loco</i>
7	7	Elessandro Abreu de Lima	026.701.282-97	13/12/2024	<i>In loco</i>
8	9	Romário Santos da Silva	705.090.352-30	13/12/2024	<i>In loco</i>
9	10	Rui Machado de Souza	181.429.232-20	13/12/2024	<i>In loco</i>
10	11	Jamisson Cordeiro Machado	633.230.282-87	16/12/2024	<i>In loco</i>
11	12	Aldenilza Ferreira do Nascimento	892.775.972-91	13/12/2024	<i>In loco</i>
12	13	Leonir da Silva Braga	195.877.592-49	17/12/2024	<i>In loco</i>
13	14	Eneclério Lima Bezerra	792.681.452-00	14/12/2024	<i>In loco</i>
14	15	Genivaldo Lima Bezerra	754.115.202-15	14/12/2024	<i>In loco</i>
15	16	"Lico" da Costa Silva (não localizado)	-	14/12/2024	<i>In loco</i>
16	17	Ermilson Costa da Silva	013.225.052-76	17/12/2024	<i>In loco</i>
17	18	Cosmo Costa da Silva	216.469.702-25	14/12/2024	<i>In loco</i>
18	19	Jair de Melo Gaspar	164.738.842-20	17/12/2024	<i>In loco</i>
19	20	Francisco Antônio Monteiro do Santos	715.475.092-87	16/12/2024	<i>In loco</i>
20	21	Luiz Augusto de Araujo Pinheiro	096.361.702-82	16/12/2024	<i>In loco</i>
21	22	Eliexandro Fernandes da Costa	662.268.562-20	16/12/2024	<i>In loco</i>

Em apenas uma das ocupações identificadas em campo não foi realizada a citação. Trata-se da ocupação referente ao formulário LF n.º 8, pois o proprietário não foi

encontrado. Ressalta ainda que, apesar do LF n.º 16 não ter sido igualmente encontrado, realizou-se a citação através de parentes do interessado (enteado e a esposa).

No que se refere ao titular do CAR incidente, informa-se que este não foi localizado em campo, de modo que sua notificação se deu por publicação de edital n.º 12/2025 no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2025 e em jornal de ampla circulação, o Rio Branco, de 24 de novembro de 2025.

Em resumo, o levantamento fundiário identificou em campo a incidência de 22 ocupações de não indígenas; os estudos de gabinete encontraram apenas um imóvel cadastrado no SICAR e 13 registros no cartório de imóveis.

As ocupações encontradas são originárias de antigos seringais, havendo a incidência dos seringais: Aquidabam, Gibraltar, República, Novo Recreio, 15 de Novembro e Ponte Bela. Após as devidas correlações, conclui-se que são cerca de 30 ocupações não indígenas incidentes na área da TI, ainda que, em razão de lacunas de informação, nem todas as correlações quanto a genealogia das famílias e a cronologia da aquisição dos imóveis tenham sido realizadas.

No que concerne ao Seringal Aquidabam, foram identificadas em campo quatro ocupações, um registro de CAR e quatro matrículas relacionadas ao seringal. Sobre as correlações das pesquisas sobre o Seringal Aquidabam, há hipótese de que o imóvel de formulário (LF) n.º 21, de Luiz Augusto de Araújo Pinheiro, é o mesmo registrado em quatro matrículas e em uma transcrição ativas: M-2209 (Maria Margarene Pinheiro), M-14327 (Marlix Pedreira Alves), M-14.306 e T-130 (Pedreira Irmãos), todos referentes ao imóvel Fazenda Santa Rosa – Seringal Aquidabam. Essa hipótese se fundamenta na pesquisa cartorial, em que foram identificados três títulos informando que o imóvel se refere a “36 estradas de seringas” e em 1 deles, além dessa informação, menciona que a área total é de 1.200 hectares, e ainda, o único imóvel que não menciona a quantidade das estradas de seringa, apresenta a área total também como 1.200 hectares. O mesmo acontece nas informações do formulário LF mencionado, com isso, indica-se que os 4 títulos e o LF n.º 21 são referentes ao mesmo imóvel. Outro indício são os sobrenomes Pedreira e Pinheiro que se encontram presentes nos documentos dos titulares e do ocupante.

Sobre o Seringal Gibraltar e Seringal República, estes se confundem durante o levantamento fundiário de campo, pois encontram-se na mesma localidade denominada “Zumira”. Sendo essa localidade ocupada principalmente pelas famílias de sobrenome

Rebouças, Cordeiro e Machado conforme formulários LF e matrículas interligadas. Ainda, há a presença de 13 formulários LFs nessa localidade (LF 1 a LF 13) e no caso das matrículas existem 4 registros para o Seringal República (M-2001, M-2005, M-14.680 e M-1.967), e 2 para o Seringal Gibraltar (M-1950 e M- 1941).

Quanto a conexão, no caso do seringal Gibraltar, ao LF n.º 6, de Francisco Chagas de Oliveira Rocha Filho, e a Matrícula 1.950, de Dalva Rebouças Rocha, parecem ser referentes ao mesmo imóvel, pois Dalva é genitora de Francisco. Quanto a outra matrícula referente a esse seringal, não foi possível correlacionar com nenhum imóvel identificado em campo.

No que se refere a análise das matrículas oriundas do Seringal República, foram observadas 4 matrículas:

M-2001 (Valdomiro Antônio de Oliveira);

M-2005 (Francisco Bernardo Cordeiro);

M-14.680 (Adalgisa Rebouças Cordeiro – Espólio) e

M-1.967 (Francisco Bernardo Cordeiro).

Foi possível identificar por meio da análise de cadeia dominial que M-14.680 e M-1.967, mesmo ambos estando ativas, referem-se ao mesmo imóvel, de Francisco Bernardo Cordeiro, filho de Adalgisa Rebouças Cordeiro.

A respeito do Seringal Novo Recreio, foram realizados 5 cadastros de levantamento fundiário (LFs n.º 14, 15, 16, 17 e 18) e apenas uma matrícula ativa (M-14.720). A matrícula encontra-se em nome de Leonilda Leite Lima, sendo que dois formulários LFs (n.º 14 e 15) parecem ter correlação com a titular da matrícula, pois possuem o mesmo sobrenome “Lima”, mas não foi possível confirmar essa informação devido à falta de dados complementares. Os demais formulários LFs coletados (LF n.º 16, 17, 18) são referentes a família “Costa da Silva”. Ermilson (LF n.º17) é irmão de Cosmo (LF n.º18) e Lico (LF n.º 16), apesar de algumas informações dos parentes presentes no imóvel, não há dados suficiente que demonstrem o seu parentesco com os demais.

Sobre o Seringal 15 de Novembro e o Seringal Ponte Bela, há incidência de apenas uma matrícula vinculada a cada seringal, sendo respectivamente: M-737 e M-15.009, no entanto, não houve ocupações identificadas em campo nessas localidades. Destaca-se que a M-737 encontra-se em domínio da União, enquanto a M-15.009 está em titularidade de particulares (Liberato Antonio Serafini e Valdir Predo Nitsche).

Por fim, cabe destacar que os ocupantes não indígenas identificados em campo podem ser classificados como posseiros, pois não foram identificados títulos válidos que comprovem sua origem.

Nº DE ORD.	Nº DO LF	FONTE INFO.	NOME DO OCUPANTE	Nº CAR/ Nº Matrícula	LOCALIDADE	NOME DO IMÓVEL	Município	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	ÁREA DO IMÓVEL (ha)	Nº FAMILIA	Nº PESSOA	ATIV. ECONÔMICA	LAT	LONG	Citação (in loco /Edital)	Data
1	1	LF	José Claudio Cordeiro Machado	-	Zumira	Fazenda Napoli	Mâncio Lima	Posse	Sim	120	1	6	Agricultura e Pecuária	7°29'1,72"S	73°34'28,59"W	Sim	13/12/2024
2	2	LF	Joelson Cordeiro Machado	-	Zumira	Fazenda Napoli	Mâncio Lima	Posse	Sim		1	6		7°29'6,33"S	73°34'25,52"W	Sim	13/12/2024
3	3	LF	Roberto Machado de Azevedo	-	Zumira	Fazenda Jesumira	Mâncio Lima	Posse	Sim	120	1	4	Agricultura e Pecuária	7°29'9,39"S	73°34'12,28"W	Sim	13/12/2024
4	4	LF	Raimundo Nonato Machado de Azevedo	-	Zumira	Sítio Vai Quem Quer	Mâncio Lima	Posse	Sim	80	1	4	Agricultura e Pecuária	7°29'21,34"S	73°34'16,86"W	Sim	16/12/2024
5	5	LF	Francisco Barboza de Andrade (Esposa: Alexandra Machado de Azevedo)	-	Zumira	Sítio São João	Mâncio Lima	Posse	Sim	30	1	3	Agricultura e Pecuária	7°28'44,22"S	73°34'11,00"W	Sim	13/12/2024
6	6	LF	Francisco Chagas de Oliveira Rocha Filho (Filho de Dalva Rebouças Rocha)	Matrícula 1.950	Zumira (Igarapé do Velho)	Seringal Gibraltar	Mâncio Lima	Propriedade	Sim	28000	2	10	Agricultura e Pecuária	7°28'13,76"S	73°34'36,94"W	Sim	13/12/2024
7	7	LF	Elessandro Abreu de Lima	-	Zumira	Sem denominação	Mâncio Lima	Posse	Sim	3	1	5	Agricultura	7°28'10,46"S	73°33'35,70"W	Sim	13/12/2024
8	8	LF	Joeliton de Tal (não localizado)	-	Zumira	-	Mâncio Lima	-	-	-	-	-	-	7°28'12,60"S	73°33'32,23"W	Sim	12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco
9	9	LF	Romário Santos da Silva	-	Zumira	Sem denominação	Mâncio Lima	Posse	Sim	12	1	6	Agricultura e Pecuária	7°28'11,41"S	73°33'24,81"W	Sim	13/12/2024
10	10	LF	Rui Machado de Souza	-	Zumira	Sítio São João	Mâncio Lima	Posse	Sim	160	1	1	Agricultura e Pecuária	7°27'57,03"S	73°33'0,32"W	Sim	13/12/2024
11	11	LF	Jamisson Cordeiro Machado	-	Zumira	7 de Setembro	Mâncio Lima	Posse	Sim	30	1	4	Pecuária	7°27'56,97"S	73°33'0,24"W	Sim	16/12/2024
12	12	LF	Aldenilza Ferreira do Nascimento	-	Zumira	Sem denominação	Mâncio Lima	Posse	Sim	-	1	6	Agricultura	7°27'42,65"S	73°32'35,86"W	Sim	13/12/2024
13	13	LF	Leonir da Silva Braga	-	Zumira (7 de setembro)	Sem denominação	Mâncio Lima	Posse	Sim	130	1	2	Agricultura e Pecuária	7°26'54,45"S	73°29'1,67"W	Sim	17/12/2024
14	14	LF	Eneclério Lima Bezerra	-	Novo Recreio	Colônia Nova Esperança	Mâncio Lima	Posse	Sim	100	1	4	Agricultura e Pecuária	7°32'43,41"S	73°28'49,21"W	Sim	14/12/2024
15	15	LF	Genivaldo Lima Bezerra	-	Novo Recreio	Sítio Marcleison Almeida Bezerra	Mâncio Lima	Posse	Sim	-	3	13	Agricultura e Pecuária	7°31'53,28"S	73°28'52,44"W	Sim	14/12/2024
16	16	LF	"Lico" da Costa Silva (não localizado)	-	Novo Recreio	-	Mâncio Lima	Posse	Sim	-	-	-	-	7°28'45,52"S	73°27'28,80"W	Sim	14/12/2024
17	17	LF	Ermilson Costa da Silva	-	Novo Recreio	Sem denominação	Mâncio Lima	Posse	Sim	5	1	4	Agricultura	7°28'37,54"S	73°27'14,61"W	Sim	17/12/2024
18	18	LF	Cosmo Costa da Silva	-	Novo Recreio	Sem denominação	Mâncio Lima	Posse	Sim	4	1	3	Agricultura e Pecuária	7°28'32,29"S	73°27'12,32"W	Sim	14/12/2024
19	19	LF	Jair de Melo Gaspar	-	Aquidabam (Pijuca)	Fazenda São Francisco	Mâncio Lima	Posse	Sim	500	1	4	Agricultura e Pecuária	7°27'21,99"S	73°24'10,70"W	Sim	17/12/2024

20	20	LF	Francisco Antonio Monteiro do Santos	-	Aquidabam	Sítio Tucandeira	Mâncio Lima	Posse	Sim	43	1	4	Agricultura e Pecuária	7°27'31,03"S	73°22'21,45"W	Sim	16/12/2024
21	21	LF	Luiz Augusto de Araujo Pinheiro	-	Aquidabam (Margem do Rio Môa)	Fazenda Santa Rosa - Seringal Aquidabam	Mâncio Lima	Propriedade	Sim	1200	1	4	Agricultura e Pecuária	7°27'19,73"S	73°21'57,36"W	Sim	16/12/2024
		Matrícula	Pedreira Irmãos - C. Sul	Matrícula 14.306 e Transcrição 130							-	-	-	-	-	Sim	12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco
			Maria Margarene Pinheiro	Matrícula 2.209							-	-	-	-	-	Sim	12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco
			Marlix Pedreira Alves	Matrícula 14.327							-	-	-	-	-	Sim	12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco
22	22	LF	Eliexandro Fernandes da Costa	-	Aquidabam	Fazenda 20 de Novembro	Mâncio Lima	Posse	Sim	50	1	8	Pecuária	7°27'19,20"S	73°21'26,27"W	Sim	16/12/2024
23	-	SICAR	Rodrigo Augusto da Silva Pinheiro	Nº CAR: AC-1200336-C339.FE77.BAF C.427D.A1FD .C3AA.1FDF.6B 8B	Aquidabam	Fazenda Santa Rosa	Mâncio Lima	Posse	-	60	-	-	-	07°27'34,85" S	73°21'43,59" O	Sim	12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco
24	-	Matrícula	Valdomiro Antônio de Oliveira	Matrícula 2.001	Margens do Rio Môa	Seringal República (22 estradas de seringa)	Mâncio Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco
25	-	Matrícula	Francisco Bernardo Cordeiro	Matrícula 2.005	Margens do Rio Môa	Seringal República (3 estradas de seringa)	Mâncio Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco
26	-	Matrícula	Francisco Bernardo Cordeiro (Filho de Adalgisa Rebouças Cordeiro - Espólio)	Matrícula 14.680 e Matrícula 1.967	Margem esquerda do Rio Môa	Seringal República (7 estradas de seringa)	Mâncio Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco
27	-	Matrícula	Themistocles de Freitas Rebouças	Matrícula 1.941	Margens do Rio Môa	Seringal Gibraltar (4	Mâncio Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 -

						estradas de seringas)											O Rio Branco
28	-	Matrícula	Leonilda Leite Lima	Matrícula 14.720	Novo Recreio (afluente da margem esquerda do Rio Moa)	Seringal Novo Recreio (9 estradas de seringa)	Mâncio Lima	-	-	1200	-	-	-	-	-	-	Sim 12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco
29	-	Matrícula	Patrimonio da União	Matrícula 737	Rio Azul (afluente do Rio Môa)	Seringal 15 de novembro	Mâncio Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim 12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco
30	-	Matrícula	Liberato Antonio Serafini e Valdir Predo Nitsche	Matrícula 15.009	Rio Azul (afluente do Rio Môa)	Seringal Ponte Bela	Mâncio Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim 12/11/2025 - DOU e 18/11/2025 - O Rio Branco

- Seringal Gibraltar e Seringal República
- Seringal Aquidabam
- Seringal Novo Recreio
- Seringal Ponte Bela Seringal 15 de Novembro

VII - SÉTIMA PARTE: CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Há registros de que no século XVII o rio Juruá “era habitado de inumerável paganismo” (Berredo, 1905: 289). Vários outros registros de viajantes e exploradores indicam a presença de indígenas no Juruá no século XIX.

Em 1852, Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, no Dicionário topográfico, histórico e descritivo do alto Amazonas, define no verbete sobre o rio Juruá (Hiuruá) que “suas margens, abundantes de drogas preciosas, são habitadas por grande número de nações indígenas” (1852: 139). Em 1866, Tavares Bastos afirma: “o Yuruá, porém, é o que mais prende a atenção. Suas margens são habitadas por índios de índole excelente” (1937: 330). Em 1867 o explorador inglês William Chandless registrou a presença de “tabas de índios” no Juruá e descreveu em suas notas de viagem ao alto Juruá que “the Indians, however, now existing here are of tribe warlike, numerous and intractable” (1867: 304). Chandless registrou também nessas notas que João da Cunha, diretor dos índios na época, teve sua expedição interrompida pelos frequentes ataques de “Nauas, wild Indians of the upper Juruá” (1867: 304).

Sobre a presença de Nauas, em 1867, Chandless conta que encontrou roçados Nawa cujo tamanho indicava serem muitos e a limpeza indicava que tinha estado ali recentemente. Chandless relata que na ocasião cruzou também com duas malocas grandes:

“At last, one evening, we reached a Nawa plantation, the size of which showed they were somewhat numerous, and its cleanness that had been recently there. The next morning we shortly passed two more plantations, and rounding a point reached the ‘maloca’ of two large houses.” (1867: 306).

Com isso, pela historiografia é evidente a presença dos Nawa em uma vasta região na margem esquerda do alto Juruá, pelo menos, desde o século XIX. Conforme as fontes históricas, orais e escritas, em fins do século XIX e início do século XX os agentes da frente de extração da borracha entraram em contato com os Nawa que residiam no local que veio a ser denominado “Estirão dos Nawa”. Como os Nawa resistiram ao contato ocorreram conflitos belicosos que exterminaram grande parte do povo e forçaram a migração dos sobreviventes para outras regiões da bacia do rio Juruá. Nesses confrontos, sabe-se que pelo menos duas Nawa foram capturadas e levadas para a cidade de Cruzeiro do Sul. Uma delas, Mariana (Mariruni), deslocou-se posteriormente para a região do rio Moa, onde constituiu família, deixando diversos descendentes.

Esses descendentes foram incorporados ao sistema produtivo de extração da borracha e, devido ao forte preconceito contra os povos indígenas, pejorativamente chamados de “caboclos”, procuraram manter sua etnicidade em sigilo. Contudo, anos depois da criação do Parque Nacional da Serra do Divisor, que poderia desalojar a população tradicional residente na sua área, os Nawa passaram a reivindicar o reconhecimento de sua etnicidade e o direito sobre a terra que ocupam de forma tradicional.

Assim, em fins da década de 1990 a Funai foi acionada para realizar os estudos de identificação e delimitação da terra indígena Nawa. Nesse momento, anterior a resolução da OIT sobre a autodeterminação dos povos, a etnicidade dos Nawa passou a ser questionada, sendo realizada uma perícia antropológica para averiguar a etnicidade do povo, entre outros quesitos. Com base na perícia, foi realizada Audiência Pública, em 15 de outubro de 2003, quando em acordo unânime, com manifestações do MPF, União, IBAMA e FUNAI, reconheceram a etnia “Nawa” (Decisão 2003 anexo V do RCID de 2005).

A reivindicação fundiária dos Nawa foi tratada na mesma Audiência Pública. Os limites reivindicados e que deveriam ser identificados e delimitados, como consta na Ata da Audiência, foram: o divisor de águas ao Sul, o Rio Moa ao Norte, o Rio Jordão a Leste e o Jesumira a Oeste. Esses limites, que incluem as microbacias dos igarapés Jordão, Pijuca, Novo Recreio, Jarina, Venâncio e Jesumira, são exatamente aqueles reivindicados pelos Nawa e foram objeto de estudo de identificação e delimitação pelo grupo técnico instituído pela Portaria nº 1071/PRES/2003 e pelos profissionais designados na recomposição desse grupo pela Portaria nº 650/2003.

De acordo com o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, é dever da União demarcar e proteger as terras indígenas, propiciando as condições fundamentais para a sobrevivência física e cultural dos grupos indígenas. Assim, em conformidade com a legislação atual, com o Artigo 231 da Constituição Federal e parágrafos, com o Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996, com a Lei nº 14.701, de 2023 e com a Portaria MJ nº 14, de 09 de janeiro de 1996, foram procedidos estudos de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, além do levantamento fundiário necessário à delimitação da terra tradicionalmente ocupada pelos Nawa; as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à

preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A TI Nawa está localizada no oeste do estado do Acre, na região do alto Juruá, nas cidades de Mâncio Lima e Rodrigues Alves. A superfície da TI Nawa é de aproximadamente 65 mil ha, conforme Mapa e Memorial a seguir. É sem dúvida como demonstrado por este relatório uma terra de ocupação tradicional e permanente do povo indígena Nawa.

Para evidenciar o caráter dessa ocupação tradicional, na primeira parte desse relatório, Dados Gerais, foi exposto o histórico de ocupação da terra e a ocupação da região pelos integrantes da frente de expansão da borracha. Nessa parte, foram incluídas informações gerais sobre a filiação cultural e linguística do grupo, as migrações dos Nawa, o censo demográfico, a distribuição espacial da população, além da identificação das práticas de secessão, entre outras e suas implicações na definição dos limites da TI.

Na segunda parte, Habitação Permanente, foi apresentada uma descrição sobre a distribuição espacial dos Nawa, com respectiva população e localização, sendo explicitado os critérios do grupo para localização, construção e permanência das residências. Complementando essas informações, foi apresentada a área ocupada pelos Nawa com suas residências e o tempo em que se encontram nas atuais localizações.

Na terceira parte, Atividades Produtivas, foram focalizadas as atividades de caráter produtivo desenvolvidas pelos Nawa, com a identificação, dimensão e localização das áreas utilizadas para essa finalidade. Incluiu-se, também, uma descrição da economia dos Nawa e das relações sócio-econômico-culturais deles com outras sociedades indígenas e com não indígenas.

A quarta parte do relatório, Meio Ambiente, visou identificar e descrever as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural dos Nawa, sendo explicitadas as razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis. De uma forma mais ampla, nessa parte do relatório procurei mostrar que a terra indígena ocupada pelos Nawa faz parte de um “mosaico” de terras indígenas e unidades de conservação localizadas no Estado do Acre, com relevante interesse ambiental.

Na quinta parte, Reprodução Física e Cultural, foram trabalhados os dados sobre a taxa de natalidade entre os Nawa e sinalizada a ausência de informações sobre a taxa de mortalidade, indicando uma projeção relativa ao crescimento populacional do grupo. Veio a ser incluída nessa parte uma descrição de aspectos da cosmologia dos Nawa,

contemplando as áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados e sítios arqueológicos, explicitando as relações dos Nawa com essas áreas. Essa parte foi utilizada ainda para identificar e descrever as áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Nawa, com as razões pelas quais elas são necessárias para esse fim.

A sexta parte do relatório, Levantamento Fundiário, teve o intuito de identificar os ocupantes não indígenas e localiza-los geoespacialmente e apresentar dados sobre a natureza e origem da ocupação, assim como, os referidos títulos de posse e/ou domínios eventualmente existentes.

Informações sobre a natureza dessas ocupações também foram introduzidas, constatando serem os ocupantes não indígenas posseiros. A análise da cadeia dominial das matrículas incidentes na terra indígena apontou para inconsistências das documentações e ausência de comprovação de destaque das áreas do patrimônio público.

Diante dos registros históricos e dos dados apresentados neste relatório, é indubitável que a ocupação tradicional dos Nawa na região é antiga, perene, contínua e permanente.

A proposta de limites da área demarcada

Conforme mapa e memorial descritivo de delimitação, a TI Nawa engloba as microbacias dos igarapés Jordão, Pijuca, Novo Recreio, Venâncio, Jarina e Jesumira. Os limites da TI são definidos pelo rio Moa ao norte; pelo igarapé Jordão e o divisor de água deste com o rio Azul a leste; pelo divisor de águas das nascentes do Novo Recreio e Jesumira ao sul; e, pelos igarapés Jesumira e do Velho e divisor de água do igarapé Paxiubal, a oeste. Essa área possui uma superfície e um perímetro aproximados de 65.160 ha e 138.810 metros, onde os Nawa residem, praticam suas atividades produtivas e reproduzem-se física e culturalmente, sendo ela essencial também do ponto de vista ambiental para o bem-estar deles.

Considerando que a continuidade da população indígena Nawa depende da sustentabilidade do uso e da preservação dos recursos naturais, a superfície aqui delimitada abarca os elementos dos estudos ambientais destacados como imprescindíveis para que o modo de vida e as atividades produtivas dos Nawa possam desenvolver-se no presente e no futuro. A área da TI contempla os principais nichos de recursos necessário para o usufruto exclusivo dos Nawa em suas atividades produtivas e rituais, de valor

simbólico e essenciais para proteção ambiental diante dos avanços agropastoris na área do parque. A TI Nawa, tal como a delimitação proposta neste relatório, é uma área indissolúvel, inalienável e indisponível, cujo usufruto das riquezas naturais deve ser exclusivo dos Nawa.

O limite da TI Nawa, como apresentado aos Nawa, pode ser resumido da seguinte forma.

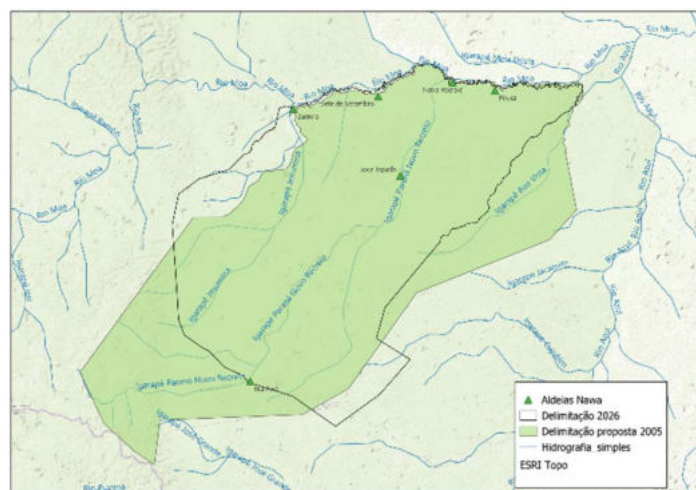
A Terra Indígena Nawa compreende um conjunto de terras banhado por bacias, sub-bacias e microbacias hidrográficas de importância significativa para os indígenas que habitam esse território, localizadas na margem direita do Rio Moa, que define o limite norte da terra indígena identificada. Destacam-se os rios e igarapés de uso e ocupação tradicional Jordão, da Velha, Buraco Fundo, Pijuca, Novo Recreio, do Velho, Campina, Jarina, São João, Tapada, Apuriné, Afluyente, Forquilha, Bolador, da Paca, Dois Irmãos, Chila e Matá Matá.

Do limite noroeste a partir do final de uma pastagem dentro de uma ocupação não indígena, na margem direita do Igarapé do Velho, segue-se na direção leste em linha reta até a beira do Igarapé do Velho, seguindo o curso desse igarapé a jusante até a confluência com o Igarapé Jesumira, em sua margem esquerda. A partir daí segue-se o curso do Jesumira a jusante até a confluência desse igarapé com o Rio Moa, seguindo então pelo o curso do rio Moa, a jusante, até a foz do Rio Jordão. De lá segue-se a montante o curso do rio Jordão até a margem do Igarapé Boa Vista (Carta Topográfica BDGex 1:50.000), seguindo o curso desse igarapé a montante até a nascente de um de seus afluentes, a partir daí o limite segue uma série de linhas secas contornando o divisor de águas entre as bacias do Igarapé Novo Recreio e do Rio Azul, até a beira do Igarapé Apuriné, seguindo então no sentido oeste percorrendo a trilha da autodemarcação, com trechos em linhas secas, passando pela beira do Igarapé Tapada, pela beira do Igarapé Forquilha e pela aldeia Inu Awa, situada na margem direita do Igarapé Novo Recreio. A partir desse ponto o limite segue percorrendo a trilha da autodemarcação, com trechos em linhas secas, passando na margem do alto curso do Igarapé Jesumira, na margem do Igarapé Bolador, na margem do Igarapé da Paca e na margem do Igarapé Afluyente. A partir daí segue-se na direção do rio Moa, já fora da trilha da autodemarcação, com trechos de linhas secas contornando o as nascentes dos afluentes da margem esquerda do Igarapé Jesumira, até a nascente de um afluente do Igarapé Jesumira. O limite segue o curso desse afluente a jusante e depois

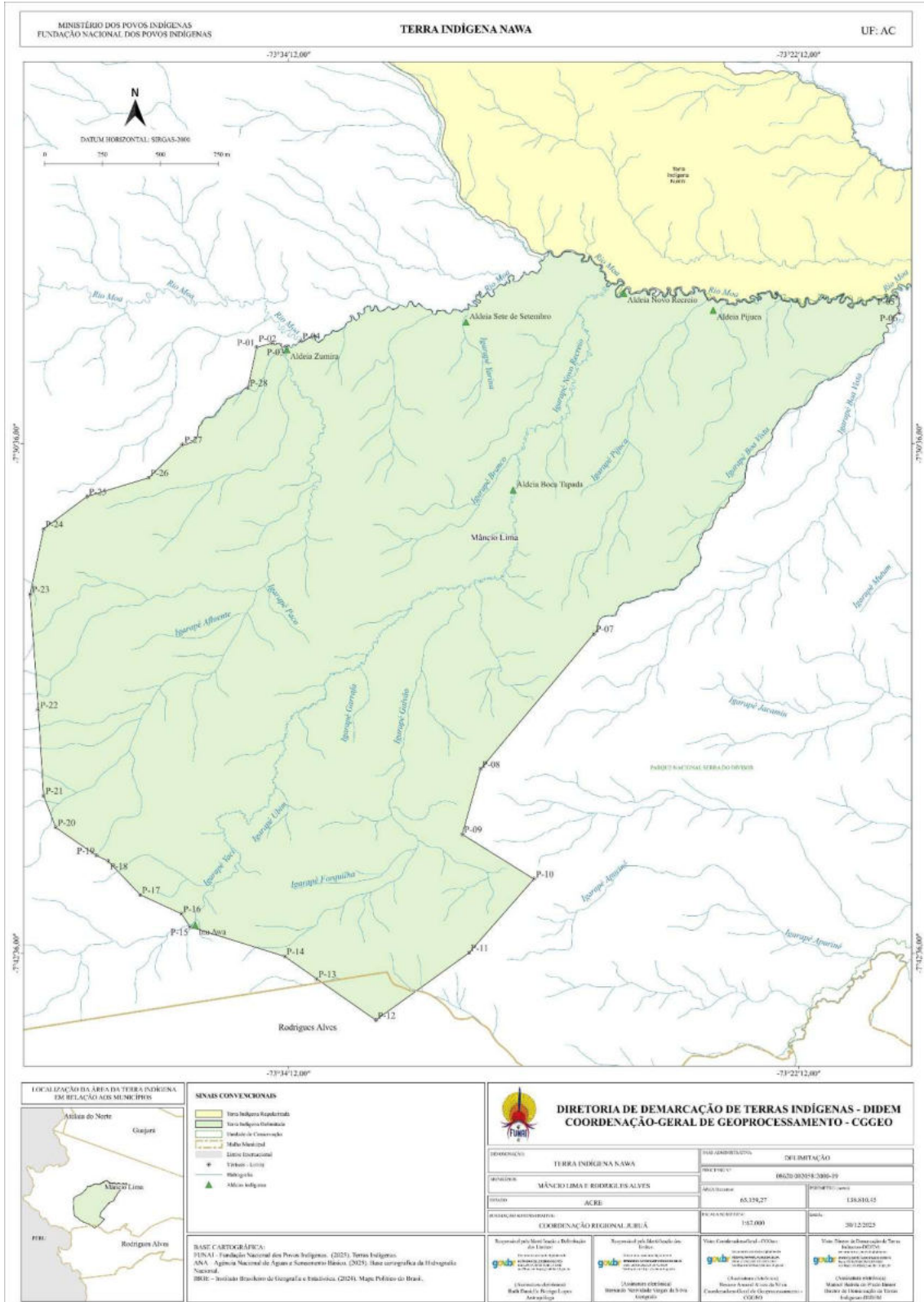
segue-se em uma linha seca até o início à noroeste no final de uma pastagem dentro de uma ocupação não indígena, na margem direita do Igarapé do Velho.

Esses limites foram definidos com base nos estudos dos grupos técnicos instituídos pelas Portarias n.º 1071/PRES/2003, 650/PRES/2023 e 1.250/2024, com anuência e participação dos Nawa como prevê o Decreto n.º 1.775/1996, e no acordo estabelecido durante a Audiência Pública realizada em 15 de outubro de 2003.

Importante registrar a mudança na proposta de limites de 2003 para os limites ora apresentados. Em grande parte, a diferença dos limites se dá em razão da concordância dos indígenas Nawa com a retirada da parte sul da proposta de 2003 conforme colocado pelo juiz na Ação Civil Pública e da decisão dos Nawa de excluir toda a bacia do rio Azul, em função de conflitos relacionados a invasões e desmatamento, bem como pela presença cada vez mais intensa de narcotraficantes nos igarapés desta bacia. Parte do argumento dos Nawa para ambas as ponderações se baseia no julgamento da comunidade de sua capacidade de proteger e fiscalizar a TI. No caso, da área sul além da trilha da autodemarkação, argumentam que é uma área de difícil circulação, de mata muito densa, entrelaçada de cipós e inacessível sem derrubada e também que a circulação atual dos Nawa se restringe até a área da aldeia Inu Awa. Ademais, essa área, já no sopé dos morros, só pode ser acessada pelo lado brasileiro da fronteira pelo igarapé Novo Recreio, cortando a terra indígena. A área a leste, segundo os Nawa já está devastada, com muito desmatamento e uso descuidado, servindo de rota para narcotráfico e outras incursões que resultariam em invasão e ampliação do desmatamento dentro da área da terra indígena. Na parte oeste, sob o mesmo argumento da preservação, decidiram incluir as cabeceiras que tinham ficado fora do limite proposto anteriormente.



Por fim, a presente proposta de identificação e delimitação da Terra Indígena Nawa contempla as atuais exigências legais e as reivindicações territoriais dos Nawa, como atestadas pela Carta de Anuência assinada pelos Nawa em assembleia. Ademais, este relatório demonstrou em todas as suas partes a natureza indissolúvel do vínculo dos Nawa com a área de delimitação ora apresentada.



Mapa 23 - Mapa da Delimitação



Ministério dos Povos Indígenas – MPI
Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI
Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas – DIDEM
Coordenação Geral de Geoprocessamento-CGGEO

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Terra Indígena : **TERRA INDÍGENA NAWA**
Povo Indígena : NAWA
Municípios : Mâncio Lima e Rodrigues Alves
UF : Acre
Coord. Regional : Juruá
Superfície : 65.159,27 ha (sessenta e cinco mil, cento e cinquenta e nove hectares e vinte e sete ares)
Perímetro : 138.810,45 m (Cento e trinta e oito mil, oitocentos e dez metros e quarenta e cinco centímetros)

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro do ponto **P01**, de coordenadas geográficas aproximadas (Latitude e Longitude) 07°28'20,253" S e 73°34'56,962" WGr; deste, segue por linha ideal, até o ponto **P02**, de coordenadas geográficas 07°28'14,493" S e 73°34'35,374" WGr; deste, segue pela margem direita do Igarapé Jesumira a jusante, até o ponto **P03**, de coordenadas geográficas 07°28'19,582" S e 73°34'14,900" WGr; deste, segue pela margem direita do Igarapé Jesumira a jusante, até o ponto **P04**, localizado na confluência desse igarapé com o Rio Moa, de coordenadas geográficas 07°28'11,272" S e 73°33'55,040" WGr; deste, segue pela margem direita do Rio Moa a jusante, até o ponto **P05**, localizado na foz do Rio Jordão, de coordenadas geográficas 07°27'08,445" S e 73°19'53,442" WGr; deste, segue a montante do curso do Rio Jordão até o ponto **P06**, localizado na margem do Igarapé Boa Vista, de coordenadas geográficas 07°27'31,715" S e 73°19'49,650" WGr; deste, segue a montante do Igarapé Boa Vista, até o ponto **P07**, de coordenadas geográficas 07°35'04,778" S e 73°27'00,875" WGr; deste, segue por várias linhas ideais com as seguintes coordenadas: o ponto **P08**, de coordenadas geográficas 07°38'15,914" S e 73°29'41,133" WGr; o ponto **P09**, de coordenadas geográficas 07°39'47,954" S e 73°30'06,621" WGr; o ponto **P10**, de coordenadas geográficas 07°40'51,043" S e 73°28'25,504" WGr; o ponto **P11**, de coordenadas geográficas 07°42'35,416" S e 73°29'57,255" WGr; o ponto **P12**, localizado na beira do Igarapé Apuriné, de coordenadas geográficas 07°44'10,475" S e 73°32'08,520" WGr; deste, continua-se seguindo várias linhas secas com as seguintes coordenadas: o ponto **P13**, de coordenadas geográficas 07°43'12,267" S e 73°33'32,257" WGr; o ponto **P14**, de coordenadas geográficas 07°42'40,311" S e 73°34'17,315" WGr; o ponto **P15**, situado na margem direita do Igarapé Novo Recreio, de coordenadas geográficas 07°41'56,391" S e 73°36'24,480" WGr; daí, continua-se seguindo por várias linhas ideais com as seguintes coordenadas: o ponto **P16**, de coordenadas geográficas 07°41'40,258" S e 73°36'43,232" WGr; o ponto **P17**, de coordenadas geográficas 07°41'13,699" S e 73°37'41,061" WGr; o ponto **P18**, de coordenadas geográficas 07°40'25,850" S e 73°38'26,616" WGr; o ponto **P19**, de coordenadas geográficas 07°40'17,894" S e 73°38'43,009" WGr; o ponto **P20**, de coordenadas geográficas 07°39'38,380" S e 73°39'40,339" WGr;



Ministério dos Povos Indígenas – MPI
Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI
Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas – DIDEM
Coordenação Geral de Geoprocessamento-CGGEO

o ponto **P21**, de coordenadas geográficas 07°38'53,286" S e 73°39'57,503" WGr; o ponto **P22**, de coordenadas geográficas 07°36'52,096" S e 73°40'05,075" WGr; o ponto **P23**, de coordenadas geográficas 07°34'08,900" S e 73°40'16,791" WGr; o ponto **P24**, de coordenadas geográficas 07°32'36,961" S e 73°39'57,549" WGr; o ponto **P25**, de coordenadas geográficas 07°31'51,078" S e 73°38'56,233" WGr; o ponto **P26**, de coordenadas geográficas 07°31'24,509" S e 73°37'29,166" WGr; o ponto **P27**, de coordenadas geográficas 07°30'37,557" S e 73°36'41,425" WGr; deste, segue pelo afluente do Igarapé Jesumira, a jusante, até o ponto **P28**, de coordenadas geográficas 07°29'17,225" S e 73°35'09,184" WGr; deste, segue por linha ideal até o ponto **P01**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Observações:

1- Base cartográfica de referência para representação do perímetro deste memorial descritivo: AC. **1136-4 - SB-18-Z-C-III-4**. Escala: 1:50.000 – DSG- 2013; AC. **1137-3- SB-18-Z-D-I-3**. Escala: 1:50.000 – DSG- 2009; AC. **1216-1- SB-18-Z-D-IV-1**. Escala: 1:50.000 – DSG- 2009; AC. **1215-2- SB-18-Z-C-VI-2**. Escala: 1:50.000 – DSG- 2013; ; AC. **1215-4- SB-18-Z-C-VI-4**. Escala: 1:50.000 – DSG- 2013.

2- As coordenadas geográficas da descrição do perímetro estão referenciadas ao Datum horizontal SIRGAS2000.

Brasília, Dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br RUTH DANIELLE BEIRIGO LOPES
Data: 26/01/2026 13:46:48-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Responsável
pela Identificação e delimitação dos
limites:

Ruth Danielle Beirigo Lopes
Antropóloga

Documento assinado digitalmente
gov.br BERNARDO NATIVIDADE VARGAS DA SILVA
Data: 26/01/2026 14:33:42-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Responsável pela
Delimitação dos limites

Bernardo Natividade Vargas Lima
Geógrafo

Documento assinado digitalmente
gov.br ROSANE AMARAL ALVES DA SILVA
Data: 27/01/2026 15:32:48-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Rosane Amaral Alves da Silva
Coordenadora-Geral de
Geoprocessamento-CGGeo

Visto:

Manoel Batista do Prado Júnior
Diretor de Demarcação-DIDEM

Documento assinado digitalmente
gov.br MANOEL BATISTA DO PRADO JUNIOR
Data: 27/01/2026 15:41:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. 2000. Zoneamento Ecológico-Econômico: aspectos socioeconômicos e ocupação territorial. Volume I II e III. Rio Branco: SECTIMA.

ACRE. 2012. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre. Rio Branco, Acre: SEMA.

ADAMY, A. (Org.). 2015. Geodiversidade do estado do Acre. Porto Velho: CPRM.

AGUIAR, Maria Sueli. 2018. Línguas Páno e suas classificações em família. *Via Litterae* (ISSN 2176-6800): Revista De Linguística E Teoria Literária, 10(1), 07-26.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. 1852. Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazonas. Recife: Typographia Commercial de Meira Henrique.

AQUINO, Terri Valle de & Iglesias, Marcelo Piedrafita. 1994. Kaxinawá do Rio Jordão. História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado. Rio Branco: CPI-Acre

AQUINO, Terri Valle de & Iglesias, Marcelo Piedrafita. 1999. Terras e Populações Indígenas no Estado do Acre. Novembro de 1999. Mimeo.

AQUINO, Terri Valle. 2004. Relatório de Criação da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade. Mimeo.

ARAÚJO, E. 2016. Cruzeiro do Sul: conquistas e perspectivas. Fortaleza: Editora. Peregrino.

AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. 1905. Primeiro Relatório Semestral. Apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Exteriores, pelo

Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. 1906. Relatório do Primeiro Semestre. Apresentado ao Exm. Sr. Dr. Gaspar de Barros e Almeida, Ministro da Justiça e Negócios Exteriores, pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BERNARDE, P.S. et al. 2013. Herpetofauna da floresta do baixo rio Moa em Cruzeiro do Sul, Acre – Brasil.

BERREDO e CASTRO, Bernardo Pereira. 1905. Annaes Históricos de Berredo – Itália – Florença – Typographia Barbera.

BRASIL. 1974. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) Brasília.

BRASIL. Senado Federal. 1998. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

BRECHIN, Steven R. e WEST, Patrick C. 1991. “National Parks, Protected Areas, and Resident Peoples: a comparative assessment and integration”. In: WEST PATRICK C. et alli (edits). Resident Peoples and National Parks: social dilemmas and strategies in international conservation. Tucson, University of Arizona Press.

SOUZA-FILHO, Jonas Pereira. 2015. Geodiversidade do estado do Acre. Porto Velho: CPRM.

CALÁVIA SAEZ, O. 2002. A Variação Mítica como reflexão. Revista de Antropologia, são Paulo, USP, 2002, V. 45 nº 1.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). 2002. Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras Acre.

CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. 1930 [1922]. O Juruá Federal: Território do Acre. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. Congresso Internacional de História da América. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol IX. pp. 591-722.

CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. 1947. Caminhos do Acre. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol 196, Julho/Setembro. pp. 74-225.

CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. 1950. O Gentio Acreano. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 207, Abril-Junho. pp. 3-77

CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. 1958. Acreânea. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol 240, Julho/Setembro. pp. 03-83.

CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. 1961. Povoamento da Acreânia. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 250, Janeiro- Março. pp. 118-256.

CESARINO, Pedro de Niemeyer. 2011. Oniska - poética do xamanismo na Amazônia. São Paulo, Perspectiva/ FAPESP.

CHANDLESS, William. 1869. Notes of a Journey up the River Juruá Source: The Journal of the Royal Geographical Society of London, Vol. 39 (1869), pp. 296-311 Published by: Wiley on behalf of The Royal Geographical Society.

CORREIA, Cloude de Souza. 2004. Relatório de Levantamento Prévio: Terras Indígenas Nawa e Nukini. Mimeo

CORREIA, Cloude de Souza. O Parque Nacional da Serra do Divisor e as Terras Indígenas Nawa e Nukini. In: RICARDO, Fany (org.). Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

CORREIA, Cloude de Souza. 2007. Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre. 2007. 431 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

COUTINHO JR., Walter. 2001. Relatório de Viagem: áreas de ocupação indígena ainda não regularizadas no Acre e Sul do Amazonas. FUNAI/BSB, mimeo

ERIKSON, Philippe. 1992. Uma Singular Pluralidade: a etno-história Pano. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, SMC. pp. 239-266

GONÇALVES, Marco Antônio (org.). 1991. Acre: História e Etnologia. Rio de Janeiro: Núcleo de Etnologia Indígena, LPS/IFCS/UFRJ.

ICMBio. 1998. Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília (PNSB). Brasília.

KEIFENHEIM, Barbara. 1990. "Nawa: Un Concept Clé de l'Altérité chez les Pano". Journal de la Société des Américanistes, 76:79-94

KLEFASZ, Alberto. 2003. Relatório da viagem de acompanhamento do trabalho de levantamento da utilização de recursos naturais pelos moradores dos Igarapés: Ipijuca, Novo Recreio, Timbaúba e Jesumira – Vale do Rio Moa. ESREG/CSC-IBAMA, mimeo.

KOGA, DM. et. al. 2022. Serra do Divisor National Park: a protected area under threat in the south-western Brazilian Amazon. Environmental Conservation 49:74–82.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. 1995. Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes

LIMA, Edilene Coffaci de Lima. 1993. Relatório Antropológico sobre o Parque Nacional da Serra do Divisor (rios Moa e Azul) - Acre. São Paulo, mimeo.

LINHARES, Máximo. 1913. Os Índios do Território do Acre. Impressões de um Auxiliar da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. In: Jornal do Comércio, 12 de janeiro.

LIRA, Elisandra Moreira de. 2015. A criação do Parque Nacional da Serra do Divisor no Acre (1989) e sua inserção nas políticas federais de implantação das Unidades de Conservação federais no Brasil. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MACÊDO, Antônio Luiz Batista de. 2003. Relatório de Atividades. AER/FUNAI-Rio Branco, mimeo.

MACHADO, Aurora da Cruz et al. 2022. Identidade e resgate da memória do povo Nawa através de narrativas orais.

MELATTI, Júlio Cezar. 1997. Juruá-Ucayali. In: Índios da América do Sul – Áreas Etnográficas. Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia. Vol. II, pgs. 147-160

MELO, Vicente Simões de Paula. 2005. Relatório Ambiental de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Nawa. Mimeo.

MENDONÇA, Belarmino. 1989. Reconhecimento do Rio Juruá (1905). Belo Horizonte: Itatiaia; Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989. (Col. Reconquista do Brasil 2. série; v. 152).

MONTAGNER, Delvai. 2002. Construção da Etnia Nawa. Brasília, agosto. Mimeo.

NAWA, Aurizangela da Cruz Machado; et. al. 2023. Plantas Medicinais do Povo Nawa. In: Anais do II Simpósio de Ciências Ambientais na Amazônia Sul Ocidental. Anais...Cruzeiro do Sul (AC) Universidade Federal do Acre Campus Floresta.

NIMUENDAJÚ, Curt. 2017. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2. ed. – Brasília, DF: IPHAN, IBGE, 2017.

OPPENHEIM, Victor. 1936. Notas ethnographicas sobre os indígenas do alto Juruá (Acre) e Valle do Ucayaly (Perú). Anais da Academia Brasileira de Ciências, vol. 8:145-155.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. Os Milton: cem anos de história nos seringais. Rio Branco: Edufac, 2008

PEREIRA NETO, Antônio. 2000. Relatório Preliminar a Respeito de População que se Afirma Pertencer a Etnia Naua do Parque Nacional da Serra do Divisor, Município de Mâncio Lima-AC. Rio Branco, outubro. mimeo

PLANO DE MANEJO. 1998. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Divisor. Acre. Rio Branco.

POLLAK, Michael. 1989. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: Estudos Históricos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL & UFAC. 1994. Álbum: “A Cidade de Cruzeiro do Sul – Revisitando o Juruá”. Cruzeiro do Sul

PROCESSO/FUNAI/BSB nº 2058/2000. Identificação e Delimitação da Terra Indígena Naua, localizada no Município de Mâncio Lima/AC. Mimeo.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. 1994. Línguas Brasileiras, para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola

SUTTON, Alison. 1994. "Seringais: servidão sob controle monopolista". In: Trabalho Escravo, um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. São Paulo: Edições Loyola. pp. 76-90.

TASTEVIN, Constant. 1914. Em Amazonie. Sur lê Moa, aux limites extremes du Brésil et du Perón. In: Missions Catholiques, Tomo XLVI. pp. 502-504; 514-516; 526-528; 537-539; 550-552 e 559-561

TASTEVIN, Constant. 1919. Quelques considérations sur les indiens du jurua. In: Bulletin et Memoires de la Société d'Anthropologia de Paris. Vol. 8, 6^a série. Paris. pp. 144-154

TASTEVIN, Constant. 1920. Le fleuve Juruá. In: La Géographie, Tomo XXXIII. pp. 131-148.

TASTEVIN, Constant. 1921. Les tribus indiennes des bassins du Purús, du Juruá et des régions limitrophes. In: La Géographie, Tomo XXXV. pp. 449-482

TASTEVIN, Constant. 1925. Le fleuve Muru. In: La Géographie, Tomo XLIII & XLIV. pp. 14-35 e 403-422

TASTEVIN, Constant. 1924. Chez les indiens du Aut.-Jurua. In: Missions Catholiques, Tomo LVI. pp. 65-67; 78-80; 90-93 e 101-104

TASTEVIN, Constant. 1926. Le Haut Tarauacá.. In: La Géographie, Tomo XLV. pp. 34-54 e 158-175.

TASTEVIN, Constant. 1928. Le Riozinho da Liberdade. In: La Géographie, Tomo XLIX. pp. 205-215.

TOCANTINS, Leandro. 1961. Formação histórica do Acre. Rio de Janeiro: Conquista.

VALVERDE, Orlando. 1990. A Devastação da Floresta Amazônica. Revista Brasileira de Geografia. V.3, n.52. p.11-24. Rio de Janeiro: IBGE, julho/setembro.

WALKER, Maristela Rosso. A identidade Puyanawa e a Escola Indígena. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR.

Nawa, Ykaruni. Os Naawa Nunca Foram Extintos: regimes de memória, trajetórias indígenas e narrativas sobre os Nawa do vale do Juruá, Acre. / José Tarisson Costa da Silva Nawa. -- Rio de Janeiro, 2023.